

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

HENRIQUE BARREIROS ALVES

DAS POLÍTICAS ÀS PRÁTICAS CULTURAIS NA CIDADE DO PETRÓLEO

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

Niterói
2021

HENRIQUE BARREIROS ALVES

DAS POLÍTICAS ÀS PRÁTICAS CULTURAIS NA CIDADE DO PETRÓLEO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades do Instituto de Artes e Comunicação Social, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Lia Calabre

Banca Examinadora

Profa. Dra. Lia Calabre / UFF (Orientadora)

Prof. Dr. Alexandre Barbalho / UFF (Avaliador interno)

Prof. Dr. João Guerreiro / IFRJ (Avaliador externo)

Niterói, RJ
2021

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A474p Alves, Henrique Barreiros
Das políticas às práticas culturais na cidade do petróleo
/ Henrique Barreiros Alves ; Lia Calabre, orientadora.
Niterói, 2021.
280 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPCULT.2021.m.09735827743>

1. Política cultural. 2. Patrimônio cultural. 3. Macaé
(RJ). 4. Socialização. 5. Produção intelectual. I.
Calabre, Lia, orientadora. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III.
Título.

CDD -

DEDICATÓRIA

A construção desse trabalho só foi possível em razão de uma caminhada que se iniciou há muitos anos, e contou com grande apoio do meu pai e minha mãe, gigantes na educação, no apoio e no esforço para demonstrar a força e perseverança que devemos ter para vencer os desafios que a vida nos coloca. Dedico esse trabalho a Deus, e a esses gigantes, à minha irmã, outra lutadora, e à minha amada esposa, minha primeira revisora e crítica, que há quatorze anos me dá o grande orgulho de caminhar ao seu lado, generosa, dona de um coração gigante e companheira de todos os desafios e aventuras dessa vida, nada seria possível sem você e seu constante sustento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e amigos do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense pela calorosa recepção e momentos incríveis, responsáveis por alargar nossos horizontes, especialmente à professora Lia Calabre, profissional e mulher de incrível humildade e afeto, a qual demonstrou que momentos difíceis e de grande ansiedade podem ser superados com leveza e dedicação.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, *campus* Macaé, por possibilitar e fomentar continuamente o acesso de seus servidores à qualificação, importante etapa profissional e pessoal de nossas vidas.

Agradeço e parablenizo aos conselheiros do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé pela disponibilidade e recepção nas reuniões presenciais e virtuais, e na perseverança e esforço voluntário constantes na busca de proporcionar o acesso à cultura para toda sociedade macaense.

*... a ausência da prática
acompanha-se da ausência do
sentimento desta ausência ...*

Pierre Bourdieu e Alain Darbel

RESUMO

O trabalho aborda o modo como gestores (as) de equipamentos culturais e docentes de história e geografia do IFFluminense *campus* Macaé abordam o patrimônio cultural local em suas práticas profissionais, e como os discentes do ensino médio integrado da mesma instituição, vivenciam sua prática cultural na cidade. Para esse intento referencia o desenvolvimento das políticas culturais no Brasil e na cidade de Macaé buscando as estruturas condicionantes das práticas culturais locais. Inventaria os equipamentos e o patrimônio cultural edificado. Evidencia a distribuição dos equipamentos de cultura na cidade salientando a desigualdade de acesso através da utilização do Indicador de Desenvolvimento e Acesso a Cultura. Examina as práticas culturais a partir do referencial teórico de Pierre Bourdieu, com ênfase nas condições objetivas e nas experiências sociais, expressas nas disposições apreendidas através de entrevistas semiestruturadas e questionários e analisadas qualitativamente por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin e pela escala de Likert, respectivamente.

Palavras-chave: Equipamentos culturais. Patrimônio cultural local. Macaé. Práticas culturais. Políticas culturais.

ABSTRACT

The work approaches the way in which cultural equipment managers and history and geography teachers at the IFFluminense campus Macaé approach the local cultural heritage in their professional practices, and how the students of integrated high school at the same institution experience their cultural practice in City. For this purpose, it references the development of cultural policies in Brazil and in the city of Macaé, seeking the conditioning structures of local cultural practices. Inventory equipment and built cultural heritage. It highlights the distribution of cultural equipment in the city, highlighting inequality of access through the use of the Development and Access to Culture Indicator. It examines cultural practices based on Pierre Bourdieu's theoretical framework, with an emphasis on objective conditions and social experiences, expressed in the provisions learned through semi-structured interviews and questionnaires and analyzed qualitatively through content analysis proposed by Bardin and the Likert scale, respectively.

Keywords: Cultural equipment. Local cultural heritage. Macaé. Cultural practices. Cultural policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Evolução da população residente no período de 1940 a 2010, nos Municípios selecionados

Gráfico 2 – E. C. por S. A.

Gráfico 3 – IDAC-Absoluto segundo Setores Administrativos

Gráfico 4 – IDAC-Relativo segundo Setores Administrativos

Gráfico 5 – IDAC-Absoluto do total de equipamentos comparando entre cidades

Gráfico 6 – IDAC-Relativo do total de equipamentos comparando entre cidades

Gráfico 7 - Respondentes por Setor Administrativo

Gráfico 8 - Respondentes por gênero

Gráfico 9 - Respondentes por faixa etária

Gráfico 10 - Respondentes por curso

Gráfico 11 - Escolaridade dos responsáveis

Gráfico 12 - Faixa de renda familiar

Gráfico 13 - Nascimento dos responsáveis discentes

Gráfico 14 - Nascimento dos discentes

Gráfico 15 - Onde cursou o ensino fundamental

Gráfico 16 - Atividades culturais realizadas na escola

Gráfico 17 - Atividades culturais realizadas no tempo livre

Gráfico 18 - Conhecimento de manifestações culturais de Macaé

Gráfico 19 - Conhecimento do patrimônio culturais edificado de Macaé

Gráfico 20 - Expressões que remetem a historia de Macaé

Gráfico 21 - Levantamento geral das escalas somadas todas respostas

Gráfico 22 - Sobre o contato com a cultura local

Gráfico 23 - Sobre seu contato com a cultura local (por questão)

Gráfico 24 - Sobre o acesso e frequência em equipamentos de cultura da cidade

Gráfico 25 - Sobre o acesso a frequência em equipamentos de cultura da cidade

Gráfico 26 - Sobre a conexão da escola com a cultura local

Gráfico 27 – Pontuação total média para os três conjuntos de questionamentos

Tabela 1 – Municípios selecionados – Indicadores da Pendularidade Interna (2000 e 2010)

Tabela 2 – Taxa de crescimento do emprego formal. 1999-2000

Tabela 3 – Leis de criação dos Conselhos Municipais de Macaé

Tabela 4 – Alterações no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura de Macaé

Quadro 1 – Leis Orgânicas, busca de termos referentes aos E. C.

Quadro 2 – Leis Orgânicas, artigos referentes ao E. C. biblioteca

Quadro 3 – Leis Orgânicas, artigos referentes ao E. C. Centros culturais

Quadro 4 – Planos diretores, busca de termos referentes aos E. C

Quadro 5 – Planos diretores, artigos referentes ao E. C. teatro, biblioteca, centro cultural e museu

Quadro 6 – Setores administrativos, distritos e bairros de Macaé

Quadro 7 – Prospecção dos E. C. de Macaé em sites de mapas de cultura estadual e federal e funcionamento em 2020

Quadro 8 – Monumentos da cidade de Macaé segundo a Lei Complementar Nº 141 /2010 e seu funcionamento e/ou acesso

Quadro 9 – Quantitativo de E. C.

Quadro 10 – Contagem populacional - Macaé

Quadro 11 – Distribuição dos E. C. em Macaé

Quadro 12 – Categorias iniciais e intermediárias (gestores culturais)

Quadro 13 – Categorias intermediárias e finais (gestores culturais)

Quadro 14 – Premissas mapeadas (gestores culturais)

Quadro 15 – Unidades de registro e contexto (gestores culturais)

Quadro 16 – Categorias iniciais e intermediárias (docentes)

Quadro 17 – Categorias intermediárias e finais (docentes)

Quadro 18 – Premissas mapeadas (docentes)

Quadro 19 – Unidades de registro e contexto para as entrevistas realizadas com docentes de história e geografia do IFF *campus* Macaé

Quadro 20 – Utilização da escala Likert (individual)

Quadro 21 – Utilização da escala Likert (resultado geral)

Quadro 22 – Resultados gerais

Figura 1 – Divisão de municípios do Estado do Rio de Janeiro

Figura 2 – Distritos de Macaé

Figura 3 – Setores Administrativos de Macaé

Figura 4 – Fachada Centro Macaé de Cultura

Figura 5 – e interior do teatro

Figura 6 – Fachada Solar dos Mellos

Figura 7 – Interior do solar

Figura 8 – Trechos de manifestação da sociedade civil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONTEXTOS E CONCEITOS	22
2.1 MACAÉ: APRESENTAÇÃO HISTÓRICA.....	22
2.2 O “PROGRESSO”: CRESCIMENTO ECONÔMICO E AUMENTO DA DESIGUALDADE	26
2.3 O ESPAÇO SOCIAL E O ESPAÇO GEOGRÁFICO	28
2.4 A SOCIEDADE MACAENSE.....	29
2.5 REFERENCIAL TEÓRICO PARA ANÁLISE DAS PRÁTICAS CULTURAIS ..	32
2.5.1 Educação e capital cultural	39
2.5.2 Memória e patrimônio cultural	41
3 PERCURSO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: imbricações entre história e cultura sob a égide do Estado	48
3.1 A POLÍTICA CULTURAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ	56
3.1.1 Lei Orgânica do Município (L.O.) e Plano Diretor (P.D.): equipamentos culturais na lei	74
3.1.2 Uma Secretaria de Acervo e Patrimônio Histórico.....	76
3.2 EQUIPAMENTOS DE CULTURA (E. C.) EM MACAÉ: : A RIQUEZA GERADA PELO “OURO NEGRO” E A (DES)IGUALDADE DO ACESSO À CULTURA	83
3.2.1 Equipamentos culturais de Macaé: prospecção em mapas culturais	92
3.2.2 Metodologia para análise da distribuição de equipamentos culturais	101
3.2.3 Indicador de desenvolvimento e acesso a cultura absoluto (idac-absoluto).....	103
3.2.4 Indicador de desenvolvimento e acesso a cultura relativo ou por unidade (IDAC- Relativo)	103
3.2.5 Levantamento do E. C. de Macaé (1ª etapa da pesquisa).....	104
3.2.6 Aplicação do IDAC Absoluto e Relativo	108
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS COM APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS	116
4.1 RESULTADOS ENTREVISTAS GESTORES	116
4.2 RESULTADOS ENTREVISTAS PROFESSORES	140
4.3 RESULTADOS QUESTIONÁRIOS ALUNOS	174
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS	211
APÊNDICE A – CRONOLOGIA DAS PRINCIPAIS INICIATIVAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	225
APÊNDICE B – EQUIPAMENTOS CULTURAIS EM MACAÉ.....	228
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO ALUNOS DO E.M.I.....	231
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTORES DE E. C.	240
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA – DOCENTES DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA	241
APÊNDICE F – RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS – ALUNOS.....	236
ANEXO A – PONTOS HISTÓRICOS MAPEADOS PELA PREFEITURA DE MACAÉ.....	280

1 INTRODUÇÃO

As alterações processadas pela sociedade macaense que culminaram, nas últimas décadas do século XX, em um grande movimento migratório, têm impactos profundos e progressivos na cultura local, trazendo um novo olhar para a sua identificação e análise.

Por esta razão, o presente estudo se volta ao arranjo cultural do município, com ênfase nas políticas e práticas culturais que engendram a sociabilidade dos indivíduos, no processo de apropriação da cultura local, em suas manifestações, e do patrimônio.

O breve estabelecimento dos marcos históricos, políticos e administrativos, que serão aqui apresentados, são necessários para compreender as mudanças ocorridas no contexto político e social, bem como para apresentar um retrato temporal do território que será palco das mais diversas práticas culturais. É importante destacar, sempre, o caráter não linear da história, de forma que, embora se estabeleçam pontos de mudança para efeito de melhor entendimento do encadeamento histórico, no tempo vivido os processos convivem ou apresentam convergência.

O objetivo geral do trabalho é o de analisar como os sujeitos (professores e alunos) de uma instituição de ensino público no município de Macaé se relacionam com a cultura local, com foco no patrimônio material e imaterial, projetados pelas políticas culturais na gestão dos Equipamentos Culturais¹ (E. C.). Como objetivos específicos o presente projeto pretende: a) identificar as práticas culturais locais ligadas à questão da memória e do patrimônio, e as ações dos equipamentos culturais nesse âmbito, com suas especificidades e sua relação com as políticas culturais municipais (gestores); b) compreender como se dá a apropriação do patrimônio cultural local, através do processo formativo do capital cultural dos alunos e suas práticas e, ainda, se há interação e aproveitamento desse processo pelos docentes e pelos currículos da instituição educacional; c) verificar as possibilidades da escola no processo de reconhecimento e fortalecimento da cultura local (por meio da verificação das ementas das disciplinas de História e de Geografia e também da consulta aos docentes da instituição de ensino).

¹ Os equipamentos culturais constituem o estoque fixo ligado à cultura existente no município, aberto ao público, podendo ser mantido pelo poder público ou privado. (IBGE, 2006). Para a análise proposta no trabalho exposto serão antepostos: o teatro, o museu, a casa de cultura, o centro cultural, o cinema e a biblioteca.

O trabalho aqui proposto, após a incursão histórica no território e do estabelecimento de alguns diálogos teóricos, inicia seu percurso na história das políticas culturais no Brasil, passando à legislação municipal vislumbrada por meio da política cultural municipal, o Plano Diretor e a Lei Orgânica Municipal, enfatizando a abordagem dada aos Equipamentos Culturais, bem como sua distribuição e acesso. O itinerário alcança seu desfecho na captação das práticas culturais incorporadas na amostra proposta, para determinar se a atuação dos E. C. tem visibilidade e influência na formação do capital cultural dos indivíduos em sua apropriação do patrimônio cultural local, utilizando-se, para esta finalidade, os conceitos propostos por Bourdieu como forma de aproximação e entendimento das práticas culturais.

O estudo de caso aplica-se ao IFFluminense, *campus* Macaé, com a realização de consulta a uma amostra de alunos do ensino médio e docentes que ministram disciplinas com vocação natural para abordagem do patrimônio cultural, integrantes cruciais não somente do processo educacional, mas também das iniciativas culturais desenvolvidas na instituição, dado que o envolvimento de servidores técnicos-administrativos nessas iniciativas ainda é pouco expressivo. A escolha desse caminho se dá em razão da atuação do autor da presente explanação – servidor técnico-administrativo em educação, bibliotecário/documentalista – em projetos culturais na instituição, especialmente na constituição e manutenção do Centro de Memória do *campus*, o que oportuniza acesso ao campo.

O IFFluminense, *campus* Macaé iniciou seu funcionamento em 1993 ainda como Unidade Descentralizada de Ensino do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos e, com a transformação do CEFET - Campos em Instituto Federal Fluminense, tornou-se *campus* desse Instituto no final de 2008.

O histórico dessa instituição está relacionado diretamente à história recente do município de Macaé, que, desde os anos 1970, passou a abrigar a Petrobrás e, por esse motivo, ampliou consideravelmente a demanda por trabalhadores qualificados para atuar nas muitas empresas que atuam direta ou indiretamente no setor petrolífero. Sua instalação reúne referências interessantes, e que *per si* já garante a grande influência da Petrobrás na organização da cidade e da sociedade. Através das pesquisas históricas realizadas pelo projeto do centro de memória, foi possível identificar que o terreno de mais de cinquenta mil metros quadrados que abriga a instituição foi doado pela prefeitura,

mas a construção de todo o complexo foi realizada pela Petrobrás (com custo de U\$3.6 milhões), assim como investimento para aquisição de equipamentos (com custo de U\$108 mil), constituindo o desfecho de mais de dez anos entre idas e vindas documentados pela imprensa da região. Chama a atenção o modelo adotado, em que uma empresa constrói e investe na construção de uma instituição escolar, e evoca positivamente as grandes mudanças elencadas ao longo do seu estabelecimento daquela na cidade. Merece destaque a grande mobilização social e política que se deu para a instalação da escola técnica na cidade, visto que a cidade não oferecia capacitação aos jovens para atuar no mercado de trabalho que se implementava desde o estabelecimento da empresa, o que já indica a falta de planejamento desde a origem, e que hoje salta aos olhos. Os estudantes precisavam se deslocar para a capital (distância média de 183 km) ou para a cidade de Campos dos Goytacazes (distância média de 106 km) para ter acesso a educação técnica, o que exigia grande investimento e na realidade acabava por vedar as possibilidades de ingresso para formação profissional nesse seguimento.

Com isso, a chegada da escola na cidade provocou grande comoção, o que ficou registrado nas notícias diárias de vários jornais da cidade. Com efeito, reivindicando e agregando capital simbólico positivo para a empresa que alterou toda a paisagem da cidade com sua chegada, e reforçando não somente seu prestígio, mas sua influência nos rumos da cidade, recorrendo ao apagamento do imaginário social da desigualdade, degradação e as contradições crescentes provocadas pelo estabelecimento da cadeia produtiva de extração do petróleo. O que fica expresso em manchetes veiculadas no ano da inauguração, como: *“O maior presente de aniversário nos 180 anos de Macaé”* e *“Escola técnica federal, um presente de U\$3.6 milhões da Petrobrás”*.

Já o Centro de Memória vem desenvolvendo desde 2014 o trabalho de promoção do patrimônio cultural local e proteção da memória institucional junto a comunidade acadêmica e da região, através de diversas ações pautadas na educação patrimonial, essas ações suscitaram o desenvolvimento do presente trabalho, principiando da imposição da leitura das políticas culturais nacionais e locais, das ações no âmbito dos equipamentos de cultura, da educação e das práticas culturais dos atores envolvidos, percurso necessário ao melhor entendimento da realidade social e dos desdobramentos possíveis. O recorte derradeiro, que fecha o trabalho e se preocupa com as práticas dos indivíduos, é resultado direto do paradoxo que acompanha o que comumente se chama de “cultura local”, que,

no caso da cidade de Macaé, deve ser percebido em conjunto com o paradigma de cidade migratória imposto à sua leitura contemporânea. Daí a importância de deslindar o contato com a cultura local (sobretudo através dos equipamentos de cultura) imbricando o patrimônio cultural do território a partir dessa dinâmica, o que pode revelar seus esquecimentos, permanências e contradições.

Vale destacar que a presente explanação é resultado das inquietações iniciadas com o trabalho cultural na escola, principiado no decorrer da coordenação da biblioteca do *campus* – dada a formação de bibliotecário e historiador de quem vos fala – sendo intensificado e direcionado para a localidade no esteio da atuação como coordenador do Centro de Memória (desde 2014) e membro do conselho editorial da Série Memórias Fluminenses (desde 2017).

Nesse percurso me foi dada a oportunidade de transitar pelo campo cultural dentro e fora da instituição e conhecer melhor como se dá seu arranjo na cidade, apreendendo também as aparentes distorções e seus enunciados efeitos. Saliento que para esse exercício foram fundamentais o deslocamento e a permanência efetiva no território, não somente entendido aqui como objeto de estudo, mas como local de afetividade e hoje, posso dizer, de pertencimento.

A pesquisa parte do levantamento bibliográfico das políticas culturais no Brasil e sua evolução. Este percurso é necessário para o entendimento das transformações e das abordagens no campo cultural pelo governo federal, que funciona como uma espécie de termômetro dos encadeamentos nos Estados e municípios. A política cultural municipal também é objeto de verificação neste trabalho.

A abordagem mescla aspectos quantitativos e qualitativos e, como instrumento de coleta de dados, optou-se pela aplicação de questionários e entrevistas, respectivamente. A primeira abordagem focaliza o levantamento geográfico dos equipamentos culturais no município e os questionários aplicados aos alunos do ensino médio integrado do IFFluminense – *campus* Macaé.

Para análise da distribuição dos Equipamentos Culturais na cidade de Macaé será utilizada metodologia apresentada e aplicada no capítulo 3, do Indicador de Desenvolvimento e Acesso a Cultura Absoluto e Indicador de Desenvolvimento e Acesso a Cultura Relativo.

Para o estudo das práticas culturais, foram elaborados questionários, que apresentam uma breve descrição de vida e família, da posição no espaço social, local de residência e naturalidade, e seguem com questões fechadas e abertas, visando apreender os gostos culturais, o conhecimento das manifestações e patrimônios culturais da cidade, fechando com a escala tipo Likert² de cinco pontos, que avalia o contato com esses mesmos conceitos por meio das relações sociais, dos equipamentos culturais, e com a educação.

Quanto a utilização da escala tipo Likert, entende-se que é uma abordagem capaz de extrair *insights* qualitativos de uma pergunta estruturada de forma quantitativa. Dessa forma, foi acionada a frequência das práticas, para medir o grau de interação e integração com a cultura local, privilegiadas as vertentes do patrimônio cultural e da memória, entendidas como pilares para a identidade da qualquer sociedade. A escala Likert é construída através de uma série de declarações que dão medida ao conceito, que aqui se define pela cultura local, em linhas gerais.

Quando se usa uma escala [...] não existem respostas que possam se consideradas “certas” ou “erradas”. A soma dos pontos, portanto, não significa conhecimento ou habilidade. Mas muitos dos conceitos mais bem estudados são medidos em diversas dimensões ou áreas. Como dimensão é medida por um conjunto de questões ou declarações, em geral na escala de Likert, com as mesmas categorias de respostas. Cada item é uma declaração e o respondente deve apenas indicar em que grau está de acordo (ou em desacordo) com a afirmativa. (VIEIRA, 2009, p. 100).

As áreas em destaque para aproximação com a temática da cultura local refletem os seguintes aspectos: a) “Envolvimento subjetivo”, considerando a presença e interesse dos agentes em equipamentos e patrimônios culturais; b) “Envolvimento estrutural”, comportamento social motivado através da família e da educação escolar. As questões objetivas buscam apreender o envolvimento experiencial e intelectual, enquanto praticante de atividades culturais e conhecimento sobre as práticas culturais da cidade.

Fica registrado que todo o esforço empreendido busca demonstrar a compreensão das práticas levantadas por meio dos instrumentos de coleta de dados à luz do referencial

² A aplicação do questionário para pesquisa empírica possui escala que varia de 1 a 5 (sendo 1 nunca, 2 raramente, 3 às vezes, 4 frequentemente e 5 sempre) e busca mensurar as interfaces com o patrimônio cultural local, através da prática cultural sob vertente da frequência aos equipamentos de cultura, manifestações culturais e da educação.

teórico escolhido. A empreitada não pretende esgotar e definir as questões levantadas, que são por demasiado complexas, mas oferecer uma forma de abordar a questão objetivamente, com sujeitos estabelecidos em abrangência (alunos, professores, gestores), através de suas disposições. As declarações e questões presentes na coleta também foram reduzidas ao máximo, de forma a possibilitar o atingimento de um maior número de respondentes.

O corte da amostra foi de 9,2% (nove vírgula dois por cento) de um universo de 413³ estudantes. Dentro deste corte, o propósito preliminar seria o agrupamento dos alunos por setores administrativos do município, visando a consulta de forma equivalente a residentes das áreas que compõem o mapa municipal, o que restou dificultado em razão das restrições de possibilidades para realização das consultas, que se deram somente através da aplicação de formulário eletrônico, em virtude da COVID 19 e do consequente fechamento das escolas desde março de 2020 vedando o contado presencial. No entanto, observadas as limitações, foi possível realizar uma leitura interessante do comportamento dos participantes ante a tessitura cultural da localidade.

O público participante da amostra para aplicação do questionário, com o auxílio do Centro de Memória⁴, serão os alunos do ensino médio integrado⁵ dos cursos de automação, eletromecânica, meio ambiente e eletrônica do *campus* Macaé do IFFluminense o que, por si só, já consiste em um desafio inicial, dada a vocação industrial institucional. Cabe destacar que o ingresso desses estudantes na instituição supracitada se dá através de processo seletivo com aplicação de provas objetivas, com possibilidade de desclassificação automática em razão da não obtenção de pontuação mínima descrita em edital⁶. Como colocado anteriormente, os cursos ofertados na instituição, para o ensino médio, são voltados à formação técnica, o que, muitas vezes, pode dificultar iniciativas

³ Levantamento realizado junto ao Sistema Acadêmico do IFFluminense *campus* Macaé em 18 de maio de 2020. Tratam-se de alunos do E.M.I. matriculados em 2020.1 dos cursos de eletrônica, automação, eletromecânica e meio ambiente. Dentro desse recorte a amostra pretendida era de 10% (42 discentes), em razão da grande amplitude do empreendimento necessário a uma amostra de maior grandeza, distribuída entre os setores administrativos da cidade, para se reputar as avaliações dos jovens de toda a cidade, igualmente (aproximando, 5 alunos por S. A.). No entanto, devido as condicionantes da epidemia de Covid 19, e a decorrente aplicação da pesquisa via internet não foi possível realizar o levantamento pretendido em sua totalidade, chegando ao total de 9,2% (38) de respondentes, sem correspondência equivalente por setor administrativo, mesmo assim, a amostra correspondente é expressiva para a continuidade de aplicação do estudo.

⁴ A pesquisa terá o auxílio do Centro de Memória do *campus*.

⁵ Alunos do ensino médio residentes em Macaé (naturais da cidade ou não).

⁶ Fonte: http://selecoes.iff.edu.br/processo-seletivo-de-cursos-tecnicos/2020/processo_seletivo

voltadas a formação integral⁷ do indivíduo, constituindo uma contradição à qual se deve vigilância permanentemente.

A segunda abordagem, qualitativa, volta-se às entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas aos gestores dos equipamentos municipais e aos professores de História e Geografia do IFFluminense - *campus* Macaé. A consulta aos docentes visa retratar a aproximação, ou não, com a cultura local nas suas práticas culturais e pedagógicas. Já para os gestores, além da trajetória profissional, busca-se, de forma mais diretiva, relacionar as dimensões do patrimônio cultural às políticas culturais desenvolvidas nas instituições culturais municipais. Em conjunto, foram pautadas como objeto de breve análise as ementas das disciplinas supracitadas, visando compreender se existe relação institucional com o patrimônio e a memória local em conjunto com o desenvolvimento das disciplinas em sala.

Para análise qualitativa serão utilizadas a análise e a interpretação de conteúdos (MINAYO, 2009; BARDIN, 1977; FRANCO, 2005), tendo como pressupostos as representações, expressas pelos gestores e docentes, sobre a utilização de equipamentos culturais e patrimônio cultural local. Em termos de fundamentação teórica, toda a pesquisa se aproxima dos conceitos de *habitus*, capital, prática e espaço social, ou campo, da teoria adaptada por Bourdieu. Via de regra, a apropriação desse arcabouço teórico se presta à finalidade desse estudo manifestadamente, possibilitando a leitura crítica da realidade, por estar eivada das relações de dominação naturalizadas nas interdições manifestas expostas em todo o trabalho do autor.

Após a leitura compreensiva dos depoimentos, os fragmentos que relacionam a interação e as representações culturais locais com a educação e as políticas culturais serão categorizados, buscando núcleos de sentido (sentenças). Nenhum dos informantes, de quaisquer campo serão identificados ao longo do trabalho.

Para trabalhar com o conceito de política cultural, em suas relações com a questão do patrimônio e da memória, recorre-se à discussão desenvolvida pela UNESCO, afinada com a perspectiva antropológica da cultura, enquanto “possibilidades de realização humana” (LAIARA, 2001, p. 25) através do aprendizado, refutando a ideia da cultura enquanto inata ao indivíduo.

⁷ Entendida aqui sob os auspícios do marxismo, associada a educação politécnica e ao “reino da liberdade”, forme exposto por MOURA, LIMA FILHO e SILVA (2015).

Isto posto, a problemática do trabalho se volta para a relação dialógica entre indivíduo e território, com centralidade da cultura da cidade de Macaé, recebedora de grande fluxo migratório, simbolicamente representada como “Capital Nacional do Petróleo”, subsidiando a supressão identitária local, dando norte aos questionamentos que surgem, como a presença e valorização patrimonial nas ações culturais através dos E. C., norteadas pela política do município. Em segundo, pode-se questionar a distribuição dessas instituições culturais no território enquanto forma de operacionalizar as ações. Em terceiro, relacionando educação e cultura através das disciplinas de história e geografia do ensino médio, encontra-se diálogo com a perspectiva da cultura local em sala de aula (seu capital cultural tem ligação/ laço com a territorialidade e identidade local). E, por último, alcançar a socialização dos jovens através da cultura local em seus contextos de ação, considerando as práticas culturais dos agentes envolvidos nessa interação (gestores de E. C., professores e alunos).

Adota-se, como ponto de partida, a análise do percurso histórico das políticas culturais no Brasil, observando-se a nítida perspectiva do tratamento dado ao campo cultural nos diferentes períodos de marcaram o governo brasileiro. Esta escolha ganha maior importância quando se considera que são fortes indicadores de como essas políticas fomentavam a discussão entre os outros entes federativos, não de modo semelhante ou equilibrado, mas entre avanços e retrocessos das gestões. Logo, falar de cultura exige a aproximação necessária com as políticas culturais perpetradas, sendo fundamental levantar como o campo cultural foi se constituindo politicamente, em seus altos e baixos, até os dias de hoje. Esse panorama constituído fornece o *status quo* para o entendimento do lugar que a temática cultural vem ocupando na agenda social e política.

As proposições da UNESCO, norteadores para tantas políticas nacionais, também se apresentam nas políticas culturais. São vários os exemplos de incorporações legais no ordenamento jurídico nacional. Entre eles podemos citar a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, resultado da 33ª reunião da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em outubro de 2005, que teve o texto ratificado pelo governo brasileiro por meio do Decreto n.º 6.177 de 1º de agosto de 2007. A influência dos documentos produzidos pela organização, em seus vários fóruns, que se deram não somente no Brasil mas por toda a América Latina, com a discussão de importantes conceitos, como a própria política cultural e a cultura, se

constituíram como pilares para que os países, preservadas suas diversidades, desenvolvessem suas políticas culturais nacionais.

Através do levantamento realizado à luz da bibliografia especializada da área, foram aludidas as principais referências na política cultural nacional, tanto nas personalidades quanto nas instituições, desde o ano de 1930 até os dias atuais, procurando tornar compreensíveis tanto as conjunturas atravessadas ao longo das gestões, quanto as mudanças operadas no tratamento dado à cultura.

Seguindo essa linha, é possível acessar a política cultural municipal e entender melhor sua constituição, evidenciando sua relação com a perspectiva cultural de forma ampliada e antropológica, coadunando com o uso das terminologias adotadas pela UNESCO e com as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura, que teve desenvolvimento mais agudo no decênio de 2000, no tempo das gestões Gilberto Gil e Juca Ferreira.

As principais políticas públicas no âmbito municipal também são objeto de exame do presente trabalho, dando especial ênfase aos equipamentos culturais (E. C.), entendidos como promotores primários do patrimônio cultural estabelecido e reconhecido de um território. Entres estes, destacam-se o cinema, a biblioteca, o centro cultural, o teatro, o museu e a casa de cultura. Acresça-se uma menção ao patrimônio cultural monumental, entendido aqui como parte do patrimônio cultural material e referência para apreender, por meio da realização de entrevistas, se estão inseridos nas práticas culturais junto aos E. C..

Compreendendo a abrangência do conceito de cultura, que “remete à ideia de uma forma que caracteriza o modo de vida de uma comunidade em seu aspecto global e totalizante” (COELHO, 1999, p. 103), fica evidente que o “viver” contextualizado nos seus saberes e fazeres, é representativo da cultura, e que tais processos se desenvolvem em um território. É nesse enquadramento do modo de vida que temos a conexão dos indivíduos com a sua territorialidade, o que justifica que políticas públicas, como as culturais, apresentem ações norteadas para a administração dessa relação. “O que se chama de política cultural abarca, portanto, a questão da preservação do patrimônio, que por sua vez têm encontrado lugar em diversas discussões no campo científico, na atualidade.” (VIEIRA, 2003).

O entendimento de que o patrimônio cultural é parte das dimensões da vida de um indivíduo, e que a sua preservação é importante para toda a sociedade, dialoga

diretamente com as práticas culturais que se reconhecem no pertencimento, visto que “a preservação dos bens materiais e imateriais é sempre favorecida quando a sociedade os reconhece como lhe pertencendo e, portanto, abraça sua proteção e valorização”. (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014, p. 9).

Conseqüentemente, passadas as dimensões da política e dos equipamentos culturais, buscou-se a aproximação com as práticas dos indivíduos, aqui representados pelos estudantes de ensino médio⁸ e professores⁹ da maior escola de ensino médio integrado de Macaé, e também pelos gestores dos E. C. Essa interseção – estudantes e professores – se qualifica pelo oferecimento do cabedal humanístico, de forma integrada a outras disciplinas, para os alunos dessa modalidade de ensino, evidenciado o inequívoco espaço de reflexão sobre a sociedade proporcionado nessa relação. Acrescenta-se, que nesse modelo os alunos realizam a formação técnica e média concomitantemente, propondo-se o permanente diálogo entre as áreas do conhecimento.

Para essa aproximação com a prática dos agentes, foi utilizada a abordagem sociológica de Pierre Bourdieu, que encerra os conceitos de *habitus*, campo, capital, prática e disposição para alcançar a dialética entre o indivíduo¹⁰ e a sociedade por meio de uma estrutura relacional. A amostra foi escolhida em função da relação direta entre o campo educacional e o cultural, e seus principais protagonistas. Embora não seja objeto do presente trabalho analisar a fundo ambos os campos (cultural e educacional), dada sua complexidade, sua citação é evidente e, por isso, o público jovem, estando inserido nos processos educacionais, pode experimentar especial posição no espaço social para a aproximação com a cultura local através dos E. C., em razão do trânsito pela educação e pela cultura.

Assim, o fechamento da pesquisa conta com a investigação da relação do indivíduo com a cultura instituída por meio do patrimônio cultural local. Essa relação é tratada enquanto objeto empírico, dependente de condições sociais e históricas, e visa dar subsídios às ações promovidas pelas políticas municipais e mesmo institucionais, dentro

⁸ Não obstante se constituir de uma amostra específica à uma instituição, salienta-se que em tal aproximação as leituras de mundo são provenientes de jovens de várias localidades da cidade, agregado à possibilidade de acesso ao campo decorrente do trabalho que desenvolvo no Instituto.

⁹ Foram selecionados os docentes de história e geografia dada as características das disciplinas ministradas e os conteúdos afins com a temática do trabalho.

¹⁰ Alban Bensa afirma que Pierre Bourdieu prefere a noção de agente, “pois o agente é tanto objeto quanto sujeito: ele sofre e pratica uma ação”. (TRABALHAR..., 2005, p. 149)

de entidades educacionais, além de evidenciar o *status quo* das dimensões culturais do momento analisado.

2 CONTEXTOS E CONCEITOS

Para compreensão do presente trabalho e das perspectivas adotadas no âmbito do entendimento da cultura macaense, vamos realizar um deslocamento que, em poucos parágrafos, tenta resumir o itinerário histórico da cidade e, assim, demarcar o lugar circunscrito de onde se fala.

2.1 MACAÉ: APRESENTAÇÃO HISTÓRICA

O princípio da história conhecida de Macaé remonta ao “pós-descobrimento” do Brasil por Portugal, no início do século XVI, com o estabelecimento da Capitania de São Thomé (Carta de Doação a Pero de Góis da Silveira, assinada por Dom João III, em 28 de janeiro de 1536) e as fracassadas tentativas iniciais de expansão de povoamentos para a direção norte, rumo aos Goitacás.

Durante a segunda metade do século XVI, a situação da capitania era de abandono, após a retirada do primeiro donatário. Como destaca Augusto de Carvalho, “depois da retirada de Pero de Góes, em 1548, ficou em completo abandono, e assim esteve até o ano de 1570, época em que, aproveitando-se d’essa circunstância, bandos de aventureiros ingleses¹¹ vieram estabelecer-se n’ella.” (1888, p. 72)

Em 1630, período no qual a capitania estava sob domínio da Coroa, padres jesuítas dirigiram uma petição ao Capitão-Mór Governador da cidade do Rio de Janeiro, Martim Corrêa de Sá, procurador dos donatários ausentes, para que lhes concedesse duas sesmarias abrangendo as terras entre a barra do rio Macahé e a do rio Parahyba, e outra entre o rio Macahé e o rio Seripe (atual Rio das Ostras). Obtendo despacho favorável, ergueram-se a Capela de Santana, um engenho e um colégio, num lugar posteriormente conhecido como a Fazenda dos Jesuítas de Macaé, até que, em 1759, no reinado de D. José I, os jesuítas foram expulsos de Portugal e suas possessões.

Em 1813, Macaé foi elevada à condição de vila por D. João VI, príncipe regente naquela época, após reclamações dos moradores sobre a falta de autonomia e sobre a dependência legal das decisões de Cabo Frio e Campos.

¹¹ Vide Robert Southey em “Controvérsias sobre os primeiros tempos da capitania de São Tomé ou da Paraíba do Sul” de autoria de Paulo Paranhos.

Em 1910, após a proclamação da República de 1889, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Alfredo Baker, criou a Prefeitura Municipal de Macaé e, em 1938, passou a Comarca de Macaé a abranger Macaé e Casimiro de Abreu, o que só seria modificado após vinte anos, com a Lei N.º 3.386, vindo a compor o município de Macaé os distritos de Macaé, Barra de Macaé, Carapebus, Quissamã, Córrego do Ouro, Cachoeiro de Macaé, Glicério e Sana. Posteriormente, foram incorporados os distritos de Vila Paraíso, Frade, Parque Aeroporto e Imboassica.

Até a década de 1960, Macaé poderia ser caracterizada como uma economia voltada à produção agrícola e ao comércio urbano dinamizado, naquele momento, pelos operários das Oficinas de Imbetiba e da malha ferroviária, que começara a ser utilizada em 1891. É após esse período da história recente que talvez esteja o principal divisor de águas para a cidade. A partir da década de 1970, Macaé, com o estabelecimento da sede da Petrobrás na cidade, experimentou um exponencial crescimento econômico e populacional, com impacto em diversas áreas, o que modificaria sobremaneira sua dinâmica até os dias atuais.

Uma curiosidade de correlação histórica chama a atenção, e está relacionada à extração de pau-brasil e à visita interessada de “aventureiros ingleses”, citada por Augusto de Carvalho: seria a commodity petrolífera um novo pau-brasil, atraindo novos empreendedores à capitania de São Thomé, hoje Macaé? É claro que a proposição desse entendimento constitui um grande anacronismo de partida, dado os contextos históricos bem diversos, mas, o que se pretende chamar a atenção é para os choques que se deram nesse território e as mudanças abruptas, motivadas sobretudo pela economia, e que se refletem na maneira como a população se relaciona com a cidade, na sua apropriação do patrimônio cultural.

Esse “espírito pioneiro, interessado em acumulação de riqueza”, e que está no cerne da questão migratória do capital e dos indivíduos, atravessa o presente estudo, pois esse impulso será o motivador dos maiores impactos na sociedade macaense, em todos os sentidos, especialmente o cultural.

Embora a cidade já tivesse estabelecido conexões socioculturais com a capital, até o início de 1970, por meio do cotidiano movimento dos trens que escoavam a produção açucareira, o que, por sua vez, fez dos ferroviários a principal classe trabalhadora da

cidade (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 20), a grande mudança na sociedade ainda estava por vir.

Em 1977, a Petrobrás inicia a construção de suas instalações em Macaé, utilizando-se uma área de 200 mil metros quadrados entre a Praia de Imbetiba e a Praia Campista [...] sobre os alicerces das antigas Oficinas Ferroviárias de Imbetiba, que tiveram suas atividades encerradas pelo Regime Militar: tal como se o advento do petróleo no município devesse cimentar para baixo e mesmo suplantar na paisagem as referências àquela cidade de identidade ferroviária, apagada e corrompida em suas lutas mais dignas [...] Assim, pois, o início dos anos 1980 marca um verdadeiro corte na história do município de Macaé, que cada vez mais experimentaria a centralização de suas atividades no entorno da produção petrolífera e toda a cadeia de serviços necessários à ela. (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 23-24).

Tal mudança partiria da instalação da Petrobrás na cidade, marco que é determinante para a nossa análise, pois é a partir dela que a modificação na paisagem macaense acontece, trazendo contradições entre a modernidade, o desenvolvimento e a sociedade. É inevitável a atenção sobre essas novas conjunturas que se articulam na dinâmica da constituição da sociedade macaense e, para tanto, alguns referentes como desenvolvimento e território podem ajudar a nortear a discussão. Para se ter uma ideia, com o aumento da circulação de capital e dos royalties, de 1999 a 2004 a cidade pularia da 55ª posição para a 7ª no ranking dos maiores municípios do país por Produto Interno Bruto *per capita*. (SILVA; FARIA, 2012, p. 118).

Essa modificação econômica, que levou Macaé de um município agrário para uma cidade com grande polo industrial, deixou profundas marcas na sociedade, e provocou uma “apartação social e geográfica entre os residentes de Macaé” (COSTA, 2007, p. 139), que se tornou

[...] uma “cidade partida”, de um lado, uma área nobre e valorizada, na qual seus moradores são brancos, apresentam renda elevada, têm carteira de trabalho assinada, possuem plano de saúde privado e matriculam seus filhos em escolas particulares; do outro lado, uma periferia pobre, favelizada e negra, caracterizada pelo trabalho informal ou pelo desemprego, pela baixa escolaridade e pelo recurso à rede pública de saúde [...] de um lado, configuram-se elevados índices de desenvolvimento humano, em termos de renda, de educação e de saúde; do outro lado, estatísticas conformam um quadro de exclusão social. (COSTA, 2007, p. 169).

É nessa profusão de alterações na cidade que, em 1993, a Escola Técnica Federal inicia suas atividades, após grande clamor popular e anos de idas e vindas na política local. A demanda de formação profissional se elevava em razão da instalação da estatal e suas subsidiárias, trazendo grande necessidade de trabalhadores com formação técnica. A instituição passou por diversas mudanças administrativas desde sua inauguração, passando de Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Campos dos Goytacazes para CEFET, e hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, *campus* Macaé.

Atualmente, continua sendo uma instituição educacional de referência no segmento do ensino médio, técnico e superior, estendendo sua atuação na comunidade com diversos projetos de extensão na área cultural. Com isso, integrando-se a noção polissêmica de território composto “por grupos sociais a partir de suas identidades e das interações que ocorrem entre si, num determinado tempo histórico”, Silva (2009, p. 36) destaca a importância de que ao conceito geográfico delimitado por mesorregiões “deve ser incorporada a concepção de território enquanto construção sociocultural que ocorre em determinado espaço e tempo” para atuação dos Institutos Federais.

Essa vertente é importante para reforçar o caráter territorial e a capilaridade do projeto dos Institutos Federais, trazendo luz às vocações regionais as quais se relaciona e à necessária manutenção das características que norteiam sua implantação e na organização de seus projetos pedagógicos, tendo como uma de suas diretrizes “a sintonia dos currículos com as demandas sociais, econômicas e **culturais locais**, permeando-os das questões de diversidade cultural [...]”. (SILVA, 2009, *grifo nosso*).

Nesse sentido, a noção de território, que serve como pressuposto para a atuação dos Institutos Federais, deve envolver algumas variáveis, tais como: a) o território é algo construído por diversos grupos sociais que nele se encontram inseridos; b) essa construção deve ser entendida como um processo contínuo que resulta das interações de agentes e grupos sociais heterogêneos em sua composição, nos seus interesses e nos seus modos de agir; c) essas interações processuais variam ou se consolidam no tempo e no espaço, elas costumam vir à tona como elementos culturais. (BASTOS; FERNANDES; ALVES, 2018). E, por isso, a abordagem dos sujeitos nesse enquadramento é relevante para o estudo.

2.2 O “PROGRESSO”: CRESCIMENTO ECONÔMICO E AUMENTO DA DESIGUALDADE

É importante destacar o tipo de desenvolvimento pensado pelos gestores públicos para a modernização do Estado do Rio de Janeiro, o qual se aplica a Macaé e a outras localidades do Brasil, que se apoia na ideia tradicional de desenvolvimento, de que a modernidade de base técnico-produtiva é imperativa para atingir o bem-estar. Deve-se destacar o viés etapista de desenvolvimento de Rostow (1960) onde

[...] ainda prevalecte nas perspectivas de gestão pública, em que os espaços rurais, por exemplo, são entendidos como atrasados. Dessa maneira, este tipo de organização societária deveria ser extinto para que a modernidade fosse atingida, ou seja, como caminho condicional para uma sociedade industrial. Tal percepção ainda atinge os povos tradicionais como os das florestas, pescadores, caranguejeiros... que desenvolvem atividades artesanais e de subsistência. (MOYSÉS, 2010, p. 4).

Sob essa nuance desenvolvimentista de viés econômico, Macaé teve sua paisagem totalmente alterada, desarticulando grupos sociais como pescadores, agricultores e ferroviários, o que não implicou necessariamente em impactos positivos para a totalidade da sociedade nativa da cidade, ou mesmo para a população migratória. (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 45). Todo o desenvolvimento econômico que se deu por meio da cadeia produtiva do petróleo trouxe novos habitantes para a cidade, além de uma população flutuante, também responsável por movimentar a economia local. Mas isto não se refletiu no desenvolvimento social.

A construção do grande complexo industrial da Petrobrás trouxe, sem dúvida, grande desenvolvimento para a região, diante do quadro de estagnação econômica em que se encontrava a região norte-fluminense, em decorrência da decadência da indústria sulcroatoolcooleira. Mas, associados a esse desenvolvimento, a cidade viu crescer a favelização, a violência, o desemprego, a informalidade, a chegada de empresas de bandeiras estrangeiras, a transformação do seu espaço urbano, antes composto de ruas estreitas e pequeno comércio. Um desenvolvimento, situado no contexto de uma nova forma produtiva de energia, que ocasionou profundas transformações econômicas e sociais. [...] Em toda a Região Norte Fluminense, mudanças em sua realidade espacial, social, política e econômica, aconteceram. O encerramento do ciclo da cana, uma atividade predominantemente rural, e o surgimento do ciclo do petróleo, com suas atividades localizadas estritamente no espaço

urbano, provocaram mudanças profundas na cidade e região ao modificar o perfil das novas oportunidades de empregos. Mudanças estas notadamente marcadas pela desigualdade social. (SCHEILA, FARIA, 2012).

A busca pelo progresso, característica marcante da era moderna, positivada em nossa bandeira nacional, figura também nessa cidade do interior do Rio de Janeiro, que poderia ter atingido um ápice do modelo social desenvolvimentista no Brasil. No entanto, pode-se dizer que isso ainda não se confirmou, vindo a cidade a tornar-se portadora de grande desigualdade, resultado claro do apogeu econômico e, neste caso, ligado à extração mineral.

Em estudo realizado recentemente verifica-se que, pelo menos até 2014, último ano antes da crise do preço do barril de petróleo, Macaé, a despeito dos elevados indicadores de crescimento econômico, como o PIB e o PIB *per capita*, e da maior arrecadação de impostos e emprego formal, não apresentou elevação semelhante de seus indicadores de desenvolvimento socioeconômico, caindo da 4ª posição no *ranking* estadual do IDH-M, em 2000, para a 7ª posição, em 2010. (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 45).

É curioso que esse paradoxo também se repita em outra cidade fluminense envolvida com a cadeia do petróleo. Duque de Caxias, cuja economia foi impulsionada na década de 1960 com a instalação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) e a formação de um complexo industrial composto por petroquímicas e distribuidoras de gás de cozinha e combustível, teve seu IDH-M registrado pelo IBGE em 2000, alcançando a 56ª posição no Estado e, posteriormente, em 2010, apresentou pequena melhora, passando a ocupar a 49ª posição. (CAMAZ, 2015).

Chama a atenção o fato desses municípios terem um PIB tão expressivo, mas uma posição paradoxal no IDH-M, fatos estes que, infelizmente, nos levam a consolidar a informação de que o desenvolvimento econômico não necessariamente reflete uma melhoria social para a população.

Na perspectiva cultural, Scheila de Abreu e Silva e Teresa Faria (2012), criticam o processo de desenvolvimento urbano de Macaé, dinamizado pelo grande impacto do capitalismo, anunciando o seu quase desaparecimento enquanto cidade. Esta vertente encontra acolhida na abordagem de Castells (2000, p. 45), que indica que o desenvolvimento do capitalismo industrial, “ocasiona a interrupção de uma forma

espacial [...] a difusão urbana equivale à perda do particularismo ecológico e cultural da cidade.” (CASTELLS, 2000, p. 45).

2.3 O ESPAÇO SOCIAL E O ESPAÇO GEOGRÁFICO

A todo momento, aborda-se a cidade, o espaço urbano ou o município, entendidos aqui como sinônimos. Logo, é importante refletir, nessa perspectiva, sobre o tipo de conceito a que se dá ênfase, visto que é nesse ambiente que as relações sociais se estabelecem fisicamente.

Nesse sentido, Milton Santos, por meio da vertente geográfica, “entende o espaço urbano de forma relacional entre o sistema de ações e o sistema de objetos” (SANTOS, 2006, p. 39). Agrega-se a dimensão física aos agentes, que são dotados da possibilidade de ação, mas também têm limitações impostas por aquele mesmo espaço.

Nessa mesma linha, Bourdieu destaca que o espaço social é grosseiramente retraduzido no espaço físico, isto porque essa relação ditada pelo capital se revela na “relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos.” (BOURDIEU, 2008, p. 160).

Sendo assim, temos a abstração do espaço social, ou campos, constituído na forma física em que esse agente está situado.

Uma parte da inércia das estruturas do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico e que não poderiam ser modificadas senão ao preço de um trabalho de transplantação, de uma mudança das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação de pessoas, as quais suportariam transformações sociais extremamente difíceis e custosas. O espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também de sua distancia física desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado. (BOURDIEU, 2008, p. 161).

A cidade, portanto, foi se configurando através da história na dialética dessa relação entre espaço social e espaço físico. Contudo, tal configuração não ocorreu ausente das contradições sociais que marcaram todo seu processo de constituição.

2.4 A SOCIEDADE MACAENSE

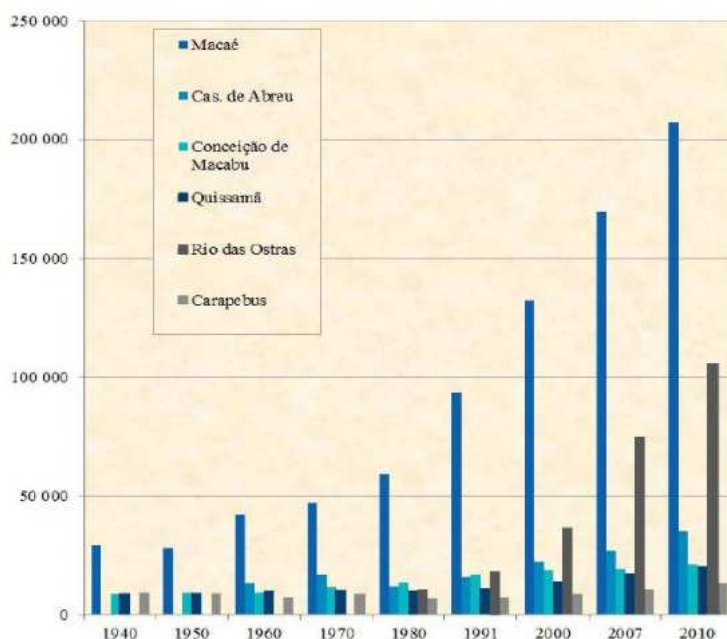
Pode-se dizer que os últimos 50 anos descortinaram para a sociedade macaense rápidas mudanças no campo econômico, trazendo grandes impactos sociais e culturais para os habitantes da cidade. São vários os estudos que foram realizados sobre a economia na cidade de Macaé, o que não é, contudo, nossa intenção neste texto.

Um dos maiores impactos foi o fluxo migratório para a cidade, como destacam Sheila Silva e Teresa Faria (2012, p. 112),

Em busca do ‘ouro negro’, da possibilidade de se inserir numa atividade econômica promissora, a cadeia produtiva do petróleo que faz uso de tecnologia de ponta - uma promessa amplamente divulgada em nível nacional e internacional – milhares de pessoas migraram para o município de Macaé, a partir da década de 70. Macaé, em pouco mais de trinta anos, transformou-se numa forte área de atração de migrantes das mais diferentes procedências: regionais, metropolitanos e internacionais.

Conforme exhibe o gráfico abaixo, houve um grande fluxo migratório para a cidade e para as proximidades, que se acentuou após a década de 1970, quando a Petrobrás se instalou na cidade.

Gráfico 1 - Evolução da população residente no período de 1940 a 2010, nos Municípios selecionados



Fonte: IBGE *apud* ANUÁRIO... (2012, p. 171)

Vale ressaltar o caráter atípico dessa migração para Macaé e cidades vizinhas. No ano de 1974, a cidade contabilizava 47.000 habitantes e, já no ano de 2010, ano do último censo realizado, a cidade contava com 206.728 habitantes, dos quais 98,1% concentravam-se nas áreas urbanas. Em 2012, a população era de 217.951 habitantes. Se considerarmos somente o período entre 1970 e 2010, nota-se um crescimento de 440%, desconsiderando, ainda, os contingentes populacionais chamados de pendulares, que se deslocaram a Macaé para fins de trabalho e estudo, e que não foram registrados no gráfico.

Para os movimentos considerados pendulares, o censo de 2010 apresentou dados que reuniram o deslocamento para fins de estudo e de trabalho, auxiliando na quantificação desses contingentes.

Tabela 1 – Municípios selecionados – Indicadores da Pendularidade Interna (2000 e 2010)

MUNICÍPIOS SELECIONADOS	2000			2010		
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo
Armação dos Búzios	2.972	258	2.714	7.245	1.027	6.218
Arraial do Cabo	804	1.125	-321	1.334	2.324	-990
Cabo Frio	6.713	6.020	693	15.630	16.298	-668
Carapebus	343	560	-217	338	2.799	-2.461
Campos dos Goytacazes	1.977	3.789	-1.812	4.966	9.183	-4.217
Casimiro de Abreu	1.694	1.370	324	3.472	5.704	-2.232
Conceição de Macabu	107	1.709	-1.602	248	3.321	-3.073
Macaé	7.436	829	6.607	31.248	2.088	29.160
Quissamã	239	649	-410	671	1.630	-959
Rio das Ostras	1.288	1.464	-176	6.548	14.811	-8.263
São João da Barra	434	1.222	-788	1.803	2.417	-614
São Pedro da Aldeia	916	5.928	-5.012	2.088	13.989	-11.901
Total	24.923	24.923	0	75.591	75.591	0

Fonte: IBGE *apud* ABREU E SILVA; CARVALHO (2019, p. 74)

Com o registro de saldo positivo de 29.160, entre entradas e saídas, em 2010 Macaé foi o destino de 41% dos movimentos pendulares, aparecendo, desta maneira, como o principal destino do contingente do fluxo.

Outro dado de grande importância é a descoberta, pelo censo realizado em 2010, que demonstrou que 42,6% dos habitantes residentes no município não eram naturais de Macaé. Entretanto, o mesmo censo demonstra que 83,2% desses habitantes eram naturais do Estado do Rio de Janeiro. (ANUÁRIO..., 2012, p. 133). Esse afluxo de pessoas se deu

ao longo dos anos anteriores, em razão do amplo crescimento da taxa de empregos formais, conforme registra a tabela 2.

Tabela 2 – Taxa de crescimento do emprego formal 1999-2000

Localidades	Tx. de cresc.
Macaé	Macaé 15,3
Rio de Janeiro (Estado)	Rio de Janeiro (Estado) 2,6
Brasil	3,2

Fonte: Observatório Socioeconômico, Boletim nº 13 *apud* (SILVA, 2016, p. 74)

O perfil da população trabalhadora local, sofreu grande transformação uma vez que região passou a ser grande polo de uma das maiores empresas de extração de petróleo do mundo, a PETROBRÁS. O fluxo de pessoas que trabalham em diversas atividades da cadeia do petróleo oriundas de outros estados e países passou a ser constante, principalmente em Macaé devido a este município sediar a maior parte do complexo industrial tanto petrolífero quanto de segmentos industriais necessários à cadeia produtiva da extração do petróleo e gás. (SILVA, 2013).

Esses dados amparam a afirmação de que a sociedade macaense sofreria um grande impacto cultural, assim como se opera em muitos territórios no mundo envolvidos em cadeias produtivas de alto valor agregado, e que, claramente, não é um processo passivo ou livre de contradições. Esse impacto deverá ser testemunhado na expressão identitária, como endossa Canclini (2008, p. 23),

Já não basta dizer que não há identidades caracterizadas por essências autocontidas e aistoricas, nem entendê-las como as formas em que as comunidades se imaginam e constroem relatos sobre sua origem e desenvolvimento. Em um mundo tão fluidamente interconectado, as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações, classes) se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais.

Nesse cenário obtém-se um grande número de indivíduos transitando em um espaço, onde alguns fixam residência, mas, outros, têm domicílio, mas não fixam residência; outros acessam o espaço através de movimentos pendulares, considerando principalmente o trabalho e o estudo.

Esse dinamismo, natural em qualquer cidade, porém é acelerado e elevado em Macaé, trazendo a possibilidade de amalgamar na cultura local estranhamentos e

esquecimentos decorrentes de políticas culturais que não valorizam o patrimônio e a memória local, visto que num universo tão diverso de migrantes, discutir esses conceitos constitui um desafio ainda mais acentuado do que normalmente já se descortina.

Após a crise de gestão governamental e da cadeia produtiva do petróleo iniciada em 2014, é provável que os números levantados em 2010 apresentem variações populacionais e econômicas. Todavia, Macaé ainda concentra o maior polo da atividade petrolífera no Brasil, o que garante uma margem mínima de atividades e de um fluxo diferenciado de pessoas.

2.5 REFERENCIAL TEÓRICO PARA ANÁLISE DAS PRÁTICAS CULTURAIS

O principal legado do filósofo¹² francês Pierre Bourdieu (1930-2002) esteve na construção de teorias para o entendimento dos diversos temas que formam o mundo social, com especial ênfase na problemática da dominação. Bourdieu procurou conciliar dicotomias históricas nas ciências sociais, entre o indivíduo e a sociedade, e entre o objetivismo, no qual o agente pode ser entendido como uma marionete das estruturas sociais, e o subjetivismo, que enfatiza as representações do sujeito sobre o mundo social.

Nesse sentido, colaborou com a constituição da contemporânea sociologia da prática ou praxiologia, pensando o sujeito social através de suas disposições de ação, com ênfase no *habitus* de classe¹³, conceito retomado de outros intelectuais¹⁴ e desenvolvido significativamente ao longo de seu trabalho de apreensão das questões inerentes às determinações sociais e aos fatores de reprodução e transformação do mundo social. O *habitus* é central na agência humana, “uma vez que enfatiza a constituição histórica e social dos indivíduos, mas também o papel fundamental destes na própria constituição da sociedade.” (ALVES, 2016, p. 301).

Com o objetivo de entender como as práticas e as representações culturais individuais (estruturas cognitivas) se ajustam diante das condições exteriores (estruturas

¹² O autor foi filósofo de formação, mas seus trabalhos transcendem os limites estabelecidos a um campo de formação.

¹³ É significativo indicar que Bourdieu refuta o conceito de classe enquanto entidade, pilar da dicotomia na sociedade capitalista, conforme delineado por Marx, adotando uma concepção relacional, definindo classe pela posição ocupada no espaço social, no acesso aos recursos como o capital cultural, econômico e social. (MARTELETO; PIMENTA, 2017, p. 10).

¹⁴ *Habitus* é uma noção filosófica antiga, originária no pensamento de Aristóteles e na escolástica medieval com Tomás de Aquino, teólogo italiano de século XIII.

objetivas), apropriando-se da cultural local, com ênfase no patrimônio e na memória, optou-se pelo referencial teórico “*bourdieusiano*” como lente de análise.

Verifica-se que o *habitus* constitui-se em uma necessidade incorporada (necessidade tornada virtude), sendo produto de uma classe determinada de regularidades objetivas sancionadas positivamente, englobando as condutas razoáveis. (ALVES, 2016, p. 302). Postula-se, então, que as práticas diretamente relacionadas a cultura local devem fazer parte daquelas regularidades objetivas para, enquanto necessidade incorporada, constituírem o *habitus* dos indivíduos. É fundamental advertir que a utilização desse arcabouço se atém a uma pequena gradação dos conceitos propostos pelo autor, que guardam grande complexidade, a qual não pretendemos discutir nesse trabalho, o que não inviabiliza a utilização desses instrumentos conceituais no auxílio a apreensão de uma certa homogeneidade nas disposições, gostos, preferências de grupos e/ou indivíduos com trajetória social semelhante (SETTON, 2002, p. 64).

Para Bourdieu o espaço social no qual o indivíduo está presente é marcado pelo *habitus* inerente a esse espaço, incorporando as disposições diretamente ligadas às condições objetivas do indivíduo e à posição que ele ocupa. Desta forma, não existe o sujeito livre, cujas ações dependeriam exclusivamente da consciência e da fidelidade a si mesmo, visão próxima do existencialismo de Sartre. Do estruturalismo, o autor aplica o pensamento relacional no mundo social, identificando o real nas relações. Desse modo, a realidade social é, para ele, produto das relações em um espaço de posições exteriores definidas através da sua alteridade. (ALVES, 2016).

Nessa dialética entre as estruturas e os *habitus*, entre as condições objetivas e as disposições estruturantes, geradas por esquemas classificatórios do *habitus*, é preciso retornar à prática (ALVES, 2016, p. 300) e, assim, forjar uma teoria disposicional da ação, capaz de reintroduzir na antropologia estruturalista a capacidade inventiva dos agentes. (WACQUANT, 2007, p. 64).

Ultrapassado o binarismo entre objetivo e subjetivo, as práticas e os gostos passam a constituir um dos objetos de análise para entendimento da realidade social. Essa teoria da prática “evoca a construção dos objetos de conhecimento através do sistema das disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática, e que é sempre orientado para funções práticas.” (BOURDIEU, 2009, p. 86). Nessas disposições vemos

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência [que] produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU, 2009, p. 87).

Esses princípios geradores e organizadores de práticas estão configurados no *habitus*, e são produto da interiorização do mundo social, iniciada no contato familiar e reforçada pela escola. Eles contêm, entre seus elementos formadores, os esquemas de percepção, pensamento e ação, permeado pelo legado do patrimônio cultural coletivo, desde a língua nacional até os saberes locais.

Porque o *habitus* é uma capacidade infinita de engendrar em toda liberdade (controlada) produtos – pensamentos, percepções, expressões, ações – que sempre têm como limites as condições historicamente e socialmente situadas de sua produção, a liberdade condicionada e condicional que ele garante está tão distante de uma criação de imprevisível novidade quanto de uma simples reprodução mecânica dos condicionamentos iniciais [...] o *habitus* tende a engendrar todas as condutas “razoáveis”, do “senso comum”, que são possíveis nos limites dessas regularidades, e apenas dessas, e que têm todas as possibilidades de ser positivamente sancionadas porque são objetivamente ajustadas à lógica característica de um campo determinado, do qual antecipam o porvir objetivo; ele tende conseqüentemente a excluir, “sem violência, sem arte, sem argumento”, todas as “loucuras”, isto é, todas as condutas destinadas a ser negativamente sancionadas porque incompatíveis com as condições objetivas. (Bourdieu, 2009, p. 91).

Essa lógica característica do campo está inscrita nos corpos dos agentes, sem a consciência dos próprios. Contudo, o autor deixa uma “fresta da porta aberta” para a mudança, quando iguala a distância entre a criação imprevisível e a reprodução mecânica dentro das condições históricas e sociais, que podem se alterar. Um exemplo pode ser visto na mudança do conceito de patrimônio cultural e das políticas dele decorrentes, que hoje tratam a diversidade e a pluralidade como norteadores, promovendo (junto a outras ações sociais e educacionais, e não sem resistência, obviamente) o reconhecimento de

“regularidades razoáveis” do senso comum, inimagináveis em outros momentos históricos.

Dessa forma, indivíduos oriundos de um mesmo espaço social têm mais possibilidades de vivenciarem situações semelhantes do que aqueles indivíduos provenientes de espaços sociais distintos. Esta afirmação parece homogeneizadora, mas a palavra “possibilidades” deixa precedente para alterações. Opera, assim, a individualidade na experiência, e relaxa a estrutura, na “presença de diferenças significativas entre os *habitus* individuais que remetem à singularidade das trajetórias sociais, uma vez que cada *habitus* realiza uma integração única entre as experiências passadas e presentes.” (ALVES, 2016, p. 305).

Ainda assim, na atuação no campo ou no espaço social, o agente procede ajustado a sua lógica, tendo sua prática executada dentro das possibilidades objetivamente oferecidas, “dentro de um universo de situações que reforçam suas disposições.” (ALVES, 2016, p. 306). Tal ajustamento entre o campo e o *habitus* promoverá a capacidade de agir, da “maneira certa”, do agente.

Os agentes que têm a estrutura objetiva de um campo inscrita nos seus corpos agem como bons jogadores dentro dele, fazem o que têm que fazer, o que está dentro das possibilidades oferecidas objetivamente e o que se espera deles sem ter que pensar demais, quase de maneira natural e inata. Essa capacidade de agir de maneira certa dos agentes dentro da lógica de um campo acontece quando há um ajustamento do *habitus* à posição ocupada na estrutura objetiva, pois ao ser o *habitus* incorporação da necessidade objetiva, necessidade tornada virtude, as ações, pensamentos, percepções, representações e estratégias que cada agente leva a cabo estarão sempre ajustadas a cada situação. (CANAL, 2015, p. 32).

Chega-se, então, a um ponto central para o desenvolvimento do trabalho, que fora abordado por Bourdieu, em sua pesquisa, nos museus: a necessidade. Se o autor afirma que existe um ajustamento entre *habitus* e campo, dentro de sua posição no espaço social, e que esse *habitus* é a incorporação de uma necessidade objetiva, pode-se refletir sobre quais são essas necessidades objetivas (práticas), e em que grau a prática cultural, no sentido estrito, se faz como necessidade objetiva.

Em realidade, pelo fato de que as disposições duravelmente inculcadas pelas possibilidades e impossibilidades, liberdades e necessidades,

facilidades e impedimentos que estão inscritos nas condições objetivas [...] engendram disposições objetivamente compatíveis com essas condições de alguma forma pré-adaptadas às suas exigências, as mais improváveis práticas se encontram excluídas, antes de qualquer exame na qualidade do impensável, por essa submissão imediata à ordem que inclina a fazer da necessidade virtude, ou seja, a recusar o recusado e a querer o inevitável. (BOURDIEU, 2009, p. 89).

As condições objetivas têm grande relevância na constituição das disposições inculcadas, na “constituição” das necessidades compatíveis com tais condições, de modo que o agente queira o que lhe é “inerente” querer. Assume-se então que, entre as condições objetivas, temos o acesso à cultura realizado, primeiramente, pelos equipamentos culturais, fazendo-se necessário pensar sua distribuição pelo território estudado, conforme exposto no capítulo três. É necessário, ainda, refletir sobre o capital cultural, inscrito nas práticas dos agentes envolvidos no processo de edificação das práticas culturais, neste caso, professores, alunos e gestores dos equipamentos culturais.

Ou seja, para se desejar ir a um museu, é necessário ter esta ‘necessidade cultural’, sendo que a ausência da prática acompanha-se da ausência do sentimento desta ausência... Esta propensão a consumir certos objetos, esta ‘necessidade’ cultural diferencia-se das ‘necessidades primárias’, sendo o produto da educação: é a Escola que cria a ‘necessidade cultural’, ao mesmo tempo em que fornece os meios de satisfazê-la!”. (BOURDIEU; DARBEL, 2007, p. 69).

Se a ausência da necessidade cultural, observada por meio da inexistência da prática cultural, aqui entendida sob a vertente de utilização dos equipamentos culturais, é determinante para “ausência do sentimento desta ausência”, temos um *habitus* cujas disposições estruturadas e estruturantes se ajustam a um campo que pode não entender a prática cultural como necessária.

Em suma, a inexistência do acesso aos E. C. e da presença destes, marcada no capital cultural incorporado dos agentes, pode se refletir na “ausência do sentimento da ausência”, de modo que essas instituições não representem papel de relevância para a comunidade nas quais estão instaladas, distanciando os indivíduos do patrimônio cultural local disposto através das suas ações. O capital cultural se apresenta sob três estados, segundo Bourdieu: o incorporado, o objetivado e o institucionalizado, sendo o primeiro, de ordem pessoal e intransferível, organizado como disposições duradouras formadas no interior dos corpos e convertidas em posturas corporais, preferências estéticas e

habilidades linguísticas; o segundo é transmissível, e se estabelece pela posse de bens materiais que refletem a cultura dominante, tais como quadros, livros e coleções e, o último, manifesta-se sob a forma de certificados e diplomas, que podem ser convertidos posteriormente em capital econômico. (MARTINS, 2016, p. 175).

Não se deve, também, silenciar a crítica quanto à estruturação dos E. C. que não dialogam com a sociedade de forma plural, deixando de adotar o discurso polissêmico presente nas políticas culturais constituídas. Daí, também, a necessidade de abordar criticamente e construtivamente os gestores e as políticas, a fim de verificar a presença daquele discurso nas ações ou diretrizes adotadas e, também, o que se entende por “cultura legítima”, ou se ambos coadunam.

A relação que se estabelece entre as instituições culturais abordadas e os jovens residentes na cidade são, assim, analisadas através das lentes de Bourdieu, buscando apreender, por meio de seu capital cultural incorporado, das suas práticas e disposições, como se estabelece as interfaces com a estrutura, com o campo cultural da cidade.

Sendo assim, o *habitus*, enquanto sistemas de experiências e disposições duráveis, estruturas estruturadas e estruturantes, aciona condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência que, por sua vez, afasta os agentes mais vulneráveis das práticas culturais. Favorece, assim, uma classificação hierarquizada que permeia todo o mundo social através das preferências e representações simbólicas presentes na prática cotidiana, reforçando que a posse dos bens culturais divide os grupos sociais entre dominantes e dominados.

Todas essas condições de existência, ainda que circunscrevam os condicionamentos adjacentes, são transponíveis e, aqui, encontram-se brechas para o uso significativo do patrimônio cultural e sua importância, enquanto ferramenta para a superação do que está previamente regulado, proporcionando o conhecimento desses mecanismos engendrados no seu espaço social, construído historicamente.

Aos questionamentos presentes soma-se a compreensão de como as políticas culturais estabelecidas, ou consolidadas, por meio dos E. C. atingem os jovens em sua educação e seu desenvolvimento cultural. Acredita-se que esses jovens, se em contato com a cultura local, ancorariam suas identidades, bem como entenderiam o contexto estabelecido em toda sua diversidade, estando aptos para serem agentes de mudança das condições dadas, sem aceitação passiva do que lhe é imposto, partindo do reforço à uma

postura crítica e constituída por meio da memória partilhada socialmente, considerando seu espaço social. Este como se sabe, não é fixo e, através das experiências e dos capitais acumulados, pode ser alterado.

É imperioso destacar que o olhar sobre as políticas culturais e seus equipamentos contempla os gestores e nos jovens, uma fração importante dos usuários reais ou potenciais, tentando alcançar as duas pontas das relações. As marcas da ausência, do autoritarismo e da instabilidade (RUBIM, 2007), chagas na evolução histórica das políticas culturais no Brasil, pensada por intermédio do *habitus*, talvez nos revele que o afastamento da necessidade, concretizada na exiguidade do Estado no campo cultural, circunscreve a população e os próprios gestores. Isso ocorre porque o capital cultural parte do pressuposto de que as pessoas sejam educadas para compreender, tornando a história natural ao indivíduo. A cultura presente na história, inculcada no agente, traria alienação entre os elementos definidores da diversidade e da identidade possibilitados pelas políticas culturais que não os atinge e, assim, seria incabada ou mutilada. Entende-se, sob essa faceta, o *habitus*, portanto, como

[...] aquilo que confere às práticas sua relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato. Esta autonomia é a do passado, ordenado e atuante que, funcionando como capital acumulado, produz história na base da história e, assim, assegura que a permanência no interior da mudança faça do agente individual um mundo no interior do mundo”. (BOURDIEU, 1990 [1980], p. 56).

A constituição do capital acumulado, dissociado das práticas culturais provenientes do patrimônio cultural, disposto pelas políticas culturais e seus equipamentos, – e que deve contemplar a identidade através da diversidade e da alteridade – engendraria representações simbólicas, afastadas da compreensão alargada que o capital cultural pode oferecer.

Essas questões seriam pertinentes em qualquer sociedade e cidade do mundo, mas, em Macaé, colocam-se de forma mais preponderante em razão da grande fluidez migratória das últimas décadas, hoje em declínio, e da rápida transformação da paisagem da cidade. Muitos dos jovens, citados como residentes na cidade, podem não ser dela naturais como seus pais ou avós, e este fato pode ser apontado como uma característica que contribui para o estranhamento da cultura local.

Nesse sentido, o estudioso dessas relações que se constituem entre a história, a sociologia e a antropologia no território ocupado ainda se considera um estrangeiro, um “visitante permanente” engajado na compreensão de como essas imbricações se realizam.

2.5.1 Educação e capital cultural

Bourdieu (2007) destaca continuamente em seus escritos que o capital cultural está diretamente relacionado com o desempenho escolar ou o “sucesso escolar”, tendo a grande influência dos benefícios específicos que os estudantes possuem, decorrentes de sua posição no espaço social. Isso implica na ruptura com o senso comum das aptidões naturais.

Há uma profunda afinidade entre a cultura escolar e a cultura dos grupos sociais dominantes, de maneira que a familiaridade com a “cultura culta” precede a socialização escolar que, por sua vez, impõe uma desleal competição entre crianças herdeiras de distintos repertórios culturais, promovendo a perpetuação de uma desigualdade com base na origem social. Aqui está a chave de compreensão (conhecer o campo “onde” se está e “contra o qual” se está) das desigualdades de desempenho escolar dos alunos de diferentes classes sociais. O aprendizado “natural” e espontâneo para uns significa o “martírio” de outros. Enquanto as exatas habilidades dos filhos da classe dominante que instituíram a “norma culta” são bem-vindas na escola, distanciam-se e antagonizam-se radicalmente aos primeiros referenciais culturais e linguísticos daqueles outros muitos alunos de origem popular que dificilmente desenvolverão uma trajetória de êxito escolar. (RIBEIRO, 2017, p. 312).

No entanto, o autor complementa que a maior parte das propriedades desse capital cultural está inscrito no corpo, através de uma acumulação que também pressupõe o investimento do próprio agente que, seguramente, é mais facilitado em função de sua posição no espaço social e do capital econômico disponível. Essa direção não é inequívoca, existindo a possibilidade de adquirir o capital cultural tardiamente.

Em sua obra “A distinção”, o intelectual indica que alguns indivíduos adquirem competências culturais e estabelecem uma relação específica com a cultura por intermédio de um aprendizado profundo, precoce e insensível, que tem início desde a mais tenra idade, no seio da família, e que é prolongado posteriormente pela socialização escolar. (ALVES, 2016, p. 303).

Contudo, Bourdieu segue a premissa de que a educação pode ser um perverso mecanismo de reprodução dos privilégios sociais e de dominação, e que o êxito escolar, longe de ser um dom inato, trata-se de uma determinação da origem social, o que interdita o propalado conceito de meritocracia.

Assim numa sociedade em que a obtenção dos privilégios sociais depende cada vez mais estreitamente da posse de títulos escolares, a escola tem apenas por função assegurar a sucessão discreta a direitos de burguesia que não poderiam mais se transmitir de uma maneira direta e declarada. Instrumento privilegiado da sociodicéia burguesa que confere aos privilegiados o privilégio supremo de não aparecer como privilegiados, ela consegue tanto mais facilmente convencer os deserdados que eles devem seu destino escolar e social à sua ausência de dons ou de méritos, quanto em matéria de cultura a absoluta privação de posse exclui a consciência da privação de posse. (BOURDIEU; PASSERON, 2012, p. 251).

Embora seja evidente que, na atualidade, a obtenção de títulos escolares não seja garantia de privilégios sociais, tampouco de obtenção de capital econômico, é imperativo salientar que as classes dominantes têm fácil acesso a tais mecanismos de perpetuação e, sobretudo, de assegurar os lugares de fala autorizados na sociedade contemporânea.

Tal lugar de fala também tem influência direta nas práticas culturais, autorizando e desautorizando determinadas práticas dentro do campo cultural, desde as escolas até os equipamentos culturais, ficando evidente a violência simbólica e, também, um campo de disputas pela valorização cultural entre dominados e dominantes. Muitas vezes, esse embate resta silenciado, ou mesmo inexistente, visto que “a cultura dominante é interiorizada nos alunos de modo natural como se fosse uma cultura universal, neutra e essencial para os indivíduos” (RIBEIRO, 2017, p. 313), determinando o apagamento de práticas culturais sem aceitação ou mal vistas.

Embora o autor se mostre cético quanto ao papel desempenhado pela escola na realidade social, quanto à determinação de capital cultural, o caráter disruptivo e criativo inerentes ao fazer cultural podem ser determinantes para a superação desse modelo, com a transformação de valores. A isso, soma-se ainda a potência da implementação de política culturais intensamente debatidas e que representem os anseios da sociedade demandante. Por isso, como acentua Vilutis e Rubim (2018, p. 10), “reconectar as políticas culturais com as universidades e com outras instituições de ensino é desafio

fundamental para o aprofundamento da democracia, para a ampliação da liberdade de expressão”.

Essa correlação entre a educação e o capital cultural, a qual demonstra o reforço das desigualdades, é necessária para a abordagem almejada pelo presente trabalho, realçando a evidência das contradições e interdições e, mais ainda, a importância do capital cultural e das ações políticas culturais como fontes de transformação da realidade social por meio dos agentes. Como demonstrou Scheila de Abreu e Silva (2013, p. 54), ao estudar a educação básica macaense, existem variáveis escolares e dos processos internos aos estabelecimentos de ensino, que podem ser consideradas para além da posição no espaço social. Mesmo Bourdieu indica a possibilidade de políticas públicas destinadas a intervir na “violência inerte” das estruturas sociais.

Essa dimensão relacional entre a educação e o capital cultural deve ser ressaltada, e constitui a indicação pela qual os estudantes devem figurar entre os objetos da pesquisa.

2.5.2 Memória e patrimônio cultural

Diante de todo o exposto, cabe demarcar melhor os conceitos de memória e de patrimônio cultural. Ambos remetem, à primeira vista, ao passado e a um certo conservadorismo social, e encontram-se sempre presentes nas seções de documentos que tratam da cultura, nos mais variados contextos.

E, justamente, por remeterem ao que é ou não patrimônio, o que é ou não “memorável”, enfim, o que deve ou não ser lembrado e constituído como parte da regionalidade, devem ser sempre pautados como objetos de discussão e de atenção no contexto das políticas públicas e das práticas culturais. Aqui a diversidade se faz presente de forma especial e, muitas vezes, à margem da história integralizada e homogeneizante. Ao acionar a memória e o patrimônio cultural local é que conseguimos atingi-la. É por isso que a dimensão municipal da gestão e da política cultural são tão importantes nesse contexto, visto que podem “contribuir para a conformação de um outro cenário do futuro: o de uma sociedade democrática e participativa, com a existência de uma efetiva cidadania cultural”. (CALABRE, 2018, p. 53).

A definição unívoca para ambos conceitos não existe, mas sim, formas de aproximação, com as quais se trabalhou até o momento. A que mais se aproxima, para o patrimônio cultural, é aquela expressa pela Declaração do México (1985), como “o conjunto dos produtos artísticos, artesanais e técnicos, das expressões literárias, linguísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente”. Embora simplista, chama atenção para produções no presente, contrariando a ideia de que o patrimônio pertence somente a significação do passado, e também abrangendo a dimensão da diversidade, deixando de fora a noção de “um só povo”. Teixeira Coelho critica tal definição incluindo elementos da cultura popular, do movimento ecológico e dos espaços naturais (patrimônio ambiental), e chama a atenção, ainda, para o papel do patrimônio cultural que

[...] é o da manutenção, construção ou reconstrução da identidade (pessoal e coletiva) de modo sobretudo a proporcionar, ao indivíduo e ao grupo: a) um sentimento de segurança, uma raiz, diante das acelerações da vida cotidiana na atualidade; b) o combate contra o estranhamento das condições de existência, ao proporcionar a vinculação do indivíduo e do grupo a uma tradição. (1997, p. 287).

Não se busca tratar de um passado já cristalizado, no culto de um passado “memorável”, mas justamente ao contrário, dando audiência, sobretudo, através da memória, aos segmentos que, antes, num contexto histórico, tinham a voz suprimida ou mesmo sem escuta, refletindo criticamente, entendendo a memória também como espaço de luta e recalque. Entretanto, para que o indivíduo reúna essas condições, é imprescindível que ele se aproprie do patrimônio cultural no ambiente no qual ele está inserido, um dos grandes objetivos de qualquer política cultural que enseja as mudanças sociais é suprimir a alienação. Afinal, como se sabe, “os processos de mudança política e social favorecem a ressignificação e a proliferação de novas imagens, palavras, sons e objetos vários, com o fito de ocupar no imaginário social o lugar dos velhos signos”. (ABREU; CHAGAS, 2009, p. 141).

No campo da memória, ainda contando com o auxílio de Teixeira Coelho, tem-se a relação direta da memória com a imaginação, já que a

[...] memória participa da natureza do imaginário como conjunto das imagens não gratuitas e das relações de imagens que constituem o

capital inconsciente e pensado do ser humano. A memória não é assim uma faculdade passiva, mas um princípio de organização – e de organização do todo, frequentemente a partir de um pequeno fragmento do vivido. (1997, p. 287).

Essa forma de descrição afasta a fragmentação e a passividade de uma memória que, utilizada como instrumento de quem domina o poder, passa a representar somente uma parte através dualidade lembrança/esquecimento. (TEIXEIRA, 1987). A sua representação, como capital, é interessante à utilização de Bourdieu e sua noção de *habitus*. Visando ultrapassar as definições colocadas pelas letras legais e convenções internacionais, que serão melhor abordadas no capítulo seguinte, e ainda no terreno do indivíduo, a abordagem da memória e do patrimônio cultural através de Bourdieu, com o uso dos instrumentos teóricos de *habitus* e de campo – que não podem ser compreendidos separadamente – traz novos elementos na tentativa de compor um quadro de referência delineado entre o objetivismo estrutural e subjetivismo individual. A atenção ao primeiro instrumento teórico citado se dá na tentativa da análise empírica da decomposição do sistema simbólico que está na gênese do *habitus* dos indivíduos (com ênfase no local). Esse diálogo se reflete na política e na prática, e por isso o trabalho procura deslizar através desses pressupostos, clarificando a territorialidade no indivíduo.

A partir do autor é possível reconhecer a existência da *doxa* – o que é naturalizado no campo – que abarca o patrimônio, produzindo e reproduzindo a naturalização cristalizada pelos acionamentos das forças dominantes. Isso traz à consideração que o campo do patrimônio não é estanque, é sim composto pela luta constante pela classificação e hierarquização do real. Nesse sentido, “falar de hierarquização de bens culturais é admitir o espaço social como um espaço de relações de poder desiguais, e estas, como construções históricas e, notadamente, políticas” (PRADO, 2010), a priori, também um espaço de disputa e de poder. A produção cultural e simbólica que se cristaliza em patrimônio cultural deve ser desnaturalizada, o que implica na negociação entre os diferentes grupos que formam a sociedade, dinâmica tal que exige a assimilação da lógica do campo consciente ou inconscientemente.

Como indica Joël Candau (2019, p. 22), implicando Bourdieu, o *habitus*, como experiência incorporada, depende de disposições corporais, absorvidas permanentemente, constituindo o conhecimento do indivíduo ou seu “senso prático”. Este aspecto exigiria interação com a cultura local, onde se possibilitasse ao indivíduo a

apropriação. O passado não seria apenas uma representação, mas agiria pelo corpo ou, mais exatamente, estaria presente agindo nas disposições que ele produziu. (CANDAU, 2019, p. 23).

Dessa forma, temos a leitura, na memória e no patrimônio cultural, sob Bourdieu, de construções em permanente disputa, que tendem à cristalização das classificações de grupos hegemônicos, inculcadas primeiramente através da família e da escola, e objetivadas na realização e apropriação dos bens culturais. A “cultura legítima” que se produz dessa dinâmica é “produto da dominação predisposto a exprimir e legitimar a dominação” (BOURDIEU, 2007, p. 2014), e que naturaliza a imagem de acesso isonômico aos instrumentos de apropriação da herança cultural. Não podemos perder de vista que essa legitimação é expressão de um tipo de poder:

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1989, p. 14-15).

No imbricamento entre a legitimação cultural, que forma o que conhecemos como patrimônio cultural (e identidade), e o local, também podemos depreender que a construção da regionalidade, constitui, o mundo social como representação e vontade, e dessa forma, “existir socialmente é também ser percebido como distinto” (BOURDIEU, 1989, p. 118). Esses elementos apontam que

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer colectivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social. (BOURDIEU, 1989, p. 124).

Nessa mesma linha, incluem-se aqui outras variantes, passando aos E. C., ponderando sobre o que eles representam ou enunciam, se falam da mesma regionalidade que os indivíduos ou se traçam relações de pertencimento e identitárias entre as várias regiões que compõem o município, pois, sem perder de vista que se travam lutas pela

conservação ou modificação das relações de força simbólicas, é que o papel dessas instituições pode ser (ou não) potencializado.

No contexto da identidade, temos a contribuição de Candau, que corrobora a importância da “memória forte”, aquela memória organizadora, no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo, e da representação que ele vai ter da sua própria identidade (2019, p. 45). Temos assim, um campo cultural composto pelo embate de agentes pela definição de visão de mundo, e assim de ação sobre o mundo, que legitima determinada cultura, determinada representação de uma identidade que irá estruturar a sociedade.

Em distinto enfoque, com a constante velocidade impressa ao cotidiano social e seu imediatismo, que dificulta a transmissão da memória pela via religiosa e doméstica, o aporte social dos E. C. é significativo, desde que encontre no seu reconhecimento permanente crítica e discussão, representando um meio de transformação da realidade arbitrária posta e ignorada, um espaço de transgressão. Insistindo na ideia de que o acesso aos E. C. é parte importante para apropriação da cultura local, do patrimônio e da memória (mais ainda para uma população migrante), refuta-se a mera “multiplicação descontrolada” (2019, p. 114) desses equipamentos, insistindo na sua função social, carregando em sua construção o conhecimento, a pesquisa, o estudo e a guarda da memória, mas não o monopólio da narrativa hegemônica. Há de se articular a agenda dos E. C. entre as funções tradicionais e a crescente politização de suas atividades.

É evidente que existe uma memória hegemônica constituída nos próprios E. C. e através das ações que implementam. Contudo eles devem ser críticos permanentes de si – utilizando as próprias políticas municipais – e decompostos pela sociedade, que se apropria de sua cultura local instituída. Esta apropriação implicaria em novas roupagens, demarcações culturais no contorno da dinâmica cultural, com efeitos diretos na formação da identidade. Como destaca Abreu e Chagas, entendendo a sociedade polifônica dos dias de hoje

São as narrativas urbanas, regionais e locais, nas quais está em jogo a construção de uma identidade específica, capaz de articular outras tantas narrativas, em função de um eixo arbitrariamente construído. Esse eixo ordenador quer também exercer um papel de mediação em relação ao local nacional e global. (2009, p. 15).

A aproximação com as perspectivas culturais da memória e do patrimônio se dão em virtude de sua importância na constituição das expressões da dimensão simbólica da cultura, que envolve valores, crenças e práticas, as quais têm relação com as raízes históricas e culturais de um território. Retomando Bourdieu, e o essencial de suas definições, tais composições são fundamentais e também se fazem presentes nas relações entre as “disposições estruturadas e estruturantes que se constitui na prática” (BOURDIEU, 2009, p. 86), tanto que a apropriação desse patrimônio cultural pelos indivíduos constituiu grande objeto de estudo do autor.

Esse entendimento encontra abrigo na letra da legislação, em vários pontos, tais como as normas municipais referentes à cultura em Macaé, por exemplo, na Lei Complementar N.º 46 de 2004, artigo 99, inciso IV, o qual tratava das finalidades da Fundação Macaé de Cultura (FMC), e que trazia o trecho “elevar a autoestima da população através do uso e produção de cultura”. (MACAÉ, 2004a). O mesmo ocorre na fala de gestores culturais, como Gisele Muniz¹⁵, a qual, refletindo sobre as mudanças culturais das décadas anteriores e pensando a sobre a Macaé do futuro, afirmou que sua proposta era “refletir sobre a importância do estudo da história de Macaé, como meio de criar mecanismos necessários para uma nova abordagem da sociedade macaense, de forma a resgatar e valorizar sua identidade”. (BORDALO, 2009).

A FMC foi criada pela Lei N.º 1.752 de 1997 para coordenar a gestão municipal da cultura¹⁶, e trazia como pauta “o resgate da memória do patrimônio histórico e cultural de Macaé” (MACAÉ, 1997), sem fazer qualquer detalhamento de que patrimônio é esse, ou de fazer menção à sua diversidade, contudo, nos veículos de comunicação, essa posição é sublinhada.

Criada em 1997, a Fundação Macaé de Cultura (FMC) tem como principal missão fomentar a difusão de talentos e proporcionar à comunidade condições de desenvolvimento cultural, dinamizando, incentivando e difundindo a cultura em seus *diversos aspectos*. Outra meta da Fundação é elevar a auto-estima da população através do uso e produção de cultura. A Fundação promove, incentiva e executa atividades culturais, isoladamente ou em parceria com organizações e entidades públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, não só nos campos da música, dança e representações cênicas, mas em *todas as*

¹⁵ Coordenadora da subsecretaria municipal de Acervo e Patrimônio Histórico (2009) e professora de História.

¹⁶ A Lei N.º 2.445/2003 que dispõe sobre o patrimônio Cultural em Macaé também estabelece funções para Fundação Macaé de Cultura.

vertentes de manifestações de cultura, inclusive as de caráter popular. (FÓRUM SÉCULO XXI, 2007, grifo nosso)¹⁷.

Possuía ainda uma Divisão de Patrimônio, responsável, entre outras incumbências, de “proceder à identificação, cadastramento, preservação, aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural do Município, bem como empreender trabalhos de estudos e pesquisas, com a finalidade de indicar os bens merecedores de tombamento ou destombamento” (MACAÉ, 1997), conservando o campo cultural do exercício de participação civil, uma vez que encontrava-se alijado de compor tal processo, o que nos leva a questionar quais seriam os “bens merecedores” de patrimonialização, se aqueles referentes à religiosidade católica e de origem colonizadora européia¹⁸, e bem como o grupo de pessoas responsáveis por tão importante chancela.

Capitanear o que se pode chamar de “memória e patrimônio cultural macaense” passa diretamente pelas funções dos equipamentos de cultura, e por esta razão, essa conexão é direta e permanente. Contestando inequivocamente, a todo o momento, a ideia de cultura hegemônica, ou como coloca Bourdieu, que parte do contexto francês, erudita.

A aproximação entre tais conceitos ficou bem marcada na expressão cunhada por Pierre Nora, os chamados “lugares de memória”. Como indicou Abreu e Chagas (2009), o crescimento dos museus e das práticas de colecionamento está relacionado a um mundo sem memória, que cultua a juventude e a nova informação, que rompeu com o passado, em um contexto de fronteiras progressivamente fluídas. Paradoxalmente, onde o indivíduo encontra-se “desagrupado”, promove retomadas, em busca dos elos com a anterioridade. O patrimônio cultural e a memória local são pressupostos básicos para refletir sobre a forma como os indivíduos se relacionam com a regionalidade.

¹⁷ Fonte: <https://forumseculo21.com.br/noticias591,fundacao-macae-de-cultura-leva-arte-e-oportunidades-as-comunidades-carentes.html>

¹⁸ É possível identificar essa vertente nos bens móveis catalogados pelo INEPAC/RJ.

3 PERCURSO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: imbricações entre história e cultura sob a égide do Estado

A bibliografia que alude às políticas culturais é unânime em apresentar dois projetos contemporâneos como inauguradores no país: o de Mário de Andrade, no Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, entre 1935 e 1938, e o de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, entre 1934 até 1945.

O primeiro, que pode ser lembrado como o precursor dos dirigentes públicos de cultura, pensava a política pública cultural conferindo-lhe centralidade nas ações, de forma alargada, não somente como direito das elites, mas de todos os cidadãos

O ministro Gustavo Capanema entendia a cultura como indissociável do desenvolvimento educacional e das questões políticas do país. E este pensamento casava perfeitamente com o caráter estratégico da educação e cultura para produtores de símbolos de brasilidade promotores do nacionalismo. Há que se destacar, também, que ele contava com grande capital simbólico de modernistas no seu assessoramento, com nomes como Cândido Portinari, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco e Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, além do apoio de Getúlio Vargas. (QUADROS; MACHADO, 2013).

Como sublinha Rubim (2007, p. 18), o breve intervalo democrático entre o Estado Novo de Vargas, em 1945, e o Golpe Militar de 1964, teria como marca o progresso em quase todas as áreas culturais, como na literatura, no cinema, na música, no rádio e em várias outras. Esse desenvolvimento se operou com o respaldo da iniciativa privada, sem “qualquer correspondência com o que ocorre nas políticas culturais do Estado brasileiro. Elas, com exceção das intervenções do SPHAN, praticamente inexistem.” Fica nítida a permanente descontinuidade das políticas culturais adotadas como de governo, e não de Estado, respaldando o diagnóstico das tristes tradições postuladas pelo estudioso, condensadas na ausência, no autoritarismo e na instabilidade.

E o percurso histórico demonstra que a cultura sempre esteve no horizonte dos governos, seja na ausência, que também configura uma forma de política estatal, seja sob a ótica do controle ou difusão de uma determinada ideologia, configurando o autoritarismo, traço infelizmente ressuscitado pelo atual governo Bolsonaro. No entanto,

os meios de comunicação nunca foram alvos da gestão dos Ministérios da Educação ou da Cultura. (CALABRE, 2007).

Algumas alterações administrativas se dariam em 1961, com a reativação do Conselho Nacional de Cultura, no governo de Jânio Quadros. Porém, é a partir de 1964, com a Ditadura Militar, que se assistiu à retomada da implantação de uma política cultural, sendo criado, em 1966, o Conselho Federal de Cultura.

Importante personagem no campo cultural entre a década de 1970 e 1980, o designer gráfico Aloísio de Magalhães, também ocupou o posto de Secretário da Cultura do MEC pelo curto período de 1981 a 1982, mas, apesar do pouco tempo, contribuiu sobremaneira no diálogo entre as instituições que estavam sob sua secretaria.

Reconhecido como portador de uma ideia antropológica de cultura a qual expandia o conceito que, para muitos, ainda guardava relação com a erudição cultural do século XIX¹⁹, e visto como sucessor de Mario de Andrade, Aloísio de Magalhaes faleceu abruptamente em junho de 1982. Todavia, trouxe renovação às políticas culturais do país, que reforçava nas vozes dos secretários estaduais de cultura²⁰ a possibilidade de criação de um ministério da cultura, embora o próprio Magalhães fosse favorável a uma secretaria forte a um ministério debilitado. (RUBIM, 2007; CALABRE, 2007).

O governo Sarney inauguraria o incentivo fiscal como forma de financiamento da cultura, e que perdura até os dias de hoje, com modificações ao longo dos governos que foram se sucedendo. Em 1985, o Ministério da Cultura (MinC) fora criado, seguido, em 1986, da Lei N.º 7.505, a qual versava sobre os “benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico”, mais conhecida como Lei Sarney.

Apesar da criação do ministério e da lei de incentivo, percebe-se a ausência de uma consistente política cultural. Mais uma vez, temos a ocorrência das tristes tradições de Rubim, marcadas aqui pela ausência do Estado na promoção do direito a cultura. Alexandre Barbalho (2007, p. 47) destaca que a lei “não distinguia entre os produtos culturais aqueles que eram viáveis comercialmente daqueles que necessitavam de apoio público”, e ainda acrescenta que o “pouco controle do poder público foi o calcanhar de

¹⁹ Aimeé Duarte (2018) chama a atenção para artigo da constituição de 1967, promulgada para respaldar o golpe de 1964, e que trazia em seu artigo 118 a afirmação de que os juízes federais serão nomeados dentre brasileiros “de cultura e idoneidade moral”, tendo a cultura como distinção para a elite do país.

²⁰ No ano de 1976, ocorreu o primeiro encontro de Secretários Estaduais de Cultura, originando discussões que positivariam a criação de um ministério voltado para a cultura.

Aquiles da lei”, trazendo a avaliação do próprio Sarney que considerava a ausência do Estado como uma garantia de “um espírito imensamente descentralizador, que transferia para a sociedade a iniciativa dos projetos, a mobilização dos recursos e o controle de sua aplicação”. (SARNEY, 2000, p. 38).

Fundamental enfatizar uma das principais contribuições ocorridas no governo Sarney, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, que redigiu a Constituição Brasileira de 1988 (CRFB). Conhecida como a constituição cidadã, ela trouxe inúmeros avanços no campo cultural. Aimée Duarte (2018, p. 64) contou em 27 vezes o uso do termo “cultura” e “patrimônio”, separadamente, “tendo pela primeira vez uma seção inteira (II – Da Cultura)”. E ainda indica que a CRFB/88 foi resultado da participação e da pressão sociais,

[...] conseguindo ampliar a noção de direitos, garantindo a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Trouxe interpretações inéditas e, ao alargar o conceito de cultura, houve uma outra inovação: o patrimônio cultural passou a ser registrado de acordo com sua natureza material e/ou imaterial. (DUARTE, 2018, p. 64).

Seu sucessor eleito democraticamente, Fernando Collor de Mello, ampliou as ações de perspectiva neoliberal para o país. No campo cultural, Collor extinguiu o Ministério da Cultura e diversos de seus órgãos, como o SPHAN, e também a Lei Sarney.

Para substituir esta última, Collor e o Secretário de Cultura à época, Sergio Paulo Rouanet, aprovaram a nova Lei N.º 8.313 de Incentivo à Cultura, que ficou conhecida como Lei Rouanet, e o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), que deveria ser implementado por meio do Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART), e o Fundo Nacional da Cultura (FNC) dando incentivo aos projetos culturais²¹. Após a saída de Collor, assumiu o governo o seu vice, Itamar Franco, que restauraria a cultura ao patamar de ministério a partir da promulgação da Lei N.º 8.490 de 19 de novembro de 1992.

Apoiado por Itamar Franco, em 1994 era eleito Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente reeleito em 1998, Fernando Henrique governou o país até o ano de 2002. Nesse período, não somente continuaram, mas se intensificaram as privatizações e a implantação do projeto neoliberal no Brasil, o que também foi marcante no campo

²¹ Conforme Art. 2º da lei 8.313 de 1991.

cultural, onde se modificaram alguns dispositivos da Lei Rouanet, exigindo cada vez mais profissionais qualificados para intermediar sua utilização.

Mesmo com a manutenção do Ministério da Cultura em seu governo, tendo como ministro Francisco Weffort, as ideias neoliberais submeteram a cultura à lógica mercadológica, de forma que as isenções concedidas às empresas foram destinadas para ações de marketing cultural – coordenadas pelo captador de recursos – que viessem a promover sua imagem e, com isso, setores entendidos como de menor visibilidade ficaram sem investimentos, visto que essa era a principal fonte de financiamento adotada pelo governo.

A nova versão da lei reforçou o movimento de transferência para o mercado de uma parcela crescente da responsabilidade sobre a política cultural do país. Por um lado, o Estado abdica de determinar onde investir o dinheiro, o que deveria ocorrer dentro de um planejamento em longo prazo. Por outro, a escolha de qual projeto cultural deve receber o mecenato custeado pelo dinheiro público fica nas mãos dos empresários. Por sua vez, a Lei Rouanet, desacompanhada de uma política nacional de cultura, reforçou as desigualdades entre as regiões brasileiras no que se refere ao apoio à produção cultural. (BARBALHO, 2007, p. 48).

Novamente, assistiu-se a ausência do Estado brasileiro na adoção de políticas culturais nacionais e integradoras, com a continuidade do interesse privado determinando os rumos da cultura no país utilizando, para isso, o dinheiro público. De certa maneira, o privado estava arbitrando, de forma autoritária, onde o dinheiro público seria investido, de maneira que agregasse capital simbólico a sua empresa. A cultura era vista como uma forma de investimento, com ações de marketing.

Em 2002, era eleito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, por dois mandatos consecutivos, conduziria grandes avanços nas políticas culturais por meio do ministro Gilberto Gil e de Juca Ferreira. O cenário encontrado pelo novo governo amalgamava os problemas decorrentes de décadas de relações de política de governo, e não de Estado, para a cultura no Brasil, com ênfase ultimada no neoliberalismo.

O governo Lula e o ministro Gilberto Gil se defrontam em 2002 com complicadas tradições que derivam agendas e desafios: relações históricas entre autoritarismo e intervenções do estado na cultura; fragilidade institucional; políticas de financiamento da cultura distorcidas pelos poucos recursos orçamentários e pela lógica das leis de incentivo; centralização do Ministério em determinadas áreas culturais

e regiões do país; concentração dos recursos utilizados; incapacidade de elaboração de políticas culturais em momentos democráticos etc. (RUBIM, 2007, p. 29).

O MinC foi reestruturado e passou a contar com seis novas secretarias: Fomento e Incentivo à Cultura, Políticas Culturais, Cidadania Cultural, Audiovisual, Identidade e Diversidade Cultural e Articulação Institucional. Esse novo norte pode ser notado em vários trechos de discursos proferidos pelo ministro Gil.

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. (GIL, 2003, p. 11-12).

No âmbito internacional, “o Brasil assumiu posições políticas importantes, como a luta pela diversidade cultural no relevante encontro da UNESCO, realizado em Paris em 2005, sobre o tema” (RUBIM, 2007, p. 30). Esses compromissos seriam firmados no ordenamento jurídico nacional, sob o decreto N.º 6.177, de 1º de agosto de 2007, que ratificava a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

Outras realizações de grande vulto foram as construções do Plano Nacional de Cultura (PNC), que seria aprovado em 2010, e do Sistema Nacional de Cultura (SNC), incluído na CRFB de 1988 pela emenda constitucional N.º 71, de 29 de novembro de 2012, fundamentais para o estabelecimento da cultura como política de Estado, e também para a integração nacional entre os entes federativos, no estabelecimento de políticas culturais também nos âmbitos estaduais e municipais.

Descentralizando as ações, o que também promoveu maior visibilidade do Ministério, programas como o exitoso Pontos de Cultura no âmbito do Cultura Viva, levaram o fomento das políticas culturais ao interior do país, ainda que permanecessem

os problemas relacionados a burocracia e a formação de pessoal especializado na organização cultural.

Em 2005 e 2010 foram realizadas as primeiras Conferências Nacionais de Cultura, conferindo permanente diálogo e interação entre governos e comunidades culturais do país. A permanência também foi característica marcante desse período do governo Lula, tendo dois ministros em oito anos, garantindo assim a continuidade das ações em desenvolvimento, e através da aprovação do PNC, com vigência de 10 anos.

O orçamento, ponto tão sensível ao desenvolvimento das políticas culturais, também foi ampliado no período, chegando próximo ao 1% (um por cento) do orçamento nacional.

A opção por construir políticas públicas, associada à abertura de horizontes, emergiu como uma marca do governo Lula na área da cultura. Proliferam discussões, seminários, câmaras setoriais e conferências, a exemplo das Conferências Nacionais de Cultura (2005 e 2010), primeiras realizadas na história do país. As políticas culturais se constituíram como políticas públicas porque foram baseadas em debates e deliberações negociadas com a sociedade e suas comunidades culturais. Institucionalidade e organização cultural se desenvolveram de modo acelerado. [...] A conjunção de todos estes fatores colocou o Ministério em um patamar político, econômico e social nunca antes alcançado no Brasil. (RUBIM, 2015, p. 13-14).

Entretanto, após o término do governo, alguns pontos ainda permaneceriam como desafios para a próxima gestão, como a escassez de pessoal capacitado no manejo burocrático, observado que o Estado também não estava adaptado a nova realidade do desenvolvimento da área cultural, e a ainda presente concentração de organismos do MinC, o que repercutia diretamente na distribuição de pessoal, bem como de recursos e materiais. (RUBIM, 2015).

Após Gil, assumiu o ministério Juca Ferreira (entre 2008 e 2010), em cuja gestão enviaria a Lei do Pró-Cultura, PL 6722/2010, visando instituir o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, que até hoje aguarda apreciação pelo Senado Federal. (CALABRE, 2015).

Ao término dos dois mandatos do governo Lula, Dilma Rousseff foi eleita, com seu apoio, dando força a um discurso de continuidade das políticas desenvolvidas nos dois governos anteriores de Lula. No primeiro mandato de Dilma, foram duas as ministras que assumiram o MinC: Ana de Hollanda, mesmo com a pressão para permanência de

Juca Ferreira, e Marta Suplicy. Juca Ferreira assumiria no segundo mandato, entre 2015 e 2016, até o impeachment motivado pela acusação de “pedalada fiscal”²² que se encerrou no dia 31 de agosto de 2016, resultando na cassação do mandato de Dilma.

Embora o entendimento fosse de continuidade, o que se verificou foi, mais uma vez, a dificuldade de ininterruptão das ações do governo anterior, em razão da reorganização interna do MinC e suas secretarias, assim como da prevalência da tentativa de aumento de capital político, em razão do cargo ministerial. Para tanto, ações pensadas a curto prazo e que buscam visibilidade, foram marcas desse período.

As gestões do primeiro mandato garantiram uma maior aproximação com o Ministério da Educação, através de programas como o Mais Cultura nas Escolas e o Mais Cultura nas Universidades, avançando na integração entre políticas culturais e educacionais. Entretanto, o programa Cultura Viva sofreu com problemas relacionados a gestão de contas. (RUBIM, 2015).

Ações como a implantação do SNC tiveram continuidade, menos pelo empenho pessoal da ministra Ana Hollanda do que de seus secretários, mas, como ressaltou Lia Calabre (2015), vale destacar que o processo foi finalizado em sua gestão. A criação da Secretaria de Economia Criativa (SEC), em 2012, já indicava o viés da ministra, de maior interação entre cultura e mercado, com isso, “tal perspectiva convergia com os interesses dos agentes privados e de setores do poder público mais propícios a uma perspectiva mercadológica da criatividade.” (BARBALHO, 2015, p. 51).

A senadora Marta Suplicy se licenciou do cargo para assumir a pasta da cultura no lugar de Ana de Hollanda no último quarto de 2012. Foram realizadas novas alterações administrativas no interior do MinC, mais uma vez causando discontinuidades nos processos em execução.

Esse perfil trouxe de positivo o capital político da senadora, mas também enfraqueceu as ações de longo prazo. Por outro lado, projetos que necessitavam de sua força política junto ao legislativo avançaram, como a aprovação do Sistema Nacional de Cultura, com a emenda constitucional N.º 71, de 29 de novembro de 2012, e outros presentes no apêndice A. (CALABRE, 2015, p. 40).

²² “Pedalada fiscal” é um termo usado para descrever artimanha contábil do governo federal, que passa a impressão de que sua arrecadação seria maior que seus gastos, quando o que acontecia era o inverso.

No segundo mandato de Dilma Rousseff, o ministro da cultura seria novamente Juca Ferreira, ministro também no segundo mandato de Lula. Em seu discurso, Juca remete às conquistas alcançadas no governo Lula, refletindo a continuidade nas ações: “Reafirmamos nossos compromissos com as três dimensões das políticas culturais: cultura como dimensão simbólica, cultura como direito de todos e a cultura como uma economia importante.” (BRASIL, 2015).

Mas com a deposição de Dilma, em 2016, houve um retorno e recrudescimento à agenda neoliberal, sob o governo de Michel Temer, vice-presidente legitimado pelo poder legislativo, que permaneceu no cargo entre 2016 e 2019. Ainda como interino, iniciou uma reorganização administrativa com o discurso da austeridade e, nesse fito, tentou extinguir o Ministério da Cultura, em maio de 2016, o que culminou com a forte pressão da classe artística brasileira e de vários trabalhadores e gestores da área cultural, que ocuparam prédios públicos, fazendo-o regredir na medida após duas semanas.

Por sua gestão, de menos de três anos, passariam vários ministros, conforme evidencia o apêndice A, o que, por si, já demonstra a descontinuidade, também motivada pelo descontentamento dos agentes culturais com as ações do MinC e suas críticas permanentes aos indicados. Esse período foi fortemente marcado pela crise política e econômica, com forte retração no orçamento da pasta, movimento já iniciado no governo anterior.

Em 2019, foi eleito Jair Bolsonaro, que também segue a linha neoliberal e do Estado mínimo, dando lugar ao discurso de autorregulação do mercado, de agenda positiva às privatizações em vários setores, e de austeridade nas contas públicas. (MARCELLO, 2018).

Para legitimar esse discurso de cortes no orçamento, a extinção de ministérios tem sido a tônica dos últimos governos e, o ataque à cultura, uma das suas frentes, suprimindo progressivamente o direito assegurado na CRFB de 1988, o que afeta, sobretudo a parcela da população mais vulnerável.

Sendo assim, o que se verificou nos últimos anos foi a diminuição de ministérios, em razão da promoção da imagem de corte econômico “na própria carne”. Os exemplos mais recentes dessas ações se deram no governo Temer, e, atualmente, também no governo Bolsonaro, a pasta encontra-se extinta, com *status* de secretaria. Até novembro

do ano de 2019, subordinava-se ao Ministério da Cidadania. No momento atual encontra-se subordinada ao Ministério do Turismo. (SORANO, 2019).

3.1 A POLÍTICA CULTURAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

Ao mesmo tempo que o amadurecimento do campo da cultura no governo federal acumulava avanços e retrocessos, mas invariavelmente se constituía progressivamente enquanto pauta durante a segunda metade do século XX, culminando na criação do primeiro ministério, em 1985, no âmbito municipal também houveram transformações, datando de 1960 as primeiras secretarias e conselhos de cultura, e ainda, a realização do primeiro encontro de secretários estaduais de cultura, em 1976. Todo esse processo é altamente incentivado pelo Conselho Federal de Cultura. De alguma maneira, temos um movimento em uma outra direção, no início da década de 1980, quando o Fórum de Secretários de Cultura dos Estados inicia suas atividades, atraindo também a participação de alguns municípios, e com uma participação determinante na criação do Ministério da Cultura, em 1985. (CALABRE, 2007).

A gestão municipal mais citada nos estudos sobre políticas culturais no Brasil é a de Mario de Andrade, iniciada em 1935, no Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, sempre apontada como primeira experiência de grande relevância no país, conforme já citado anteriormente. Mas há outra experiência, mais recente, que também merece ser citada e, como a primeira, apresenta destaque na bibliografia do campo: a de Marilena Chauí, também na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, a partir de 1989.

Ambas as experiências guardam a similaridade de partirem de um conceito ampliado de cultura, mais aderente ao viés antropológico. Esta vertente ultrapassa a ideia das formas de financiamento como política cultural do ente público, para pensar a cultura enquanto dimensão transformadora da realidade social. Há, ainda, outras experiências municipais tais como: a criação da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, em 1988, além das primeiras leis de incentivo a cultura das cidades de São Paulo²³ e de

²³ Lei Mendonça pelo município de São Paulo, Lei n.º 10.923 de 30/12/1990.

Vitória²⁴, respectivamente, que também se destacaram. E ainda, no âmbito estadual a relação entre cultura e educação, com Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro entre 1983-1987.

Essa maneira de pensar a relação entre Estado e cultura, conseqüentemente, desvela uma forma diferente de praticar a política cultural, conforme se pode destacar da fala de Marilena sobre a representatividade da Secretaria de Cultura

Pretende ser espaço de representação e de participação dos que trabalham na criação dos símbolos que constituem a cultura, se pretende ser o espaço de encontro para os que desejam fruir os bens culturais e descobrir suas capacidades como criadores de símbolos, ela só poderá fazê-lo concebendo a cultura do ponto de vista da cidadania cultural. (CHAUI, p. 59 *apud* CALABRE, 2019, p. 188).

A preocupação com a gestão da secretaria municipal paulista, presente nesses dois exemplos separados por décadas (mais uma vez a instabilidade), e que partem do conceito alargado de cultura, são importantes, pois se retira o foco da gestão federal, a qual, apesar de sua importância, sobretudo enquanto promotor e coordenador de mudanças, está distante do território habitado, de vivência das pessoas.

Nesta mesma linha, Lia Calabre, reafirma que

Um dos desafios que está posto no projeto de normatização do direito à cultura pela gestão pública é elaborar linhas gerais de ação do governo federal, de maneira a fortalecer a articulação com estados e, mais especificamente, com os municípios onde, de fato, as dinâmicas culturais ocorrem, assim como são praticados os processos de exclusão de direitos e a perpetuação das desigualdades. Há uma grande complexidade na relação entre garantias e medidas de abrangência nacional e práticas, dinâmicas e autonomias locais (ou territoriais). (CALABRE, 2019, p. 189).

Tal ênfase em como o município entende a gestão cultural está diretamente relacionada a como se pretende o direito a cidadania cultural no território, visto que um dos objetivos principais das políticas culturais, em qualquer esfera pública, deve passar por proporcionar esse direito, igualmente, entendendo que esse direito possibilita “a participação efetiva dos seres humanos na vida cultural, de usufruir a cultura de forma plena.” (DUARTE, 2018, p. 69).

²⁴ Lei Rubem Braga, Lei n. ° 3.730 de 05/06/1991.

Aimée Duarte (2018, p. 69) também ressalta a importância do “município como instância de contato imediatamente local com a população. É nele que o prisma antropológico da cultura se concretiza”. Acionados esses pressupostos norteadores, que fundamentam e evidenciam a relevância das gestões culturais municipais, é que buscar-se-á visitar o percurso da gestão cultural de Macaé.

Considerado o décimo terceiro município mais populoso do estado do Rio de Janeiro, com mais de duzentos mil habitantes²⁵, geograficamente está localizado a 180 quilômetros a nordeste da capital do Estado. Em 2017, Macaé apresentou o sétimo PIB *per capita* do estado, o que a coloca entre os dez mais ricos dos noventa e dois municípios do Rio de Janeiro, em ranking do IBGE, o que se deve a sua conhecida relação com a exploração petrolífera, que fez a cidade conhecida em todo o país como “Capital Nacional do Petróleo”.

No âmbito das políticas culturais para a cidade, Macaé teve seu primeiro Conselho Municipal de Cultura criado em 1971, pela Lei N.º 343. Entretanto, ele não foi implementado, conforme indicação da própria lei que o extingue. Foi então criado um novo conselho, por meio da Lei N.º 3.817 de 2012, posteriormente atualizado para Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé (CMPCM), em 23 de março de 2018, sob o decreto N.º 4.446, com publicação no diário oficial datada de 28 de março de 2018.

Tabela 3 – Leis de criação dos Conselhos Municipais de Macaé

Lei N.º	Data	Assunto	Gestão
343	1971	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura	Antônio Curvello Benjamin (1971-1973) / Arena ²⁶
3.817	31/05/2012	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura de Macaé	Riverton Mussi Ramos (2005-2008 PSDB/ 2009-2012/ PMDB)
4.446	23/03/2018	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Políticas	Aluizio dos Santos Júnior (2013-2015 PV/ 2016/2020 /PMDB)

²⁵ Dados do último censo realizado pelo IBGE em 2010. Projeção de 256.672 pessoas em 2019. Retirado da página <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/macaee/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>

²⁶ Fonte: BAIONETA. Infidelidade poderá salvar prefeito: Macaé. A Luta Democrática: Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar (RJ) - 1954 a 1987, ano 19, ed. 5.719, 16 ago. 1972. p. 5. Acervo Hemeroteca FBN.

Culturais de Macaé, e dá outras providências
--

Fonte: Prefeitura de Macaé (2020)

O espaço de tempo de atualização entre a primeira e a segunda legislação de criação dos conselhos de cultura chama a atenção. São mais de 40 anos, o que denota que já não havia atuação, dadas as necessidades que se processam dentro das estruturas governamentais e da sociedade ao longo do tempo, o que exigiria revisões. Sendo assim, o conselho de cultura em Macaé só passou a funcionar, de forma efetiva, na segunda década do século XXI. Este dado, somado ao esquecimento das construções históricas da cidade e dos bens culturais materiais e imateriais, deixa claro as condições do campo cultural da cidade ao longo dessas quatro décadas. A política pública caracterizada pela ausência e descontinuidade no município foi marcante e tem grande influência na subjetividade dos habitantes, como bem destacou Scheila Silva e Teresa Faria.

A ausência de projetos do poder público para preservação destes bens desconsiderados enquanto patrimônio histórico, gerou uma sociedade que desconhece sua essência, não discute o seu passado, não constrói sua identidade a partir da memória do lugar em que vive e, conseqüentemente, não discute o seu presente e o seu futuro (2012, p. 117).

No período de gestão do segundo conselho municipal de cultura, alguns avanços puderam ser notados, como a proposta de reforma na lei N. ° 3.817, a consolidação de políticas públicas para a cultura e o estabelecimento de fóruns e uma pauta de temática cultural para a cidade (ACOSTA, 2015). De certa forma, fica em evidência que, a partir do início deste século, a cultura começa a ter maior espaço para discussão dentro da municipalidade macaense.

Outro ponto de grande importância é o aprofundamento que se deu entre as legislações. Da primeira, que somente cria o conselho, a segunda, que assegura a representação da sociedade civil organizada e estabelece suas competências, e chegando à mais recente, bem mais densa, e que amplia em muito e formaliza algumas das competências do conselho, entre elas, a realização das Conferências Municipais de Cultura, e a avaliação e fiscalização do Fundo Municipal de Cultura e do Sistema Municipal de Informação e Indicadores da Cultura.

Sua formação, atualmente, é composta por 22 membros titulares (com 1 suplente para cada titular), entre representantes do poder público e da sociedade civil: a) representantes do poder público: 2 (dois) representantes do seguimento da Cultura, 1 (um) do turismo, 1 (um) da educação, 1 (um) da assistência social, 1 (um) da saúde, 1 (um) do trabalho e renda, 1 (um) do meio ambiente, 1 (um) do governo, 1 (um) do poder legislativo e 1 (um) da procuradoria geral do município; b) representantes da sociedade civil: 1 (um) representante do seguimento do teatro, 1 (um) da dança, 1 (um) do áudio visual, 1 (um) da música, 1 (um) do artesanato, 1 (um) das artes plásticas, 1 (um) da cultura urbana, 1 (um) da literatura, 1 (um) da cultura popular, 1 (um) do patrimônio e 1 (um) da produção cultural (MACAÉ, 2018). Recentemente, em 16 de maio de 2019, foi aprovado o regimento interno do CMPCM, que reafirma a formação vigente entre o poder público e a sociedade civil, presente na sua lei de criação²⁷. Entretanto, até o momento, segue em análise jurídica, sem sua publicação e início de vigência.

A criação do Sistema Municipal de Cultura (SMC) se deu por meio da Lei N.º 4.447 de 23 de março de 2018, mesma data em que fora criado o Plano Municipal de Cultura, com a Lei N.º 4.448. Com a posse dos conselheiros do CMPCM após eleição realizada durante Fórum de Cultura que reuniu as câmaras setoriais da cultura, a cidade passou a ter o Sistema Municipal de Cultura, também chamada de “CPF da Cultura”^{28 29}. Ambos representam demandas não realizadas até o momento (julho de 2020), fato que eventualmente pode ser atenuado, considerando seu tempo de criação, sendo assim, o SMC encontra-se parcialmente regulamentado e com dificuldades no funcionamento. Como instrumentos de gestão do SMC são citados: a) o Plano Municipal de Cultura; b) o Sistema de Financiamento à Cultura; c) o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais e o d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura. A Lei de Incentivo à Cultura também chamada de Sistema de Financiamento à Cultura (anteprojeto de lei N.º 5.329/2019) ainda não foi aprovada pois a gestão municipal alegou a impossibilidade de oferecer incentivos fiscais em ano eleitoral (2020), em reunião do

²⁷ Lei N.º 4446 de 23 de março de 2018.

²⁸ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/macaee-institui-sistema-municipal-de-cultura> e <http://www.macaee.rj.gov.br/cultura/leitura/noticia/macaee-ja-tem-cpf-da-cultura>

²⁹ Ressalta-se que em 2018 era noticiado que: “Este ano o município criou o Fundo Municipal de Cultura, que já possui CNPJ e conta”, entretanto, não foi encontrada qualquer legislação que extingue a Lei Municipal n.º 3.818/2012 que originalmente cria o Fundo que seria extinto pela Lei Complementar n.º 256/2016 e novamente criado pela Lei Complementar n.º 292/2020, que altera a redação da Lei Complementar n.º 256/2016 reestruturando a Administração Pública Municipal, e da Lei N.º 3.818/2012.

CMPCM, o Secretário de Cultura à época, Thales Coutinho, indicou que o processo seria remetido à Câmara³⁰, esperando aprovação e sanção para o ano seguinte, o que até o momento não ocorreu. O Fundo Municipal de Cultura, conforme Sistema Municipal de Cultura seria provido dos recursos de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, por meio de lei específica, o que até o momento também não ocorreu.

No mês de abril, era extinta a Fundação Macaé de Cultura (FMC), através da Lei Complementar N.º 281 de 04 de abril de 2018. A fundação existia apenas formalmente desde reforma administrativa empenhada pelo município fluminense em 2016, tendo sido criada em 1997. Como apontou representante do governo, “essas iniciativas aparecem como “requisitos para que a pasta possa ter convênios em âmbitos estadual e federal”. (MACAÉ, 2018a). Essas ações coadunam com a perspectiva de inserção do município no Sistema Nacional de Cultura, o que se fez administrativamente em 2012³¹, embora guardem alguns anos desde o acordo de cooperação federativa. Observa-se, assim, que o propósito dos gestores municipais de cultura persistiu, não sem pressão social da classe, embora com grande descontinuidade.

O Fundo de Cultura foi criado pela lei N.º 3.818 de 2012, com o “objetivo de propiciar apoio e suporte financeiro à implementação de programas e projetos culturais em âmbito municipal”. (MACAÉ, 2012b). Saliente-se que o fundo foi criado em 2012, mas não regulamentado nos anos consecutivos, e que na reforma administrativa 256 de 2016 ele deixou de existir na estrutura administrativa do município. A alteração dessa lei complementar só se deu recentemente, em janeiro de 2020 (L. C. N.º 292) e, até o momento, ainda não está em funcionamento³², o que causa grande impacto negativo no

³⁰ Reunião do CMPCM de 09 de junho de 2020. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=P03pTCdzQzs&t=2655s>.

³¹ Acordo de Cooperação Federativa, nº do Processo 01400.029712/2012-11, Ministério da Cultura e o Município de MACAÉ/RJ, CNPJ nº 29.115.474/0001-60. Objeto: estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município. Vigência por tempo indeterminado a partir da data da celebração. Data da assinatura: 12/12/2012. Assinaturas: MinC: JOÃO ROBERTO COSTA DO NASCIMENTO, CPF nº 046.188.074-15; Município MACAÉ/RJ: RIVERTON MUSSI RAMOS, CPF: 741.390.107-20, prefeito.

³² Até julho de 2020 o Fundo Municipal de Cultura estava criado formalmente, restando sua ativação e habilitação para o recebimento de recursos do Fundo Nacional e Estadual de Cultura, como destacou mobilização do CMPCM publicada em noticiário local. Fonte: <https://prensadebabel.com.br/conselho-de-cultura-de-macaee-pede-apoio-a-plano-de-aco-es-emergenciais/> e <https://cliquediario.com.br/cultura/leialdir-blanc-e-sancionada-e-macaee-podera-receber-repasse-para-socorro-emergencial-cultural-no-valor-de-r-16-milhao>

financiamento para a cultura. Ressalte-se, ainda, que a lei de incentivo a cultura do município ainda está em discussão no CMPCM.

O ato criador no CMPCM não trata diretamente, em suas competências, da memória local/regional ou do patrimônio cultural material ou imaterial, mantendo apenas a utilização generalista de cultura no seu conteúdo. Esses conceitos são explorados no Plano Municipal de Cultura.

Além das alterações que se deram no âmbito do conselho, que viu aumentarem suas competências de 2012 para o ano 2018, várias alterações também se processaram na administração da cultura no município, como pode-se ver abaixo.

Tabela 4 – Alterações no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura de Macaé
(a partir da segunda metade da década de 1970)

Lei N.º	Data	Assunto	Gestão
574	18/03/1977	Cria o cargo em comissão de Secretário de Educação e Cultura	Carlos Emir Mussi (1977-1982 ³³ / MDB Movimento Democrático Brasileiro ³⁴)
950	20/09/1985	Art. 4º Órgãos de apoio administrativo, financeiro e técnico: 5. Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Alcides Francisco Ramos ³⁵ (1983-1988 PMDB ³⁶)
1179	24/04/1989	Cria a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Sylvio Lopes Teixeira ³⁷ (1988-1992 / PL Partido Liberal, posteriormente PRB e atual Republicanos)

³³ Gestão deveria ter sido encerrada em 1980, mas uma alteração na legislação eleitoral prorrogou os mandatos de prefeitos e vereadores por mais dois anos, até 1982. Fonte: <https://riodasostrasjornal.blogspot.com/2011/03/morre-ex-prefeito-de-macaee-carlos-emir.html>

³⁴ Fonte: Acervo “Jornal O Globo” 24 de Novembro de 1976, Matutina, Rio, página 10. <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=compartilhamento&id=SYvzMSozVHiJOg03qd%2fvV4uTq7qkJkPLXG5RGtKJ78MA6AyYJdOsN0pVNeRS0LOZjmxZAv1TZsk%3d&origem=amz>

³⁵ Segundo mandato. O primeiro foi em 1972. Quando do afastamento do prefeito Eduardo Serrano também assumiu a prefeitura por um ano em 1960 com o afastamento do ocupante do cargo. Fonte: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:LciAk-EAY_YJ:https://jornalorebate.com.br/site/canais/colaboradores-do-rebate/1871-saiba-porque-o-deputado-federal-sylvio-lopes-nao-sera-o-candidato-tucano-a-prefeito-de-macaee-+&cd=12&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

³⁶ Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=compartilhamento&id=XGPbfZtkJ8w%2bB8NKEzEWJ2OubQbCRsr6x8dQNIgL7X0dkod48yYth1il5vY3Qpr10zMS6nDjeXw%3d&origem=amz>

³⁷ Fonte: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sylvio-lopes-teixeira> e <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=compartilhamento&id=X%2fvS2%2b9%2fb%2fk3MK9XCTyxFX0IOQq3t0%2fbY0JFpirEGrRKF1rA9MTImufSiZVcyVnFkK2Y1gCXniA%3d&origem=amz>

1439	03/11/1993	A Secretaria Municipal de Educação passa a denominar-se Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Carlos Emir Mussi (1993-1996 / PDT ³⁸)
1.752	20/03/1997	Cria e regulamenta a Fundação Macaé de Cultura – FMC	Sylvio Lopes Teixeira (1997-2000 PSDB/ 2001-2004 PSDB ³⁹)
2586	18/03/2005	Cria a Secretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico de Macaé (SEMAPH).	Riverton Mussi Ramos (2005-2008 PSDB ⁴⁰ / 2009-2012 PMDB ⁴¹ , atual
80	20/06/2007	Cria a Secretaria Municipal Especial de Cultura, Esporte e Turismo que absorveu as Secretarias Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico de Macaé e de Esporte e Lazer. A Secretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico de Macaé se transformou em Secretaria Executiva Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico de Macaé	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
3067	08/05/2008	Vincula a Fundação Macaé de Cultura à a Secretaria Municipal Especial de Cultura, Esporte e Turismo	
111	29/12/2008	Subsecretaria Municipal de Cultura e a Subsecretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico vinculadas a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	

³⁸ Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=compartilhamento&id=nJ6kZ1ut7njtgiTvmzXY67BeLKhcNpYoLFWgVqyREI50G3HOccbpxn%2fl6CpFaS9Dsnu3F6eMhc%3d&origem=amz>

³⁹ Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=compartilhamento&id=If9RrOBxa6U4fABC8jBtnP6fq5MO9uWITwzQbbAlhnupOsSa0YAI40YjflmenVpadYsk9NdATQ%3d&origem=amz> (para 1996)

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=compartilhamento&id=ZDsmvt4B5UAAAtY0pMlcLVjuLgOtN%2fmCPuu5gq9ukrwNvW%2bxdcYdxa77b7K%2bE98loNjHbgIoaJdA%3d&origem=amz> (para 2000.)

⁴⁰ Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=compartilhamento&id=7tZ3ngROXMfi6hZrXuoGUBd3fjW4dZf6MRHQ3aOXFf3cl0S9yldIL15Cg97bfHsLfl2wCplMhYQ%3d&origem=amz>

⁴¹ Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=compartilhamento&id=cP42O9yXBjK3EUqi0jK%2bW13IK7E%2bOTP%2b8ELPrqOjdR0R33R1MAyyuc%2b1ON1kOmBG4QcivoT0zVM%3d&origem=amz>

02	05/01/2009	Fundação Municipal de Cultura vinculada a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
116	27/04/2009	Cria a Secretaria de Cultura. A Secretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico de Macaé (SEMAPH) passa a ser Subsecretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico, vinculada a Secretaria de Cultura ⁴² . A Fundação Macaé de Cultura passa a ser conduzida pela Subsecretaria Municipal de Cultura ⁴³ .	
164	23/12/2010	Permanência da Fundação Macaé de Cultura subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito. Criação da Vice-Presidência de Acervo e Patrimônio Histórico, vinculada a Fundação Municipal de Cultura	
3818	31/05/2012	Institui o Fundo Municipal de Cultura	
238	09/06/2015	Manutenção das disposições da Lei Complementar 164/10	Aluizio dos Santos Júnior (2013-2015 PV / 2016/2020 PMDB)
256 (Reforma administrativa)	29/12/2016	Recriação da Secretaria Municipal de Cultura	
Portaria 111	11/01/2017	Designa que a Secretária Municipal de Cultura responda internamente pelo expediente da Fundação Macaé de Cultura, sem acúmulo de remuneração e prejuízos funcionais.	
281	05/04/2018	Autoriza a extinção da Fundação Macaé de Cultura - FMC e dá outras providências. (Revoga as Leis Municipais 1.752/1997, 3.607/2008 e Lei Complementar 193/2011)	
292	20/01/2020	Altera, em função do Fundo Municipal de Cultura de Macaé, a Lei	

⁴² Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/literatura>

⁴³ Fonte: https://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/8861/sheila-da-costa-sera-a-secretaria-de-cultura?no_redirect=true

Complementar n.º 256/2016, que dispõe sobre a reestruturação da Administração Pública Municipal e a Lei Municipal n.º 3.818/2012, para
--

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

São evidentes as transformações no formato administrativo pelas quais passou a pasta da cultura. Seu contato mais evidente é, em primeiro com a educação, e, em segundo com o turismo, e até com o esporte, conforme também podemos observar no apêndice A, que demonstra a evolução do Ministério da Cultura no Brasil, e também na tabela 4, a qual deixa evidente o lugar coadjuvante que os governos traçam para a política cultural em sua gestão, quase uma pasta “*ping pong*”, numa analogia a tantas trocas que se deram ao longo dos governos. Continua-se falando de políticas de governo, e não de Estado, lugar básico onde prevalecem as tristes tradições das políticas culturais nacionais indicadas por Rubim (2007).

Chama a atenção a sanção de leis de reconhecimento de utilidade pública, nas gestões do prefeito Riverton Mussi Ramos, atribuído à entidades de serviços relevantes para a municipalidade, e sem fins lucrativos, como as leis referentes a Casa da Cultura Hip Hop de Macaé⁴⁴, o Instituto Cultural de Educação Ambiental SEMERAR⁴⁵, a Associação Cultural AFROART – Brasil Capoeira⁴⁶, a Usina de Fomento Cultural⁴⁷, Associação Sociocultural Freedom Melody⁴⁸, assim como a autorização para a criação do Centro de Convivência da Cultura Nordestina em Macaé⁴⁹, que promoveu algumas ações sem calendário fixo, e que não consta como E. C. do município em nenhum mapa cultural.

Merece destaque a criação da Secretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico de Macaé (SEMAPH), que também passaria por mudanças administrativas ao longo dos anos, e que trouxe os principais avanços na área do patrimônio cultural e de memória para a cidade. Vários projetos nessa área foram executados, tais como: “o Professor Investigador, o Macaé em Fontes Primárias, o Cine Semaph, o Plano de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial e a Integração Museu-Escola” para visita guiada

⁴⁴ Lei ordinária 2.856 de 19 de dezembro de 2006.

⁴⁵ Lei ordinária 2.781 de 23 de junho de 2006. (Não foi localizado em 2020)

⁴⁶ Lei ordinária 2.857 de 20 de dezembro de 2006. (Não foi localizado em 2020)

⁴⁷ Lei ordinária 3.111 de 12 de setembro de 2008.

⁴⁸ Lei ordinária 3.332 de 16 de dezembro de 2009. (Não foi localizado em 2020)

⁴⁹ Lei ordinária 3.285 de 9 de outubro de 2009. (Não foi implementado)

(BORDALO, 2010b). Foram implementadas também ações voltadas ao tratamento de importantes acervos bibliográficos particulares doados, de periódicos como “O Século” (1886-1918) e iconográficos da região, sob a tutela do professor de História Ricardo Meirelles e outros profissionais. Tais acervos, atualmente, estão disponíveis no Solar dos Mellos, o qual, nesse momento estava constituindo sua coleção, que realiza “uma interligação histórico-cultural entre os municípios de Macaé, Campos, Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu”. (BORDALO, 2010a).

Somente em 2016 uma Secretaria especificamente dedicada à cultura foi recriada, com o campo sendo anteriormente gerido por intermédio da Fundação Macaé de Cultura ou em conjunto com outras secretarias. Nota-se também que, a partir do Acordo de Cooperação Federativa firmado em 2012, vários avanços foram empreendidos, no sentido de incluir o município no Sistema Nacional de Cultura, seguidas as prerrogativas dispostas pelo Ministério da Cultura à época.

Contudo, facilmente verifica-se que as iniciativas perpetradas entre os governos seguem com descontinuidades e grandes janelas de tempo, o que força denotar o arrefecimento na instalação e execução efetiva das políticas culturais na cidade. Um exemplo é que o restabelecimento do Conselho Municipal de Cultura e a criação do Fundo Municipal de Cultura deram-se em 2012; já a criação do Sistema Municipal de Cultura e do Plano Municipal de Cultural ocorreram somente em 2018, em paralelo à constituição de um novo conselho, período onde o aporte de iniciativas políticas no âmbito cultural do município aparentemente teve maior amplitude, contudo, ainda necessitando de maior aporte político e estrutural. Cabe salientar que o orçamento executado pelo poder executivo para a pasta cultural foi de R\$14.005.000,00 em 2020⁵⁰, orçamento maior que o dos três anos anteriores, já que o previsto para a execução na LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2019 correspondeu a R\$ 16.284.000,00⁵¹, tendo sido liquidado R\$ 10.859.797,32, em 2018 o previsto para execução na LOA foi de R\$ 8.720.500,00, tendo

⁵⁰ O orçamento de 2020 para a pasta, sem imendas (*sic*) impositivas, correspondeu a R\$14.005.000,00, dos quais 95% estão comprometidos com a folha de pagamento, restando somente R\$725.948,00 de orçamento para investimento, segundo relato do secretário de cultura em reunião do Conselho de Cultura da cidade. Na LOA de 2020 consta R\$15.455.000,00. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=P03pTCdzQzs> e <http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/sim/midia/relatorio/1015/1578503793.pdf>

⁵¹ A despesa global do município executada em 2019 foi de R\$2.153.948.642,29, nas Despesas executadas por função temos R\$ 10.859.797,32 (0,53% do total) que foram liquidados efetivamente e destinados para a pasta da cultura. Fonte: <http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/sim/midia/relatorio/897/1551289701.pdf> e <http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/sim/midia/relatorio/1092/1588360342.pdf>

sido liquidado R\$ 9.590.087,70⁵², e em 2017 o previsto para execução na LOA foi de R\$8.211.200,00⁵³. Não se pode esquecer que o período entre 2015 e 2018 foi marcado por uma grande crise econômica, em especial no setor do petróleo que, por sua vez, movimentou a economia da cidade⁵⁴, o que poderia ter direcionado o olhar estatal e privado para o impulsionamento do setor cultural através da economia da cultura e do turismo.

Realizar essa marcação econômica significa dizer que a ausência de recursos para o município pode ter contribuído para a expansão das leis de vertente cultural, seja como fonte alternativa para a economia da cidade e do setor, seja como forma de garantir recursos para a pasta cultural, dado seu orçamento já comprometido. Entre as duas alternativas colocadas, a propulsão econômica não deveria ser a maior constituinte de necessidade de implantação de políticas culturais.

O município realizou quatro Conferências Municipais de Cultura, todas após o período de intensa discussão das políticas culturais proporcionado pelo MinC durante o governo Lula, e da respectiva sintonia com o conceito amplo de cultura. Foram elas: I Conferência Municipal de Cultura, realizada em maio de 2008⁵⁵; II Conferência Municipal de Cultura, realizada em outubro de 2009⁵⁶; III Conferência Municipal de Cultura⁵⁷, realizada em junho de 2013, e a IV e última Conferência Municipal de Cultura, realizada no final de maio de 2018⁵⁸. Essas conferências, mais do que uma etapa fomentada pelo ministério, foram de grande importância, pois promoveram o aprimoramento e o aprofundamento da democracia em um momento de intensa discussão sobre a cultura, no território em que ela se aplica, ou seja, no municipal, onde ela efetivamente pode incluir ou excluir os sujeitos em sua diversidade.

No âmbito da legislação sobre o patrimônio cultural, encontram-se algumas iniciativas por intermédio da Câmara Municipal. Na seção de proposições, obteve-se a Indicação 197/2015, que solicitava a criação de projeto com o objetivo de regulamentar

⁵² Montante correspondeu a 0,52% do total de R\$1.856.654.315,69 liquidado para 2018. Fonte: <http://sistemas.macaе.rj.gov.br:84/sim/midia/relatorio/931/1555170936.pdf> e <http://sistemas.macaе.rj.gov.br:84/sim/midia/relatorio/755/1518010823.pdf>

⁵³ Despesas previstas por funções. As informações sobre o liquidado não estão disponíveis no sítio on-line da prefeitura. Fonte: <http://sistemas.macaе.rj.gov.br:84/transparencia/contas/loa>

⁵⁴ Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/08/14/trilha-do-voto-capital-do-petroleo-macaе-sente-a-crise-e-tem-ate-praca-dos-desempregados.ghtml>

⁵⁵ Portaria N.º 111 de 17 de maio de 2008.

⁵⁶ Decreto N.º 239 de 23 de outubro de 2009.

⁵⁷ Decreto N.º 111 de 10 de junho de 2013.

⁵⁸ Portaria N.º 051 de 18 de abril de 2018.

e promover, de forma ampla, a proteção do patrimônio cultural do Município de Macaé, incluindo o estabelecimento do Conselho de Proteção ao Patrimônio Cultural e a criação do Fundo de Proteção ao Patrimônio Cultural (FUNPAC), que seria voltado à organização legal do sistema protetivo do patrimônio cultural do Município de Macaé (MACAÉ, 2015), o que não se concretizou.

Ainda sobre o patrimônio cultural, em 17 de março de 2005, com a lei N.º 2.586, tem-se a criação da Secretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico de Macaé (SEMAPH) que, posteriormente, em 2009, passou a ser subsecretaria, vinculada a Secretaria de Cultura. Em 2010, essa subsecretaria passou a fazer parte da estrutura administrativa da Fundação Macaé de Cultura, sendo a Vice-presidência de Acervo e Patrimônio Histórico em substituição à Secretaria de Acervo e Patrimônio Histórico (TAVARES, RESCH, 2015), extinta com a Fundação Macaé de Cultura. Entre as finalidades e competências da fundação e da secretaria é relevante destacar a importância referente ao patrimônio e aos equipamentos culturais:

[...] Art. 4º I - Resgatar a memória do patrimônio histórico e cultural de Macaé; [...] IV - Elevar a autoestima da população através do uso e produção de cultura. Art. 5º I – Elaborar, coordenar, promover e executar projetos e programas inerentes as manifestações artísticas culturais no âmbito do município; II - Implementar a produção de cultura nos ambientes rurais e urbanos através da criação/transformação/adequação dos espaços físicos caracterizados pelos equipamentos sociais, escolas, clubes de serviços, escolas de samba, praças, oficinas de artes, sociedade musicais, e outros; [...] IV – Manter e desenvolver bibliotecas, videotecas e museus, fomentando sua disseminação; V - Pugnar pela efetiva criação de um centro cultural, onde serão implementados cursos de artes cênicas e plásticas, instalados conservatórios de música, museus, pinacoteca, videoteca, sala de leitura, academias de dança, Centro de Cultura étnica, capoeira, artesanato e similares. [...] VIII - Zelar pelo patrimônio Histórico e artístico do município. (FUNDAÇÃO, 1997).

Art. 2º I - Reunir documentos, livros, jornais, periódicos, fotografias, filmes, quadros, gravuras, esculturas, objetos de época e tudo mais que registra a história do município de Macaé; II – Inventariar, catalogar, guardar e preservar todo o patrimônio histórico Municipal; III - Divulgar todo o acervo da história de Macaé através dos meios de comunicação, bem como nas escolas públicas municipais, estaduais e federais, nas escolas particulares, grupos de terceira idade, clubes de serviços, associações de modo geral e nos distritos do município de Macaé; IV – Incentivar, através de ampla divulgação a doação de tudo que seja ligado a história do município de forma a estabelecer um relacionamento contínuo entre a SEMAPH e a população. (SECRETARIA, 2005).

A indicação de que a memória do patrimônio histórico precisa ser resgatada é icônica para entender a lógica migratória e populacional da cidade. Não à toa, reforçando essa tônica, o inciso IV do artigo 4, citado acima, ainda destaca a elevação da autoestima da população como finalidade da fundação de cultura.

Quanto às competências, ficam expressos os cuidados com as manifestações culturais e a manutenção e disseminação dos equipamentos culturais entre os distritos do município, inclusive com a criação e adequação de espaços para a promoção cultural, pela extinta fundação. A necessidade de inclusão e ampliação do escopo imaterial fica evidente no inciso I do artigo 2º.

A disseminação do acervo histórico entre as escolas de vários seguimentos e os distritos e outras associações, que vai ao encontro da ideia de incorporação da cultura local através da prática cultural dos indivíduos, é também reforçado no “relacionamento contínuo entre a SEMAPH e a população”.

Nesse esteio, destacam-se também a Lei N.º 3.020 de 26 de dezembro de 2007, que Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no âmbito do Município de Macaé⁵⁹, e a Lei N.º 2.445 de 18 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Patrimônio Cultural do Município de Macaé.

Entre os bens culturais, materiais e imateriais, tombados pelo município temos: a) a Capoeira do Município de Macaé como bem de natureza imaterial⁶⁰; b) O muro da praia da Imbetiba tombado, como patrimônio histórico e cultural do Município de Macaé⁶¹; c) A área de preservação permanente da restinga, localizada entre a Praia do Aeroporto e a Praia do Barreto⁶²; d) Palácio dos Urubus, na Rua Dr. Télió Barreto⁶³; e) Canal Campos-Macaé, trechos 1,2,3,4⁶⁴; f) Forte Marechal Hermes⁶⁵, e a tentativa de tombamento da Sociedade Musical Beneficente Lyra dos Conspiradores e da Sociedade Musical Nova

⁵⁹ O Decreto N.º 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial em âmbito nacional, conforme apêndice A.

⁶⁰ Lei N.º 4.494 de 20 de julho de 2018.

⁶¹ Lei N.º 4.480 de 08 de maio de 2018.

⁶² Lei N.º 2.599 de 07 de junho de 2005.

⁶³ Processo N.º E-03/16.512/78, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac.

⁶⁴ Processo N.º E-18/001.134/2002, Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac.

⁶⁵ Disposto na Lei N.º 2449 de 23 de dezembro de 2013 que versava sobre o tombamento do sítio onde se localiza o Forte Marechal Hermes, esse tombamento visava evitar a venda do patrimônio cultural pelo Comando Militar na época e também teve apoio popular através do movimento “Abraço ao Forte”. Fonte: Jornal o Debate 29 jul. 2014, Caderno Especial Macaé 201 anos.

Aurora⁶⁶. Acrescenta-se ainda a Lei N.º 4.190 de 11 de agosto de 2016, que dispõe sobre a instituição da manifestação cultural Boi Pintadinho - Folclore e Tradição, como tradição folclórica carnavalesca do Município de Macaé.

Infelizmente o tombamento não se constituiu, como deveria, em garantia de preservação do patrimônio cultural. O Palácio dos Urubus⁶⁷, marco histórico e arquitetônico de Macaé, tombado desde 1978, encontra-se em ruínas, e o Canal Campos-Macaé⁶⁸, obra inovadora à época, que teve sua construção marcada pelo esforço do trabalho escravo, serve atualmente como escoadouro de esgoto. Essas questões, muitas vezes, exigem a apropriação desses patrimônios para fomentar, junto ao governo, as ações necessárias à sua preservação, não sendo suficiente a letra da lei, sendo esta apenas o reconhecimento da importância.

As transformações administrativas e legislações afastadas e em vigor, indicam arroubos de preocupação da gestão municipal de Macaé com a cultura e sua integração com a política cultural nacional, incluindo questões como o patrimônio imaterial e o financiamento da cultura, persistindo, entretanto, as discontinuidades nas ações, que prejudicam sobremaneira a consolidação e produção de resultados dos empreendimentos.

O principal documento norteador da política cultural macaense está expresso na Lei N.º 4.448 de 23 de março de 2018, que traz o Plano Municipal de Cultura (P.M.C.). Como é possível observar, trata-se de legislação bem recente e sem correspondente progresso. Sua vigência é projetada para dez anos, com revisões decenais.

A lei está dividida em dez capítulos e traz diagnósticos e desafios para cada área cultural, indicando formato compatível com os resultados das conferências municipais de cultura. Esses itens se aproximam de um tipo de “cartilha” de objetivos que indicam o caminho para as políticas culturais do município para os próximos dez anos.

Estabelece, também, a elaboração de planos para as bibliotecas públicas, museus e afins, para a Escola Municipal de Artes Maria José Guedes (EMART) e para a Escola Municipal de Dança Bertha Rosanova, que deverão ser produto dos apontamentos das conferências e fóruns específicos. Em consulta à Secretaria de Cultura do Município,

⁶⁶ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/esane/leitura/noticia/comemoracoes-dos-200-anos-de-macaee-comecam-sabado>

⁶⁷ Fonte: <https://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/8351/unico-predio-tombado-de-macaee-esta-em-ruinas>

⁶⁸ Fonte: www.nfnoticias.com.br/noticia-11798/patrimonio-tombado-e-tratado-como-deposito-de-esgoto-em-campos

apenas o plano museológico já está em “adiantada discussão”⁶⁹; os outros, como o das bibliotecas públicas, ainda se encontram sem elaboração. Note-se que, apesar do detalhamento dos desafios e diagnósticos nas várias áreas culturais, os planos não envolvem outros setores como o cinema ou o teatro, de forma mais abrangente.

A exemplo da Política Nacional de Cultura, o plano macaense é tratado sob três dimensões: a econômica; a simbólica, “caracterizada pelo entendimento de que todas as ações humanas são culturais surgindo a necessidade de se respeitar a diversidade de expressões”; e a cidadã, “consubstanciada como um direito social básico” (MACAÉ, 2018). Tais definições indicam o viés antropológico e contemporâneo que balizam a concepção política municipal, aproximando-a das diretrizes nacionais herdadas do período da gestão de Gilberto Gil. Acrescenta, ainda, a ideia de que:

A cultura, quando é vista como vetor de desenvolvimento econômico e social , conduz a[s] políticas públicas que valorizam as **raízes históricas e culturais**, que reconheçam a diversidade de expressões existentes em seu território, intensificando as trocas e os intercâmbios culturais que **democratizam o acesso aos bens e serviços culturais** e que oportunizam a geração de trabalho e renda. (MACAÉ, 2018, *grifo nosso*).

Esse entendimento da potência que a cultura deve representar nas políticas públicas coaduna com as publicações da UNESCO sobre a temática, tais como a *Cultural policy a preliminary study*, de 1969. A “democratização do acesso aos bens e serviços culturais” está em linha com os princípios do Sistema Nacional de Cultura de “universalização do acesso aos bens e serviços culturais” (BRASIL, 2011, p. 25). Entre as premissas do PMC destacam-se:

a) tratar a cultura como o conjunto de **traços distintivos espirituais e materiais**, e intelectuais e afetivas dos grupos que compõem a sociedade macaense; b) reconhecer que a cultura abrange não só as artes e as letras mas também outros elementos como os **modos de vida, sistemas de valores, tradições e crenças**, gastronomia, entre outros; c) respeitar a diversidade cultural, estimulando o intercâmbio e o desenvolvimento das capacidades criadoras; d) preservar e valorizar o **patrimônio cultural – imaterial, material e construído**; e) valer-se da cultura para promover a inclusão social e o exercício da cidadania. (MACAÉ, 2018, *grifo nosso*).

⁶⁹ Informação colhida em consulta informal, no final em outubro de 2019.

Nas duas passagens acima, presentes entre as definições que permeiam a política cultural do município, atenta-se, que além dos equipamentos culturais e seus serviços, os bens culturais, enquanto patrimônio cultural imaterial e material, são citados direta ou indiretamente. As “raízes históricas e culturais”, assim como “modos de vida, sistemas de valores, tradições e crenças, gastronomia e outros” onde se favorece a inclusão da memória, são marcadores imateriais que devem ser considerados à luz de uma população residente, de traço fortemente migratório, como visto anteriormente.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

É possível compreender que entre as prerrogativas para o exercício efetivo da cidadania, na sua integralidade, está o fazer e o consumo cultural simbólico e material, considerando a apropriação dos traços distintivos que compõem a sociedade macaense e o acesso aos bens (patrimônio material e imaterial) e aos equipamentos culturais (serviços). Esse entendimento é recorrente em todo texto normativo.

Passando à distribuição dos E. C. no município, o P. M. C. é preciso em destacar o “acesso equitativo de expressões e bens culturais”, entendendo os últimos como E. C. e patrimônio cultural material e imaterial, seguindo princípios estabelecidos pela Agenda 21 da Cultura, ratificados pela UNESCO.

Entre os cinco eixos temáticos definidos por meio da II Conferencia Nacional de Cultural, e adotadas pelo município, três dialogam diretamente com a abordagem aqui apresentada, sendo:

1. Produção simbólica e diversidade cultural - caracterizada pela **política cultural** fundamentada na **multiplicidade de expressões**, no estímulo às políticas de **interação** de segmentos étnicos, na contribuição ao processo de **regionalização cultural**, na definição de novas estratégias de comunicação;
2. Cultura, cidade e cidadania - tratando a cidade como **fenômeno cultural**, **integrando os distritos**, **registrando memórias**, cuidando da preservação, considerando a cultura como **direito básico**, garantindo a **acessibilidade**, **inclusive física**, **aos equipamentos culturais**;
3. Cultura e desenvolvimento

sustentável - propiciando a **inserção dos segmentos das relações culturais nas políticas culturais a serem desenvolvidas**, através da transversalidade dessas relações, formando uma verdadeira rede que abrange a toda a população; agregando **cultura, educação**, turismo, meio ambiente, entre outros; em um processo conjunto de sustentabilidade; promovendo a **superação dos desequilíbrios econômicos e regionais do município**. (MACAÉ, 2018, *grifo nosso*).

A regionalização da cultura dialoga diretamente com a memória e com o patrimônio cultural congregado ao espaço materializado, trazendo o conteúdo simbólico que, comumente, designa-se de “cultura macaense”. São esses traços que significam a cultura, trazendo uma polissemia na diversidade de expressões para a palavra, que deve ser abraçada na política cultural, em sentido amplo, adotando todo seu dinamismo e tradição como características complementares de um mesmo complexo conjunto de identificadores de uma sociedade plural, nunca de modo antagonista.

É uma coerência tão abrangente que parte da preservação e chega na mudança social através da contestação e da crítica. O próprio patrimônio traz diversas dimensões semânticas que fazem parte do nosso cotidiano, desde a linguagem e suas idiossincrasias locais, até os tradicionais monumentos que relembram marcos históricos.

Nesse sentido, uma cidade que busca oferecer cidadania cultural aos seus habitantes deve ter na cultura mais um de seus desafios, somados a economia, ao saneamento e a tantos outros pressupostos básicos, para alcançar os direitos sociais indispensáveis ao ser humano. A cultura é direito e ferramenta para a superação das condições adversas nas quais a sociedade se encontra.

Mas, para esse intento, a necessidade de estabelecer condições para esse direito básico tem que ser satisfeita e, para isso, a política cultural macaense, no contexto da política escrita, entende a cidade como “fenômeno cultural”. Indica, assim, que a integração entre as regiões do município e a garantia de acessibilidade aos equipamentos culturais de forma ampla devem ser mais que motivadas, estabelecidas e fomentadas pelo Estado. Todos esses elementos estão presentes na P.M.C. e sua efetivação, sem dúvida, contribuiria para uma “sociedade mais humana, mais crítica, menos desigual nas formas de fazer, de ser, de ver e de estar” (CALABRE, 2018, p. 52).

Por esse ângulo, estudar se a necessidade de cultura está “satisfeita”, entre um dos segmentos sociais, no caso o jovem na sua relação com a região sob a vertente destacada,

utilizando como abordagem o contato com o patrimônio cultural por meio dos E. C., é justamente realçar um dos aspectos que determinam a efetividade dessa política.

3.1.1 Lei Orgânica do Município (L. O.) e Plano Diretor (P. D.): equipamentos culturais na lei

Além do Plano Municipal de Cultura, que traz o tratamento da temática no seu cerne, temos outros documentos muito importantes para a municipalidade, que são as matrizes para o ordenamento urbano e a organização administrativa de toda a cidade. São eles: o Plano Diretor, a Lei Complementar N.º 279 de 16 de janeiro de 2018 e a Lei Orgânica, apresentada em 1º de julho de 2008. Conforme a Lei N.º 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, o Plano Diretor deve ser revisto a cada dez anos. Sendo assim, a cidade conta com a Lei Complementar N.º 076 /2006 e a sua revisão, dada pela Lei Complementar N.º 279/2018. O mesmo aconteceu com a Lei Orgânica, a qual não se aplica a mesma imposição legal decenal de revisão.

Somente com a nova Constituição Federal de 1988 é que a competência para promulgação das Leis Orgânicas passou às Câmaras Municipais. Com isso, em 05 de abril de 1990, a cidade promulgava sua Lei Orgânica, que teve sua primeira reestruturação em 2008.

Cabe destacar que a L. O. é a lei mais importante do município, sendo considerada a sua constituição, e deve estar em conformidade com a constituição e as leis federais e estaduais. O P. D. atende aos dispositivos da L. O. e versa sobre o desenvolvimento urbano da municipalidade, regulando as atividades e iniciativas do poder público municipal e das pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, a serem levadas a efeito no território municipal. (MACAÉ, 2018).

Considerando a evolução do conceito de cultura e patrimônio ao longo do tempo, e da importância dada aos equipamentos culturais nesse contexto, vale a pena iniciar a exploração conjunta dessa importante legislação de base sob tal enfoque, identificando como essa evolução se reflete no número de vezes e na maneira como que esses equipamentos são citados nos documentos⁷⁰.

⁷⁰ Semelhante estudo foi realizado por Aimée Schneider Duarte em “As faces da Cultura no âmbito da Constituição Federal de 1988”

Quadro 1 – Leis Orgânicas, busca de termos referentes aos E. C.

Lei Orgânica	Biblioteca	Museu	Teatro	Centro Cultural, Espaço Cultural ⁷¹	Cinema
Lei Orgânica Municipal de Macaé de 05 de abril de 1990	3 (Art. 210, III, por 2 vezes; Art. 214, d; Art. 253)	2 (Art. 32; Art. 214, d)	2 (Art. 177, Art. 214, a)	3 (Art. 210, II; Art. 214, f e h)	1 (Art. 177)
Lei Orgânica Municipal de Macaé de 2008	3 (Art. 210, III; Art. 214, IV; Art. 253)	1 (Art. 214, IV)	2 (Art. 177, Art. 214, I)	5 (Art. 185-E, V; Art. 210, II; Art. 214, VI e VIII; Art. 213, III)	1 (Art. 177)

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Feito o levantamento inicial, fica evidente a variação mínima que se obteve no levantamento dos termos elencados nos quadros acima, o que indica poucos progressos nesse campo. Logo de saída, mesmo assim, é possível concluir que entre um documento produzido no primeiro ano da década de noventa (L. O.) e o mais recente, de 2018 (P. D.), embora de naturezas diferentes, ambos congregam os equipamentos culturais nas suas matrizes, enquanto parte do corpo de promotores da cultura.

A variação mínima também se expressa na leitura dos dispositivos. Quando trata das bibliotecas e museus, as leis orgânicas trazem, principalmente, citando diretamente bibliotecas e museus, os seguintes artigos na Seção II - Da Cultura:

Quadro 2 – Leis Orgânicas⁷², artigos referentes ao E. C. biblioteca e museu

Lei Orgânica 1990	Lei Orgânica 2008
Art. 210 III - estímulo à instalação de bibliotecas na sede do Município e Distritos, assim como atenção especial à aquisição de bibliotecas , obras de arte e outros bens particulares de valor cultural.	Art. 210 III - estímulo à instalação de bibliotecas no Município e em seus Distritos, assim como à aquisição de acervo bibliográfico, obras de arte e outros bens materiais e imateriais de valor cultural.
Art. 214 d - proporcionar acesso às obras de arte através de exposições públicas e incentivar a	Art. 214 IV - proporcionar acesso às obras de arte através de exposições públicas e incentivar a

⁷¹ Em ambas as leis orgânicas o termo casa de cultura não é encontrado.

⁷² O levantamento considerou, de modo restritivo, apenas a terminologia aplicada dentro da interpretação bibliográfica das políticas culturais, notadamente do “Dicionário de política cultural”, levando em conta variações e sinônimos na busca realizada, assim como termos relacionados. Por exemplo: casa de cultura, espaço cultural, etc.

instalação e manutenção de biblioteca e a criação do Museu Histórico do Município.	instalação e manutenção de biblioteca e a criação do Museu Histórico do Município.
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Os cinemas e teatros são citados de forma secundária, relacionados às medidas de proteção à saúde dos cidadãos, e fora da seção dedicada a cultura, o que destaca um ponto que pode ser considerado negativo. As obrigações municipais de apoio à produção local de produções teatrais, de imagem e som e de bibliografias fazem parte da letra da lei, embora prejudicadas com a ausência do fundo de cultura. Quanto aos centros culturais, os principais artigos fazem menção a criação e ao acesso desses espaços.

Quadro 3 – Leis Orgânicas, artigos referentes ao E. C. Centros culturais

Lei Orgânica 1990	Lei Orgânica 2008
Art. 210 II - criação e manutenção de espaços culturais , devidamente equipados e acessíveis a população.	Art. 210 II - criação e manutenção de espaços culturais , devidamente equipados e acessíveis à população, inclusive oficinas de artes e conservatórios de música.
Art. 214 f) criar e manter na sede do Município e na sede dos distritos, espaços públicos , devidamente equipados e acessíveis à população, para as diversas manifestações populares e culturais com uso inclusive de próprios municipais.	Art. 214 VI - criar e manter espaços públicos devidamente equipados e acessíveis a todos os municípios para manifestações populares e culturais .
Art. 214 h) vedar a extinção de qualquer espaço cultural sem a criação de espaço equivalente.	Art. 214 VIII - vedar a extinção de espaço cultural sem a criação de espaço equivalente.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Interessante atentar que no artigo 214, alínea f, da Lei Orgânica de 1990, a criação, na sede dos distritos, de espaços públicos destinados a manifestações culturais era destacada, o que, no mesmo artigo, no inciso VI, equivalente na Lei Orgânica de 2008, teve uma mudança relevante, suprimindo esse trecho. Resta nítida a remodelação do modo como se percebeu a distribuição dos E. C. pela cidade, tendente ao afastamento da responsabilidade da municipalidade na sua obrigação de garantia de direito, sem oferecer nenhum tipo de contrapeso com a retirada do trecho.

Como salientado anteriormente, também nos Planos Diretores, a aproximação entre o número de vezes em que os termos são citados ao longo da legislação fica bem aparente.

Quadro 4 – Planos diretores, busca de termos referentes aos E. C.

Plano Diretor	Biblioteca	Museu	Teatro	Centro Cultural, Espaço Cultural ou Casa de Cultura	Cinema
LEI COMPLEMENTAR Nº 076 /2006	5 (Art. 52, XI; Art. 53, VI, XII; Art. 65, VI, a; Art. 236)	1 (Art. 53, XXI)	3 (Art. 53, VI, XI, XIV)	3 (Art. 52, XI; Art. 53, VI, por 2 vezes)	1 (Art. 53, XI)
LEI COMPLEMENTAR Nº 279/2018	4 (Art. 59, IV e VIII; Art. 60, XVIII; Art. 70, VI, a)	2 (Art. 60, VIII e XV)	2 (Art. 58, XIV; Art. 60, IV)	4 (Art. 25, V; Art. 59, II; Art. 60, IV, por 2 vezes)	1 (Art. 58, XIV)

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Nos Planos Diretores, a similaridade com as orientações adotadas nas Leis Orgânicas também é outra evidência da necessidade de implantação desses E. C. por todo o município, assim como de sua manutenção, tanto que o legislador cita, com frequência, a palavra “criação”. Como podemos verificar abaixo. As casas de cultura, que correspondem, como será visto nas seções seguintes, a grande fração dos E. C. da cidade, são citados somente uma vez e, entre eles, metade tem sua administração privada. A fixação da diferença entre casa de cultura e centro cultural, marcada na literatura corrente, também se fez presente nos Art. 53, inciso VI, e no Art. 60, inciso IV, nos planos diretores de 2006 e de 2018, respectivamente.

Quadro 5 – Planos diretores, artigos referentes ao E. C. teatro, biblioteca, centro cultural e museu

Plano Diretor 2006	Plano Diretor 2018
Art. 53 VI - recuperar, revitalizar e instalar novos equipamentos culturais do Município, como	Art. 60 IV - recuperar, revitalizar e instalar novos equipamentos culturais do Município, como

teatros, centros culturais, bibliotecas, casas de cultura e centros de terceira idade.	teatros, centros culturais, bibliotecas e casas de cultura.
Art. 53 XII - ampliar o número de bibliotecas da rede municipal e implantar sistema de atualização permanente de seus acervos.	Art. 60 VIII - ampliar o número de museus e bibliotecas no município e implantar sistema de atualização permanente de seus acervos.
Art. 52 XI - implantar espaços culturais para o desenvolvimento de programas, projetos e ações no campo da cultura, incluindo a rede de bibliotecas interativas.	Art. 60 XVIII - implantar espaços culturais para o desenvolvimento de programas, projetos e ações, incluindo a rede de bibliotecas municipais.
Art. 53 XXI - criar Museu da Imagem e do Som e de Arte Contemporânea de Macaé;	Art. 60 XV - realizar estudo de viabilidade técnica para a criação de um Museu de Imagem, Som e Arte Contemporânea de Macaé;

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

O cinema aparece dentro do incentivo para realização de mostras, assim como o teatro. As referências ao acesso aos equipamentos e bens culturais também estão presentes, assim como o fomento ao patrimônio cultural nas sedes distritais. Somando importância a temática de trabalho aqui desenvolvida, o inciso IX do artigo 10, dentro dos objetivos gerais do Plano Diretor mais recente, versa sobre “proteger e preservar o patrimônio histórico e cultural, resgatando a memória e o sentimento de pertença à cidade” (MACAÉ, 2018). Este resgate da pertença diz muito sobre a qualidade migratória formadora da sociedade macaense destacada até aqui. Ambos os P. D. trazem um capítulo dedicado ao patrimônio histórico e cultural.

Como se pode observar, a legislação base da cidade, carrega, em si, inúmeros desafios, numa agenda que valoriza a cultura por meio da implantação e da garantia do acesso aos equipamentos culturais como uma de suas frentes. Essa perspectiva se consolida em outras legislações como a Lei Ordinária 2.240 de 24 julho de 2002 que dispõe sobre a instalação e manutenção de bibliotecas públicas municipais em todos os bairros e distritos do Município de Macaé, e que dava três anos para o poder público municipal a incumbência de se implementar uma biblioteca pública em cada bairro ou distrito, mas que, no entanto, não traz um planejamento mais sistemático para sua implementação, preocupando-se somente em indicar possíveis fontes de recursos.

A provocação é lançada, mas a realidade evidencia os óbices. Como será observado no transcorrer do texto, os equipamentos ainda apresentam uma distribuição

desigual em todo o município, permanecendo concentrados no eixo central, em sua maioria. Este fato vai na contramão da política nacional e municipal de cultura. Propostas como a criação do Museu da Imagem e do Som e o de Arte Contemporânea, feitas há quatorze anos, não se concretizaram e, no cenário de retração de 2018, passou da “criação” de 2006 para a “realização estudo de viabilidade técnica”. Somente em 2004 foi criado o Museu da Cidade de Macaé, atualmente no Solar dos Mellos⁷³. Ao levar em consideração as políticas culturais, da memória e do patrimônio cultural do município vizinho de Campos dos Goytacazes, situado na mesma região norte-fluminense, percebe-se que a tônica dada ao campo cultural também se repete em outros municípios, por meio da fala de Carlos Eugênio Soares, de que “As proposições param na porta da prefeitura, até porque, em última instância, o que a gente percebe é que cultura para eles é perfumaria, [...] bens simbólicos, ‘alimento’ é luxo de classe média, na visão deles” (OFFICINA..., 2020). Fica, então, evidente o tamanho dos desafios a serem enfrentados.

3.1.2 Uma Secretaria de Acervo e Patrimônio Histórico

Em 17 de março de 2005, na então gestão de Riverton Mussi Ramos, era criada a Secretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico de Macaé (SEMAPH), através da Lei ordinária N.º 2.586, tendo como finalidade a reunião, guarda e preservação de dados, documentos e objetos, pensando a divulgação da história do município e responsável ainda pela administração do Museu Solar dos Mellos, recentemente inaugurado⁷⁴. A secretaria contava com 20 cargos, desde o secretário até chefias de divisão, sendo o maior aporte governamental para o patrimônio cultural da cidade em todo o período estudado na legislação.

Passados dois anos, em 2007, após reorganização da estrutura administrativa promovida pela mesma gestão do poder executivo através da Lei complementar N.º 80 de 20 de junho de 2007, a secretaria tem sua autonomia reduzida e passa a se denominar

⁷³ Em 21 de junho de 1999, por meio do Decreto N.º 042, a Prefeitura Municipal de Macaé desapropriou o prédio já bem deteriorado, para instalação de um “Núcleo Cultural”. Em 26 de março de 2004 era criado, pela Lei N.º 2.463/2004, o Solar dos Mellos – Museu da Cidade de Macaé.

⁷⁴ O Decreto N.º 042, de 21 de junho de 1999 desapropriou o prédio que foi construído em 1891, e que se encontrava em péssimo estado, visando a instalação de um “Núcleo Cultural”. A Lei N.º 2.463/2004, de março de 2004 criava o Solar dos Mellos – Museu da Cidade de Macaé. Fonte: https://www.museusdoriorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=76:solar-dos-mellos-museu-da-cidade-de-maca%C3%A9&Itemid=219

Secretaria Executiva Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico de Macaé, absorvida e subordinada a Secretaria Municipal Especial de Cultura, Esporte e Turismo, e tendo seus cargos reduzidos para 17. O mesmo ocorreu com a Fundação Macaé de Cultura, criada pela Lei N.º 1.752/97, que passa a ser vinculada a Secretaria Municipal Especial de Cultura, Esporte e Turismo. A Lei N.º 3.067 de 08 de maio de 2008 deu nova redação à regulamentação criada em 1997, dando maior especialização à sua organização funcional, arranjando a fundação entre superintendências e departamentos por áreas, mas sem indicar a natureza da especialização para ocupação dos cargos em comissão, notadamente os de gestão, mantida a subordinação à Secretaria Municipal Especial de Cultura, Esporte e Turismo.

Nesse mesmo ano foi criado o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no âmbito do município (Lei N.º 3.020/07), que indicava a Secretaria Municipal Especial de Cultura, Esporte e Turismo como instância responsável pela primeira análise das solicitações de instauração de processos, que se considerados pertinentes, seriam encaminhados para a Secretaria Executiva Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico de Macaé, que daria continuidade ao processo.

Em seguida, a lei complementar N.º 111 de 27 de dezembro de 2008 além de criar a Subsecretaria Municipal de Cultura, converte a Secretaria Executiva Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico de Macaé em Subsecretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico, todas ainda subordinadas a Secretaria Municipal Especial de Cultura, Esporte e Turismo, que nesse momento também é responsável por todos os equipamentos culturais do município e pela Fundação Macaé de Cultura, que pela mesma lei, passa a ser ampliada como Fundação Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, que deveria ser regulamentada em lei específica, o que não aconteceu. Cabe destacar o encolhimento dos cargos para a Subsecretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico, que passa a contar com apenas 6 cargos, sendo mais 6 destinados a Subsecretaria Municipal de Cultura.

Já em 2009, na segunda gestão do prefeito Riverton Mussi, reeleito em 2008, uma nova reforma administrativa conserva o status para a Subsecretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico, entretanto agora, subordinada a uma Secretaria Municipal de Cultura, alçada pela Lei Complementar N.º 116 de 24 de abril de 2009, que também se torna a responsável pelos E. C. da cidade. Por esta legislação o secretário de cultura

passou a responder também pela Fundação Municipal de Cultura, e com a separação criou-se também a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer. É a primeira vez em que é criada uma secretaria somente para a pasta cultural no município de Macaé, que já contava com a Fundação Municipal de Cultura desde 1997.

A próxima alteração se daria no ano seguinte, onde fica perceptível o encolhimento da cultura na administração pública do município. É possível perceber que o desenvolvimento se dá de forma errante e não sistemática através da gestão municipal, sem demonstrar compromisso com a continuidade. A Lei complementar N.º 164 de 28 dez. de 2010 trouxe a exclusão da Secretaria de Cultura, não mais listada na estrutura básica da Administração Pública Municipal Direta, ficando a cargo da Administração Pública Indireta na Fundação Macaé de Cultura a gestão cultural do município, incluindo as bibliotecas e museu municipal e o conselho municipal de cultura, ao mesmo tempo em que é criada a Vice-Presidência de Acervo e Patrimônio Histórico, agora vinculada à fundação que passa a ser subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito.

Em 2015 pela lei complementar N.º 238 de 09 de junho, manteve-se a mesma estrutura criada em 2010, junto a Fundação Macaé de Cultura (Fundação Macaé de Cultura – FMC, criada pela Lei Municipal N.º 1.752/1997, alterada pela Lei Municipal n.º 3.067/2008) contando, naquele momento, com o cargo de Vice-Presidente de Acervo e Patrimônio Histórico na sua estrutura. Por esta Lei, o museu, o Conselho Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Políticas de Promoção de Igualdade Racial – COMPPIR, assim como as bibliotecas públicas municipais ficavam subordinadas à fundação. Como trazia em seu Artigo 4º “Os órgãos colegiados criados por leis específicas, bem como os Fundos Municipais e as entidades da Administração Pública Indireta, ressalvado o disposto nesta Lei Complementar, são disciplinados pela legislação que os criou.”

Em 2018, através da Lei Complementar N.º 281 de 05 de abril, foi extinta a Fundação Macaé de Cultura e todos os cargos criados que tinham vinculação com ela, entre eles o de Vice-Presidência de Acervo e Patrimônio Histórico, ficando, pela mesma lei, com a Secretaria Municipal de Cultura todas as suas atribuições. Resta indicar que a fundação desde 2016 existia apenas formalmente, o que fica evidente nas ações reportadas no sítio da prefeitura que tem data até o mencionado ano, e o que reforça o peso de sua ausência no trabalho com o patrimônio cultural local.

Marca-se que nesse intervalo de pouco mais de 10 anos de 2005 a 2016, foram várias e sem igual as ações no âmbito do patrimônio cultural local pela secretaria. Entre essas iniciativas, destacam-se: reunião de documentos históricos e acervos (2006)⁷⁵, encontros (2007)⁷⁶, trabalho com manifestações culturais (2008)⁷⁷, parcerias com a educação, (2009)⁷⁸, visibilização de equipamentos culturais (2010)⁷⁹, parcerias com entidades diversas (2011)⁸⁰, restauração dos monumentos da cidade (2013)⁸¹, mostras de cinema (2013)⁸², projeto “Lugares de Memória”(2014)⁸³, lançamento de livros (2014)⁸⁴, exposições (2012)⁸⁵, concursos (2015)⁸⁶, capacitações no campo cultural (2015)⁸⁷, visitas e roteiros escolares (2016)⁸⁸. Todas as iniciativas realizadas consolidaram-se na formação do único museu da cidade.

Apesar dos avanços conquistados nesse campo durante o período, os gestores e os professores consultados⁸⁹ não citaram a existência e gestão da SEMAPH, o que traz a indagação sobre a amplitude de abrangência dessas ações para a pluralidade da comunidade, o que de forma alguma vem a depreciar todo o pioneiro trabalho realizado. É significativo destacar que nesses dez anos também se configuraram várias mudanças administrativas, e que mesmo assim, algumas ações tiveram alguma continuidade e que

⁷⁵ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/jornalista-de-macaee-doa-acervo-historico-para-patrimonio-do-municipio>

⁷⁶ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/esane/leitura/noticia/i-encontro-macaee-em-fontes-primarias-apresenta-resultados-de-pesquisa-inedita>

⁷⁷ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/solar-dos-mellos-abre-exposicao-sobre-registros-dos-carnavais>

⁷⁸ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/ciclo-de-palestras-%E2%80%98filosofia-e-cinema%E2%80%9Dcomeca-dia-20>

⁷⁹ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/cultura/leitura/noticia/macaee-participa-de-assembleia-de-museus>

⁸⁰ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/ueb-comemora-dia-municipal-do-escoteiro-neste-sabado>

⁸¹ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/fmc/leitura/noticia/acervo-e-patrimonio-restauram-monumentos-da-orla-da-barra>

⁸² Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/solar-dos-mellos-exibe-8a-mostra-de-cinema-e-direitos-humanos>

⁸³ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/moradores-e-visitantes-conhecem-lugares-de-memoria-de-macaee>

⁸⁴ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/fmc/leitura/noticia/relatos-e-personagens-na-historia-de-macaee-e-lancado-no-solar-dos-mellos>

⁸⁵ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/exposicao-no-solar-records-carnavais-antigos>

⁸⁶ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/desenvolvimentosocial/leitura/noticia/concurso-leva-criancas-a-visitar-o-solar-dos-mellos-museu-da-cidade>

⁸⁷ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/fmc/leitura/noticia/historiador-fala-sobre-os-indios-de-macaee-na-epoca-da-colonizacao>

⁸⁸ Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/fundacao-macaee-de-cultura-divulga-programacao-da-semana>

⁸⁹ Vide capítulo 4.

se constituíram de forma mais sistemática no tratamento desse patrimônio cultural local, incentivando inclusive a participação da população através da doação de acervos. Fica evidente a necessidade de reunião e constituição de um acervo para a cidade, que dialogasse com a cultura, memória e história local, o que estava entre as iniciativas individuais empreendidas até então.

A constituição dessa secretaria municipal com vertente associada ao acervo e patrimônio histórico do município nos remete diretamente ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e seu importante papel desempenhado no campo cultural desde sua criação em 1936⁹⁰, ainda como SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Com extensas pesquisas publicadas⁹¹ que versam sobre sua trajetória cabe mencionar, a semelhança entre os desígnios das suas criações, guardadas, é claro, as capacidades e amplitudes de ação, sendo o SPHAN criado para “promover, em todo o Paiz e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”⁹² e “organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”⁹³ e a SEMAPH para “reunir guardar e preservar dados, documentos e objetos, bem como divulgar a História do Município de Macaé”, com a competência de “inventariar, catalogar, guardar e preservar todo o patrimônio histórico municipal” e “catalogar os bens objeto de tombamento, zelando pela sua preservação” (Lei N.º 2586/05). Embora para o segundo, a constituição não tenha garantido a eficácia de sua atuação nos tombamentos e preservação, – conforme será visto na seção à frente – várias outras frentes tiveram melhor êxito, como os projetos citados acima, por exemplo.

Conforme indica Almir Félix a criação do SPHAN remete a um anteprojeto amplo de Mário de Andrade que criava o SPAN (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional) que objetivava “determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional” (FELIX, 2008 *apud* CAVALCANTI, 2000, p. 37-52). Cabe destacar que esse

⁹⁰ Artigo 46 da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.

⁹¹ Destaco o recente trabalho de PAIVA, Marcelo Cardoso de. **O Brasil segundo o IPHAN: a preservação do patrimônio cultural brasileiro durante a gestão de Gilberto Gil no MinC (2003-2008)**. 2019. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.16.2019.tde-03102019-124206. Acesso em: 2021-01-07.

⁹² Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>

⁹³ Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937-351814-publicacaooriginal-1-pe.html>

anteprojeto acabou confluindo para a criação da história nacional voltada à constituição e fortalecimento da unidade ante aos regionalismos, indo ao encontro do ideário varguista do qual obteve apoio, deixando pelo caminho parte da concepção de seu criador, Mario de Andrade, que reconhecia as especificidades culturais do país⁹⁴, adotando uma perspectiva política alinhada ao Estado de Vargas. A vertente regionalista encontraria abrigo sob os auspícios municipais – falando de Macaé – anos mais tarde, observada a criação da secretaria, já em outro momento histórico. Aqui as instituições dão visibilidade plena as transformações históricas e sociais, conformadas à busca de identidades regionais e/ou nacional.

O projeto apresentado por Mario de Andrade à Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde à época, avança e naquele momento o recém criado SPHAN tem sua direção entregue a Rodrigo Mello Franco de Andrade⁹⁵, a qual duraria 30 anos até 1967, período conhecido como “fase heróica”, em razão da falta de estrutura, recursos e pessoal capacitado frente ao grande desafio que era de promover o tombamento, conservação e enriquecimento do patrimônio histórico e artístico do país, além da consolidação da própria instituição. Na gestão Rodrigo Mello Franco foram vários os tombamentos que “incidiram majoritariamente sobre a arte e a arquitetura barrocas concentradas em Minas Gerais, principalmente nos monumentos religiosos católicos” (CPDOC, 201-?), em 1970 é instituída nova denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa mesma referência ao inventário de bens móveis que remetem a religiosidade católica e aos laços com a Europa também podem ser notados na cidade, através do trabalho realizado pelo INEPAC.

A partir de 1975 o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado por Aloisio Magalhaes, traria novas contribuições ao patrimônio histórico brasileiro, objetivando traçar “um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural do país” (FELIX, 2008), com respeito a diversidade cultural do país, remetendo a perspectiva de Mário de Andrade segundo alguns pesquisadores, entretanto o trabalho fora interrompido com o término do convênio mantenedor, sendo incorporado em seguida

⁹⁴ Quanto a essa questão, segundo Denise Mallmann Vallerius (*apud* LEITE, 1994, p. i669) Mario de Andrade utilizou o termo “praga” para designar o regionalismo, em artigo publicado no *Diário Nacional*, São Paulo, 14 fev. 1928, criticando-o como caminho “antinacional” no acirramento pelas diferenças entre as regiões do país, o que não minora a grande contribuição para ao conceito de patrimônio, sobretudo imaterial, prestada por Andrade.

⁹⁵ Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>

ao IPHAN. Ainda no final da década de 1970, mais precisamente em 1979, era criada a Fundação Nacional Pró-Memória, pela Lei N.º 6.757, que atuaria como braço executivo do IPHAN, que retornaria a se chamar SPHAN. Em 1985 o Ministério da Cultura criado no governo Sarney incorporaria o SPHAN/Pró-memória, e já em 1988 a nova carta constitucional adotaria o patrimônio cultural ou patrimônio histórico-cultural de forma abrangente, coadunando com o ideário de Mario de Andrade. Com Collor o SPHAN/Pró-memória seria transformado em Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC) e subordinado diretamente à Secretaria da Presidência da República, visando uma organização que desse conta dos novos preceitos constitucionais, alargando o conceito de patrimônio (ANDRADE, 1997). Em 1995 restaura-se a denominação anterior IPHAN, mantendo a mesma estrutura do IBPC, herdada do SPHAN/Pró-memória. Em 4 de agosto de 2000 foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial através do decreto N.º 3.551, onde o IPHAN é o responsável pela supervisão do processo de registro em nível nacional.

É fundamental salientar que o IPHAN e seu desenvolvimento trazem em seu bojo mudanças de paradigmas no tratamento e entendimento do que é patrimônio, partindo do conceito de patrimônio histórico formador de uma unidade homogeneizante brasileira, pensando sobretudo através de bens para o patrimônio cultural, chegando em outro momento, este muito mais abrangente englobando além dos primeiros todos os saberes e fazeres, a imaterialidade da cultura. Em uma observação mais apurada é fácil depreender que a primeira expressou, até a década de 1970, o viés de patrimônio adotado pela instituição, em uma prática que privilegiou construções religiosas, militares, residências senhoriais e palácios que ostentavam o poder centralizador e oligárquico (OLIVEIRA, 2008, p. 26), e que traduzem uma forma de dominação cultural. No segundo momento, depois desse período, observa-se um alargamento do se entende de patrimônio, em um movimento de discussão sobre a cultura, vide documentos como o “*Cultural policy a preliminary study*”⁹⁶, de 1969 e a “*Declaración de México sobre las Políticas Culturales*”⁹⁷ resultado da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, em 1982, ambos sob os auspícios da UNESCO e de pressão de grupos sociais que não estavam contemplados na ideia de patrimônio histórico brasileiro. O deslocamento do que se

⁹⁶ Reunião de mesa redonda sobre políticas culturais, Monte Carlo, Mônaco, 1967.

⁹⁷ Conferencia mundial sobre las políticas culturales México D.F., 26 de julio - 6 de agosto de 1982.

entendeu por patrimônio histórico, com ênfase no edificado representante de um passado formador da gênese de uma só cultura brasileira, e que o que se entende por patrimônio cultural material e imaterial inclusivo e atinente a diversidade, nos permite estabelecer as relações presentes no campo cultural.

Retomando a SEMAPH é possível distinguir que para além da designação, todo o dispositivo legal de sua criação não menciona patrimônio cultural, dando margem a interpretação de que seu objeto de atuação estaria restrito a fontes e ao patrimônio histórico de fato, que remete a primeira fase do IPHAN, na tentativa de formação de um corpo referencial para a história do município, consolidado no Museu da Cidade de Macaé, o Solar dos Mellos, o que até então não havia sido realizado na cidade, como se observa abaixo:

Art. 3º - Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - Acervo: o conjunto de bens que integram o Patrimônio Histórico do Município.

II - Patrimônio Histórico: Complexo de bens materiais adquiridos, a qualquer título, pela municipalidade com o objetivo de resgatar e retratar a História do Município de Macaé. (Lei 2.586/05)

Esse entendimento pode ser reafirmado com a constatação de que em 2003, a Lei N.º 2.445 que dispunha sobre o Patrimônio Cultural do Município de Macaé, ficava a cargo da Fundação Macaé de Cultura, texto legal que nem mesmo é mencionado pela lei de criação da secretaria que era posterior. Somente em 2007 com a Lei N.º 3.020 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no âmbito do município de Macaé que a já Secretaria Executiva de Acervo e Patrimônio Histórico de Macaé figuraria no processo, entretanto somente após a anuência da Secretaria Municipal Especial de Cultura, Esporte e Turismo que era responsável pela recepção e avaliação inicial das solicitações. Diante do exposto através dessa breve referência conjunta, é possível considerar a grande relevância da constituição dessas instituições e/ou órgãos em suas respectivas esferas estatais, no empenho de consolidação e fortalecimento do campo cultural na relação com a política, trazendo novos elementos para a mesa de discussão, que podem alterar a forma como a sociedade é constituída, costurando a visibilidade do patrimônio cultural e o acesso aos bens culturais, ainda uma perspectiva em construção.

3.2 EQUIPAMENTOS DE CULTURA EM MACAÉ: A RIQUEZA GERADA PELO “OURO NEGRO” E A (DES)IGUALDADE DO ACESSO À CULTURA

Em dados do último censo realizado em 2010, Macaé contava com uma população de aproximadamente 206.728 pessoas, sendo estimada em 256.672 pessoas em 2019. Dessa maneira, a cidade se enquadra na categoria de cidade média, segundo o IBGE, possuindo população entre 100.000 (cem mil) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes. (SILVA, 2013).

Macaé está localizada na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, a qual também é ocupada pelos municípios de São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, São Fidélis e São Francisco de Itabapoana.

Figura 1 – Divisão de municípios do Estado do Rio de Janeiro

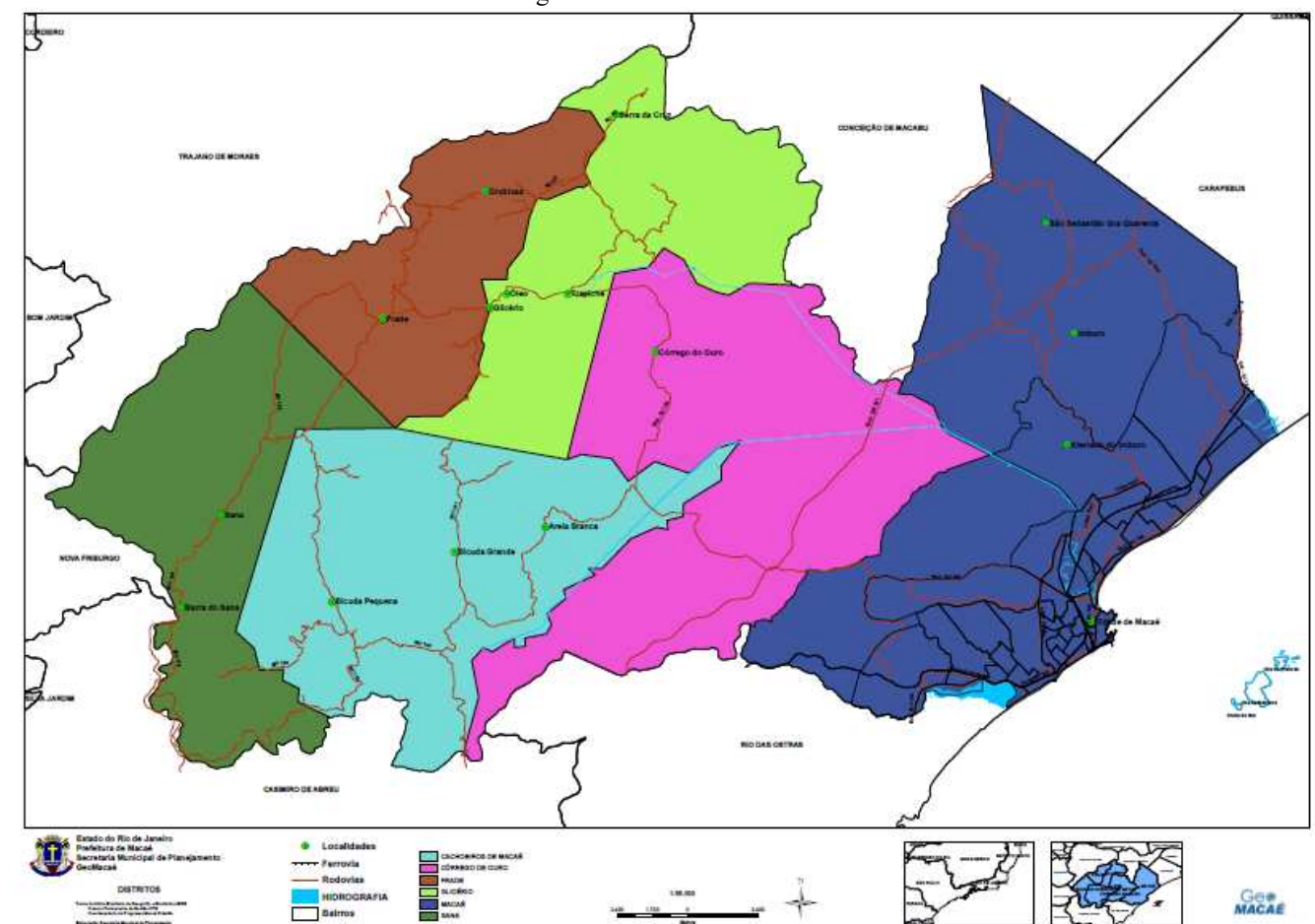


Fonte: Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas – CEEP (2018)

O município tem uma área total de 1.216,846 quilômetros quadrados, correspondentes a 12,5% da área da Região Norte Fluminense. O município está dividido em seis distritos: Sede, Cachoeiros de Macaé, Córrego do Ouro, Glicério, Frade e Sana. Faz divisa com os municípios de Carapebus, Conceição de Macabu, ao Norte; Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, ao Sul; Trajano de Moraes e Nova Friburgo, a Oeste; e com o Oceano Atlântico, a Leste. (MACAÉ, 2019). Segundo o IBGE, a densidade demográfica medida, em 2010, correspondia a 169,89 hab./km².

Quanto a diversidade natural, a cidade conta com grandes parques de preservação, como o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, Área de Proteção Ambiental do Sana, Reserva Biológica União, o Parque Natural Municipal Fazenda Atalaia, Restinga da Praia do Pecado⁹⁸ e o Parque Natural Municipal da Restinga do Barreto.

Figura 2 – Distritos de Macaé



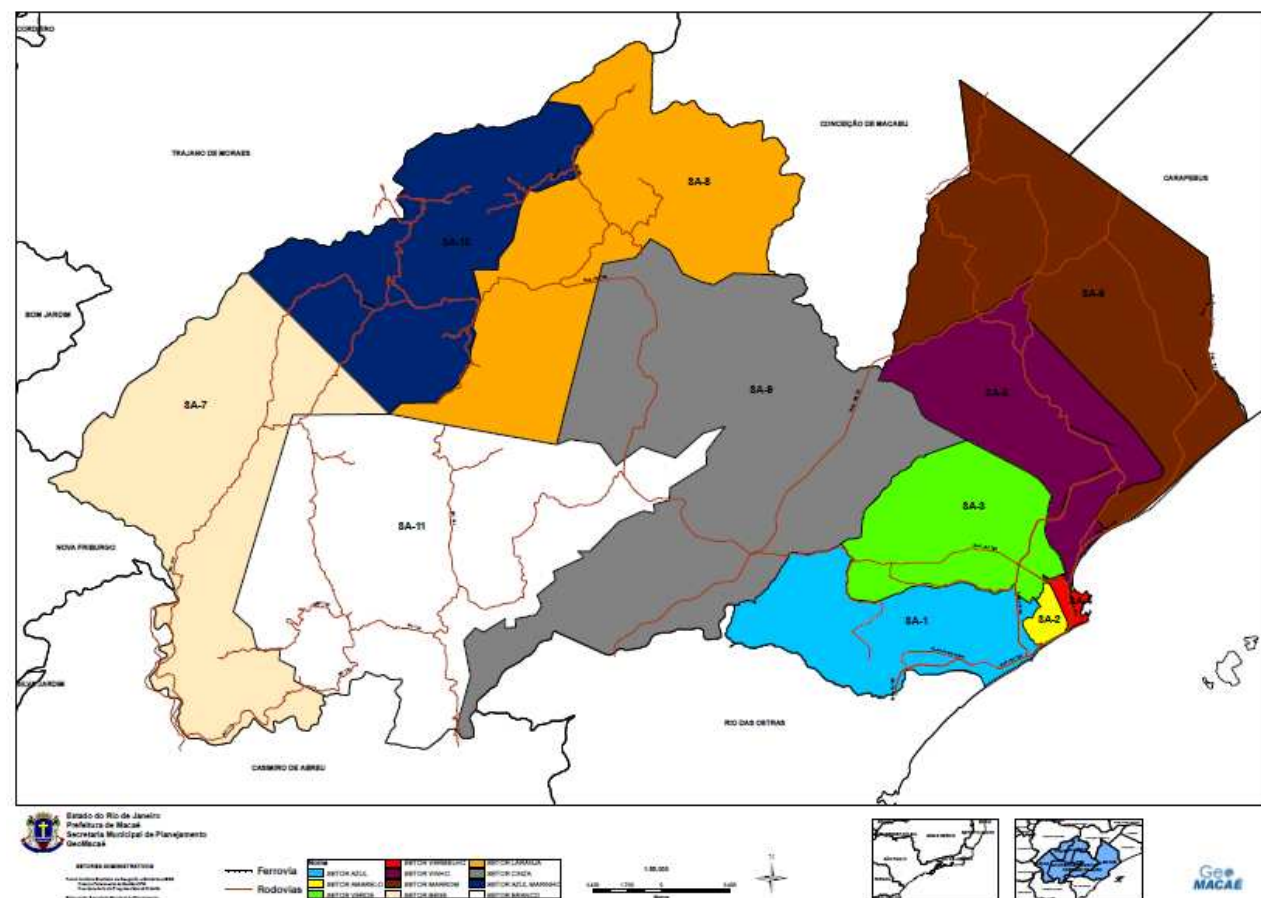
⁹⁸ Esta área ainda não é uma Unidade de Conservação, tendo sido apenas desapropriada conforme o Portal de Dados GeoMacaé.

Fonte: GEOMACAE (2018?)
Nota: De acordo com a Lei Complementar Municipal n.º. 248/2015.

Após a revogação da Lei Complementar N.º 045 de 2004, foi a Lei Complementar N.º 214 de 2012 que tratou do reordenamento territorial do município, dividindo-o do macro para o micro em:

- a) Zona Urbana e Rural;
- b) Distritos e subdistritos:
 - 6 (seis) distritos, sendo o primeiro com 6 (seis) subdistritos, e 9 (nove) setores administrativos; entretanto, nos mapas atualizados da cidade (após a L.C. N.º 214/2012), Frade e Cachoeiras de Macaé formam outros dois novos setores, 10 e 11, sendo desmembrados do setor Administrativo (SA) Laranja, composto pelo Distrito de Glicério, e do setor Administrativo Bege, com o Distrito do Sana (sede).
- c) Distritos Industriais;
- d) Setores Administrativos;
- e) Bairros.

Figura 3 – Setores Administrativos de Macaé



Fonte: GEOMACAÉ (2012?)

A cidade conta com 48 (quarenta e oito) bairros subdivididos pelos 11 (onze) setores administrativos, conforme se apresenta no quadro abaixo e na figura 3:

Quadro 6 – Setores administrativos, distritos e bairros de Macaé

Setores Administrativos (S. A.)	Distrito	Bairros
01 – Azul	1º Distrito - Macaé Sede (4º Subdistrito)	Imboassica, Lagoa, Vale Encantado, Granja dos Cavaleiros, Glória, Cavaleiros, Mirante da Lagoa, Praia do Pecado, São Marcos, Novo Cavaleiros, Cancela Preta, Jardim Vitória;
02 – Amarelo	1º Distrito - Macaé Sede (5º Subdistrito)	Riviera Fluminense, Novo Horizonte, Sol y Mar, Campo D'Oeste, Visconde de Araújo, Miramar, Praia Campista, Costa do Sol;

03 – Verde	1º Distrito - Macaé Sede (5º e 6º Subdistrito)	Aroeira, Botafogo, Virgem Santa, Horto, Jardim Santo Antônio (Jardim Santo Antônio e Nova Macaé), Malvinas;
04 – Vermelho	1º Distrito - Macaé Sede (5º Subdistrito)	Centro, Imbetiba, Cajueiros, Alto dos Cajueiros;
05 – Vinho	1º Distrito - Macaé Sede (1º e 2º Subdistrito)	Barra de Macaé, Nova Esperança, Nova Holanda, Fronteira, Ajuda de Baixo, Ajuda de Cima, Parque União (Jardim Carioca e Jardim Franco);
06 – Marrom	1º Distrito - Macaé Sede (2º e 3º Subdistrito)	Parque Aeroporto, Parque Atlântico, São José do Barreto, Engenho da Praia, Lagomar, Cabiúnas;
07 – Bege ⁹⁹	6º Distrito - Sana	Distrito do Sana;
08 – Laranja ¹⁰⁰	4º Distrito - Glicério	Distrito de Glicério;
09 – Cinza	2º Distrito - Córrego do Ouro	Distrito de Córrego do Ouro;
10 – Azul marinho	5º Distrito - Frade	Distrito do Frade;
11 – Branco	3º Distrito - Cachoeiros de Macaé	Distrito de Cachoeiros de Macaé.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Economicamente, como já dito anteriormente, o município apresentou o sétimo PIB *per capita* do Estado do Rio de Janeiro, e o primeiro da sua microrregião no último levantamento de 2017, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) considerado alto¹⁰¹, de 0,764 em 2010, quando ocupava a 304ª posição entre os municípios do país.

Na educação, o município tem melhorado seu IDEB¹⁰², como demonstrou o último levantamento, realizado em 2017. Nos anos iniciais, chegou ao índice de 5,9, maior valor do que o obtido na média nacional, de 5,6, e também melhor que nos anos anteriores. O resultado ficou a um décimo da meta projetada pelo MEC, ou seja, de 6,0

⁹⁹ Até Lei Complementar Nº. 045/2004 também tinha como parte o distrito de Cachoeiros de Macaé.

¹⁰⁰ Até Lei Complementar Nº. 045/2004 também tinha como parte o distrito do Frade.

¹⁰¹ Faixa de 0,700 - 0,799 é considerada alta. Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>

¹⁰² O IDEB é um indicador de qualidade educacional, que combina informações de desempenho padronizados (Prova Brasil ou Saeb), obtidos pelos estudantes ao final das etapas de ensino (5º e 9º ano) em relação ao rendimento escolar (taxa de aprovação).

Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/macaee-destaque-no-ideb-estadual>

naquele ano. Macaé obteve colocação acima de municípios como Campos dos Goytacazes (4,6), Niterói (5,4), Rio de Janeiro (5,7) e Cabo Frio (5,0)¹⁰³.

Essa breve apresentação da cidade, em sua divisão político-administrativa e índices gerais, é fundamental pois apresenta constituintes que somarão na análise da distribuição dos equipamentos culturais no município e também auxiliará no entendimento de centro e periferia, que são subjetivamente produzidos e objetivamente vivenciados.

3.2.1 Equipamentos culturais de Macaé: prospecção em mapas culturais

Por equipamentos culturais adota-se, neste trabalho, elementos dos conceitos desenvolvidos pelo IBGE e, de modo complementar, também pelo professor José Teixeira Coelho Netto. Para o primeiro e o segundo, suas definições se deram, respectivamente por

[...] equipamentos culturais constituem o estoque fixo ligado à cultura existente no momento da pesquisa, no município, aberto ao público, podendo ou não ser mantido pelo poder público de qualquer esfera, seja ela federal, estadual ou municipal. (IBGE, 2006).

Sob o aspecto da macrodinâmica cultural, por equipamento cultural entende-se tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc.). (COELHO NETTO, 1997, p. 164).

Postas as descrições em trecho, interessam as características que se somam para uma exposição, que se aproxime do universo estudado, não cabendo, neste momento, discutir as várias nuances do conceito.

Portanto, poderíamos considerar os equipamentos culturais como edificações destinadas tanto às práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, museus) quanto aos grupos de produtores culturais abrigados, ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc.), ligados à cultura do território, abertos ao público, podendo ser mantidos

¹⁰³ Fonte: <http://www.macaee.tj.gov.br/noticias/leitura/noticia/macaee-e-destaque-no-ideb-estadual>

pela iniciativa privada ou pelo poder público de qualquer esfera, seja ela federal, estadual ou municipal.

A inclusão do território remete a ideia de “território usado”, de Milton Santos, a qual transcende os limites políticos e administrativos para alcançar a identidade. Para o autor, “a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.” (SANTOS, 1999, p. 8).

Deve-se distinguir que, entre os três entes federativos citados, dois remetem a determinações mais subjetivadas, sendo que o município expõe o espaço de forma mais objetiva, onde as relações sociais de fato se estabelecem. Este fator já é preponderante para que as análises se voltem a ele.

Os equipamentos culturais da cidade de Macaé, levantados e considerados na prospecção dos sites de mapas de cultura estadual e federal, são listados detalhadamente no Apêndice B e estão dispostos no quadro abaixo, acrescentando-se a sua realidade de funcionamento.

Quadro 7 – Prospecção dos E. C. de Macaé em sites de mapas de cultura estadual e federal e funcionamento em 2020¹⁰⁴

Tipo de E. C.	Nome	Localização	S. A. 105	Funcionamento
Biblioteca	Biblioteca Têlio Barreto	Rua Dr. Têlio Barreto, 420, Centro	4	Em funcionamento
	Biblioteca Henriqueta Da Costa Marotti	Rua Lauro Gonçalves s/nº, Glicério	8	Em funcionamento
	Biblioteca Córrego Do Ouro	Avenida Miguel Peixoto Guimarães, 359, Córrego do Ouro	9	Em funcionamento
	Biblioteca Tarsila Poiares	Rua L, nº 60, Parque Aeroporto	6	Em funcionamento

¹⁰⁴ A Escola Municipal de Arte (EMART) e a Escola Municipal de Dança (ENDANÇA) estão vinculadas à Secretaria Municipal de Cultura (L. C. N.º 256/2016), mas para fins desse trabalho não serão consideradas E. C., por não se enquadrarem na tipologia de análise adotada.

¹⁰⁵ S. A. (Setor Administrativo que reúne os bairros), segundo Lei Complementar N.º 045/2004.

	Biblioteca Osmar Sardenberg	Rua José de Jesus Jr., nº 25 B, Centro, distrito de Sana	7	Desativada
	LER - Leitura, Entendimento, Reflexão – Biblioteca Comunitária	Rua Luís Ribeiro Pinto, nº 146, Fundos, Praia Campista	2	Desativada
Cinema	Cinemagic Shopping Plaza Macaé	Avenida Aluísio da Silva Gomes, 800, Granja dos Cavaleiros	1	Em funcionamento, somente circuitos comerciais de filmes
Teatro	Teatro Sesi Macaé	Alameda Etelvino Gomes, 155 - Riviera Fluminense	2	Em funcionamento
	Teatro Matias Neto	Rua Conde de Araruama, 439 – Centro	4	Não possui programação para o grande público.
Museu	Museu da Motocicleta (Museu Vintage Bike Dreams)	Rua Gypso, 9, Sol y Mar	2	Desativado
	Museu da Cidade de Macaé - Solar dos Mellos	R. Conde de Araruama, 248 - Centro	4	Em funcionamento
Centro Cultural	Centro Cultural do Legislativo	Av. Rui Barbosa, praça	4	Em funcionamento
	Centro Macaé de Cultura ¹⁰⁶	Av. Rui Barbosa, 780, Centro	4	Em funcionamento
	Centro Cultural Rinha das Artes	Rua Dr. Júlio Olivier, 633, Centro	4	Em funcionamento
Casa de Cultura	Centro de Artes e Esportes Unificados (antigo CEU) Malvinas	Rua Maria José Mahon Santos, 1500	3	Em funcionamento
	Centro Integrado de Estudos do Movimento Hip Hop (CIEMH2)	Rua Eleosina Pereira de Queiroz Matoso, 105, bairro Sol e Mar	2	Em funcionamento
	Sociedade Musical Lyra dos Conspiradores	Rua Sacramento, 63, Centro	4	Em funcionamento
	Sociedade Musical Nova Aurora	Av. Rui Barbosa, 551	4	Em funcionamento

¹⁰⁶ Teve sua denominação alterada para “Centro Macaé de Cultura Angela Maria” pela Lei ordinária N.º 4.555 de 16 de janeiro de 2019.

	Polo de Cultura da Fronteira ¹⁰⁷	Rua Manuel Marques Monteiro, 724, Barra de Macaé	5	Desativado
	CriaSana	R. José de Jesus Junior, 48, Sana	7	Em funcionamento
	Polo Cultural da Serra (Glicério)	Rua principal de Glicério	8	Em funcionamento
	Casa de Cultura Emílio Gato	Rua José de Jesus Jr, s/n, Sana	7	Desativado

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Confrontando o levantamento realizado, por meio das mídias sociais e de páginas da web, com o modo como o equipamento está funcionando, fica evidente que os mapas se encontram muito desatualizados frente a realidade, oferecendo assim, uma leitura com descrições errôneas para a sociedade e pesquisadores na área cultural. Mesmo assim, evidencia-se que os S. A. 4 e 2 apresentam a maior parte dos E. C., e, sendo assim, na localização central da cidade, a qual detém bairros valorizados e, conseqüentemente, famílias com o maior poder aquisitivo.

Neste ponto, se faz necessária a demarcação das definições dos equipamentos culturais, cinema, teatro ou sala de espetáculo, centro cultural¹⁰⁸, museu e biblioteca pública, que têm base teórica apontada pelo IBGE no volume Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura 2016, de acordo com o exposto abaixo:

Biblioteca pública – Edifício recinto onde se instala uma coleção pública de livros, periódicos e documentos, organizados para o estudo, leitura e consulta. É aberta à frequência do público em geral. (IBGE, 2016, p. 269-272)

Cinema – estabelecimento cuja finalidade é a projeção de filmes. (IBGE, 2016, p. 269-272)

Centro Cultural – local destinado a atividades artístico-culturais e que conta com mais de dois tipos diferentes de equipamentos culturais em uso (biblioteca, sala de exposição, sala de cinema, teatro, anfiteatro, etc.). (IBGE, 2016, p. 269-272) É geralmente uma instituição mantida pelos poderes públicos, de porte maior, com acervo e equipamento permanentes (salas de teatro, de cinema, bibliotecas, etc.), voltada para um conjunto de atividades

¹⁰⁷ Polo de cultura da Fronteira no Lagomar, presente entre os E. C. vinculados à Secretaria de Cultura através da reforma administrativa do município (L. C. 256/2016) encontra-se desativado no momento (maio de 2020). Tratava-se de parceria público-privada.

¹⁰⁸ Segundo o IBGE Centro Cultural é um local destinado a atividades artístico-culturais e que conta com mais de dois tipos diferentes de equipamentos culturais em uso (biblioteca, sala de exposição, sala de cinema, teatro, anfiteatro, etc.).

que se desenvolvem sincronicamente e oferecem alternativas variadas para seus frequentadores, de modo perene e organizado. (COELHO, 1997, p. 167).

Teatro ou sala de espetáculo – Estabelecimento ou edificação cuja finalidade é a apresentação da arte dramática, música, dança, dentre outros. (IBGE, 2016, p. 269-272)

Museu – Instituição permanente, sem finalidade lucrativa, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, voltada à pesquisa dos testemunhos materiais do homem e do seu entorno, que adquire, conserva, comunica e, notadamente, expõe o seu acervo, visando estudos, educação e lazer. O ingresso pode ou não ter cobrança. (IBGE, 2016, p. 269-272)

Casa de Cultura – quer um centro cultural de pequeno porte, situado em bairros e periferias, com pouco equipamento e acervo (ou nenhum), também com função de reprodução da cultura instituída, porém voltado mais para as atividades de formação cultural (oficinas, cursos) e de incentivo da produção cultural local, com a qual está ligado de modo mais orgânico; 2) quer pequenas instituições voltadas para a divulgação de um modo cultural específico (a poesia, o teatro), como as que homenageiam personalidades destacadas (Casa de Mário de Andrade), ou aquelas mantidas por representações estrangeiras para promover suas culturas nacionais em geral ou sob algum aspecto em especial (Casa de Dante) e que quase sempre mantêm uma programação constante e especializada. (COELHO, 1997, p. 167, grifo nosso).

Somente a Casa de Cultura, ausente das tipologias apresentadas pelo glossário do IBGE, será apresentada conforme indicou Teixeira Coelho (1997), no “Dicionário de Políticas Públicas”. Embora o próprio autor apresente a indicação de que não existe unanimidade acerca da diferença estabelecida, é indispensável ponderar sobre tais tipologias, visto que implicam diretamente nas funções que desempenham, e por isso merecem menção para auxiliar no delineamento da pesquisa.

Essa diferença marca uma opção teórica necessária à pesquisa apresentada. Todavia, deve-se deixar cognoscível que seja uma edificação construída para a prática da cultura ou a ressemantização de uma que possuía um fim diverso, ambas têm uma característica em comum, a saber, a abstração, que consiste na criação artificial de um local a possibilitar a prática cultural, o que pode implicar uma desterritorialização da cultura, com a mudança de um lugar para o outro. Contudo, isto também evidencia, ainda mais, a importância da distribuição desse E. C. nas próprias comunidades, incorporando-os na rotina municipal, sem implicar maiores deslocamentos.

Mais uma vez, é importante salientar que parte do estudo se concentra sobre os E. C. destacados acima enquanto recorte metodológico, o que não faz cessar ao desvanecer a fundamental relevância dos coletivos culturais presentes sobretudo em localidades periféricas. Esse viés pretende sim tensionar a ideia de que o Estado não pode se furtar da grande responsabilidade que tem, em fomentar e possibilitar acesso a esses dispositivos, inclusive para fortalecer as iniciativas locais. Dessa forma reivindica-se a necessidade de

abordagem desses coletivos em estudos a porvir, e se esse mesmo Estado, que se omite em promover o acesso aos E. C. promove algum tipo de fomento através das políticas públicas a esses grupos culturais, que grande parte das vezes, são a única opção de acesso nessas áreas que conhecem a presença do Estado através da segregação urbana sob os auspícios da “segurança pública”.

3.2.1.1 Patrimônio cultural material

Os monumentos históricos, embora não figurem como equipamentos culturais por definição, guardam muitas vezes, com estes, grande proximidade, por constituírem o patrimônio histórico material reconhecido. Em alguns casos, é possível ter um equipamento funcionando em um monumento histórico, por exemplo. Françoise Choay, concordando com A. Riegl, o define como “objeto do passado que pode ser convertido em testemunho histórico sem que, para isso, tenha tido na origem, uma destinação memorial” (CHOAY, 2006, p. 24-25), definição adotada para esses patrimônios históricos neste trabalho.

Na sua menção, o quadro abaixo, mapeado no Anexo A¹⁰⁹, chama a atenção para a característica de concentração, quase total, à exemplo do que podemos verificar em grau atenuado nos E. C., sobretudo no S. A. 4, seguido pelo S. A. 2. Isso pode ser explicado, em parte, por se tratar do núcleo central da cidade, a partir do qual os outros S. A. foram se desenvolvendo, embora chame a atenção a ausência da geografia e dos roteiros históricos que poderiam ser oferecidos. Fica evidente que as áreas mais afastadas do centro, como o Sana, Frade e Glicério, localizados em maior parte na região serrana do município, inexistem no contexto monumental do âmbito da lei.

Quadro 8 – Monumentos da cidade de Macaé segundo a Lei Complementar N.º 141 /2010 e seu funcionamento e/ou acesso

Monumento Histórico¹¹⁰	Localização	S. A.	Função social
Forte Marechal Hermes	Praia das Conchas s/n - Imbetiba	4	Em funcionamento, área militar com visitação controlada

¹⁰⁹ Mapa de bens históricos e culturais da Prefeitura de Macaé.

¹¹⁰ A Lei Complementar N.º 141 /2010, em seu artigo 102, § 1º estabelece os bens arquitetônicos e sítios notáveis, que integram o Setor Especial de Preservação Histórico-Cultural de Macaé. Nesse quadro temos aqueles que não funcionam também como E. C.

Igreja de Santana	R. Maurílio Rosa, 68	2	Em funcionamento
Ruínas do Farol de Imbetiba/ Farol Velho ou Farolito de Imbetiba	Base de Imbetiba da Petrobrás	4	Visitação pública
Palácio dos Urubus ¹¹¹	Rua Doutor Têlio Barreto 779 Centro	4	Desativado, prédio em ruínas
Igreja São João Batista	Rua Prefeito Moreira Neto, 72 - Centro	4	Em funcionamento
Hospital São João Batista	Praça Veríssimo Mello, 391 - Centro, Macaé	4	Em funcionamento
Solar Monte Elísio	Av. Santos Moreira, 445 - Miramar, Macaé	2	Escola e uma faculdade das Irmãs Salesianas, mais conhecido como Castelo
Escola Estadual Matias Neto	R. Conde de Araruama, 439 - Centro	4	Escola estadual
Casa Alfredo Backer	R. Alfredo Backer, 604 - Centro	4	Abriga o Corpo de Bombeiros, sem visitação histórica ou turística
Ponte da estrada de ferro sobre o rio Macaé	Entrada do bairro de Botafogo	3	Destinada ao trânsito de veículos e pedestres
Estação ferroviária	Amaral Peixoto, altura do centro	4	Desativado
Hotel Imbetiba	Av. Elias Agostinho	4	Desativado
Praça Veríssimo de Mello	E. Dr. João Cupertino	4	Destinada ao trânsito de pedestres
Mercado Municipal de Peixes	RJ-106, 723	4	Em funcionamento, remodelado.
Cine-Teatro Taboada	Av. Rui Barbosa, 780 - Centro	4	Desativado, hoje funciona uma filial das "Lojas Americanas"
Asilo da Velhice Desamparada	R. Dr. Luiz Bellegard, 540	4	Em funcionamento, asilo.
Escola Estadual Luiz Reid	R. Teixeira de Gouveia, Nº 942	4	Em funcionamento, escola.

¹¹¹ Bem cultural tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em 12 de dezembro de 1978, processo E-03/16.512/78.

Clube Ypiranga	Av. Presidente Sodré, cruzamento com a RJ-168	4	Desativado
Tênis Clube (sede social)	Praça Veríssimo Mello, 68 - Centro	4	Em funcionamento, clube
Iate Clube	Rua Do Pontal - s/n, RJ,	5	Em funcionamento, clube
Cine Clube	R Francisco Portela, altura do numero 551	4	Desativado, a mais de 10 anos em obras
Prefeitura Municipal de Macaé – Paço Municipal	Av. Pres. Feliciano Sodré, 534	4	Em funcionamento, sede da prefeitura.
Canal Macaé Campos ¹¹²	Trecho de Macaé	Não se aplica	Navegação

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

O canal Macaé-Campos¹¹³ não é mencionado como bem histórico, mas é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural e, por isso, consta no quadro acima. Trata-se do segundo maior canal artificial construído no mundo, com 109 (cento e nove) quilômetros de extensão, segundo o Mapa de Cultura do RJ. Sua construção, realizada por escravos, se estendeu por 17 (dezesete) anos durante o século XIX, e serviu para escoar a produção açucareira. (INEPAC, 2020).

Fica evidente que o único bem imóvel tombado do município está em ruínas¹¹⁴, o Palácio dos Urubus, casa que pertenceu a Viscondessa de Muriahé, assim como o canal Macaé-Campos, que também encontra-se degradado na maior parte de seus trechos, em razão dos despejos de esgoto *in natura*.

Entre os 23 (vinte e três) bens arquitetônicos e sítios notáveis que integram o Setor Especial de Preservação Histórico-Cultural¹¹⁵, conforme a Lei Complementar N.º 141/2010, no quadro acima, 5 (cinco) deles encontram-se totalmente desativados e sem

¹¹² Tombado pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), processo E-18/001.134/2002 de 30 de dezembro de 2012, nos trechos 1,2,3,4. É citado na LEI COMPLEMENTAR N.º 141 /2010 somente como Zona Especial de Interesse Ambiental.

¹¹³ Fonte: <https://odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/40458/poluicao-do-canal-campos-maca-evidencia-a-degradacao-ambiental->

¹¹⁴ Fonte: <https://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/35486/em-ruinas-estrutura-do-palacio-dos-urubus-preocupa->

¹¹⁵ Compreende áreas ou imóveis destinados à recuperação e à preservação do patrimônio municipal de valor histórico e cultural.

nenhuma função social¹¹⁶. Entre eles o Cine clube, que possui uma página “Cine Clube Macaé Movimento Aberto Já”¹¹⁷ em uma rede social, contando com mais de 5.400 (cinco mil e quatrocentos) seguidores, o que indica o grande apoio popular à volta do funcionamento do E. C.. Como visto, outros ainda têm funções diferentes, como abrigar lojas e o corpo de bombeiros, e tiveram sua configuração original bem alterada.

3.2.1.2 Patrimônio cultural imaterial

As manifestações culturais mais conhecidas e populares de Macaé foram listadas no Anuário de Macaé, editado em 2012, que usou como base a pesquisa realizada pelo Programa Macaé Cidadão, em levantamento domiciliar do ano de 2006. Entre elas estão o Boi Pintadinho, a Dança do Coco, a Folia de Reis, a Dança do Fado e o Jongo, também presentes em algumas regiões do Brasil. Há também, entre tais manifestações, casos de reconhecimento legal do município, como por exemplo, a Tradição Folclórica Carnavalesca do Boi Pintadinho, por meio da edição da Lei N.º 4.190 de 11 de agosto de 2016¹¹⁸.

É nesse esteio, que o *caput* dos artigos 215 e 216 da Constituição Brasileira garantem o exercício do direito à cultura e define o patrimônio, de forma geral, como

Art. 215 O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a **valorização e a difusão das manifestações culturais**.[...] Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e **imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: **as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver**; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, *grifo nosso*).

¹¹⁶ A Constituição Federal, no seu artigo 5º, inciso XXIII, versa “a propriedade atenderá a sua função social”.

¹¹⁷ Fonte: <https://www.facebook.com/cineclubemacaeopen/>

¹¹⁸ Fonte: www.macaetj.gov.br/esane/leitura/noticia/boi-pintadinho-fixa-cultura-carnavalesca

A definição e o exercício defendido alcançam, para além do material, a vertente imaterial do patrimônio, e harmoniza com a exposição presente na Convenção UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada em Paris, em 17 de outubro de 2003.

Entende-se por “patrimônio cultural **imaterial**” as **práticas, representações, expressões**, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e **lugares culturais** que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003, *grifo nosso*).

A presença dessas manifestações na subjetividade é traço da identidade e do pertencimento do capital cultural dos indivíduos de uma determinada região, e está ligada às práticas culturais que podem vir a desenvolver.

Essas imbricações entre o material e o imaterial cristalizam-se nas práticas culturais e serão apreendidas, por meio da consulta realizada aos jovens, professores e gestores e, por esta razão, foram trazidas à tona no contexto dos E. C., bem como nas políticas na área de cultura, já discutidas anteriormente.

3.2.2 Metodologia para análise da distribuição de equipamentos culturais

Será utilizado o Índice de Desenvolvimento e Acesso a Cultura (IDAC), elaborado pelo professor Fabio Peres, e exposto em estudo sobre as desigualdades no acesso aos equipamentos culturais da América Latina, no âmbito do “Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia, PROSUL/CNPq” e posteriormente publicado em obra que trouxe os resultados alcançados pela pesquisa.

O levantamento dos equipamentos foi baseado no sítio <http://mapas.cultura.gov.br/>¹¹⁹ disponibilizado pelo governo federal e no

¹¹⁹ “O Mapa da Cultura é um espaço para integrar e dar visibilidade para projetos, artistas, espaços, eventos culturais e seus produtores. Ele é a principal base de informações e indicadores do Ministério da Cultura, se constituindo o pilar principal do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais” (SNIIC), criado pela Lei N.º 12.343/10.

<http://mapadecultura.rj.gov.br/> disponibilizado pela Secretaria de Estado de Cultura, e também no sítio da Prefeitura de Macaé e no eventual acesso aos equipamentos culturais *in loco*. O primeiro reúne informações do antecedente Registro Aberto da Cultura (RAC), da Rede Cultura Viva, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e do Cadastro Nacional de Museus, se propondo também a reunir as informações dos sistemas de informação cultural dos estados e municípios, não deixando claro quais e se algum destes constam no mapa.¹²⁰ Entre os conceitos centrais que norteiam o mapeamento, tendo como base o RAC é interessante enfatizar o de objeto cultural entendido como “todo e qualquer equipamento, manifestação ou espaço vinculado a um agente cultural cadastrado.”¹²¹, por esse motivo sua relevância para o recorte adotado, coadunando com o IBGE quanto à terminologia utilizada de equipamento e as tipologias disponibilizadas para busca.

Já o segundo, intitulado como enciclopédia online da cultura do Estado do RJ que pretendia-se ser atualizado constantemente (o que não vem acontecendo), “é resultado de um esforço de pesquisa e catalogação que reúne informações sobre espaços culturais, patrimônios materiais e imateriais, personagens, agenda cultural fixa e grupos artísticos dos 92 municípios”¹²² (VEJA, 2014), tendo o apoio da Secretaria de Estado de Cultura do RJ à época e patrocínio da Petrobrás. Como é possível observar também reúne os patrimônios imateriais, entre outros, chamando de espaços culturais grande parte dos equipamentos, sem indicar a matriz conceitual adotada. Em que pese ser o único mapa de cultura que se aproxima do contexto local, – tendo sido visitados pela equipe responsável pelo mapeamento – visto que o município não conta com tal mapeamento disponível para pesquisa, chamando a atenção a falta de correspondência de alguns dos equipamentos entre os mapas, o que indica que não há integração entra as duas ferramentas, conforme proposto pela primeira, de abrangência nacional.

Para fins desta pesquisa serão considerados como equipamentos culturais os espaços ou edificações relacionadas, especificamente, com a produção e difusão de atividades culturais. Não serão levados em consideração os dias de funcionamento ou

¹²⁰ Fonte: <http://mapas.cultura.gov.br/> (Levantamento realizado em 2020)

¹²¹ Fonte: <http://sniic.cultura.gov.br/2014/05/13/versao-1-0-do-registro-aberto-da-cultura-rac-e-nuven-da-cultura/> (Levantamento realizado em 2020)

¹²² Fonte: <https://vejario.abril.com.br/cidade/mapa-cultura-rio-janeiro-ganha-nova-versao/>

horários, por considerar que são variantes entre os equipamentos, mas todos devem estar abertos a população.¹²³

O IDAC - Índice de Desenvolvimento e Acesso a Cultura visa responder uma questão básica: “Será que os habitantes da região X têm as mesmas oportunidades de acesso aos equipamentos culturais que os habitantes da região Y?” (MELO; PERES, 2009, p. 14).

Dessa forma, esse índice busca calcular a distribuição dos equipamentos culturais em uma dada região, considerando as variações demográficas. É evidente que tal índice busca avaliar a distribuição, o que não garante o acesso, mas o oportuniza a população, o que é condição inicial para possibilitar o direito do cidadão à cultura.

3.2.3 Indicador de desenvolvimento e acesso a cultura absoluto (IDAC-absoluto)

O IDAC absoluto divide o número de equipamentos pelo número de residentes. Varia, portanto, de 0 (zero) a 1 (um), onde em 0 (zero) a população não tem acesso a nenhum equipamento e, em 1 (um) significaria uma situação utópica em que haveria um equipamento para cada habitante. Dessa maneira, quanto mais próximo de 1 (um), maior a presença de equipamento por residente. (MELO; PERES, 2009, p. 15).

$$\text{IDAC-Absoluto (x)} = \frac{\text{Total de equipamentos (x)}}{\text{Habitantes (x)}} \quad (1)$$

$$0 \leq \text{IDAC-absoluto} \leq 1$$

3.2.4 Indicador de desenvolvimento e acesso a cultura relativo ou por unidade (IDAC-Relativo)

Assim como o indicador absoluto, o relativo também considera o número de moradores de cada região. Porém o IDAC-Relativo “busca evidenciar mais claramente a variação da oferta de equipamentos culturais entre as diversas regiões” (MELO; PERES,

¹²³ Os equipamentos também seriam visitados para verificar se o funcionamento, expresso nos sítios, condizem com a realidade, entretanto, por conta do período de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19 os espaços encontram-se temporariamente fechados, impossibilitando a ação.

2009, p. 16), considerando como referência aquela que está em situação mais hegemônica.

Para isso, deve-se dividir o IDAC-Absoluto de uma região pelo IDAC-Absoluto da região que aparece como referência (a região com melhor IDAC-Absoluto), multiplicando o resultado por 100 (cem).

$$\text{IDAC-Relativo (x)} = \frac{\text{IDAC-absoluto (x)} \cdot 100}{\text{IDAC-absoluto (y)}} \quad (2)$$

$$0 \leq \text{IDAC-relativo} \leq 100$$

X = Região

Y = Região com melhor IDAC-absoluto (referência)

O que se busca através do uso desses indicadores é verificar se a oferta e a facilidade de acesso de equipamentos culturais são equânimes entre as regiões da cidade, dado que pode auxiliar a gestão cultural do município, demonstrando desequilíbrios que podem ser equalizados em conjunto com a própria população.

3.2.5 Levantamento do E. C. de Macaé (1ª etapa da pesquisa)

Em se tratando de um estudo sobre equipamentos culturais e sua distribuição, é necessário destacar que o foco da pesquisa será direcionado aos espaços ou edificações fixas e, desta forma, ficarão de fora os grupos de produtores culturais não abrigados fisicamente numa edificação ou instituição.

A orientação adotada, que se aproxima da definição dada majoritariamente pelo IBGE, se dá em razão da necessidade de tradução nos dados quantitativos, de como se distribuem os E. C. fixos na cidade. Busca, ainda, fornecer informações que possam auxiliar na tomada de decisões sobre a política de cultura municipal e no fomento de ações da esfera privada, de forma mais igualitária, entre as regiões municipais.

Outro ponto é que a pesquisa compõe uma fotografia de quantos são e como estão funcionando os E. C. da cidade, podendo servir de fonte para estudos e comparações posteriores que envolvam a dinâmica de alteração e de crescimento da cidade.

Contagem	20.132	32.384	29.660	17.337	44.239	48.864	2.867	4.187	3.992
-----------------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	-------	-------	-------

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Nota-se que a contagem da população total distribuída por S. A. foi de 203.662 no Diagnóstico Geral do Município de Macaé, um pouco abaixo da estimativa apresentada pelo IBGE, de 206.728. Entretanto, como a contagem distribuída pelas S. A. são determinantes para a aplicação do IDAC e constituem 98,51% do total, sua utilização não deve trazer prejuízos à análise.

É resolutivo sublinhar que, seja o quantitativo da Revisão do Plano Diretor do Município ou o do IBGE, apresentado em 2010, ambos estão no campo da estimativa, e são passíveis de revisão, com a finalidade de verificar o acréscimo ou decréscimo populacional em função das últimas crises econômicas do país e no setor de prospecção de petróleo, que impactaram a cidade.

Como o Diagnóstico Geral do Município de Macaé colocou, em 2014, havia, naquele momento, um “aumento de 104,9% da população nas últimas duas décadas” (DIAGNOSTICO..., 2014), ritmo que provavelmente tem se alterado de 2015 até os dias atuais.

A Distribuição dos Equipamentos Culturais em Macaé por S. A. e segundo os E. C. está apresentada no quadro abaixo.

Quadro 11 – Distribuição dos E. C. em Macaé

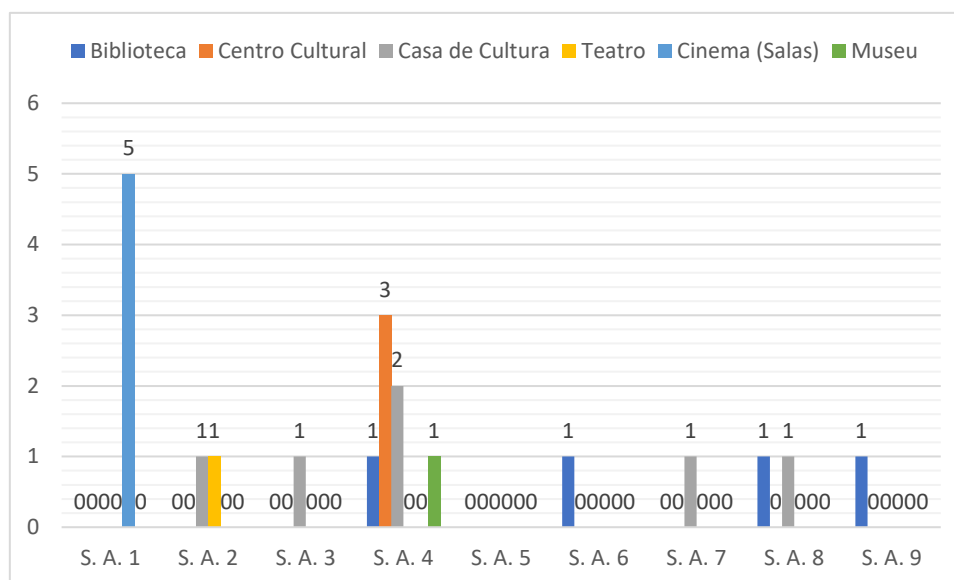
Setores Administrativos (Macaé)	Total de E. C.	Distribuição por S. A.	Biblioteca		Centro Cultural		Casa de Cultura		Teatro		Cinema (Salas)		Museu	
TOTAL de E. C.	20		4	20 %	3	15 %	6	30 %	1	5 %	5	25 %	1	5 %
S. A. 1	5	25%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	5	25 %	0	0%
S. A. 2	2	10%	0	0%	0	0%	1	5%	1	5%	0	0%	0	0%

S. A. 3	1	5%	0	0%	0	0%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%
S. A. 4	7	35%	1	5%	3	15%	2	10%	0	0%	0	0%	1	5%
S. A. 5	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
S. A. 6	1	5%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
S. A. 7	1	5%	0	0%	0	0%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%
S. A. 8	2	10%	1	5%	0	0%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%
S. A. 9	1	5%	1	5%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Algumas informações podem ser obtidas no levantamento presente no quadro 11, como por exemplo, a alta concentração de E. C. nos S. A. 4 e 1. Outro fato é a consequência dessa concentração regional e do tipo de E. C., o que resulta na grande ausência de teatros, cinemas, museus e centros culturais, que podem ser observadas em vários dos nove S. A., o que fica ainda mais evidente no gráfico 2, na quantidade de zeros. Constata-se que o S. A. 5, atualmente, encontra-se sem nenhum E. C., e que a região serrana apresenta grande carência desses equipamentos, contanto apenas com algumas bibliotecas e polos culturais ou casas de cultura.

Gráfico 2 – E. C. por S. A.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Do total de 20 (vinte) equipamentos culturais, observa-se, em sua maioria, casas de cultura, seguidos de cinemas (considerado o número de salas) e bibliotecas, onde já temos 75% dos E. C. da cidade. Dos E. C. públicos, as bibliotecas possuem uma distribuição um pouco mais equilibrada, embora ausente de cinco S. A., o que representa 35 (trinta e cinco) bairros e todo o distrito do Sana que não contam com esse equipamento.

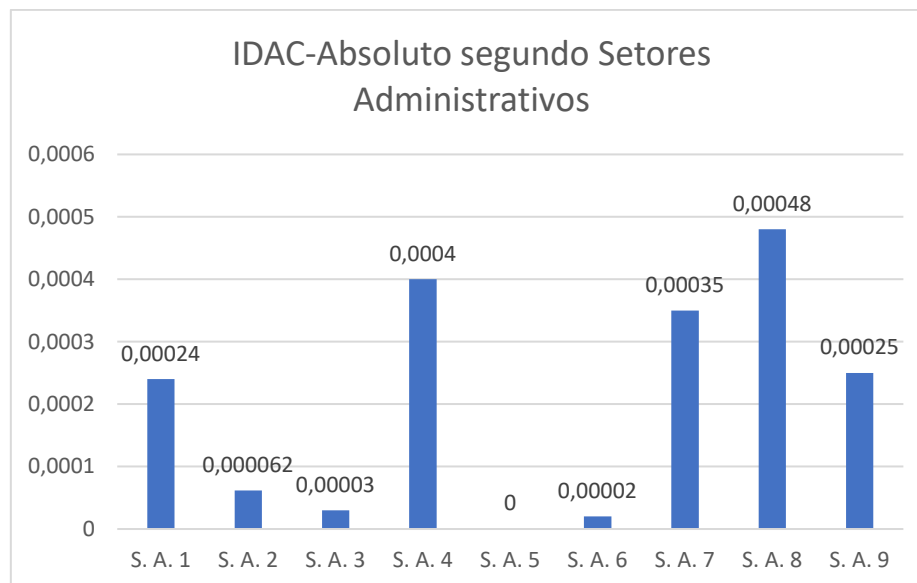
Esse dado negativo, se comparado à realidade do país divulgada em pesquisa de 2010, pelo MinC, que revela que mais de 20% dos municípios brasileiros não possuem bibliotecas públicas (BRESCIANI, 2010), indica que apesar da limitação, a existência de quatro bibliotecas no município pode apontar algum progresso para esse tipo de equipamento.

As casas de cultura são os E. C. mais numerosos e, embora ausentes em quatro S. A., têm maior concentração no S. A. 4. Isso se dá, muito possivelmente, por se tratar de setor que abrange o centro da cidade. Por ser um E. C. de pequeno porte e voltado para formação cultural, através de oficinas, e voltadas para divulgação de uma forma cultural específica, como música ou dança, possuem uma estrutura mais simples e passível de fomento privado. O contrário ocorre nos centros culturais, que reúnem, no mínimo, dois tipos de equipamentos culturais e podem apresentar uma atuação mais diversificada.

3.2.6 Aplicação do IDAC Absoluto e Relativo

Utilizando o indicador de Desenvolvimento e Acesso a Cultura Absoluto e Relativo, será incluído na análise o número de habitantes de cada região analisada, o que pode vir a alterar o panorama indicado, pelo simples levantamento dos E. C. por região. O indicador varia de 0 (zero) a 1 (um), onde 0 (zero) significa que não existe nenhum E. C. disponível para a população, e 1 (um) seria uma situação de utopia na qual, para cada habitante, haveria um E. C., como indicado.

Gráfico 3 – IDAC-Absoluto segundo Setores Administrativos



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Com a demonstração realizada com o IDAC-absoluto, temos o S. A. 8 como a região de referência. Apesar de possuir somente dois E. C., sendo uma casa de cultura e uma biblioteca, ambos mantidos pelo poder público, esse setor é o terceiro menos populoso de todos os S. A. Já o segundo setor com melhor IDAC absoluto é o S. A. 4 que, inversamente, tem a maior concentração e diversidade dos E. C. da cidade, contando com apenas a sexta maior população entre os nove setores.

Fica claro que os S. A. 8 e 7 só se destacam por conta da pequena população, e que o S. A. 4, que tem a apenas a sexta maior população do município, detém sozinho 35% dos E. C. da cidade, apresentando todas as tipologias de E. C., se considerarmos que os seus centros culturais e o museu¹²⁴ apresentam teatro e sala de cinema ou projeção, respectivamente, como apresentado nas figuras abaixo.

Figura 4 – Fachada Centro Macaé de Cultura

Figura 5 – Interior do teatro de Centro Macaé de Cultura

¹²⁴ Apesar de reunir uma pequena sala de projeção, optou-se por incluir o Solar dos Mellos na tipologia de Museu, dada sua natureza de fundação, como museu histórico da cidade.



Fonte: COMERCIANTES... (2019)

Figura 6 – Fachada Solar dos Mellos



Fonte: BACELLAR (2017)

Figura 7 – Sala de projeção no interior do Solar dos Mellos



Fonte: ARTE... (2019)



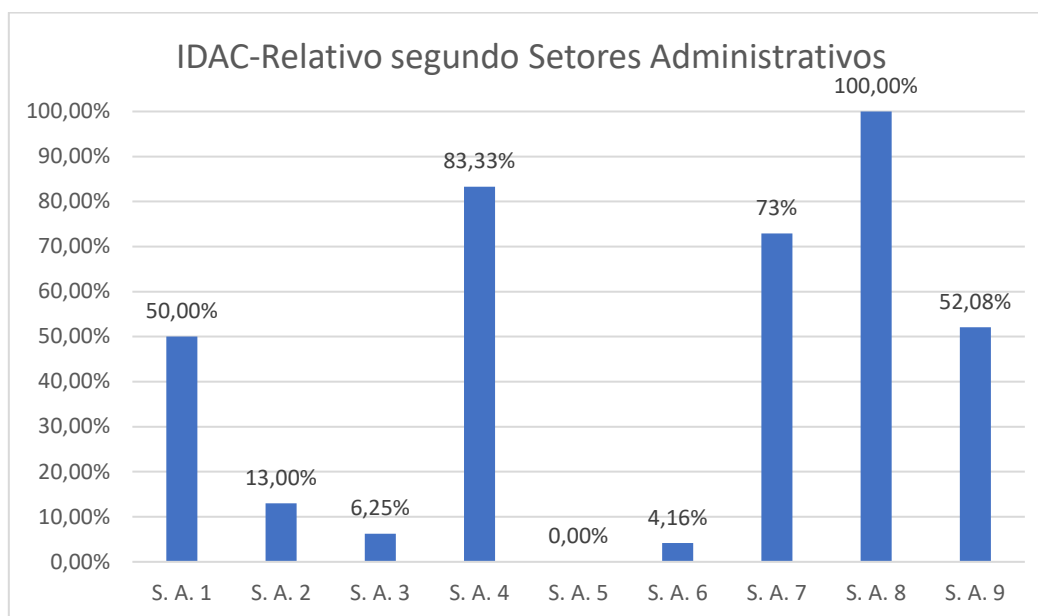
Fonte: MUSEU... (2019)

Chama a atenção os S. A. 2, 3, 5 e 6, todos com IDAC-absoluto menor que 0,0001, sendo os S. A. com maior população e com grande carência de E. C. disponíveis. Outro fator já mencionado, e que salta aos olhos, é o E. C. público biblioteca, como o mais bem distribuído, embora não conste em todos os S. A., e também o S. A. 1, que possui todas as salas de cinema do município e nada mais, salas estas voltadas ao circuito comercial, presentes em um *shopping center*. Para fins de ilustração, se adotarmos como referência o S. A. 4, que possui o maior número de E. C. – desconsiderando a diversidade dos tipos de equipamentos – temos 1 (um) E. C. para cada 2.500 (dois mil e quinhentos habitantes), aproximadamente, o que se fosse aplicado em todos os S. A. do município constituiria um quadro que hoje seria considerado até mesmo utópico, mas que interessante se apresenta em uma região de grande valor na cidade. Situação semelhante é verificada no S. A. com o maior IDAC-absoluto, que se destaca com 1 (um) equipamento para cada 2.100 (dois mil e cem habitantes), aproximadamente, ressalvando que se trata de uma região do interior do município.

Para utilização do IDAC-relativo, buscando mais objetivamente a variação da disponibilidade de E. C. entre as regiões, tem-se o S. A. 8 como região referência, dado

seu maior IDAC-absoluto. Com isso, mantém-se a situação anterior onde o S. A. que mais se aproxima do 8 é o S. A. 4, com 83%, seguido dos S. A. 7, 9, 1, 2, 6 e 3.

Gráfico 4 – IDAC-Relativo segundo Setores Administrativos



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

As diferenças entre os S. A. 6, 3 e 2, os piores colocados, para o S. A. 8, estão na faixa de 95,84%, 93,75% e 87%, respectivamente. Estes dados, por si só, apontam para uma grande desigualdade de possibilidade de acesso aos E. C. nos diferentes S. A. da cidade. Sem mencionar, ainda a desconsideração do S. A. 5, o segundo com maior população, muitas vezes em condições de vulnerabilidade social, que não tem nenhum equipamento disponível. Aqui a cidadania cultural não é garantida por esses meios, e constitui mais um fator de exclusão.

Entre tais S. A. mal avaliados, cabe destacar a descrição resumida que aparece na Revisão do Plano Diretor (DIAGNOSTICO..., 2014, p. 60-119):

[S. A. 2:] A ocupação desta região ocorre a partir da segunda metade do século XX, caracterizada como uma extensão do centro da cidade. [...] [S. A. 3:] Este setor administrativo é bastante problemático no tocante à distribuição de renda. Apenas o bairro Aroeira não se encontra acima dos índices municipais de pobreza. [...] [S. A. 5:] Trata-se de um S. A. com características de usado e ocupado por domicílios. [...] Este bairro passa por uma grande expansão populacional e territorial, com assentamentos irregulares e formação de aglomerados subnormais. [...]

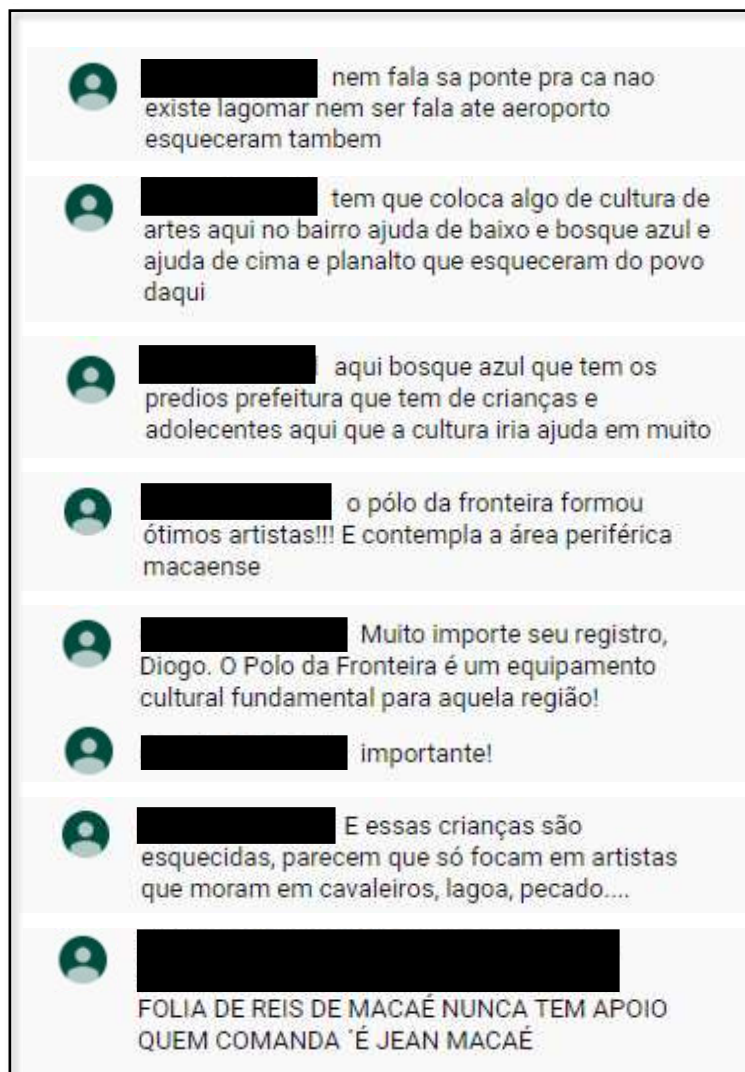
[S. A. 6:] É o setor mais populoso e que mais cresce, e estima-se que irá manter esta tendência no próximo decênio. Esta área passou a ser ocupada por migrantes de baixo poder aquisitivo, mas também foi alvo de empreendimentos imobiliários, como minha casa, minha vida. (DIAGNOSTICO..., 2014, p. 60-119).

É incontestável afirmar a estreita relação entre o vetor econômico e o estabelecimento dos E. C. nos S. A. da cidade, podemos afirmar que trata-se do espaço social objetificado, aludido pelo referencial teórico. Em que pese a antiguidade da área central da cidade, presente sobretudo no S. A. 4, a região mais populosa entre as três mais bem avaliadas – a sexta, na classificação geral – todas as outras regiões de maior população carecem nitidamente do acesso aos diversos E. C. que uma cidade pode oferecer.

Esses fatos tornam-se ainda mais incontestáveis quando saímos do campo teórico e auferimos o que pensa a própria sociedade, como o exemplo, o trecho abaixo, extraído do chat de uma audiência virtual da Comissão de Educação de Macaé¹²⁵, realizada em 28 de maio de 2020. A Audiência tinha como pauta a discussão sobre ações do governo macaense para auxiliar os artistas locais no momento da pandemia de COVID-19, antes da aprovação da Lei Aldir Blanc, e nela comentava-se sobre o fechamento do E. C. do Polo Cultural da Fronteira. Entretanto, também é marcante que a cultura esteja sendo discutida, com participação de vereadores e da sociedade, atenta e demandante de ações do Estado quanto aos seus E. C..

¹²⁵ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=p-sRBGQjq6M&t=32s>

Figura 8 – Trechos de manifestação da sociedade civil
 (as publicações se encontram públicas junto ao vídeo da audiência no *Youtube*, onde é possível acompanhar todas as falas sobre o assunto, citado nas referências)



Fonte: AUDIÊNCIA... (2020)

Nos trechos acima expostos, são citados vários bairros das áreas mais carentes como Aeroporto, Lagomar (S. A. 6), Ajuda de Baixo e Ajuda de Cima (S. A. 5). Os primeiros contam com somente uma biblioteca e, os segundos assistiram ao fechamento do único E. C. no mês de maio de 2020. Do mesmo modo, a palavra “esquecimento” é, por várias vezes, citada, e os jovens são preocupação recorrente, o que agrega relevância aos pressupostos levantados e apresentados ao longo deste texto. O apoio às

manifestações culturais também é objeto de demanda social, sendo citada aqui a Folia de Reis.

As regiões mais populosas são também as mais economicamente vulneráveis, como aponta o próprio Plano Diretor, e são justamente as que detêm o menor índice de E. C. disponíveis para a população. Este é um dado de extrema importância, pois aponta a desigualdade transcendente ao plano econômico, chegando também ao cultural, interferindo diretamente na apreensão da identidade e do patrimônio cultural que, quando compartilhados, também se constituirão nos vínculos entre o território e seu povo.

Essa perspectiva não visa enaltecer uma identidade e um patrimônio cultural hegemônicos, embora seja uma crítica plausível dentro do horizonte colocado, inclusive por meio do reconhecimento legal e, muitas vezes, nas ações dos próprios E. C.. O que se pontua aqui são as desigualdades de acesso aos E. C., e a possibilidade de que essa ausência se constitua em um afastamento e desconhecimento desse patrimônio cultural, dos espaços para sua reflexão e discussão, até mesmo para criticar a supremacia da corrente nortista, eurocêntrica, branca e misógina, prevalecente nos paradigmas das práticas culturais e na construção da identidade colonizada, que opera em parâmetros estabelecidos arbitrariamente e acriticamente. Desse modo, o acesso à cultura, possibilitado também por intermédio dos E. C., constituem mecanismo de crítica e de mudança social.

Entretanto, também deve-se indicar que a disponibilidade de um E. C. não implica, necessariamente, o seu uso frequente pela população ao seu redor, pois fatores como transporte, acessibilidade, valor de entrada, preferências pessoais, acolhimento e dinamismo presentes no espaço, como a formação cultural, ou a acumulação de capital cultural em seu estado incorporado, como indica Bourdieu (2007, p. 74), entre outros, podem ser determinantes para sua utilização, elementos que se somam ao que o mesmo autor chama de “senso do homologia” entre posição no espaço social e os bens culturais (BOURDIEU, 2017, p. 217).

Mas se considerarmos a cidade e, mais especificamente, o espaço público, bem como seus equipamentos, enquanto “meios” de socialização/formação, o panorama da distribuição dos equipamentos culturais pode representar um importante indicador da divisão social, tomada de forma ampla e plural, não se restringindo à questão econômica. (MELO; PERES, 2009, p. 110).

Esse é um ponto sensível das políticas públicas e que, como tantas outras, devem ser parte de uma política de Estado, e não de governo, como continuamente tem se assistido nos três estratos do poder executivo. Em recente Política de Desenvolvimento Urbano e Plano Diretor do Município de Macaé, publicado pela Lei Complementar 279/2018, fica evidente a importância dada a cultura e seus equipamentos, no aspecto identitário e territorial, e até na sua distribuição, como segue.

Art. 10, inciso IX - proteger e preservar o patrimônio histórico e cultural, resgatando a **memória e o sentimento de pertença à cidade**; X - promover o desenvolvimento das **sedes distritais**, localidades e núcleos urbanos isolados, através de ações integradas de planejamento, com ênfase na infraestrutura básica, na preservação dos recursos naturais e na **proteção do patrimônio cultural**; Art. 12, inciso V - instalar ou revitalizar áreas e **equipamentos urbanos** como meio de desenvolvimento social e econômico da comunidade; Art. 45, inciso XI, a) promover a articulação das escolas com outros **equipamentos sociais e culturais** do Município e organizações civis, voltados aos jovens e aos adultos, de modo a ampliar o atendimento às suas necessidades, no campo educacional; Art. 58, inciso VIII - estimular, através da criação de projetos e disponibilização de recursos, a **ocupação cultural dos espaços públicos do Município**; Art. 60, inciso IV - **recuperar, revitalizar e instalar novos equipamentos culturais do Município, como teatros, centros culturais, bibliotecas e casas de cultura**; inciso XIII - realizar o **mapeamento cultural e dos equipamentos culturais públicos e privados** no território do Município. Art. 118, inciso V - garantir a **acessibilidade e incentivar a fruição e o uso público dos imóveis tombados e espaços de interesse histórico e cultural**. (MACAÉ, 2018, *grifo nosso*).

Esses e vários outros trechos do Plano Diretor, não citados aqui, dão destaque à cultura enquanto promotora de identidade e sentimento de pertencimento, parte inseparável da educação e, ainda, como receita para fomento do turismo e auxílio no desenvolvimento econômico. Dessa maneira, coloca a cultura no escopo de atuação do município, a longo prazo, visto que sua revisão é pautada para outubro de 2026.

Entretanto, apesar de recente, pode-se depreender que, dada a análise pelo IDAC, muito ainda se tem por avançar na equidade da distribuição e do acesso aos E. C. pelos municípios, conferindo-lhes a mesma oportunidade de “acesso à produção e fruição de bens e atividades culturais, especialmente na perspectiva da inclusão cultural”. (MACAÉ, 2018).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS COM APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS

No âmbito das políticas culturais, conforme enfatizado, é possível verificar várias similaridades que retomam a ausência, descontinuidade e a arbitrariedade na condução cultural do contexto federal ao municipal, tipificando uma prática político-administrativa que relega à dinâmica cultural, sobretudo para o segundo, exatamente onde ocorrem – “no chão da cidade” – a perpetuação da exclusão de direitos e a reprodução das desigualdades através dos instrumentos que deveriam combinar o inverso. Mas como essas contradições se traduzem nas cristalizações, nas sociabilidades, nas práticas e percepções sobre os equipamentos culturais e o patrimônio cultural da cidade? A partir desses questionamentos consultamos gestores, professores e jovens, revisitando confluências e desarticulações na tentativa de apreender a construção da realidade tomando como norte os acionamentos desses conceitos.

4.1 RESULTADOS ENTREVISTAS GESTORES

A análise e interpretação de conteúdos se dão, em linhas gerais, a partir do objetivo de apreender as representações e subjetividades que engendram as práticas culturais, sobretudo no âmbito do patrimônio cultural, e nas suas relações com os equipamentos culturais da cidade, para as três amostras selecionadas (gestores, professores e alunos). Nesse intento, são vários os recortes adotados, que se fazem presentes na categorização construída a partir das consultas realizadas às informações levantadas.

Todos os gestores entrevistados apresentam, no mínimo, vinte e cinco anos de residência na cidade e, entre eles, a maioria é de migrantes, o que corrobora os números apresentados pelas pesquisas apresentadas no tópico “sociedade macaense” (seção 2.4), que apontam Macaé como grande polo de migrantes.

Para a fundamentação teórica, conforme mencionado anteriormente, a pesquisa utiliza-se de alguns dos conceitos trabalhados por Pierre Bourdieu, como o conceito de *habitus*, de campo, de capital e espaço social, propondo abordar a teoria da prática cultural diante dos entrevistados, assim como a influência das políticas culturais nessa prática, sob a vertente do patrimônio cultural. Afinal, é na prática que se dá a imbricação entre as

estruturas objetivas, que compõem o mundo social, e as estruturas subjetivas dos indivíduos. (MARTELETO, p. 34, 2017).

As entrevistas possuem um núcleo comum de perguntas e foram realizadas na modalidade semiestruturada, permitindo tanto aos entrevistados quanto ao entrevistador, uma liberdade complementar ao reordenar as perguntas orientadoras da entrevista, respeitando a temática principal abordada, para que não se desvie do assunto estudado. A amostra aleatória correspondeu a quatro gestores dos E. C. em atividade, e se constituiu em dois da área central e dois da área periférica da cidade, que se disponibilizaram para a realização das entrevistas, daqueles que foi possível estabelecer contato. Deve-se ter em conta que as bibliotecas não possuem um gestor para cada unidade, situação assemelhada ao cinema (cinco salas), o que reduz de vinte para treze a totalidade do campo. Dessa maneira, pode-se dizer que a amostra correspondeu a 31% do campo.

A análise, seguindo a metodologia proposta por Laurence Bardin (1979, p. 95), é dividida em “pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação”. A vertente utilizada é a da análise categorial, utilizada em razão de constituir “a melhor alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos.” (SILVA, FOSSÁ, 2015, p. 8). A abordagem qualitativa adotada privilegia a interpretação do que é dito, e não a frequência dos termos, em razão da heterogeneidade das falas e, conseqüentemente, das vivências apresentadas.

A primeira etapa, de pré-análise, envolveu a leitura dos documentos produzidos pelo pesquisador, na transcrição das falas e de organização, onde todas as entrevistas demonstraram relevância, com diferentes formatações, no tratamento da temática proposta, formando assim o *corpus* de dados que se mostraram interessantes para responder os problemas da pesquisa, dado que possuíam um roteiro inicial pré-estabelecido. Contudo, as respostas tiveram grande variação quanto a sua extensão. Assim, foi realizada uma extensa leitura, visando a melhor compreensão do material levantado e das camadas referentes às falas dos entrevistados.

A formulação de hipóteses, também prevista na pré-análise, fora igualmente realizada ao longo da exploração do material, com a constante releitura deste. Nesta segunda etapa, administram-se as decisões tomadas, codificando as unidades de registro e de conteúdo que serão classificadas nas categorias (BARDIN, 1979). A terceira etapa,

de tratamento dos resultados, permitirá verificar se as hipóteses¹²⁶ e interpretações, anteriormente formuladas a partir da leitura dos dados e do conhecimento do pesquisador, correspondem às inferências¹²⁷ que respondem aos problemas. Como na pesquisa aqui apresentada todas as fases foram realizadas por somente um pesquisador, a preparação do material, bem como as fases de transcrição, categorização e codificação foram realizadas somente com o auxílio do software MAXQDA, versão 20.0.8.

Mirando, continuamente, os objetivos da pesquisa e o referencial teórico adotado, foram seguidos os princípios propostos por Bardin (1977) para construção das categorias utilizadas: a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade e a produtividade.

A exclusão mútua: esta condição estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão. [...] A homogeneidade: o princípio de exclusão mútua depende da homogeneidade das categorias. Um único princípio de classificação deve governar a sua organização. [...] A pertinência: uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido. [...] A objetividade: as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetida a várias análises. [...] A produtividade: um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos. (BARDIN, 1977, p. 120-121).

A categorização tem ênfase semântica (temática) e, após a leitura das entrevistas e a decomposição do texto, procedeu-se à classificação por núcleos de sentido, não necessariamente por cada resposta individual, visto que, em muitos casos as respostas se complementam. Por conseguinte, tais desdobramentos encontram-se presentes nos eixos temáticos propostos nas categorias finais: I – A cultura na vivência dos gestores culturais e II – Efetividade da política cultural no município, que são resultados dos desdobramentos de categorias iniciais e intermediárias.

As categorias iniciais trazem as impressões iniciais do contato com o texto e a realidade dos respondentes, caracterizando os eixos temáticos mais segmentados. Cada categoria é formada por aproximações ou pelos próprios trechos tomados nas entrevistas,

¹²⁶ Afirmação provisória que nos propomos a verificar (BARDIN, 1977, p. 98)

¹²⁷ Operação lógica pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras, é extrair uma consequência. (BARDIN, 1977, p. 39). É uma indução a partir dos factos. (BARDIN, 1977, p. 137)

com ênfase às práticas culturais e aos elementos que a cercam, até a política cultural. No quadro abaixo, podemos observar essas categorias iniciais, marcadas pelos discursos provenientes das entrevistas realizadas. O conceito norteador indica o entendimento preliminar dessas categorias.

Na busca de reunir esses conceitos com a precisão necessária, estabeleceram-se categorias intermediárias, verificadas no quadro abaixo, que concordam com os dados iniciais. Esse exercício, que reflete a metodologia sugerida por Bardin, pode inferir a subjetividade do pesquisador ao conceder a identificação das categorias. (SILVA, FOSSÁ, 2015). Todavia sua construção parte da análise das falas levantadas.

Quadro 12 – Categorias iniciais e intermediárias (gestores culturais)

Categorias iniciais	Conceito norteador	Categoria intermediária
Gosto cultural Subjetividade	Atenta para as práticas culturais através das disposições inculcadas no <i>habitus</i> , pensando o relacionamento entre os condicionamentos sociais e a subjetividade	I – Formação cultural
Educação e escola	Abrange as experiências individuais e de formação acadêmica no capital cultural instituído	
Influência familiar	Efetiva a constituição do capital cultural incorporado preliminarmente através do contato com a família e os limites do espaço social ocupado	
Acesso aos E. C. na adolescência	Aborda a cultura através das condições objetivas de existência , no contato com o patrimônio cultural disposto através dos E. C. , o que reforça a divisão entre grupos sociais dominantes e dominados	
Gestão cultural	Evidencia a trajetória gestores culturais a frente do E. C. e experiências da gestão . Trata das potencialidades dos E. C. e do que cada um proporciona para a sociedade	II – Democratização dos E. C. na sociedade e possibilidades para a prática cultural
Política pública e acesso à cultura em nossa região e o acesso através dos E.C.	Caracteriza a possibilidade do contato entre o indivíduo e a cultura local legitimada através dos E. C. presentes entre a cidade, o interior e	

	a periferia. Articula acessibilidade com a distribuição dos E. C. pelo território. Versa sobre a efetividade da política cultural da cidade e as decisões políticas e organizacionais	
Estrutura	Inventaria as condições de infraestrutura nas quais o E. C. proporciona a cultura aos munícipes	
Construção da memória, preservação e valorização da cultura local	Alude às formas como as manifestações culturais e o patrimônio material podem ser trabalhados por projetos e as possibilidades que fazem parte da subjetividade inerente a cultura local. Promove a formação da identidade através da vivência e da afetividade ativando o pertencimento a partir da diversidade de expressões das raízes históricas e memoriais do território	III – Potencialização e manutenção do patrimônio cultural local

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

É imprescindível indicar que todas as categorias podem cruzar-se, de alguma forma, se pensadas em profundidade com temática central, em modo agregado no qual o trabalho se desenvolve (práticas culturais, E. C., políticas culturais). Contudo, ao pensar em unidades de análise, depreende-se que também podem ser acessados separadamente, inclusive constituindo diferentes núcleos de estudo, para diferentes áreas do conhecimento, o que permite que seja atingido o rigor metodológico proposto pela análise de conteúdo de Bardin (1977) e Minayo (2009), e que as categorias de análise sejam alocadas assertivamente.

As categorias finais fecham a síntese exposta, e sua determinação dialoga diretamente com os fatores mais críticos que circundam a prática cultural dos entrevistados e auxiliam na organização dos objetos das falas presentes nas unidades de contexto, caracterizados nas unidades de registro.

O princípio básico de categorização verifica-se nas falas dos entrevistados, a partir de suas lembranças sobre suas práticas culturais pregressas, envolvendo seus gostos, família e educação, passando à atuação enquanto gestores culturais, finalizando com suas ideias sobre o patrimônio cultural e a política cultural do município, dando espaço a subjetividade e a estrutura social. (MINAYO, 2009, p. 93). No quadro abaixo, através das

categorias finais, pode-se verificar os referentes mais gerais alcançados após a depuração das entrevistas.

Como exposto, esse desdobramento garante que se tenha, em um polo, o indivíduo, com sua representação de cultura e, no outro, o tratamento para a cultura, contido na política cultural legitimada pelo Estado.

Quadro 13 – Categorias intermediárias e finais (gestores culturais)

Categoria Intermediária	Conceito norteador	Categoria Final
I Formação cultural	As variáveis educacionais, familiares, econômicas e de experiência individual caracterizam as práticas culturais	I – A cultura na vida dos gestores culturais
II Democratização dos E. C. na sociedade e possibilidades para a prática cultural	A efetivação da política cultural é determinante para viabilizar a cidadania cultural e evidencia os desafios para a prática da cultura nos E. C.	II – Efetividade da política cultural no município
III – Potencialização e manutenção do patrimônio cultural local	Como a gestão cultural possibilita que o patrimônio cultural seja disposto para o pertencimento nos limites da política cultural estabelecida	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A codificação, entendida como representação do conteúdo, foi realizada de forma emergente por meio da consulta às informações que permitiram que se construísse tal codificação que, aplicada as falas dos gestores dos E. C., dividiu-se em a) unidades de registro¹²⁸ – entendido como o que será analisado – aqui efetuada pela abordagem do objeto ou temas eixo¹²⁹, que consiste em identificar as práticas culturais ligadas ao patrimônio cultural e as ações dos equipamentos culturais nesse âmbito, com suas especificidades, e sua relação com as políticas culturais municipais; e b) unidades de contexto¹³⁰ – onde se aponta o segmento da mensagem que se faz compreender a significação da unidade de registro.

¹²⁸ “Unidade de significação a codificar e correspondente ao segmento de conteúdo.” (BARDIN, 1979, p. 104)

¹²⁹ “Objeto ou referente: trata-se de *temas eixo*, em redor dos quais o discurso se organiza.” (BARDIN, 1979, p. 106). E por isso tem mais adequação com a amplitude que se coloca no trabalho.

¹³⁰ “Serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem” (BARDIN, 1979, p. 107)

Avançando no método de análise de conteúdo proposto por Bardan (1979) e Minayo (2009), após a leitura compreensiva do conteúdo do material, pode-se formular as hipóteses e seguir na construção das categorias de análise balizadas no referencial teórico adotado. Após esses apontamentos, parte-se para a exposição dos recortes das unidades de contexto e da sua correspondente unidade de registro. Ressalte-se que só serão citadas, ao longo dessa análise, algumas unidades de conteúdo, em razão de sua grande extensão.

Várias premissas podem ser levantadas a partir da leitura dos textos, considerando suas extensões e abordagens variadas. Destacamos as principais hipóteses que podem ser aventadas, organizando-as por meio das categorias finais:

Quadro 14 – Premissas mapeadas (gestores culturais)

Categorias finais	Premissas mapeadas
I – A cultura na vida dos gestores culturais	<ul style="list-style-type: none"> a) As condições sociais são fortes motores para a instituição dos gostos ou preferências manifestas culturais dos indivíduos; b) A formação educacional elevada, de nível superior e pós-graduação, não garantem o aumento de frequência em E. C.; c) Existe uma lacuna entre a cultura hegemônica disposta nos E. C. e aceita pela instituição escolar e as práticas culturais desenvolvidas; d) A localização geográfica e a família têm grande influência na cultura do indivíduo, tendo a escola posição secundária.
II – Efetividade da política cultural no município	<ul style="list-style-type: none"> a) A ausência e descontinuidade de ações estatais através dos seus E. C. para cumprimento da legislação cultural, no âmbito do patrimônio cultural imaterial, material e natural diluem e enfraquecem a identidade local; b) A integração entre os E. C. para o planejamento e execução de ações é insuficiente; c) A precarização dos E. C. existentes evidencia uma política cultural que na prática não entende o campo cultural e suas potencialidades; d) Os gestores culturais, de modo geral, não possuem, necessariamente, formação acadêmica compatível para a atuação nos E. C., ou capacitação suplementar; e) A distribuição dos equipamentos culturais na cidade é desigual e provoca afastamento das práticas culturais e a consequente falta de apropriação desses espaços.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Levantadas as hipóteses, chega o momento de verificar como as unidades de conteúdo responderão a essas afirmações provisórias, dando-lhes sentido ou refutando seus fundamentos. Como a finalidade do trabalho é a análise da prática à política cultural, nada melhor do que consultar, inicialmente, os gestores que lidam, no seu dia-a-dia, com as possibilidades e limites do campo cultural e político da cidade.

Salienta-se, novamente, que somente as falas relacionadas com as unidades de registro indicadas a responder as premissas serão expostas aqui, visto o grande conteúdo presente nas transcrições das entrevistas, que revelaram grande riqueza de informações sobre o “chão da fábrica” cultural.

Quadro 15 – Unidades de registro e contexto (gestores culturais)

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
I – A cultura na vida dos gestores culturais	Gosto cultural	Identificação pessoal com a cultura independente da formação	<p>“Sempre gostei de ler, meu norte era a leitura” (Entrevista Gestor 1: 10 - 10)</p> <p>“Sou artesão a 50 anos, sou fundador Feira Hippie de Ipanema” (Entrevista Gestor 2: 4 - 4)</p> <p>“Eu, por exemplo sou apaixonado por história, meu filho tem 10 anos e é a mesma coisa, eu adoro lugares antigos, eu gosto muito disso, então eu, por gostar disso, pesquisei alguma coisa por mim mesmo” (Entrevista Gestor 3: 14 - 14)</p> <p>“mesmo quando eu não estava cedida eu fazia esse trabalho, os dois né, eu saía de um e aí para o outro, o [equipamento cultural] é realmente minha menina dos olhos” (Entrevista Gestor 4, Pos. 4)</p>

		Participação nas manifestações culturais da localidade	<p>“Não participo de nenhuma manifestação cultural de Macaé” (Entrevista Gestor 1: 18 - 18)</p> <p>“Não [participo de manifestações culturais]” (Entrevista Gestor 2: 18 - 18)</p> <p>“Participei um pouco na escola [de manifestações culturais].” (Entrevista Gestor 3, Pos. 18)</p> <p>“Participava do carnaval quando tinha [...] Fora isso só as atividades que tinha de concertos na Nova Aurora, existiam algumas atividades também na Lyra, no teatro municipal também, agora eu costume ir mais nos espetáculos que acontecem lá, [...] assistir capoeira, mais foi pouco, queria ter ido mais. Folia de Reis também só fui uma vez, a galera do grafite né, a gente produziu uma vez com eles.” (Entrevista Gestor 4, Pos. 20)</p>
	Educação e escola	Formação acadêmica diversa	<p>“Escolhi a profissão da biblioteconomia” (Entrevista Gestor 1: 10 - 10)</p> <p>“Eu estudei até o ginásio na época né e depois eu comecei a viajar o Brasil” (Entrevista Gestor 2: 14 - 14)</p> <p>“Me formei em educação física” (Entrevista Gestor 3: 4 - 4)</p> <p>“eu fiz gestão pública também aqui em Macaé” (Entrevista Gestor 4: 4 - 4)</p>
	Influência familiar	Escasso fomento cultural pela família E. C. através da família	<p>“Minha família não fomentava minha frequência aos E. C., foi uma coisa mais minha, porque minha mãe é completamente contra a leitura.” (Entrevista Gestor 1: 14 - 14)</p> <p>“Mas assim, a família nunca... não a minha família, mas em geral nunca teve esse cuidado.” (Entrevista Gestor 3: 14 - 14)</p> <p>“Não, não, minha família era bem pobre, eu morava em Jacarepaguá, na Praça Seca, é... não tinha nada...” (Entrevista Gestor 4: 16 - 16)</p>

	Acesso aos E. C. na adolescência	<p>Pouca acessibilidade dos E. C. durante a juventude na localidade</p>	<p><i>“Frequentei a biblioteca pública do Estado que hoje é a Biblioteca Parque em Niterói e no centro do Rio de Janeiro.” (Entrevista Gestor 1: 10 - 10)</i></p> <p><i>“Não, na verdade nossa região nunca teve isso, muito pouco mesmo, na verdade a gente era servido através de professores na escola e algumas pessoas” (Entrevista Gestor 3: 14 - 14)</i></p> <p><i>“Havia teatro, mas eu nunca... só fui a teatro pela primeira vez quando eu estava namorando [...], mais enquanto criança não. O que eu conheci de museus quando criança foi pela escola, que fazia excursão, mesmo sendo escola pública, mas tinha... visita a museus, eu lembro disso...” (Entrevista Gestor 4: 16 - 16)</i></p> <p><i>“todo por causa do artesanato, acabei viajando o Brasil todo de norte a sul, foram seis anos de viagem, tanto que eu visitei vários lugares culturais em Curitiba, Bahia, Belo Horizonte” (Entrevista Gestor 2: 14 - 14)</i></p>
II – Efetividade da política cultural no município	Gestão cultural	<p>Ações eventuais e pouco coordenadas</p>	<p><i>“Nesse último ano que a gente estava começando a desenvolver essa questão de atividades culturais” (Entrevista Gestor 1: 27 - 27)</i></p> <p><i>“Não existem ações entre as bibliotecas e as entidades de educação pensando a memória e o patrimônio” (Entrevista Gestor “1: 54 - 54)</i></p> <p><i>“Assim, o [equipamento cultural] é uma feira de artesanato entendeu?” (Entrevista Gestor 2: 18 - 18)</i></p> <p><i>“Não possui [cooperação com outras entidades].” (Entrevista Gestor 2: 57 - 57)</i></p> <p><i>“[...] entre esses eventos maiores e gente faz sempre apresentações individuais com balé, festival de música, teatro, tudo envolvendo o pessoal da serra, os alunos são todos da serra [...] a comunidade se envolve muito também, foi muito bem aceito, já virou marca da comunidade mesmo.” (Entrevista Gestor 3: 27 - 27)</i></p> <p><i>“Tem sim [articulação entre os E. C.]” (Entrevista Gestor 3: 49 - 49)</i></p> <p><i>“A gente sempre oferece tudo, abre todas as oportunidades de oficina e qualquer um pode fazer tudo” (Entrevista Gestor 4: 33 - 33)</i></p> <p><i>“Então, a gente tem rede, a gente trabalha em rede, mais a rede do Estado, aqui em Macaé” (Entrevista Gestor 4: 51 - 51)</i></p>

Política pública e acesso à cultura na região	<p>Posições geográficas dos E. C. no território que marcam a ausência do Estado</p>	<p>“Entendo que não [estão distribuídos de forma equitativa no território] “(Entrevista Gestor 1: 56 - 56)</p> <p>“Aqui tinha a Casa de Cultura de Macaé (Entrevista Gestor 2: 10 - 10) Em lugar nenhum tem um lugar como o [equipamento cultural]. “(Entrevista Gestor 2: 51 - 51)</p> <p>“Não [estão distribuídos de forma equitativa] “. (Entrevista Gestor 3: 51 - 51)</p> <p>“Não, não estão, na periferia não tem, sabe tem lá o CEU da Malvinas, não sei nem como está “(Entrevista Gestor 4, Pos. 55)</p>
	<p>Percepções negativas sobre as alterações na política cultural do município</p>	<p>“Olha eu vou te dizer o seguinte, eu sou conselheira...o Plano de Cultura foi votado né, mais não existiu não teve nenhum tipo de mudança não “(Entrevista Gestor 1: 39 - 39)</p> <p>“Quando ele foi criado? Não participei da criação [do Plano Municipal de Cultura]. “(Entrevista Gestor 2: 37 - 37)</p> <p>“Acho que impactou sim. [reflexos percebidos do Plano Municipal de Cultura] “(Entrevista Gestor 3, Pos. 36)] (Entrevista Gestor 3: 37 - 37)</p> <p>“Nada. Nada. Nada... Eu tenho uma frustração, porque na verdade isso dá muito trabalho, não sei se você já participou de algum conselho, então... nossa... “(Entrevista Gestor 4: 39 - 39)</p>

	Estrutura	Espaços destinados a cultura mais com estrutura que poderia ser melhorada	<p>“Não, [a estrutura técnica não é adequada.] “(Entrevista Gestor 1: 66 - 66)</p> <p>“Todos os dias observo uma fiação elétrica mal organizada que parece que dará problemas a qualquer momento, é um perigo, a biblioteca está localizada, após a mudança em um prédio que era uma igreja. “(Entrevista Gestor 1: 68 - 68)</p> <p>“Eu considero que a infraestrutura é boa. (Entrevista Gestor 2 Na realidade depois de 12 anos [equipamento cultural] está precisando de uma reforma. Por exemplo o [nome suprimido] faz a apresentação dele e se chover eles precisam de uma lona “(Entrevista Gestor 2: 63 - 63)</p> <p>“Porque olha só sou eu quem faz tudo aqui no [equipamento cultural], desde limpeza até administração, trabalho aqui, faço quase todas as funções aqui “(Entrevista Gestor 2, Pos. 55)</p> <p>“É adequada sim. Em relação a infraestrutura (mesmo que sendo algo da prefeitura) a gente tá satisfeito “(Entrevista Gestor 3: 70 - 70)</p> <p>“Primeiro a gente chega, abre a porta e olha a frente e está cheia de folha, aí você vai lá pega a vassoura e a pá e volta para varrer. “(Entrevista Gestor 4: 29 - 29)</p> <p>“Acho que poderia ser melhor, de equipamentos para trabalho tipo para as oficinais e tal a gente tem a até uma estrutura razoável, é claro que como a gente está sem recurso a um tempo “(Entrevista Gestor 4, Pos. 67)</p>
--	-----------	---	---

	<p>Construção da memória, preservação e valorização da cultura local</p>	<p>Oportunização de manifestações culturais da cidade junto aos E. C.</p>	<p><i>“Alguns anos atrás tentamos contato junto a Folia de Reis, que era até uma época que estávamos com um projeto nessa área assim de manifestações culturais, mais a gente não conseguiu, na época, que a folia de Reis se apresentasse “(Entrevista Gestor 1: 35 - 35)</i></p> <p><i>“Não, mas o que vier para cá só acrescenta, o que vier cara [sic] é tudo de bom, alguma manifestação cultural de Macaé que vier para o [equipamento cultural] é braços abertos, o que viver para a gente é lucro. “(Entrevista Gestor 2, Pos. 27)</i></p> <p><i>“Não, a gente faz assim... a gente faz algumas coisas na escola mais não nesse... com essa visão [da memória e patrimônio] não, a gente faz apresentações em outras escolas, leva, o pessoal fica encantado “(Entrevista Gestor 3: 31 - 31)</i></p> <p><i>“A gente chamou eles [sic] uma vez, porque Folia de Reis [...] então a gente colocou eles [sic] dentro de uma produção que a gente fez [...] aí foram artistas locais então a gente foi e pegou, a folia de reis, samba, grafite, foi pegando todo mundo e colocando lá né. Levou também capoeira, um monte de coisa. “(Entrevista Gestor 4: 37 - 37)</i></p>
--	--	---	--

		<p>Valorização do patrimônio cultural macaense</p>	<p><i>“Mas não necessariamente relacionados a questão da história ou memória macaense, mas eu tinha a ideia de incluir, porque estávamos muito voltados... agregando a... datas né, com certeza em julho, que é o aniversário de Macaé a gente iria fazer alguma coisa voltada para a história de Macaé, exposições, contação de história, filmes né... “</i> <i>(Entrevista Gestor 1: 27 - 27)</i></p> <p><i>“Rapaz aí eu não posso te..., é como se a gente participasse mais aí? Aqui a gente que fazia nossa manifestação, e a Secretaria de Cultura dava apoio. “(Entrevista Gestor 2: 22 - 22)</i></p> <p><i>“Esse ano a gente faria em março um evento que seria de "causos" e lendas, que a galera conta e é muito engraçado, eu convidei essas pessoas que são todos moradores daqui, [...] um evento nesse sentido aí, com o pessoal contando os casos antigos, engraçados da nossa região e assim, os próprios personagens mesmo contando a sua história [...] mas a gente faz mais eventos relacionados ao [equipamento cultural], entendeu? Relacionados às atividades que tem no [equipamento cultural]. “(Entrevista Gestor 3, Pos. 33)</i></p> <p><i>“Como a gente é de baixo de hip hop a gente trabalha muito essa questão de construção de memória, de trabalhar isso para que isso se mantenha, tenha continuidade, isso muito na formação, quem faz uma aula de dança ela só não vai lá e dança né, ela vai entender que movimento é esse, que ações políticas esse movimento traz, como ele foi formado, como é que a gente pode trabalhar ele, com ele, junto com ele né, dentro dele, as questões sociais. Então assim, nessa formação, então assim não só na dança, a gente também faz isso na música, se vai a galera de artes visuais também vai por essa linha de pensamento, de formação “(Entrevista Gestor 4: 29 - 29)</i></p>
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Demarcadas as unidades de registro e de conteúdo organizadas pela categorização, já exposta anteriormente, é possível indicar algumas inferências que auxiliarão na interpretação. Como Bardin indicou, as perguntas que devem orientar essa etapa são “O que conduziu a um determinado enunciado?”, e “Quais as consequências que um determinado enunciado vai provavelmente provocar?” (BARDIN, 1977, p. 39; MINAYO, 2009, p. 90). Estes questionamentos, embora embasados nas falas, designam a indução a partir dos fatos levantados e do contexto, articulando “a superfície do material

a ser analisado com os fatores que determinaram suas características”. (MINAYO, 2009, p. 89). Nessa direção, algumas inferências podem ser destacadas, com base na categorização:

a) I – A cultura na vida dos gestores culturais:

- A identificação com diversas áreas culturais é parte das biografias dos gestores culturais, associando-os ao campo cultural;
- Os gestores culturais, em sua maioria, não têm histórico de participação em manifestações culturais da cidade de Macaé, seja pessoalmente ou por intermédio do trabalho;
- A formação acadêmica não determina as posições ocupadas no campo da gestão cultural, possivelmente em razão da grande diversidade apresentada pelo campo, dando-se pela identificação (ou notoriedade?) com a prática ou com o fazer cultural;
- A família e a educação escolar têm grande responsabilidade no acesso aos E. C. ao longo da juventude e podem determinar o contato com a cultura legitimada pela posição no espaço social ocupada.

b) II – Efetividade da política cultural no município

- A sucessão de mudanças que se alternaram na gestão cultural nacional são marcas negativas, igualmente presentes nas percepções sobre as alterações na política cultural do município;
- Ações culturais eventuais e pouco coordenadas entre os E. C. para atingir o implemento das políticas públicas da cidade;
- O arranjo territorial e a estrutura dos E. C. no município coaduna com a ausência, como característica da política pública cultural municipal, que reforça a exclusão, em maior grau, das áreas com a população mais vulnerável;
- A preservação e a valorização do patrimônio cultural macaense, diretrizes gerais da política cultural macaense, se traduzem em práticas oportunizadas à sociedade macaense isoladamente e, eventualmente, pelos gestores dos E. C.

Partindo das inferências acima, apoiadas nas premissas e nos núcleos de sentido apreendidos do cruzamento entre as unidades de registro e conteúdo, alcança-se a interpretação. Para atingir as finalidades apontadas pelo presente trabalho e para o melhor entendimento, há de se nortear essa etapa em duas frentes: a da prática cultural e a da política cultural. O atravessamento destes conceitos, na perspectiva aqui adotada, pode fornecer um apoio para análise da situação atual da cultura na cidade.

Tanto nas práticas quanto nas políticas culturais, as inferências coadunam com as premissas, de maneira que há diminuta variação entre os núcleos de sentido das unidades de conteúdo, o que demonstra percepções com tendência à homogeneidade, entre os gestores da cultura, sobre uma ampla gama temática além dos supracitados, que são objetos neste momento.

Partindo da desconstrução da afirmativa do senso comum de que “gosto não se discute”, Bourdieu afirma que os gostos ou preferências, assim como as práticas culturais na cultura, estão diretamente relacionadas ao capital cultural instituído por meio da educação com diplomas e incorporado, primeiramente, junto à família e no contato escolar. Para o autor, o “o gosto classifica e distingue; aproxima e afasta aqueles que experimentam os bens culturais” (ALVES, 2008). Assim, as preferências dos indivíduos seriam marcadores de sua posição no espaço social, transcendendo somente a classe¹³¹, na perspectiva econômica, embora não se possa negar sua grande influência.

O gosto classifica aquele que procede a classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas (BOURDIEU, 2017, p. 13).

¹³¹ Mais uma vez é importante eixar clara a diferença de entendimento do conceito de classe social entre Marx e Bourdieu. Como destaca José Carlos da Silva Cardozo (2012, p. 202-203) “Embora Marx e Bourdieu acreditem que as concepções de dominação provenham das visões da classe dominante, o primeiro trabalha com ela dentro da estrutura, enquanto o segundo dentro da superestrutura. Isso poderia até soar como um jogo de palavras – poderia – mas se trata do sistema nervoso central de ambos os pensadores. Bourdieu não enxerga apenas o econômico, mas o econômico com o social, o cultural e o simbólico, o econômico, mas o econômico com o social, o cultural e o simbólico, ou seja, ele avança para englobar o universo econômico ao universo dos capitais. Marx compreendia o mundo social por meio da relação entre a exploração e a própria produção, na qual as classes sociais estariam hierarquizadas pela sua posição na estrutura produtiva; já para Bourdieu, a posse de capital (econômico, social, cultural e simbólico) é que assinalaria a posição do sujeito na estrutura.”

Engendrado nos sistemas de disposições, ou seja, no *habitus*, o gosto, apesar de considerado um marcador de classe, o que pode tender ao objetivismo que explica a vida social por determinações que escapam a consciência, é definido pelo autor como “uma disposição adquirida” (BOURDIEU, 2017, p. 434), o que reafirma as relações objetivas entre os indivíduos e a sua percepção do mundo social. (ALVES, 2016, p. 299).

Essa perspectiva relacional permite que seja possível empreender a compreensão da realidade social por meio das práticas e da estrutura, neste estudo, as práticas culturais e a política cultural (que envolve diretamente os equipamentos de cultura). Não se deve perder de vista a dimensão de que as práticas culturais dos indivíduos são parte das dimensões subjetivas, o que *per se* interdita a possibilidade de inferências ou interpretações teóricas que se pretendam exatas, precisas ou irrefutáveis. Sendo assim, o que se coloca através da análise qualitativa referendada não é a determinação das práticas culturais, mas o entendimento do peso dos processos de socialização, com críticas à desigualdade, na oferta de possibilidades de usufruto dos bens e equipamentos da cultura, que deveriam estar dispostos, equilibradamente, para todos os munícipes.

Fica evidente a afetividade e a identificação com o campo cultural entre os gestores dos E. C., embora no quesito da formação ou do capital instituído, essa identificação não se materialize. Essa consequência pode ser decorrente da falta de formação específica em políticas culturais para gestores e trabalhadores de funções intermediárias. (MIRANDA, 2008, p. 19).

Ainda persiste como uma característica do campo cultural, talvez em razão de sua grande diversidade, a percepção de que a formação acadêmica também não determina, necessariamente, as posições ocupadas nesse campo, dando-se pela identificação com a cultura ou com o fazer cultural. Essa característica poderia ser contornada se houvesse propostas de formação ampla na área de políticas públicas de cultura.¹³² Em que pese as iniciativas promovidas no âmbito do extinto MinC para qualificação, aperfeiçoamento e formação de gestores culturais e a presença do curso de Produção Cultural estabelecido no município vizinho de Rio das Ostras, chamando a atenção suas ausências nas falas dos entrevistados, e a possível necessidade de maior articulação entre os agentes do campo.

¹³² Algumas ações pontuais como oficinas e capacitações vem sendo propostas pelo município. <https://sabermuseu.museus.gov.br/oficina-tecnica-planejamento-de-captacao-de-recursos-macae-rj/>

O gosto pessoal pela cultura, que se expressa na biografia dos entrevistados e, de alguma forma, os aproximou da gestão dos equipamentos, não se confirma no contato com as manifestações culturais da cidade¹³³. Anote-se que a maioria dos entrevistados não são naturais do município, o que afasta esse tipo de interação na infância, mas, por outro lado, possuem muitos anos de residência e conhecem grande parte do patrimônio histórico material e dos equipamentos.

Se o *habitus* é constituído de uma necessidade incorporada, resultante de uma regularidade objetiva, a ausência de interação com as manifestações culturais na infância, seja pela família ou pela educação formal, ensejaria que essa necessidade não se constituísse ou, pelo menos, tivesse sua disposição estreitada. Ao acrescentar que esses indivíduos não tiveram acesso aos bens e equipamentos culturais em Macaé, ou mesmo na cidade de origem, esse cenário tende a se agravar. Tais fatores dialogam com um contexto social ainda mais geral que, na maioria das vezes, não pensa a cultura como vetor de desenvolvimento, nem seu caráter estrutural na identidade territorial e individual ou, ainda, a dinamicidade da cultura, sempre agregando novos elementos, que devem estar presentes na atualização das políticas e nas ações dos equipamentos culturais.

Ou, por outro lado, como sugere Ricoeur, a reclamação do patrimônio cultural através da memória pode servir à reivindicação da identidade que surge justamente das fragilidades identitárias, herdadas da “violência fundadora”, visto que “aquilo que celebramos como atos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente [...]. Assim os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros”. (RICOEUR, 2008, p. 95).

Não é à toa que, mesmo operando na lógica da cultura legitimada, que na maioria das vezes não traduz a justa diversidade necessária à sua adjetivação “legítima”, o afastamento observado entre os E. C. e as ações no âmbito do patrimônio local levam a constatar que a construção da identidade e da territorialidade apresentam contradições desde o princípio. Posto o *habitus* como um sistema de disposições estruturadas e estruturantes, organizador das práticas, o desconhecimento ou o distanciamento do patrimônio cultural imaterial e material oportuniza, justamente, o avesso do que se propõe em todas as políticas públicas levantadas até aqui, de valorização da diversidade cultural,

¹³³ Nas entrevistas, além das manifestações culturais mais tradicionais da cidade foi dado espaço para que o entrevistado indicasse outras formas que percepção de manifestações culturais.

e ainda contribui fortemente para o agravamento das condições de intolerância e sectarismo que se fazem fortemente presentes hoje na sociedade brasileira.

Se o mundo social é uma realização dos indivíduos, o que reforça a subjetividade na sua construção, que tem nas práticas desses mesmos indivíduos a condição fundamental para sua reprodução, é necessário questionar as condições sociais que tornam essa reprodução possível. (ALVES, 2016)

Os agentes têm uma apreensão ativa do mundo e constroem sua visão de mundo, mas o que se perde numa análise que busca as formas invariantes da percepção da realidade social é que esta construção não é operada num vazio social, mas está submetida a coações estruturais (ALVES, 2016, p. 300).

Fica marcada, aqui, a subjetividade que Bourdieu destaca, que se contrapõe a um estruturalismo meramente determinista. Entretanto, há que se assinalar que essa subjetividade está fortemente restrita às limitações do espaço social ocupado ou às coações estruturais.

Se o *habitus* engendra as condições objetivas da existência, como não destacar que a ausência dos E. C. de todos os tipos, em vários bairros, até mesmo em todo um setor administrativo – S. A. 5, como demonstrou o levantamento dos E. C. em capítulo anterior – não restringe fortemente as possibilidades de contato do indivíduo com a diversidade, das várias formas de como a cultura pode se expressar nesses ambientes? Sendo assim, as necessidades ou gostos, que permeiam os condicionamentos, carregariam essas coações estruturais, ajustando-se para práticas convenientes aos indivíduos de determinada posição no espaço social.

[...] o gosto, ao funcionar como uma espécie de sentido de orientação social (*sense of one's place*), orienta os ocupantes de determinada posição no espaço social para posições sociais ajustadas a suas propriedades, para as práticas ou bens que convêm aos ocupantes dessa posição. (BOURDIEU, 2017, p. 434)

Esta posição do autor deixa em evidência, também, uma outra faceta, a das grandes desigualdades entre dominantes e dominados, e revela que esse espaço social é composto por “categorias historicamente constituídas e adquiridas que organizam o pensamento do mundo social do conjunto dos indivíduos pertencentes a esse mundo e modelados por ele” (BOURDIEU, 2017, p. 436), uma forma de grades para a leitura do

mundo, nas quais, enquanto o indivíduo classifica, também é classificado pela sua classificação.

Nesse contexto ao escolher segundo suas preferências ou gostos, o “indivíduo opera a identificação de bens objetivamente adequados à sua posição e ajustados entre si, por estarem situados em posições sumariamente equivalentes a seus respectivos espaços [...]” (BOURDIEU, 2008, p. 217). Se o acesso aos bens e equipamentos culturais não estão presentes, as chances dessas preferências refletirem as práticas culturais dispostas e disponibilizadas se reduzem.

Por outro lado, esses dados provocam a necessidade constante de apreciação aos E. C. e aos indivíduos, pois suposta a efetivação da possibilidade de acesso a determinados espaços culturais, muitas vezes não são todos os indivíduos que são munidos dos códigos necessários para realização dessa possibilidade. Esses pressupostos vão ao encontro da máxima: “Ou seja, para se desejar ir a um museu, é necessário ter esta ‘necessidade cultural’, sendo que a ausência da prática acompanha-se da ausência do sentimento desta ausência...” (BOURDIEU; DARBEL, 2007, p. 69).

As políticas públicas culturais, ajustadas a percepção ampliada da cultura, deveriam justamente, para alçar esse indivíduo no contato com a diversidade e com códigos necessários a apropriação cultural, possibilitar o acesso a um consumo cultural o qual, muitas vezes, está restrito a somente uma faixa da população, comumente aquela com mais recursos. Isso ofereceria aos indivíduos que constroem a realidade social mais ferramentas para criticar suas condições de existência.

[...] todo conhecimento e, em particular, o do mundo social, é um ato de construção que utiliza esquemas de pensamento e de expressão, além de que, entre as condições de existência e as práticas ou as representações, se interpõe a atividade estruturante dos agentes que, longe de reagir mecanicamente a estímulos mecânicos, respondem aos apelos ou as ameaças de um mundo, para cuja produção do sentido eles próprios haviam contribuído. Todavia, o princípio dessa atividade estruturante não é [...] um sistema de formas e categorias universais, mas um sistema de esquemas incorporados que, constituídos no decorrer da história coletiva, são adquiridos no decorrer da história individual e funcionam no estado prático e para a prática (e não para fins de puro conhecimento). (BOURDIEU, 2017, p. 435)

Fomentando essa construção do indivíduo entre a objetividade do mundo social e a subjetividade individual, incluem-se a família e a educação como bases fundamentais e

primárias da formação do seu capital cultural. Ambos se complementam na formação do capital cultural do indivíduo: a família, pela transmissão de sua herança cultural e, a escola na sua complementação e instituição através da diplomação.

[...] este capital é o produto garantido dos efeitos acumulados da transmissão cultural assegurada pela família e da transmissão cultural assegurada pela escola (cuja eficácia depende da importância do capital cultural diretamente herdado da família). Pelas ações de inculcação e imposição de valor exercidas pela instituição escolar, esta contribui também (por uma parte mais ou menos importante, segundo a disposição inicial, ou seja, segundo a classe de origem) para constituir a disposição geral e transponível em relação a cultura [...] (BOURDIEU, 2017, p. 27)

Quando se verifica, por intermédio dos depoimentos dos entrevistados, que existe pouco ou nenhum estímulo a frequência nesses espaços, seja pela família, condição econômica, seja pela falha do Estado em proporcionar os equipamentos a todos, fica evidente que a formação do capital cultural do indivíduo será mais dificultosa, além do natural afastamento das práticas culturais que eles poderiam oferecer, como o acesso à leitura, exposições, peças, exposições e várias outras. De acordo com Martins (2016, p. 113) retomando Bourdieu,

[...] as desigualdades de acesso aos bens culturais são, também, desigualdades em relação à escola. Em outras palavras, os sujeitos que frequentam museus, teatro e concertos, por exemplo, têm maiores possibilidades de sucesso escolar. Esse sucesso ocorreria porque a instituição escolar valorizaria as habilidades, atitudes e comportamentos que somente os agentes socializados na cultura dominante e dotados de capital cultural poderiam apresentar.

Tal posicionamento suscita, uma outra vez, a discussão sobre a cultura hegemônica, imposta pelo sistema escolar, que, muitas vezes, não congrega a diversidade. Contudo, esse traço tão cruel da educação merece um estudo mais aprofundado, em outro momento, dada a sua complexidade. Ainda assim, essa reflexão não poderia deixar de ser exposta.

É claro que essa ausência de disponibilidade e acesso não determina que o indivíduo não terá a experiência de assistir às peças de teatro, exposições de museus, filmes em salas de cinema, realizar uma leitura junto a um grupo de leitores de uma biblioteca ou utilizar frequentemente centros culturais ou casas de cultura. O que se postula não é a determinação, mas a restrição de possibilidades que pode, sim, encerrar

ou tornar invisível uma necessidade de cultura que passará a não existir, visto que não haverá ao menos a experiência, tão pouco a frequência.

E ainda que o E. C. seja público e tenha o acesso gratuito, há de se lembrar de vários outros aspectos materiais que se fazem necessários, tais como o transporte, a disponibilidade financeira e de tempo para concretizar essa utilização, além de outras circunstâncias.

Retomando as políticas públicas na área de cultura, é preciso demarcar a ênfase nos equipamentos culturais e na sua relação com a preservação do patrimônio cultural. O que não quer dizer que a prática cultural esteja restrita aos E. C., mas sim o oposto, que o campo cultural é muito heterogêneo e que suas práticas refletem esta heterogeneidade, através de coletivos, grupos artísticos, festivais, espaços culturais re-semantizados. Embora, no presente estudo, a ênfase esteja nos E. C. constituídos – em razão de sua estrutura e compromisso na preservação do patrimônio cultural – não se deve perder de vista esse fator tão importante para o reconhecimento das várias manifestações da cidadania cultural no território.

Nessa mesma linha, Lima e Costa (2018, p. 114) reafirmam a “importância do número de equipamentos culturais, possibilitando que a oferta de práticas culturais seja mais igualitária em distintas áreas do território”, o que concorreria para atenuar as desigualdades no acesso aos bens culturais.

O que se verificou, de modo geral, é que a efetividade da política cultural na “democratização do acesso aos bens e serviços culturais” e a “revitalização dos espaços” (MACAÉ, 2018d) está distante da realidade dos gestores desses espaços, e assim as políticas estabelecidas pelo poder público ainda não alcançam adequadamente a sociedade.

Como evidenciado no terceiro capítulo, e ratificado na fala dos gestores, os E. C. não são bem distribuídos no território e, de modo geral, apresentam deficiências na sua estrutura¹³⁴, embora alguns gestores salientem que a existência do espaço já constitui um “grande ganho para a comunidade local”, o que não se deve confundir com “altruísmo estatal ou de alguma gestão em particular”, dado que se trata da garantia de um direito constitucional. A manutenção da estrutura é uma das facetas da política cultural, mas não

¹³⁴ Avanços na melhoria estrutural de alguns E. C. são citadas na passagem de gestão na Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé de 09/06/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P03pTCdzQzs>. Acesso em: 13 jun. 2020.

pode ser a mais importante, pois muitas vezes acaba restringindo sua atuação no planejamento para os equipamentos culturais existentes. (CASTRO; RODRIGUES; ROCHA, 2018, p. 27).

Outro ponto importante e que não pode ser subestimado é a sucessão de mudanças que se deram na gestão cultural do município ao longo de sua história recente, conforme exposto anteriormente e nas referências dos entrevistados. Essa nuance acusa a política de governo, e não de Estado, enfraquecendo a gestão cultural, tornando a descontinuidade uma das mais presentes marcas, favorecendo a constituição de ações eventuais e pouco coordenadas entre os E. C., o que prejudica a efetivação das políticas culturais.

Um fator positivo é que o CMPCM tem sido atuante e, mesmo diante de várias limitações, impostas pela conjuntura geral da cultura no município e outras, tem se constituído em um espaço aberto para várias vozes, trazendo diversidade e “articulação entre as dimensões cultural e territorial na criação de formas do Estado atuar no campo cultural.” Um bom exemplo se dá na passagem da reunião, ocorrida em março de 2019, do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé, quando uma conselheira citou casos de repressão do coletivo “Rap da Ponte”¹³⁵.

Ela também fez a leitura da proposta de ofício a ser encaminhado para a Polícia Militar sobre as ações tomadas para encerrar antes do horário legal as manifestações artísticas por meio de rodas culturais, conforme abordado na reunião anterior. Durante a leitura, Andressa citou casos de repressão nos atos e Aline lembrou a legislação municipal em vigor do artista de rua, com liberação prévia para eventos culturais, em acordo com os presentes, ficou acertado a inclusão das legislações no texto do ofício e, após aprovação, ser encaminhado para o chefe da autoridade e posterior publicação nas redes sociais do CMPCM de forma jornalística. (CONSELHO, 2020)

Isso ressalta o “papel que a participação e o compartilhamento ocupam, ou devem ocupar, na gestão das políticas culturais”, compartilhando decisões, responsabilidades, progredindo no respeito a diversidade e no comprometimento com a cidadania. (CASTRO; RODRIGUES; ROCHA, 2018, p. 33).

Ainda no plano das políticas culturais, o comprometimento ante o patrimônio cultural pode ser significado da mesma forma, com a continuidade dada a cultura dentro da estrutura administrativa do Estado, enquanto política de governo, muitas vezes

¹³⁵ Fonte: https://www.facebook.com/pg/rapdaponte/about/?ref=page_internal

acessória a outras pastas e com limitações de gestores, projetos descontinuados¹³⁶, fomento inadequado e diversos outros problemas que permeiam os equipamentos de cultura brasileiros.

Nesse caminho, a atualização no tratamento do patrimônio e da memória, em toda a sua diversidade, tem relação direta com as múltiplas camadas que encerram a identidade de uma sociedade. A adoção do atual conceito alargado de cultura reverbera, o que antes a crítica ao que é, ou não, considerado memória e patrimônio, dando voz a alteridade. Não se trata de conceitos esvaziados e defasados, legados a mera proteção permanente dos E. C. “como acervo da herança cultural, mas sim concebidos como um todo orgânico cuja significação cresce à medida que se integra no viver cotidiano da população” (DUARTE, 2018, p. 68). Tais E. C. devem cooptar ao diálogo, tendo no acesso ao conhecimento a sua ideologia e finalidade, participando ativamente do campo da educação, oferecendo as condições necessárias à apropriação da sociedade. A potencialidade de cada tipo de equipamento deve ser reconhecida e assegurada.

O sucesso de um equipamento cultural – ou de um edifício tombado – depende de encontrar um uso condizente com o espaço, relacionado com a localização e a programação das atividades. A descentralização administrativa e a autonomia dos equipamentos são essenciais para assegurar-lhes funcionalidade e estima do público. (CALIL, 2018, p. 91).

Esses espaços devem ser dotados de uma linguagem que congregue ao invés de afastar, que se identifique no lugar de atuar etnocentricamente, que acolha a diversidade no lugar da hegemonia, em favor do estranhamento, da problematização necessários a saída dos lugares de conforto, na provocação constante da reflexão e da crítica fundamentada. Por isso a ênfase nessa vertente, dentro das políticas culturais, se torna tão justificada.

Contudo, constatou-se entre as falas que não foi realizada menção a formas de trabalho com a diversidade cultural no patrimônio que, assim, não se firma como objeto de tratamento pelos E. C.. Somente uma das pessoas entrevistadas criticou diretamente a

¹³⁶ Há pouco, o único projeto na área de patrimônio voltado para o público em geral é o “Lugares de Memória” onde, através de visitas agendadas é realizado um roteiro por bens culturais da cidade. Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/cultura/leitura/noticia/lugares-de-memoria-comemorativo-sera-lancado-na-proxima-semana>

disposição das informações para o público em geral, além da forma como a cultura também carrega as desigualdades no tratamento entre centro e periferia.

Ações mais eventuais e particulares, acionando o patrimônio cultural, se fizeram presentes, embora sem estruturação consolidada, calendário estável ou articulação com tipos determinados de público, e sem necessariamente demonstrar as formas com que o conteúdo seria abordado.

Da mesma forma que a disponibilização dos E. C. igualitariamente é posto de grande importância, também o gestor, na atualidade, deve ser sensível aos tipos de práticas ou manifestações culturais desenvolvidas em cada localidade, valorizando os agentes e as mobilizações presentes nesse território, dando prática também a diversidade expressa nas políticas. E, deste modo, “estimular a sociedade e as dinâmicas urbanas com outras práticas de vivência na cidade, levando em consideração a visão de prática cultural como exercício cotidiano, como acionamento identitário”. (LIMA; COSTA, 2018 p. 115). A discussão teórica encontra, mais uma vez, lugar nas preocupações práticas, como é possível constatar na fala de um dos conselheiros do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé, em reunião realizada em julho de 2019

Por fim, Márcio abordou a proposta para a realização de um festival de teatro [...]. Na situação atual, não sou favorável que aconteça o festival por falta de condições. Eu acho que o caminho não é por aí. **Nós precisamos criar uma identidade local.** (CONSELHO..., 2019, *grifo nosso*).

É perceptível que a identidade local, nesse caso, citada no contexto do tratamento dado aos artistas de teatro locais, é de grande importância justamente pelo enfoque da valorização do patrimônio e das expressões culturais do território.

Conforme demonstrado, as aproximações entre os fazeres culturais, as políticas públicas de cultura e a territorialidade – que se expressa no patrimônio cultural material e imaterial – são necessárias para tensionar os efeitos teóricos na realidade do campo cultural, buscando que as múltiplas comunidades que formam a sociedade afetem e sejam afetadas, isonomicamente, no seu cotidiano, e participem ativamente das experiências culturais ofertadas.

4.2 RESULTADOS ENTREVISTAS PROFESSORES

A consulta aos docentes foi realizada virtualmente, assim como dos gestores dos E. C.. Para a análise das entrevistas semiestruturadas foi realizado mesmo percurso metodológico adotado na seção anterior, recorrendo-se como apoio para interpretação dos conteúdos, à abordagem apresentada por MINAYO (2009) e BARDIN (1977).

Foram entrevistados os docentes que lecionam as disciplinas de geografia e história no Instituto Federal Fluminense *campus* Macaé. Dos sete docentes, cinco se dispuseram a realizar a entrevista, correspondendo a um total de 71% de todo o campo exploratório.

Tensionando o diálogo com o campo cultural, consultar os docentes, vistos nesse trabalho enquanto representantes da instituição escolar, é indispensável em razão de dois fatores evidentes: o envolvimento direto desses agentes na mediação da constituição do capital cultural dos estudantes e a abordagem teórica que se alinha a análise o papel da escola no mundo social.¹³⁷

As entrevistas foram divididas em três momentos, o primeiro dedicado a apreender a trajetória pessoal e o contato com a cultura ao longo da vida dos professores, o segundo voltado ao contato com a territorialidade da cidade e o terceiro abordando seu entendimento sobre as transversalidades entre educação e cultura. Essa organização, que se reflete na leitura das respostas, já auxilia na aproximação com as três grandes temáticas ou categorias abordadas nas entrevistas, mas é através da classificação pelos núcleos de sentido formadores das categorias iniciais, intermediárias e finais que se realiza o exercício metodológico proposto por Bardin, agrupando-se os assuntos convergentes em variados trechos das entrevistas. Na decomposição textual, utilizando partes do próprio texto definiram-se as categorias, como um “conjunto de propriedades e semelhanças” formadas “a partir da difusão das subcategorias, aglutinadas em função de sua significância”. (JÚLIO; SANTOS; MORAES; FARIA NETO, 2017, p. 25). Essa categorização busca organizar os conceitos para facilitar o entendimento dos dados levantados.

Para construção das categorias iniciais foram relacionados conceitos norteadores ou núcleos de sentido que as descrevam detalhadamente. É possível observar semelhança na categoria final que trata da cultura na trajetória de vida, entre gestores culturais e docentes, o que se deve ao fato da aproximação com os depoentes da pesquisa visando

¹³⁷ Bourdieu dedica-se a análise de escolar em sua obra “Escritos de Educação”, publicada em 1998.

acessar seu contato com a cultura constituída na vida pregressa, nuance necessária à abordagem teórica defendida por Bourdieu.

A categorização, assim como na seção anterior dedicada aos gestores culturais, tem ênfase semântica (temática) e, após a leitura das entrevistas e a decomposição do texto, procedeu-se à classificação através dos núcleos de sentido, conforme já destacado. A abordagem entre vida pregressa, territorialidade e contato com a cultura local e aspectos relacionados ao ensino também restrito a temática cultural pautaram perguntas e respostas, de modo geral.

Partindo da pré-análise, baseada na leitura da transcrição das falas e de sua organização, ficou demonstrado que as entrevistas formam importante referência para entender como se dá a abordagem da cultura local na escola analisada e sob tais disciplinas, fundamental no tratamento da temática proposta, formando assim o *corpus* que responderá aos problemas da pesquisa. Entretanto, diferentemente das respostas dos gestores culturais, não houve expressiva variação quanto a extensão das respostas.

Retomando a problemática do trabalho, deve-se observar, como as falas recolhidas junto aos professores se apropriam da temática da territorialidade e da valorização patrimonial na sua atividade e em possíveis atuações junto aos E. C.. Não obstante, nenhum dos depoimentos dados pelos gestores citaram trabalhos realizados no ou junto ao IFF. Outra questão é a relação entre a educação e a cultura local potencialmente desenvolvida através das disciplinas de história e geografia no âmbito do ensino médio.

Entre os objetivos em destaque nessa seção, tem-se a análise de como os docentes do IFFluminense *campus* Macaé se apropriam da cultura local, com foco no patrimônio material e imaterial, projetados pelas políticas culturais na gestão dos E. C., confluindo no processo formativo do capital cultural dos alunos e suas práticas, e a verificação se há interação e aproveitamento desse processo pelos docentes e pelos currículos do Instituto. E por fim, reconhecer as possibilidades da escola no processo de reconhecimento e fortalecimento da cultura local.

Coadunando com uma das problemáticas do trabalho, que relaciona a cultura e a educação através das disciplinas de história e geografia do ensino médio, como espaço de diálogo entre a cultura local e a sala de aula, verificando se a instituição trabalha essa potência, eventualmente fomentada também pelas políticas culturais através da gestão dos E. C., para auxiliar o processo formativo do capital cultural incorporado dos alunos, é que

formaram-se as categorias iniciais, intermediárias e finais, firmando-se nas falas dos entrevistados.

Quadro 16 – Categorias iniciais e intermediárias (docentes)

Categorias iniciais	Conceito norteador	Categorias intermediárias
Gosto cultural e subjetividade	Atenta para as práticas culturais através das disposições inculcadas no <i>habitus</i> , pensando o relacionamento entre os condicionamentos sociais e a subjetividade	I – Formação cultural
Educação e escola	Abrange as experiências individuais e de formação acadêmica no capital cultural instituído	
Influência familiar	Efetiva a constituição do capital cultural incorporado preliminarmente através do contato com a família e os limites do espaço social ocupado	
Acesso aos E. C.	Aborda a cultura através das condições objetivas de existência , no contato com o patrimônio cultural disposto através dos E. C. , o que reforça a divisão entre grupos sociais dominantes e dominados	
Contato com a cultura local através dos E. C. ou manifestações culturais de Macaé	Vivência da territorialidade através dos E. C., manifestações e patrimônios culturais da cidade enquanto forma de apropriação da identidade territorial. Caracteriza a possibilidade do contato entre o indivíduo e a cultura local legitimada através dos E. C.	II – Cultura local e frequência aos E. C. da localidade
Cultura local na sala de aula e em espaços não formais sob o enfoque do patrimônio cultural local	A transversalidade entre a prática educacional e cultural como precursoras de mudança na realidade social e na formação da identidade, e da necessidade incorporada. A Escola enquanto vetor da cultura, utilizando os E. C. e o patrimônio cultural como espaços não formais educacionais.	III – Abordagens da cultura local na sala de aula
Cultura local e currículo	Abordagem que a instituição realiza da cultura local na formação e aprovação de seus currículos (observada a legislação de criação dos Institutos Federais)	
Formação cultural dos alunos	Reflete sobre a formação do capital cultural incorporado dos alunos, sobretudo através da família	IV – Contato com a cultura pelo aluno
Condições objetivas	As desigualdades (socioeconômicas) nas posições territoriais e ocupadas na sociedade podem refletir obstáculos na formação cultural, o que pode ser atenuado ou elevado através de políticas culturais e outros fatores.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

As categorias intermediárias e finais buscam sintetizar as abordagens temáticas representadas nas entrevistas, e são caracterizadas através da codificação das unidades de registro e da pertinência da extração das unidades de contexto do texto. Como se observa no quadro abaixo as categorias intermediárias: I – Formação cultural, II – Cultura local e frequência aos E. C. da localidade, III – Abordagens da cultura local na sala de aula e IV – Contato com a cultura pelo aluno são sintetizadas em I – A cultura na vida dos professores, II – Promoção da cultura local na prática pedagógica e III – Representação

do aluno nas aproximações com a cultura, avançando na metodologia proposta por Bardin (1979) e Minayo (2009).

Esse processo indutivo que permeia toda a análise também está expresso na formação das categorias, pois o ponto de partida dos casos particulares deverá conduzir até um desfecho abrangente.

Quadro 17 – Categorias intermediárias e finais (docentes)

Categoria Intermediária	Conceito norteador	Categoria Final
I – Formação cultural	As variáveis educacionais, familiares, econômicas e de experiência individual caracterizam as práticas culturais	I – A cultura na vida dos professores
II – Cultura local e frequência aos E. C. da localidade	Aproximação com a cultura da localidade onde reside ou leciona. Interesse pela formação identitária e arranjos culturais locais.	
III – Abordagens da cultura local na sala de aula	Atuação do docente de geografia e história em intervenções, contextualizações que impliquem na cultura local	II – Promoção da cultura local na prática pedagógica
IV – Contato com a cultura pelo aluno	Perspectiva docente da realidade social que engendra a relação entre o aluno e a cultura constituída	III – Representação do aluno na sua relação com a cultura

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Utilizando como agregadores as categorias finais, representantes máximas das dimensões propostas e levantadas, passa-se à apresentação das hipóteses extraídas com a leitura flutuante dos textos e relacionadas com a temática das práticas culturais locais em diversas modalidades.

Quadro 18 – Premissas mapeadas (docentes)

Categoria Final	Premissas mapeadas
I – A cultura na vida dos professores	<ul style="list-style-type: none"> a) A família é determinante para a instituição dos gostos ou preferências manifestas culturais dos indivíduos, tendo a escola posição secundária.; b) O incremento acadêmico está alinhado a frequência em E. C.; c) Existe estranhamento entre a cultura local e os docentes das disciplinas de história e geografia; d) A localização geográfica influencia na cultura do indivíduo.

II – Promoção da cultura local na prática pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> a) Existência pulverizada de diminuta de ações pedagógicas em sala de aula que envolvam a cultura local; b) Embora a importância do patrimônio cultural local esteja no horizonte docente, há pouco ou nenhum investimento nessa abordagem na prática docente; c) O alinhamento dos objetivos dispostos no currículo das disciplinas que envolvem a identidade e a cultura local tem pouco ou nenhum avanço; d) A carga horária das disciplinas dificulta o trabalho com temáticas voltadas ao território, fora da padronização dos livros didáticos.
III – Representação do aluno na sua relação com a cultura	<ul style="list-style-type: none"> a) São determinantes o ambiente familiar e educacional para formação cultural do indivíduo; b) As condições objetivas que envolvem o acesso aos E. C. e as ações proporcionadas através das políticas públicas de cultura através dessas instituições tem muita representatividade e pouca efetividade através da realidade educacional c) Os E. C. não são citados diretamente enquanto potenciais promotores da formação cultural dos indivíduos, mas estão presentes nas falas em papel secundário.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Essas afirmações provisórias, inicialmente apresentadas *a priori* tem origem “fornecida por uma instância exterior: o quadro teórico/pragmático no qual nos apoiamos e no âmbito do qual os resultados serão utilizados” (FRANCO, 2005, p. 52) e serão verificadas através da análise ancorada nas unidades de registro e contexto dispostas a seguir.

Será possível construir as inferências analisando o conteúdo manifesto das entrevistas, que permitem a obtenção de indicadores qualitativos. Esses indicadores ou partes significativas do texto ficam expressos nas unidades de registro, e apontam para características representadas através das categorias. E com as unidades de contexto temos as partes do texto que além de englobar as unidades de registros também trazem seu contexto, possibilitando a análise do conteúdo latente. (PEREIRA *et al.*, 2011, p. 6).

Esse cruzamento entre o conteúdo manifesto e latente só é possível em razão da realização do percurso da pesquisa também abordar os gestores culturais e do pesquisador ser colaborador na instituição de ensino consultada; o que facilita o entendimento e o cruzamento das informações levantadas, tornando exequível uma interpretação e contextualização correlata à realidade e ao pressuposto da objetividade científica.

Quadro 19 – Unidades de registro e contexto para as entrevistas realizadas com docentes de história e geografia do IFF campus Macaé

Categoria	Subcategoria	Unidade de registro	Unidade de contexto
I – Formação cultural	Gosto cultural	Concentração da prática na leitura	<p><i>“Ler eu leio muito, filme eu vejo menos do que eu gostaria por conta da carga de leitura, eu não saberia te precisar não, ano passado eu terminei o doutorado.” (Professor 1, Pos. 15)</i></p> <p><i>“[...]uns cinco livros.” (Professor 2, Pos. 15)</i></p> <p><i>“[...]uns 20 filmes.” (Professor 2, Pos. 17)</i></p> <p><i>“Livros... pois é... se for contar o livro inteiro aí leio pouco, se for trecho e tal, porque é difícil ler um livro todo né em história, bota aí uns 20 livros por ano talvez, ou pouco mais.” (Professor 3, Pos. 17)</i></p> <p><i>“Uns 30 filmes por ano, talvez.” (Professor 3, Pos. 19)</i></p> <p><i>“[...] consigo ler três ou quatro por ano, é uma média dessa.” (Professor 4, Pos. 15)</i></p> <p><i>“Filmes é mais difícil né, não é muito mais não, talvez 20 por ano.” (Professor 4, Pos. 17)</i></p> <p><i>“[...]eu diria que eu leio entre 5 e 10 livros de literatura por ano.” (Professor 5, Pos. 15)</i></p> <p><i>“[...] no cinema eu vou muito pouco”. (Professor 5, Pos. 17)</i></p>
		Práticas culturais pouco diversificadas	<p><i>“É a leitura.” (Professor 1, Pos. 25)</i></p> <p><i>“Cinema.” (Professor 2, Pos. 23)</i></p> <p><i>“Cinema e leitura.” (Professor 3, Pos. 25)</i></p> <p><i>“[...] leitura sim, acho que é o que se mais se encaixa (Professor 4, Pos. 23)</i></p> <p><i>“Acho que shows, musica né.” (Professor 5, Pos. 23)</i></p>
	Escola e cultura	Interesse pela cultura a partir da formação (escola/universidade)	<p><i>“Uma professora de português, que diante dos muitos erros ortográficos que eu tinha [...]” (Professor 1, Pos. 27)</i></p> <p><i>“Meus professores.” (Professor 3, Pos. 27)</i></p> <p><i>“[...]eu como universitária, então a UNICAMP tinha os alunos de teatro, tinha os alunos da dança, tinha os festivais de musica, eles se apresentavam, então isso, também ao longo da minha vivencia acadêmica era muito frequente, e assistir essas peças e os festivais de dança que era o que eu mais gostava assim dentro da UNICAMP.” (Professor 4, Pos. 11)</i></p>

	Influência familiar	Interesse pela cultura a partir da família	<p>“[...]Jentão a gente sai de lá direto para uma livraria, e minha mãe fala assim “escolhe cinco” aí eu escolho alguns livros, e aqueles livros foram bem legais, infantojuvenis né, aqueles livros foram bem marcantes, a partir dali eu tomei um gosto pela leitura, e acabei não parando.” (Professor 1, Pos. 27)</p> <p>“Minha mãe... é minha mãe, me levava a museus, basicamente.” (Professor 2, Pos. 25)</p> <p>“Eu acho que foi mais a vivencia mesmo sabe, não tive isso assim da família incentivar não entende [...] a gente leva muito eles [filhos], mas eu não tive isso.” (Professor 4, Pos. 25)</p> <p>“É... mais ou menos assim, leitura é uma coisa que meus pais estimulavam sobretudo minha mãe, meus pais tinham muito livro, é engraçado meu pai não tinha habito de ler livros, ate hoje ele não lê, minha mãe sempre teve, mas eles sempre leram muito jornal então existia um hábito de leitura na minha família, então com leitura meus pais com certeza, eles tinham muitos livros em casa, eu sempre tive acesso fácil a livro, fora da leitura, pensando filme, pensando museu e tal eu não consigo me recordar [...]” (Professor 5, Pos. 25)</p>
	Acesso aos E. C.	Acesso limitado aos E. C. na juventude	<p>“[...] a Tijuca era bem provida [...] depois eu fui para Jacarepaguá, e salvo a Lona Cultural não tem muita coisa [...] a Abolição tem o Norte Shopping, que aí tem teatro e tem cinema, mas extremamente esvaziado do sentido de manifestações culturais, ali é mais um produto cultural no sentido da indústria cultural” (Professor 1, Pos. 11)</p> <p>“Não, só cinema, outros equipamentos não.” (Professor 2, Pos. 11)</p> <p>“Sim, sim, biblioteca, tinha uma biblioteca no meu bairro que eu utilizava bastante, eu gostava de ler e tal, livros infantis, livros infantojuvenis, é... museus também, tem alguns museus em Niterói, poucos, e no Rio de Janeiro eu ia muito em museus no Rio de Janeiro e tal.” (Professor 3, Pos. 13)</p> <p>“[...] então não é tudo que a gente tem acesso digamos assim” (Professor 4, Pos. 11)</p> <p>“[...] todo final de semana eu ia nessa praça e tinha aquele teatro aberto, tipo um teatro de arena aberto assim né, e sempre tinha lá as apresentações culturais, principalmente músicos. Nessa praça também tinha o teatro da cidade (Professor 4, Pos. 11)</p> <p>“[...] quando eu entrei na faculdade, [...] tudo mudou né, porque a UNICAMP essa parte cultural tinha uma oferta muito grande (Professor 4, Pos. 11)</p> <p>“Não, não muito cara [sic], porque assim o que acontece, Friburgo durante toda a minha infância não tinha nem cinema” (Professor 5, Pos. 11)</p> <p>“[...] teatro também em Friburgo era uma coisa muito restrita” (Professor 5, Pos. 11)</p> <p>“[...] assim meu acesso a equipamento cultural na infância e adolescência dependia muito de excursão de escola para vir no Rio [de Janeiro]”. (Professor 5, Pos. 11)</p>
		Mediação importante, mas dispensável	<p>“Assim, nem sempre eu sinto, mas é sempre importante ter.” (Professor 1, Pos. 29)</p> <p>“Não, não sinto. Se tiver disponível o audioguia eu gosto.” (Professor 2, Pos. 27)</p> <p>“Sim, a depender da exposição sim, com certeza, muito importante ter uma mediação.” (Professor 3, Pos. 29)</p> <p>“[...] eu geralmente gosto de ver mais sozinha mesmo, recorro muito ao que está visualmente exposto, mas não necessariamente alguém falando. (Professor 4, Pos. 29)</p> <p>“[...] fico um pouco constrangido, eu prefiro ficar sozinho, mas eu reconheço totalmente que é muito melhor a experiência quanto em alguém te explicando”. (Professor 5, Pos. 27)</p>

		<p>Maior formação acadêmica valoriza os E. C., mas não garante frequência</p>	<p><i>“[...] embora a frequência tenha diminuído eu acho que obviamente aumenta a valorização desses espaços”. (Professor 1, Pos. 33)</i> <i>“[...]pode ser que sim né. Depende da área talvez onde você está se formando”. (Professor 2, Pos. 33)</i> <i>“Sim, óbvio, com certeza”. (Professor 3, Pos. 35)</i> <i>“Isso sim, com certeza né, porque eu acho que isso é uma característica principalmente da universidade pública né, é completamente diferente você fazer uma pós-graduação, um mestrado, um doutorado privado ou público, porque te abre muito mais as possibilidades que você tem, de conhecimento mesmo, mesmo de visitação né, que você precisa fazer grandes pesquisas numa biblioteca eu mesmo fui lá na USP” (Professor 4, Pos. 33)</i> <i>“Acho que sim, né dependendo claro da área e como é que esses cursos se relacionariam com esses equipamentos culturais, eu acho que sim”. (Professor 5, Pos. 31)</i></p>
	<p>Contato com a cultura local através dos E. C. ou</p>	<p>Percepção da desigualdade na distribuição dos E. C. em Macaé</p>	<p><i>“[...] eu creio que não eu especial porque a política cultural no Brasil, isso é uma regra, ele sofre de certo elitismo territorial” (Professor 1, Pos. 38)</i> <i>“Não, nem um pouco.” (Professor 2, Pos. 38)</i> <i>“[...] a cidade não oferece coisas para te atrair” (Professor 3, Pos. 80)</i> <i>“Não é né, poderia ser pelo menos mais organizado né, poderia ter uma valorização também” (Professor 4, Pos. 38)</i> <i>“É... eu acho que não, tem essa questão que eu estava falando da desigualdade, eu acho que não, ainda mais considerando uma cidade tão grande.” (Professor 5, Pos. 36)</i></p>

		<p>Pouco ou nenhum contato presencial e virtual com o patrimônio cultural local</p>	<p>“[...] nunca fui em nenhum aparato cultural de Macaé, até pelo desconhecimento, eu não sei onde eles se localizam...” (Professor 1, Pos. 19)</p> <p>“Cara eu acho que eu nunca li um livro assim...” (Professor 1, Pos. 40)</p> <p>“Eu fui lá uma vez na verdade, a gente foi gravar um vídeo, os alunos foram gravar um vídeo e pediram para eu participar e fui lá uma vez, entrei numa sala e saí, não fiquei muito cara, essa coisa de “depois eu venho...” (Professor 1, Pos. 42)</p> <p>“De Macaé não [...]” (Professor 1, Pos. 71)</p> <p>“Em Macaé? Deixa eu [sic] pensar...cara eu acho que não” (Professor 2, Pos. 19)</p> <p>“[...] sobre a Baixada Campista, eu tenho alguns documentos históricos assim, mais antigos e é bem interessante, eu já li sobre.” (Professor 2, Pos 40)</p> <p>“[...] lembro de ter tentado visitar uma vez um prédio cultural que tem no centro, que eu esqueci o nome agora” (Professor 2, Pos. 36)</p> <p>“Já fui no Solar Monte Elísio, mas eu estava visitando a escola né.” (Professor 2, Pos 42)</p> <p>“Em Macaé acho que não.” (Professor 2, Pos 68)</p> <p>“Em Macaé não, em Macaé quase não tem né, é pouquíssimo, sempre que tem eu vou né mais são poucas.” (Professor 3, Pos 21)</p> <p>“O Solar dos Mello, o Teatro Municipal, Igreja de Santana, deixa eu ver o que mais... Parque do Atalaia, Forte, já fui no Forte também [Marechal Hermes], e eu acho que só” (Professor 3, Pos 38)</p> <p>“O último que eu li foi o Armando Botelho [Borges] “Histórias e Lendas de Macaé”, e também o outro” (Professor 3, Pos 42)</p> <p>“De monumental a Igreja [de Santana] né, o Forte [Marechal Hermes], são os que tem mais essa ligação direta com o patrimônio.” (Professor 3, Pos 44)</p> <p>“[...] quando eu estava na prefeitura eu fiz um contato com o Solar dos Mello, mas foi o único que eu fiz.” (Professor 3, Pos 74)</p> <p>“[...] eu lembro de ter ido em exposição ali quando... não sei se é mais aberto ali no teatro naquele hall no teatro municipal” (Professor 4, Pos 19)</p> <p>“Aquele centro cultural ali, quando era ali no teatro de Macaé, que depois mudou, tinha o centro de musica, eu fazia aula lá [...] biblioteca municipal não vou saber te responder” (Professor 4, Pos 36)</p> <p>“[...] já tenho dois eu adquirida naquela exposição lá [realizada pelo centro de memoria do IFF], aquele voltado para crianças e outro que não vou lembrar o nome” (Professor 4, Pos 40)</p> <p>“Já fui algumas vezes no Farolito, nunca fui naquele Marechal Hermes, sempre pensei mais nunca fui” (Professor 4, Pos 42)</p> <p>“Não faço muito não” (Professor 4, Pos 69)</p> <p>“[...] eu não tenho nenhum hábito de ida a equipamentos culturais na região” (Professor 5, Pos 19)</p> <p>“Nenhum, em Macaé não” (Professor 5, Pos 34)</p> <p>“Não... não... pensando no Norte-Fluminense de maneira geral talvez, eu li algumas coisas sobre Campos [dos Goytacazes]” (Professor 5, Pos 38)</p> <p>“[...] em uma manifestação e eu andei por esses lugares por coincidência.” (Professor 5, Pos 40)</p> <p>“Não, não conheço” (Professor 5, Pos 69)</p>
--	--	---	---

II – Promoção da cultura local na prática pedagógica	Cultura local na sala de aula e em espaços não formais sob o enfoque do patrimônio cultural local	<p>Vivência da cultura local na sala de aula</p>	<p>“[...] a dificuldade da gente [sic] produzir história local, por conta de um déficit na nossa formação (Professor 1, Pos. 40) “Em certo aspecto sim, embora isso não seja um eixo estruturante das minhas aulas” (Professor 1, Pos. 47) “Sim, sim, a formação geralmente é muito aberta né? Muito vamos dizer assim, generalista, ela não atenta aos fenômenos locais para a realidade do local onde ela está inserida né, e acaba nesse generalismo esquecendo das particularidades, né? De incluir as particularidades no currículo, e isso não desperta naquele professor que está sendo formado, e nos outros profissionais também, não só do professor, não desperta nesses profissionais buscar a cultura onde ele se insere, onde ele está.” (Professor 2, Pos. 31) “Já trabalhei quando eu lecionava para o curso técnico em turismo [...] integrado diurno não” (Professor 2, Pos. 47) “Não, não trabalho.” (Professor 3, Pos. 49) “[...] se eu pudesse lembrar trabalhei duas vezes no máximo, o que eu acho que é muito pouco” (Professor 4, Pos. 47) “[...] mas em história a gente trata muito pouco do local né, a gente foca muito em histórias nacionais ou em histórias internacionais e relaciona muito pouco isso com o local de onde a gente esta, e aí assim o fato de eu não ser de Macaé, e conhecer pouco o território, conhecer pouco a história de Macaé só torna isso ainda pior porque eu conheço poucas referências para relacionar as coisas com que eu estou trabalhando com o território, e aí isso se desdobra na subutilização das coisas que existem” (Professor 5, Pos. 29)</p>
		<p>Experimentação da cultura local em espaços não formais (educação patrimonial)</p>	<p>“Nem com alunos.” (Professor 1, Pos. 21) “Eu gosto muito de fazer aulas não formais, em especial aulas fora de sala de aula [...] inclusive com o espaço macaense, mas não necessariamente ligado ao patrimônio.” (Professor 1, Pos. 61) “Acho que não, não nesse sentido” (Professor 1, Pos. 63) “Não.” (Professor 2, Pos. 56) “Olha eu vou dizer que eu acho que o patrimônio local não. Na visão do patrimônio e dos equipamentos culturais de Macaé onde esta o campus eu diria que não.” (Professor 2, Pos. 60) “Do IFF não” (Professor 3, Pos. 58) “Não, nem equipamento nem patrimônio.” (Professor 3, Pos. 60) “Trabalhei, mas não a história local no IFF, mas não sobre história local” (Professor 3, Pos. 62) “Não.” (Professor 4, Pos. 55) “Não, apesar de eles terem ido sozinhos, eles foram, mas comigo não.” (Professor 4, Pos. 57) “Não, isso é visto ate na geografia ne, em pesquisas e tudo, mais em sala de aula, no ensino médio não.” (Professor 4, Pos. 61) “Eu acho assim, pensando em termos de equipamentos culturais, é essa questão que eu consigo lembrar é esse uso dos sambaquis [...] fora isso não tem nada” (Professor 5, Pos. 45)</p>

		<p>Representação dos E. C. e patrimônio cultural na educação</p>	<p>“Eles são fundamentais assim... a educação, ela não pode e não deve se encerrar na sala de aula, a realidade, ela é muito mais complexa” (Professor 1, Pos. 31)</p> <p>“Pô cara são muito importantes, eu acho que o equipamento cultural dá uma visão de mundo para o cidadão né? E seria fundamental que a gente tivesse acesso a equipamentos culturais de forma rotineira, né?” (Professor 2, Pos. 29)</p> <p>“Macaé em acho que é muito carente essa coisa do auxílio educacional, é muito pouco a interação” (Professor 3, Pos. 33)</p> <p>“Tem muita importância, muita, tem muita, principalmente quando você quer trabalhar a história do lugar onde você está.” (Professor 4, Pos. 31)</p> <p>“Total, muito importante, definiria como muito importante” (Professor 5, Pos. 29)</p>
		<p>Pouco estímulo para apropriação dos E. C. e patrimônio cultural</p>	<p>“Certamente, certamente, muito, acho fundamental, não só fundamental como acho que precisam de mais investimento” (Professor 1, Pos. 51)</p> <p>“[...] o primeiro passo pra isso é eu poder sintetizar melhor o conhecimento acerca desses aparelhos, ou seja, eu conhecer” (Professor 1, Pos. 53)</p> <p>“Especificamente assim, citando “frequentem tal lugar” acho que não” (Professor 2, Pos. 49)</p> <p>“Daria sim, daria” (Professor 2, Pos. 51)</p> <p>“Sim, sim, as vezes a gente fala, [...] a gente inventiva os alunos e tal, não sei como é que foi a participação, a gente não foi junto não, mas falou em sala que estava ocorrendo e tal.” (Professor 3, Pos. 51-52)</p> <p>“Razoavelmente, é... razoavelmente, não muito, acho que é uma ajuda carente, poderia ser melhor.” (Professor 3, Pos. 54)</p> <p>“[...] para os meus alunos... não sei te dizer, a gente sempre comenta né do que está acontecendo, mas assim é que a oferta é muito pouca aqui” (Professor 4, Pos. 49)</p> <p>“[...] eu realmente não estou lembrando, se for ligado a questões específicas da cidade” (Professor 4, Pos. 51)</p> <p>“Equipamento cultural de maneira geral eu acho que eu não tenho um grande estímulo aos alunos não [sic] [...] equipamento cultural é algo que eu não me vejo como uma pessoa que faça esse estímulo não.” (Professor 5, Pos. 47)</p>

	Cultura local e currículo	Distanciamento entre o currículo (E. M. I.) e a prática	<p>“Acho que tem abertura mas não é exatamente o estilo nem o cerne de uma escola técnica, porque a técnica em geral é confundida com tecnicismo [...] ousou dizer que existe uma certa abertura mas ela não é estimulada, volta pro voluntarismo individual, e também não é o cerne, não é o foco, o que é uma pena.” (Professor 1, Pos. 65)</p> <p>“[...] aí a falta do incentivo, a falta da prática da cultura, do acesso ao equipamento cultural faz com que quando a gente tem encontro com esses equipamentos acaba virando essa “visita ao zoológico” como eu costumo chamar. Você passa, olha e volta pra [sic] casa e pronto, acabou. Não tem conexão com o currículo escolar.” (Professor 2, Pos. 29)</p> <p>“Não, como está hoje organizado não.” (Professor 2, Pos. 62)</p> <p>“Deveria ser, mas a gente não consegue dar conta, a gente tem poucas, dois encontros por semana né, duas aulas por semana para dar conta de um conteúdo gigantesco, então... fica muito à margem, particularmente da minha prática eu não tenho abordado isso não.” (Professor 3, Pos. 66)</p> <p>“[...] é, mas é uma falha, porque a gente não aborda.” (Professor 3, Pos. 68)</p> <p>“[...] a gente sempre puxa um pouco para nossa região, mas acaba ficando muito breve de todo conteúdo que a gente tem” (Professor 4, Pos. 47)</p> <p>“[...] eu já cheguei a fazer esse trabalho, ate foi algo assim que eu aprofundi porque realmente não estaria dentro do que se é planejado” (Professor 4, Pos. 47)</p> <p>“Muito pouco.” (Professor 4, Pos. 63)</p> <p>“Acho que não, acho que tudo que a gente tenta fazer em termos de temas transversais não só de patrimônio mas de qualquer tema transversal que a gente tenta organizar nesse modelo que existe hoje de ensino médio integrado no IFF Macaé a gente esbarra sempre no mesmo problema, que é o numero grande de matérias que os alunos tem ao mesmo tempo” (Professor 5, Pos. 63)</p> <p>“Então acho que assim, temas transversais e o patrimônio como uma possibilidade depende disso dependeria de uma organização melhor do funcionamento do currículo” (Professor 5, Pos. 63)</p>
III – Representação do aluno na sua relação	Formação cultural dos alunos	Capital cultural do ambiente familiar	<p>Também, também. (Professor 1, Pos. 75)</p> <p>Sim, sim, implica sim. (Professor 2, Pos. 72)</p> <p>Sim, principalmente quando você tem uma cidade com muita gente que veio de fora (Professor 3, Pos. 80)</p> <p>eu acho que independente disso vai muito mais da questão familiar (Professor 4, Pos. 71)</p> <p>Influencia muito, bastante, com certeza. (Professor 4, Pos. 73)</p> <p>[...] acho que essa posição da pessoa tem uma influencia muito grande porque você tem uma acumulo familiar (Professor 5, Pos. 71)</p> <p>Com certeza, por isso assim, o habito de leitura é muito determinado pelo ambiente familiar, então se a pessoa tem habito de leitura isso tem um impacto direto no rendimento escolar dela, porque a escola demanda a leitura [...] eu tenho a impressão que alguns estudantes dependendo de se a família dele não tem essa prática de ir em determinados culturais ele sente até aquele espaço como um espaço meio estrangeiro pra ele, o qual ele não pertence, que ele não sabe como lidar, com se comportar (Professor 5, Pos. 75)</p>

	Formação cultural dos alunos	Formação cidadã	<p><i>Sem dúvida nenhuma, sem dúvida nenhuma. Também como o debate sobre eles (Professor 1, Pos. 55)</i></p> <p><i>Claro, claro na formação cidadã do indivíduo né, sim. (Professor 2, Pos. 53)</i></p> <p><i>Sim, acho sim. (Professor 3, Pos. 56)</i></p> <p><i>Poderia ser muito bom, como é não é. (Professor 4, Pos. 53)</i></p> <p><i>Concordo, concordo, com certeza. (Professor 5, Pos. 51)</i></p>
	Formação cultural dos alunos	A perspectiva das habilidades e dons	<p><i>Mas essa ideia de que existe uma meritocracia, que essa meritocracia diz única e exclusivamente ao indivíduo é uma das grandes falácias da ideologia “vulgar” liberal. (Professor 1, Pos. 73)</i></p> <p><i>Eu não sou muito fã dessa ideia de habilidade inata, porque eu acho que a habilidade ela é socialmente determinada, [...] refutando na verdade, como historiador, a ideia de que existe uma natureza humana para além dos aspectos mais basilares da própria constituição biofísica do corpo humano né, o restante que é humano, a meu ver, ele é social, ele não é natural, então nesse sentido, é possível identificar habilidades sim, mas essas habilidades são socialmente construídas e socialmente determinadas. (Professor 1, Pos. 77)</i></p> <p><i>Acho que existe. Existe dom inato? Existe. [...] É claro que o dom inato, ele precisa ser trabalhado né, não adianta só o dom inato assim, eu acho que se o cara não trabalhar ele vai continuar com aquele dom e não vai progredir naquilo né. [...] a escola muitas vezes suprime né, o dom. Se não for aquela que interessa ao formato de currículo e de educação, né, exato, ela suprime. (Professor 2, Pos. 74)</i></p> <p><i>Não sei responder isso não, não tenho opinião formada sobre isso, não sei se ele tem habilidades ou dons... é não sei... nunca parei para pensar sobre isso. (Professor 3, Pos. 82)</i></p> <p><i>Acredito. Alguns tem né? Isso não determina né, não determina, mais que alguns tem, tem sim. (Professor 4, Pos. 75)</i></p> <p><i>Sim, sim, acho que sim, acho que aí tem uma relação dialética complicada, que assim, a escola muitas vezes potencializa e estimula alguns desses dons [...] a educação formal as vezes estimula isso em um trabalho que faz o aluno desenhar, que faz o aluno compor uma música, que faz um aluno escrever um poesia etc., mas ao mesmo tempo as vezes também pode também no sentido que tenta encaixar muito em determinadas “caixinhas” (Professor 5, Pos. 77)</i></p>
	Condições objetivas	Apropriação simbólica	<p><i>[...] eu não saberia dizer se na perspectiva de um estudante do ensino fundamental, do ensino médio, da periferia aquilo tivesse acessibilidade e atratividade, que uma coisa leva a outra né? (Professor 1, Pos. 69)</i></p> <p><i>Assim... depende muito de onde a gente vai né, se vou em uma instituição, tipo vou na biblioteca ou no museu, tem né, é claro que tem, então são equipamentos destinados para esse fim né a gente não visita somente equipamentos destinados para esse fim né a gente visita outros locais aí é claro não vai ter. (Professor 2, Pos. 66)</i></p> <p><i>Não, acho que falha nisso também. (Professor 3, Pos. 72)</i></p> <p><i>É porque... não... porque não está sendo valorizado, é no meio ali de outras coisas de outros tempos e aí você não consegue... (Professor 4, Pos. 67)</i></p> <p><i>[...] não adianta ser público se na prática não é né, se a população não tem acesso. (Professor 5, Pos. 75)</i></p>

	Condições objetivas	Intermediação com a escola	<p><i>Eu nunca vi não, não sei... acho que não tem essa intermediação, não saberia responder se restante da rede também, mas com relação ao IFF não vejo essa intermediação. O IFF é muito longe de tudo também né, então tem essa questão. (Professor 1, Pos. 67)</i></p> <p><i>[...] a gente não constrói essa relação então...e talvez isso também não aconteça porque a gente também não tem a prática, a gente, como você deve estar levantando na sua pesquisa, você vai ver que é pequeno o numero de escolas e de grupos que fazem isso, a gente pegando o nosso próprio instituto né, a gente teve esses cortes de verba que vem tendo desde 2014, 2015 pra cá, e o que foi cortado da escola? As viagens, uma das primeiras coisas que foram cortadas foram as saídas de campo dos alunos. (Professor 2, Pos. 29)</i></p> <p><i>Nenhum, nenhum, inclusive quando eu participei da direção eu nunca recebi contato né, de uma secretaria cultural para tipo “a está tendo uma exposição vamos levar os alunos?” ou coisa do tipo, ou algum projeto de inclusão cultural, nenhum, nada, nada. (Professor 2, Pos. 64)</i></p> <p><i>[...] se você não tem uma iniciativa do poder público para fazer isso de forma perene, você não vai ter identidade com o município, inclusive por isso que as pessoas gostam tão pouco de Macaé (Professor 3, Pos. 80)</i></p> <p><i>Não, não. (Professor 4, Pos. 65)</i></p> <p><i>Não que eu conheça... por mim assim, passando pelo professor, ou enfim pela nossa estrutura do IFF eu nunca vi isso acontecendo [...] não é uma... não parece ser uma política da instituição, ou pelo menos se é uma política da instituição ela não chega ao IFF. (Professor 5, Pos. 65)</i></p>
--	---------------------	----------------------------	--

	Condições objetivas	Origem socioeconômica	<p><i>Certamente, certamente, a escola, a cultura muitas das vezes reforça esse espaço de desigualdade, não sou daqueles que acha que a educação é necessariamente positiva ou que a educação vai resolver todos os problemas do mundo (Professor 1, Pos. 73)</i></p> <p><i>Acho que tem uma relação muito grande né, alunos que tiveram maior acesso a cultura vão é... isso vai fazer um movimento meio de retroalimentação eles vão persistir com é... no bom acesso deles à cultura né, e vão ter um desempenho, como é que eu vou dizer, satisfatório pra bom. Tem alguns casos, e aí eu acho que o Instituto Federal vira ferramenta de transformação, em que alunos que não tem uma... um background social, um nível social mínimo assim, que tem dificuldades financeiras, que tem dificuldades de habitação né, tem problemas de diversos... as vezes até de nutrição né. [...] A regra pra mim [sic] são alunos que não tiveram acesso a bens culturais continuam sem acesso tá [sic], e alunos que sempre tiveram continuam tendo. Infelizmente a gente não consegue transformar muitos, a gente consegue transformar, mas são poucos, eu diria que são poucos. (Professor 2, Pos. 70)</i></p> <p><i>Sim, sem dúvida, está muito interligado. (Professor 3, Pos. 76)</i></p> <p><i>Isso é muito relativo... você determinar assim entendeu? mas se a gente analisar os nossos alunos de padrão mais elevado a maioria deles parece que tem um desempenho um pouco melhor, só que por outro lado não quer dizer que aqueles que tenham uma condição econômica as vezes que você nem imagina... tem um desempenho fantástico, então assim fica muito difícil você... [...] É, mas assim se você não tem acesso a um outro tipo de cultura que não seja aquela paga ou aquela realizada em viagens ou aquela que você tem como sei lá... (Professor 4, Pos. 71)</i></p> <p><i>Acho que é gigantesca essa influencia, e assim pensando rápido eu vejo duas razões bem diretas e que não são economicismos mas tem a ver com a questão cultural mesmo, assim, uma é cultural e a outra é política [...] grupos mais bastados tem acesso maior aos espaços culturais [...] o acesso físico mesmo, de transporte, porque o cara que... como a cidade tem poucos equipamentos, isso é uma coisa que eu não sei muito bem mais eu imagino porque isso é uma regra geral nas cidades brasileiras os equipamentos culturais também não são bem distribuídos pelo território, imagino que lá no Lagomar, lá nas Malvinas tenha bem menos equipamentos culturais do que tenha em outros lugares onde vivem as pessoas com mais dinheiro (Professor 5, Pos. 71)</i></p>
--	---------------------	-----------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Fundamentando-se na abordagem sociológica bourdieusiana que “busca compreender a realidade social atribuindo um papel de destaque a dimensão simbólica e cultural na produção e reprodução das estruturas de dominação” (MARTINS, 2016, p. 107) é que se empreende a consulta aos docentes de história e geografia do IFF *campus* Macaé. A partir da consulta e categorização das informações levantadas, tornam-se tácitos os indicadores expostos nas mensagens, sendo possível o mapeamento das inferências, conforme se segue:

a) I – A cultura na vida dos professores:

- Entre as atividades culturais destacam-se a leitura e o cinema, a primeira muito associada a formação e ao desenvolvimento acadêmico;
- O único equipamento de cultura citado é o cinema;
- A família e a escola são fundamentais para formação cultural, coadunando com a proposta de Bourdieu;
- Os professores ao longo de sua vida pregressa tiveram acesso limitado aos equipamentos de cultura;
- A distribuição dos E. C. nos territórios de origem proporcionaram acesso limitado, pouco diversificado ou ausente, o que se repete na cidade de Macaé;
- A mediação em espaços culturais é valorizada mas prescindida e denota ser reflexo das interdições precedentes;
- A posição no espaço social garantida pelo acúmulo de capital cultural incorporado e instituído garante maior valorização dos E. C., mas não necessariamente sua utilização;
- A importância prévia do meio familiar na composição do capital cultural incorporado fundamenta-se à medida que a escola perpetua o inculcado, e que favorece mais facilmente o *habitus* instituído.

b) II – Promoção da cultura local na prática pedagógica

- A valorização do patrimônio cultural na retórica, considerada sua posição no espaço social, não se traduz na prática em sala de aula, onde há pouca ou nenhuma interação com a cultura local, operando apenas na formação geral com viés nacional e internacional, sem apropriação local;
- Há pouco conhecimento e contato com o patrimônio cultural local pela docência, o que de estarte já dificulta qualquer possibilidade de utilização em sala;
- Não há nenhuma utilização de espaços não formais¹³⁸ na prática docente das disciplinas de história e geografia;

¹³⁸ Interessante destacar os diferentes pontos de vista quanto a aplicação deste rótulo aos bens culturais, pois muitas vezes as falas dos professores se remetem a esses espaços como não-formais, quando deveriam ser espaços formais somados à sala de aula.

- As condições institucionais e a formação acadêmica docente constituem mais barreiras para a interação e acesso ao patrimônio cultural local;
- As iniciativas que exploram e difundem o patrimônio cultural local partem de iniciativas individuais e não sistemáticas;
- A ênfase no tecnicismo ainda persiste nas representações sobre a instituição analisada, e tende a suprimir possibilidades de interação com o patrimônio cultural local;
- A existência da política de cultura municipal não se traduziu na construção de interfaces entre a instituição educacional analisada e o patrimônio cultural do município através dos seus E. C..

c) III – Representação do aluno na sua relação com a cultura

- O capital cultural familiar tem grande importância no estado incorporado do aluno;
- A escola permanece legitimando as desigualdades sociais e culturais presentes na vida do aluno através de sua atuação e organização prática;
- O alinhamento das políticas institucionais, municipais e nacionais com um conceito amplo de cultura ainda não reflete na realidade escolar dentro da perspectiva analisada;
- Os E. C. tem relevância na leitura do mundo do aluno;
- A “ideologia do dom” ainda persiste na representação que os professores fazem dos alunos, ainda que a família, a educação e as condições econômicas tenham relevância reconhecida;
- Os E. C. não tem interface com a escola.

Mapeando-se as disposições culturais desses professores ficou evidente o maior foco na leitura, tendo como pano de fundo a formação acadêmica como prevalecente nas leituras realizadas ao longo do ano, e assistir a filmes aparece em segundo lugar, sendo indicada a leitura de 5 a 20 livros e de no máximo 30 filmes entre os entrevistados. Destaca-se ainda que somente o equipamento cinema é citado entre as preferências de atividades culturais.

A hegemonia da disposição pela leitura, atualmente relacionada ao exercício profissional, também aparece ajustado como um produto direto do condicionamento familiar e escolar, que também podem ser associados a uma posição determinada no espaço social, sendo razoável pensar que mesmo o acesso aos livros e ao tempo para a prática da leitura infelizmente são condicionantes de classe no Brasil, o que, nesse contexto, ampliaria as possibilidades de ocupar uma posição equivalente a de docente, já resultado do sucesso escolar.

A participação ou não dos agentes em determinados campos depende dos seus *habitus*, uma vez que os campos exigem investimentos que implicam a posse e o emprego de capitais culturais adquiridos na família e reforçados pela experiência escolar e prático-social. É importante lembrar que os agentes ocupam no espaço social uma posição determinada pela sua origem de classe ou grupo social. É a partir da sua posição neste espaço que eles elaboram suas representações e executam suas ações, isto é, pelo prisma do seu lugar no “sistema de posições sociais”. (MARTELETO, 2017, p. 41)

É notável que entre o conjunto de disposições duráveis que formam o *habitus* no campo cultural, e que estão alinhadas ao meio social, tanto o ambiente familiar como aquele proveniente do sistema escolar são basilares para o cabedal adquirido pelo indivíduo, ou capital cultural incorporado. Menezes e Gomes indicam que a partir desse processo, a relação com a cultura se mostrará de duas maneiras: “i) aristocrático: valorizado, socialmente herdado, naturalizado com a cultura legítima, e ii) popular: desvalorizado e socialmente estranho à cultura legítima.” (MENEZES; GOMES, 2017, p. 145).

O contato ou a ausência dele com equipamentos de cultura ficaram marcadas nas memórias dos entrevistados, entretanto verificou-se que o acesso era bem limitado, ficando claras as menções a essa limitação, o que de forma latente é manifestação da distribuição dessas instituições, sobretudo em áreas periféricas. O deslocamento em finais de semana e excursões expressam fortemente essa característica, e quando citados não apresentam diversidade no acesso, deixando de oferecer a posse desses bens culturais a esses indivíduos, reforçando a segmentação entre dominantes e dominados.

Nessas condições, nas quais o agente social se expõe e é exposto, ocorre o encontro entre um *habitus* e uma situação, ou campo social. É no domínio das práticas dos agentes em situação que é acionado este esquema perceptivo, o qual orienta as suas ações e representações sobre as estruturas objetivas e sobre a sua posição e dos outros agentes no espaço de um campo determinado. (MARTELETO, 2017, p. 42)

A partir do colocado e procurando acessar as hipóteses aventadas, o pouco acesso e consequente frequência nos E. C. durante sua trajetória pregressa pode estar relacionada ao estranhamento na mediação no uso desses E. C., e da pouca utilização dos mesmos. É claro que a inexistência ou distância desses equipamentos são obstáculos de difícil transposição, além da possibilidade de diálogo com a realidade em toda sua pluralidade, de forma a despertar a curiosidade e o acesso, acrescidas de outros entraves pessoais como a disponibilidade financeira, de tempo e de apropriação.

E ainda quanto a mediação a maioria dos entrevistados apresentaram as seguintes falas: “geralmente gosto de ver mais sozinha mesmo”, “nem sempre eu sinto”, “Não, não sinto”, “a depender”, “fico um pouco constrangido, eu prefiro ficar sozinho”, o que aponta a possibilidade da existência de um tencionamento, e de que a pouca frequência nesses espaços, causada pela sua limitação de acesso no cotidiano familiar e escolar, foi responsável por dificultar a apropriação desses espaços. Essa anotação tem em sua faceta contrária a improvável possibilidade de que ainda com a pouca ou nenhuma frequência em espaços culturais esse indivíduo tivesse sua total apreensão, o que de todo parece improvável.

Bourdieu e Darbel (2007), demonstraram a grande contradição inerente na oferta da cultura e o patrimônio cultural, que apesar de muitas vezes estarem disponíveis para todos, constituindo inclusive um direito constitucional, da mesma forma, é cerrado a muitos. (KUPIE; NEITZEL; CARVALHO, 2014). Essa afirmativa chama a atenção para a necessidade de um processo de mediação que seria originário na família, passando pela escolar, mas que também seria possibilitado nos equipamentos de cultura. Paulo Freire traz uma assertiva que se relaciona com esse processo "Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 1981, p. 79), por isso a informação disponibilizada na mediação nesses espaços agrega grande valor simbólico e cultural, e ainda mais para o docente, ora o próprio também é um mediador cultural.

A mediação cultural efetuada pelo professor – compreendida como resultante do entrecruzamento de conhecimentos artísticos, estéticos e políticos –, pode potencializar a cultura como fator de desenvolvimento humano. (KUPIE; NEITZEL; CARVALHO, 2014, p. 166).

Ainda, conforme Montoya, referindo-se a uma tipologia de E. C., (2008, p. 6 *apud* KUPIE; NEITZEL; CARVALHO, 2014, p. 172) além do pouco diálogo entre público e mediador, que na maioria das vezes condiciona o primeiro a uma posição passiva,

[...] existe uma falta de iniciativa dos professores quando estes visitam museus com seus alunos, comprometendo-se, na maioria das vezes, com a disciplina da turma e isentando-se de outra atividade junto aos profissionais que trabalham nos museus e que, normalmente, fazem a mediação cultural.

Ainda nesse esteio, o perfil de formação acadêmica apresentada foi elevado, constituído em sua maioria por doutores nas suas áreas de atuação. Essa acumulação de capital cultural institucionalizado através do sistema educacional, possui valor simbólico, e também foi chamado de capital escolar, sendo

[...] produto dos efeitos acumulados da transmissão cultural assegurada pela família e da transmissão cultural assegurada pela escola (cuja eficácia depende da importância do capital cultural diretamente herdado da família). Pelas ações de inculcação e imposição de valor exercidas pela instituição escolar, esta contribui também (por uma parte mais ou menos importante, segundo a disposição inicial, ou seja, segundo a classe de origem) para construir a disposição geral e transponível em relação a cultura legítima que, adquirida a propósito dos saberes e das práticas escolarmente reconhecidos, tende a aplicar-se para além dos limites do "escolar", assumindo a forma de uma propensão "desinteressada" para acumular experiências e conhecimentos que nem sempre são rentáveis diretamente no mercado escolar. (BOURDIEU, 2008, p. 27)

Nesse sentido, pode-se afirmar, que entre as “imposições de valor” do capital escolar está a percepção da valorização de espaços culturais, que, de forma geral, conforme as falas colocadas são valorizados, embora pouco frequentados, depreendendo-se através das falas o entendimento da importância desses equipamentos na sociedade.

“A existência de uma relação tão forte entre o nível de instrução e a prática cultural não deve dissimular que, considerando os pressupostos implícitos que a comandam, a ação educativa do sistema escolar tradicional só pode alcançar toda a sua eficácia enquanto se exercer

sobre indivíduos previamente dotados, pela educação familiar, de uma certa familiaridade com o mundo da arte: daí, segue-se que a ação da Escola - exercida de forma bastante desigual (nem que fosse no que diz respeito à duração) sobre as crianças oriundas das diferentes classes sociais e que não é bem-sucedida senão de forma bastante desigual junto àqueles que ela atinge” (BOURDIEU; DARBEL, 2007, p. 54)

Essa “dotação” pela família, como verificado nas falas, é restrita, e o que salta aos olhos é que essa “familiaridade com o mundo da arte” – pensando de forma ampliada, literatura, cinema, teatro, museus, etc. – pode não se efetuar, ou efetuar-se debilitadamente, e a escola pode ainda perpetuar essa desigualdade.

Ainda assim, o autor também procura possibilitar a equalização da transmissão cultural inculcada através da instituição escolar, visto que as disposições iniciais tendem a variar por conta da classe de origem. E chama a atenção ainda para a “propensão desinteressada”, a construção de uma “disposição geral”, que tende a transpor a escola, e que pode se relacionar com as diferentes propostas culturais dispostas também nos equipamentos de cultura. Como se vê, não se tratam de determinações ou fórmulas mecânicas ou totalmente subjetivas para refletir sobre as práticas culturais, mas de um campo de possibilidades. Pois operando na lógica da cultura legitimada pelo sistema escolar, o autor entende que a desigualdade no acesso aos E. C. se traduzem em desigualdade escolar. Como destacou Thiry-Cherques (2006), todos os indivíduos são parte da estrutura estruturada de seu campo, versados “dos seus códigos e preceitos”, apreendendo as estruturas sociais pelas estruturas mentais, que interiorizam esse social, “gerando visões de mundo que contribuem para a construção deste mundo”, constituído no *habitus*.

Seguindo por esse caminho, nesse exercício de aproximação com as condutas regulares dos entrevistados, que admitem entrever as práticas que constituem as disposições previstas no *habitus*, sugere-se que as práticas culturais dos entrevistados dialogam pouco com os equipamentos culturais, de forma geral, o que se relaciona a fatores como a ausência ou baixa frequência a esses espaços na vida pregressa o que pode dificultar o processo de apropriação material e simbólica dos bens culturais da cultura legitimada, somado a pouca disponibilidade desses equipamentos, sobretudo para os residentes na cidade de Macaé, reforçando a demarcação entre dominantes e dominados

através do consumo dos bens culturais, como destaca Bourdieu, tendo ainda a gradação que remete à cultural local. (MARTINS, 2016).

Trata-se de um complexo composto de fatores que tendem a distanciar o patrimônio cultural disposto nos equipamentos dos entrevistados, embora seja possível assumir, através das falas levantadas, um comportamento aristocrático na relação com a cultura, o pouco engajamento, não compromete o entendimento da valorização dessas instituições do campo cultural pelos mesmos, mas encerram o esvaziamento da potência prevista no papel social da sua existência.

Outras limitações que não devem ser perdidas de vista, e que também se apresentam nas falas, estão diretamente relacionadas às práticas de políticas públicas de cultura, pois evidenciam a percepção dos desafios estruturais de lado a lado, pensando educação e cultura, que só contribuem para perpetuação do quadro exposto até aqui.

“[...] pegando o nosso próprio instituto né, a gente teve esses cortes de verba que vem tendo desde 2014, 2015 pra cá, e o que foi cortado da escola? As viagens, uma das primeiras coisas que foram cortadas foram as saídas de campo dos alunos.” (Professor 2, Pos. 29).

“Mais excludente que inclusiva [...] não tem uma iniciativa do poder público” (Professor 3, Pos. 77).

“A privatização não se dá apenas pela lucratividade dos espaços privados ou públicos, mas também pela destruição do caráter público das instituições, isso é feito historicamente com cortes orçamentários, enxugamento de receitas, etc.” (Professor 5, Pos. 35)

Fica claro que as restrições no âmbito da instituição educacional dificultam a orientação da “oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais” ou a realização e o estímulo a “pesquisa aplicada, a produção cultural” (BRASIL, 2008), assim como existe a percepção dos docentes de que a cultura local “como direito básico, garantindo a acessibilidade, inclusive física, aos equipamentos culturais”, como se apregoa no Plano Municipal de cultura do município, não é satisfatoriamente garantido. Como se evidenciou anteriormente, somente 5% do orçamento destinado encontra-se disponível para investimento, e traduz a posição de coadjuvante que a gestão municipal atual remete à cultura.

Não à toa que para todos, ainda que seja uma impressão generalista – visto a pouca ou nenhuma frequência nos equipamentos da cidade – há unanimidade em apontar que existe desigualdade no acesso a esse tipo de instituição. Essa mensagem extraída do

cotidiano da vida de professores que se dedicam a refletir sobre conteúdos que tem grande relação com marcadores culturais, é carregada de simbolismo, e fundamental para explicar a raiz do problema que tem a melhor tradução na ausência, no autoritarismo e na instabilidade (RUBIM, 2007), que circundam as políticas culturais no Brasil em todas as esferas, e reverberam diretamente na vida de todos, ainda que muitas vezes, esse recorte não se faça tão claro para os indivíduos em questão, essa é a conjuntura que é tensionada de tempos em tempos, mas que permanece eivada por essas propriedades.

Se existe pouco envolvimento dos gestores com a política cultural municipal, com os docentes essa relação inexistente, pesando ainda o fator da residência e dos movimentos pendulares para trabalho, pois muitas vezes o professor, “ao assumir a vaga traz junto outra identidade cultural, outros hábitos e, além disso, a esposa(o) ou namorada (o) ou filhos, em muitos casos, têm dificuldade para se mudar”¹³⁹ (FRIGOTTO, 2018, p. 136), inclusive, culminando com um grande número de pedidos de transferências. Trata-se de uma instituição educacional que reúne culturas muito diversas e que busca a afirmação de sua institucionalidade, o desafio também está posto de dentro para fora e não se dá somente pelo viés da política cultural municipal.

Ainda nesse campo, saindo da aproximação latente para a manifesta, quando questionados sobre formas de contato presencial ou virtual com equipamentos e monumentos, ou ainda com produções intelectuais que tivessem conteúdo voltado para o patrimônio cultural da localidade, verificou-se que o envolvimento varia de nenhum para muito baixo. Essa disfunção da realidade, causada pelas estruturas que produzem as desigualdades, também operam no campo cultural e educacional.

Já se afastando das falas relativas às trajetórias de vida, e passando ao exercício profissional, é possível alcançar que mesmo no âmbito das disciplinas analisadas, apesar dos avanços institucionais no tratamento de temáticas referentes à diversidade e outros fatores, ainda é posta em prática “a reiteração de programas mais de adestramento de que de formação que acompanham a nossa história social e educacional” (FRIGOTTO, 2018, p. 126), dificultando, entre outras, as abordagens que se utilizem do arranjo cultural local na execução do ensino e continuando pelo caminho que não “efetiva cidadania política,

¹³⁹ Dos cinco professores consultados nenhum nasceu em Macaé, coadunando com a característica da cidade, exposta preliminarmente, de grande fluxo de trabalhadores.

econômica, social e cultural à geração presente e à futura de nossa juventude.” (FRIGOTTO, 2018, p. 128).

Diante do exposto, destacando os condicionamentos familiares, escolares e culturais, pensando a política cultural que privilegia a ausência entre suas principais “ações”, como os consultados trabalham a cultura local em sala de aula junto aos alunos de ensino médio? A resposta parece evidente: Não abordam, ou pouco abordam. Todos os consultados destacaram essa falta de identificação com a cultura local em seu exercício didático cotidiano, apontando tal falha na própria formação universitária.

Fora da sala de aula, no emprego de espaços não formais como E. C., e monumentos como recursos potentes no entendimento da realidade social e da prática docente, essa característica se evidencia, e entre os entrevistados nunca houve tal iniciativa de experimentação nesses espaços culturais. Isso reforça que a pretendida formação integral desse aluno restará comprometida, ao menos sob o aqui viés analisado.

[...] o ensino médio integrado envolve um desafio triplo, retirado do embate de concepções antagônicas de educação básica: o de não separar a educação básica da técnica em turnos estanques e tendo como eixos o conhecimento, o trabalho e a cultura (RAMOS, 2010 *apud* FRIGOTTO, 2018); fazer esta integração no plano ontológico, mediante uma formação integral, omnilateral e politécnica; e, no plano epistemológico, que noção de ciência da natureza (sociedade das coisas) e de ciências sociais (sociedade dos seres humanos) relacionasse e se integra no plano curricular. E onde poderia dar-se a integração entre as ciências humanas e a da natureza, as dimensões gerais e específicas, as dimensões técnicas, culturais e políticas no processo de ensino? Ali onde existisse uma materialidade de condições objetivas [...] (FRIGOTTO, 2018, p. 129).

Entre essa “materialidade das condições objetivas”, seria impossível não apontar os espaços culturais, de forma geral, como principais habilitados para atuar na formação da dimensão cultural dos indivíduos junto à família e a escola, trabalhando na mudança do paradigma de afastamento instalado. Podemos indicar a existência de um padrão quando as falas apontam a baixa frequência e o Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2018 do IBGE indica que em 2018 a situação dos E. C. nos municípios brasileiros era a seguinte: somente 25,9% contavam com museus, 31,2% com Centros

Culturais¹⁴⁰, 10% com Cinemas, 20,6% com Teatros ou salas de espetáculo. Somente a biblioteca pública vai na contramão desse “padrão”, chegando a cobrir 87,7% dos municípios, mas que infelizmente vem caindo, visto que em 2014 alcançou a maior métrica de 97,1%, uma queda de 9,4%. O mesmo estudo também indica que museus, teatros ou salas e cinemas estão concentrados em regiões de residentes brancos 74,6%, 74,4% e 65,2% e com ensino superior completo, 84,0%, 84,6% e 79,2%, respectivamente. O quadro nacional coincide com o municipal demonstrando as desigualdades traduzidas na política cultural.

É nesse cenário que a totalidade das entrevistas indicam a grande importância e a representatividade dos equipamentos culturais e do patrimônio cultural na educação que não deve ficar restrita à sala de aula, apesar da ausência da frequência com os alunos e do decorrente baixo estímulo para sua utilização. Outra passagem em que a valorização não resulta em apropriação, consequência praticável das causas elencadas anteriormente.

Cabe mencionar que outra via institucional é possível para aproximação entre o patrimônio cultural local e a educação, e se dá através dos projetos de pesquisa e extensão, com editais publicados correntemente pelo IFFluminense, mas que apesar de apoiados nas suas diretrizes tem a limitação de se encerrar em iniciativas individuais com prazo determinado e com pouca sistematização em razão dessa efemeridade, diminuindo seu raio de ação. E entre eles, somente o segundo, de extensão, necessariamente tem a missão de ter ações junto a comunidade externa no escopo do projeto.

A instituição educacional afirmou seu compromisso com a cultura regional quando publicou a Resolução N.º 9 de 16 de março de 2018 que aprovou o Plano de Cultura Do IFFluminense, fundamentando-se nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei N.º 13.005/2014, estreitamente com o Art. 2º em seus incisos III, IV, V, VI e X, e nas finalidades citadas na Lei N.º 11.892/2008, Art. 6.º incisos I, IV, VI e VIII, alicerçando-se

[...] na associação entre Arte, Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia, pela qual perpassam: **a preservação e a memória; a gestão cultural; o fomento à cultura** e à diversidade; o desenvolvimento; a **cidadania** cultural; o protagonismo juvenil; a liberdade de expressão e a valorização das atividades artísticas e culturais. Tais relações se estabelecem por meio de seu caráter interdisciplinar e dialógico com outras áreas de conhecimento dentro da instituição, e também ao fazer

¹⁴⁰ O IBGE não realizou distinção entre Centro cultural e Casa de cultura.

uma ponte entre a academia e artistas, professores, mestres de notório saber e a sociedade em geral. Um dos anseios deste plano de cultura institucional é a inserção e a valorização da formação em Arte e Cultura como campo profissional dentro de uma instituição essencialmente de caráter tecnológico. (grifo nosso)

Quando chama a atenção para inclusão e sobretudo para a valorização da formação cultural dentro da instituição fica visível os limites que envolvem a educação básica e sua vertente de formação integral do aluno, assim como a necessidade de que uma instituição tão plural assuma seu papel também na formação cultural e no reconhecimento dos fazedores de cultura. O fomento a cultura do âmbito local, que consta entre as principais finalidades dos IF's, também é objeto de atenção na referida política e reforça a necessidade de reflexão sobre o papel da educação na formação cidadã, e nesse mote, transcender a sala de aula e a própria escola como espaço cultural alcançando também os E. C. da localidade pode expandir o conhecimento da realidade e o professor que tem função relevante nessa aproximação. É seguindo essa linha que o Plano de Cultura do IFFluminense também coaduna com o Plano Nacional de Cultura (PNC), Lei N.º 12.343/2010, dando ênfase ao capítulo III, que visa “universalizar o acesso dos brasileiros à arte e à cultura, qualificar ambientes e equipamentos culturais para a formação e fruição do público e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural”. O acesso e as condições historicamente negados à maior parte da população brasileira, e que sempre limitaram a formação e fruição da população, são obstáculos a serem superados com a ajuda indissociável de uma educação pública que não pense somente em “alimentar de mão-de-obra” o mercado.

O Instituto Federal Fluminense busca se inserir nessa “teia” para garantir, dentre outros, o êxito do Sistema Nacional de Cultura, entendendo que, para isso, torna-se necessário que cada segmento da sociedade assuma o seu compromisso e desempenhe o seu papel dentro dessa rede. Com o plano de cultura, o IFFluminense realiza um pacto de compromisso com o desenvolvimento local, regional e nacional em prol da cultura brasileira. Destaca-se, também, a escassez de equipamentos culturais nos municípios destas regiões. Tal realidade gera enormes defasagens e diferenças no acesso aos bens culturais e às informações nestas áreas do conhecimento humano entre o interior do estado e a capital, não permitindo o desenvolvimento pleno da cidadania cultural da população. O IFFluminense vem apresentar, portanto, seu plano de cultura, atendendo à instituição em sua

totalidade, construindo laços mais fortalecidos com seu território e uma narrativa robusta no compromisso com o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro e dos municípios do interior Fluminense. (INSTITUTO, 2018).

A carência dos E. C. na região Norte-Fluminense, indicada no documento e comprovada na cidade de Macaé, como evidenciamos ao longo do texto, e a proveniente desigualdade de acesso manifesta-se também no enfraquecimento nas relações que envolvem o patrimônio cultural local, o que se evidenciou na consulta aos docentes e gestores culturais. É ainda mais claro que não são palavras e políticas estanques, fechadas sobre si mesmas, mas que visam uma alteração tão profunda que só será possível com a participação de todos esses segmentos, e como protagonistas. Nessa acepção, oferecendo possibilidades de fruição e produção cultural através da diversidade e não tutela, vindo da percepção de que tais direitos ainda são vedados à maioria, e que essa interação é o que proporcionará essa nova realidade, como indica o próprio SNC.

O conceito amplo de cultura condiciona mudanças também na participação do poder público, que **deve incluir não apenas os órgãos de cultura, mas representantes de outras políticas públicas que têm interface com a política cultural, tais como: educação, comunicação, turismo, ciência e tecnologia, meio ambiente, esporte, saúde, segurança pública e desenvolvimento econômico e social.** (BRASIL, 2012, *grifo nosso*).

Com a resolução, formalmente a instituição se alinha aos planos nacionais de educação e cultura, fomentando a tríade do ensino, pesquisa e extensão através do viés cultural, colocando a realidade em xeque, pois como destacou mais profundamente um dos entrevistados¹⁴¹, quando perguntado se o curso integrado propiciava que a territorialidade e o patrimônio cultural sejam temas transversais observando também a pluralidade cultural e o ser humano como agente social e produtor de cultura, a resposta se deu nos seguintes termos:

“Acho que tem abertura mas não é exatamente o estilo nem o cerne de uma escola técnica, porque a técnica em geral é confundida com tecnicismo [...] ousou dizer que existe uma certa abertura mas ela não é estimulada, volta pro voluntarismo individual, e também não é o cerne, não é o foco, o que é uma pena.” (Professor 1, Pos. 65)

¹⁴¹ Os outros, quando questionados, seguiram a mesma linha.

A tensão na formação dos alunos entre o citado viés tecnicista e da integralidade que dialoga com outros saberes, e não somente os das ciências naturais como física, química e matemática, mas que são fundamentais para a formação cidadã se coloca tão evidente que “uma certa abertura”, uma brecha que depende do individualismo ainda se mostra como o caminho para explorar nosso patrimônio cultural.

A realidade posta parece, invariavelmente, ir de encontro ao formalizado, exigindo revisões na abordagem sobre o patrimônio cultural local dentro da instituição. Ainda que projetos como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, os Núcleos de Gênero e Diversidade e os Centros de Memória venham realizando essa ponte, este último com ênfase especial na identidade regional e a territorialidade, tratam-se de projetos de submissão em editais, e assim ainda no campo do voluntarismo individual.

O Centro de Memória do IFF de Macaé, por exemplo, tem atuado na recuperação da história e memória institucional, até então dispersa e sem tratamento, oferecendo a comunidade possibilidade de pesquisas documentais e bibliográficas, trabalhando a identidade amalgamada à territorialidade e ao patrimônio cultural local, e os contrastes e reificações que são implicados nesse exercício.

Todas essas iniciativas já apontam no sentido de dirimir essa histórica “desconexão”, mas necessitam ser encorpadas, com engajamento institucional e amplitude para fazer com que tais documentos auxiliem em descortinar uma nova realidade.

A preocupação do plano cultural do IFF também harmoniza com as ementas que compõe os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) dos cursos e disciplinas analisados, presentes no sítio da instituição¹⁴². Entre os trechos que traduzem diretamente essa harmonia, temos entre os objetivos dessas ementas:

Conhecer a **historicidade** e as **características básicas da forma específica de organização da nossa sociedade**, constituída pelo Capitalismo. [...] Identificar a **dinâmica das relações** econômicas, políticas e **culturais** entre os países centrais e os governos e povos das periferias do Sistema-Mundo. (Componente curricular: História, 1º série do E.M.I., *grifo nosso*).

Entender a dinâmica das transformações históricas ao longo do século XX e a constituição do mundo em que vivemos em suas **dinâmicas sociais**, econômicas, políticas e **culturais**. (Componente curricular: História, 2º série do E.M.I., *grifo nosso*).

¹⁴² Fonte: <http://portall.iff.edu.br/nossos-campi/macaecursos/tecnico-integrado>

Reformular sua orientação histórica através do desenvolvimento da capacidade de análise, reestruturação e construção de identidades e alteridades significativas para a sua realidade social.

(Componente curricular: História, 3º série do E.M.I., *grifo nosso*).

Compreender o processo de **globalização** e suas multifacetadas e **complexas dinâmicas**. (Componente curricular: Geografia, 2º série do E.M.I., *grifo nosso*).

Aprofundar seus conhecimentos sobre a **diversidade** natural, econômica, social, **cultural e histórica do território** brasileiro, inferindo daí as **bases para as diversas regionalizações** do país. (Componente curricular: Geografia, 3º série do E.M.I., *grifo nosso*).

Pode-se observar que a cultura corta as duas disciplinas em diversos momentos e séries, com reforço mais perceptível na disciplina de história, trazendo para discussão os conceitos de diversidade, historicidade, território, identidade, realidade social, e claro, cultura. Para concretizar essas abordagens, almejadas nos objetivos das disciplinas que dialogam diretamente com o local, é fundamental que esses docentes signifiquem esse local para si mesmos e para seus estudantes, o que é possível através dos seus E. C. e do patrimônio cultural local, que reconhecidamente oferecem as fontes e as mediações possíveis para a empreitada, até mesmo para sua crítica, de sua disposição à cultura legitimada e dominante.

Resta nesse processo, retomar Bourdieu, reafirmando o papel paradoxal da escola como reprodutora e possível atenuante das desigualdades, que apontam para o consumo de bens culturais apenas para classes dominantes. Se a primeira via desses condicionamentos, a família, não realizou esse trajeto de apropriação dos bens culturais, a escola irá operar nesse sentido, entretanto esse movimento só terá sentido se provocar a discussão sobre a territorialidade, a identidade local que congrega todas essas contradições. Dialogando com a instituição, esse viés também se manifesta.

Este plano tem como horizonte o atendimento tanto das demandas regionais quanto da formação profissional destes campos do conhecimento e das ações, que visem à formação de plateia e à preservação da memória histórico-artístico-cultural de toda a região de sua abrangência. (INSTITUTO..., 2018).

A formação do público e a preservação cultural local são, seguindo essa vertente, indissociáveis, e demonstram toda a potência relativa à familiaridade e apropriação simbólica dos bens culturais. Por todo o colocado, se faz necessária uma aproximação

desses profissionais com a realidade cultural local, somente assim será possível concretizar o disposto nos documentos curriculares, institucionais, municipais e nacionais. Essa composição é fundamental para que a mudança ocorra, e a política cultural da localidade, ao alcance dos munícipes, também tem posição favorável para essa discussão, e inclui a educação:

A integração de uma Política Pública deve necessariamente incorporar o compartilhamento de responsabilidades, seja na gestão de alguma forma de participação na sua execução, seja no planejamento e formulação da política; ou na gestão conjunta de projetos. Muitos projetos culturais exigem a transversalidade, como exemplificadamente: [...] preservação dos patrimônios cultural e natural, **inserindo as histórias locais nos conteúdos das instituições educacionais, identificando e valorizando as tradições e diversidade culturais locais, aproximando os movimentos culturais das questões sociais e ambientais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável local e a redução das desigualdades regionais.** (MACAÉ, 2018, p. 19, *grifo nosso*)

Na instituição analisada, e no recorte disciplinar delimitado, a preocupação com o aspecto cultural está incluído, mantendo-se clara e evidente nos documentos apresentados, restando a necessidade trabalhar o diálogo com o local, e isso deve acontecer não somente pela via educacional, mas de ponta a ponta, integrando as gestões dos E.C. e professores, para que essa interface se concretize na educação formal do ensino médio. Para isso, a execução dos princípios colocados na política cultural do município é tão evidente quanto os limites demonstrados, o que também se aplica, sob outros termos à instituição escolar. Ainda assim, como ficou demonstrado, ambos asseveram seu compromisso com as dimensões simbólica, econômica e cidadã da cultura, aludindo a escola como promotora e parceira na formação do campo cultural, tenente a um currículo que traduza a polissemia da territorialidade da região norte fluminense, como via de superação à estrutura de dominação que persiste em se fazer presente.

A necessidade e urgência nesse movimento, fica fundamentada na inconsistência entre os norteadores formais – os documentos municipais e da instituição escolar –, e a realidade encontrada entre os professores de áreas tão correlatas à regionalidade. Todos os aspectos trazidos até aqui estão correlacionados com o percurso apresentado pela cidade, e guardam as marcas nos gestores e professores como migrantes que fixaram

residência ou trabalhadores ainda em movimento pendular, o que traz, em ambos os casos, o fato de que a família, enquanto motor primário de regularidades, não teria a possibilidade de proporcionar esse contato com a cultural local para praticamente todos os entrevistados, assim como a escola, dado que seu deslocamento para a cidade ocorreu somente na idade adulta.

Seguindo nessa linha, a oportunização da fruição de bens culturais, sobretudo através dos E. C., onde residiam antes dessa mudança, poderia fomentar sua continuidade em Macaé, entretanto essa não foi a realidade dos entrevistados. Tais circunstâncias ratificam o quadro geral que o trabalho pôde levantar através dos relatos, e demonstram o que está por trás das experiências.

Passando às representações, em relação aos alunos e sua formação cultural, é pertinente demarcar que a inclusão dessa faceta indica a relevância de se olhar para cada aluno e seus saberes e experiências. Evidente que esse tipo de aproximação deve ser realizada cuidadosamente, dado que cada um carrega uma diferente percepção da sua realidade social, não obstante, o exercício da pesquisa exige, na continuidade, que os dados levantados na amostra consultada sejam sintetizados para melhor apresentação e compreensão.

Bourdieu chama de estado incorporado o capital cultural acumulado através da assimilação do indivíduo, “é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo, e tornou-se parte integrante da pessoa, um *habitus*” (BOURDIEU, 2007, p. 74) que torna possível a apropriação do capital cultural em estado objetivado, e claro, é reconhecido através de seu estado institucionalizado, através da obtenção de diplomas. Para percorrer esse “circuito” o autor chama a atenção para duas bases que se complementam, a família e a escola, como já amplamente colocado.

Na realidade, a forma instituída é a que mais dissimula as desigualdades, pois torna biológica a desigualdade objetiva, que captada na família e sancionada na escola vão configurar a socialização. Essa realidade foi apresentada na trajetória dos gestores culturais e professores, e mostram a face da desigualdade no acesso a cultura legitimada através da família, educação e dos equipamentos culturais no Rio de Janeiro, e que sabemos ser apropriadamente aplicável a grande parte do Brasil. O pouco acesso a cultura legitimada inclusive tende a interditar a apropriação e crítica dos espaços culturais para que suas intervenções se tornem de fato diversificadas e dialoguem com toda a

multiplicidade cultural de forma equânime e democrática, dando espaço a outras narrativas.

Dentro dessa perspectiva, é que os professores reafirmaram que a família, a escola e também os equipamentos culturais, tem papel fundamental na formação do capital cultural dos alunos e na sua formação cidadã. Maiormente a participação da família na referência cultural do indivíduo, é que deverá impactar no seu rendimento acadêmico, conforme também destaca o autor supracitado. Esse aspecto teve ênfase nas declarações e também lembrou sua relação com os E. C., sendo marcante a passagem

[...] eu tenho a impressão que alguns estudantes dependendo de se a família dele não tem essa prática de ir em determinados espaços culturais ele sente até aquele espaço como um espaço meio estrangeiro pra ele, o qual ele não pertence, que ele não sabe como lidar, como se comportar [...] (Professor 5, Pos. 75)

Como o entrevistado salienta, não há uma apropriação simbólica do espaço, se esse é estranho ao aluno. Como outro trecho que chamou a atenção, torna-se uma “visita ao zoológico”, onde se mira, mas não se significa, pois, a desconexão entre o que está proposto e a realidade pessoal e acadêmica prevalece. É esse “estrangeirismo”, que para ser superado, deve reunir as condições objetivas, com a oportunização de acesso através da família e da escola aos equipamentos e manifestações culturais, e as condições subjetivas com a apropriação simbólica e crítica dos bens culturais, com E. C. preocupados em abraçar as diferenças como padrão, fundamentados em políticas públicas de cultura e educação que tenham interface com a diversidade e a territorialidade na prática. O caráter público deve ser pertinente ao acesso, sem dúvida, mas também à possibilidade de identificação com a cultura disposta nessas instituições, independente da posição social ocupada, dirimindo as distorções provenientes da estrutura social vigente.

Se, ao proceder a uma escolha segundo seus gostos ou disposições, “o indivíduo opera a identificação de bens objetivamente adequados à sua posição e ajustados entre si por estarem situados em posições sumariamente equivalentes a seus respectivos espaços” (BOURDIEU, 2008, p. 217), temos aqui a reverberação das tradições negativas das políticas culturais brasileiras, que foram sistematicamente reservando tais espaços para as classes dominantes. Isso se confirma no exposto quanto ao arranjo apresentado, onde

os setores administrativos mais populosos e com menor poder aquisitivo praticamente não possui espaços culturais.

Pois são essas tradições que permeiam todo o discurso dos consultados, no que tange a cultura e seus equipamentos. Do ponto de vista escolar não é muito diferente, prevalece a prática excludente e o afastamento da cultura local, ante as leis, políticas institucionais e currículos que apontam a importância da identidade e da regionalidade nos conteúdos e na prática docente.

A adequação objetiva, segundo os entrevistados, que pode também ser reforçada na escola, se torna imperativa quando o deslocamento se dá sobre as condições econômicas do aluno. Dessa forma, alguns entrevistados entendem que aqueles jovens com as melhores condições econômicas terão as melhores possibilidades de sucesso escolar, pois podem usufruir da cultura legitimada que é valorizada pelo sistema escolar, o que não se aplica aos que possuem limitações econômicas.

No esteio dessa associação entre as condições econômicas, a família e o sucesso escolar, é que muitas vezes permanecem dissimuladas no mérito ou no dom, as desigualdades de acesso à cultura. Se Bourdieu traduz como “necessidade interiorizada” os limites estabelecidos pelas condições objetivas (BOURDIEU, 2007, p. 47), e se as “necessidades culturais”, são produzidas pela prática familiar e educacional temos estabelecidas as condições para aventar que a ausência dessa produção involuntariamente gera ausência de necessidade, e se aplicarmos a essas condições objetivas o acesso aos E. C., ou melhor, a ausência ou inexistência desses espaços se traduzem no apagamento de qualquer identificação com essas instituições, ou o desconhecimento e desvalorização de seu papel social e até de suas atividades ou serviços oferecidos.

Cabe destacar um paradoxo, embora as falas dos docentes indiquem que a família, as condições econômicas, e em certo grau a educação sejam motores para que os condicionamentos relacionados a posição social sejam satisfeitos, a maior parte dos docentes entendem que os alunos possuem dons inatos. Esse entendimento vai de encontro ao que Bourdieu chama de “ideologia do dom” (BOURDIEU, 2007, p. 59), que garante a classe dominante ocultar as desigualdades de acesso à educação e cultura na naturalização biológica. E quando é observada uma exceção ao arquétipo instaurado, sua existência se ratifica, junto aos que sofrem na pele a desigualdade.

O sucesso excepcional de alguns indivíduos que escapam ao destino coletivo dá uma aparência de legitimidade à seleção escolar, e dá crédito ao mito da escola libertadora junto àqueles indivíduos que ela própria eliminou, fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e de dons. (BOURDIEU, 2007, p. 59).

Sendo assim, a posição dos professores nesse conjunto de relações que engendram as práticas culturais é privilegiada, mas deve partir de uma inquietação frente às realidades sociais que aportam sua prática. Para ser possível levar a cabo um projeto escolar regular que trabalhe a alteridade junto aos alunos é fundamental que a cultura seja apropriada, e para que ela faça sentido, explorar a potencialidade de sua nuance territorial é fundamental.

4.3 RESULTADOS QUESTIONÁRIOS ALUNOS

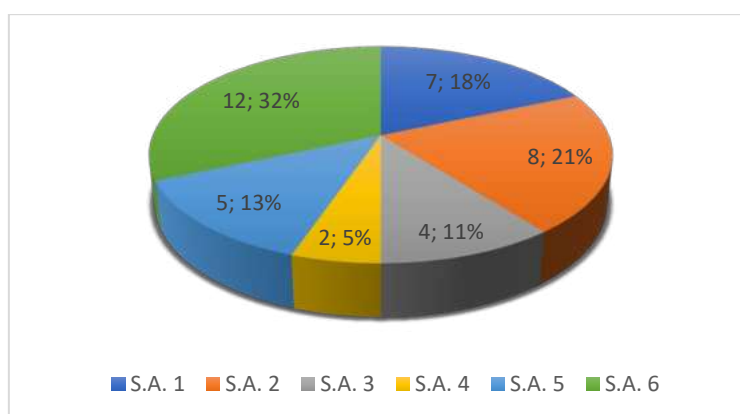
Por conta da pandemia de COVID 19 tivemos grande dificuldade de realização da pesquisa junto ao alunado por parte do projeto de extensão do Centro de Memória, o que acabou por comprometer parcialmente as possibilidades de confrontação direta entre os setores administrativos, contudo, é possível aferir a leitura global pela aplicação da escala de Likert, e ainda perceber diferenças entre diferentes localidades.

Dos 875 alunos do ensino médio da instituição utilizada como campo, 413 são residentes em Macaé, dos quais a amostra desejada era de 10%, constituindo aproximadamente 42 alunos, onde seriam constituídos aproximadamente 5 alunos por setor administrativo. Desse universo, após a aplicação da pesquisa com a utilização de formulário (*Googleforms*) e envio de e-mails, sensibilização de professores e posts em redes sociais via projeto de extensão parceiro convidando à participação foram obtidos um total de 38 respondentes, presente no apêndice F, constituindo 90% da amostra pretendida, todavia sem a distribuição equânime pelos setores administrativos. Nessa circunstância os distritos menos populosos da cidade e mais afastados da dinâmica central, que formam os setores 7, 8 e 9, sendo os distritos de Sana, Glicério, Córrego do Ouro, Frade e Cachoeiros de Macaé não foram atingidos em razão da ausência de respondentes moradores dessas localidades, o que constitui uma das possíveis limitações impostas pelo tipo de aplicação on-line, que inviabiliza o contato e o acesso pessoal para sensibilização dos respondentes.

A divulgação da pesquisa foi realizada pelo projeto Centro de Memória, por meio de suas mídias sociais *Instagram* e *Facebook*, através de e-mail cadastrado na instituição, contanto ainda com o auxílio de professores na divulgação, a participação foi facultativa vinculada ao projeto de extensão, e não esteve atrelada a qualquer atividade de sala de aula que envolvesse avaliação. O público-alvo, como já dito anteriormente constituiu os discentes de ensino médio integrado matriculados no IFFluminense *campus* Macaé.

Passada essa dificuldade inicial de referência e cobertura geográfica total, nosso resultado permitiu acessar toda a região central e periférica da cidade pertencentes ao 1º Distrito - Macaé Sede (abrange do 1º ao 6º setor administrativo), que engloba locais com diferentes configurações de acesso aos equipamentos culturais, assim como de poder aquisitivo.

Gráfico 7 - Respondentes por Setor Administrativo

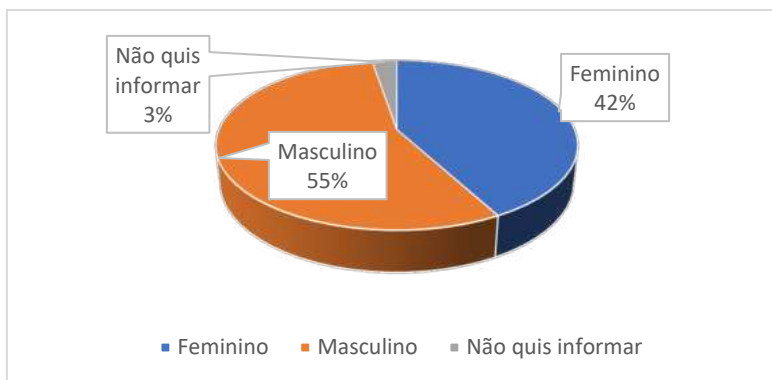


Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Partindo da abordagem aos discentes através da exploração dos dados levantados, é possível determinar dentro do público que a pesquisa atingiu os subgrupos que relacionam gênero, idade e curso frequentado na instituição escolar consultada, demonstrando em linhas gerais as fronteiras dentro do campo indicado ao longo do trabalho. Lembrando que o questionário, para esses quesitos, apresentava respostas fechadas de múltipla escolha, salvo a idade, como questão aberta em função da extensão.

Quanto ao gênero foi possível observar uma tendência de equilíbrio entre consultados e consultadas, conforme gráfico 8, onde somente um aluno preferiu não indicar seu gênero.

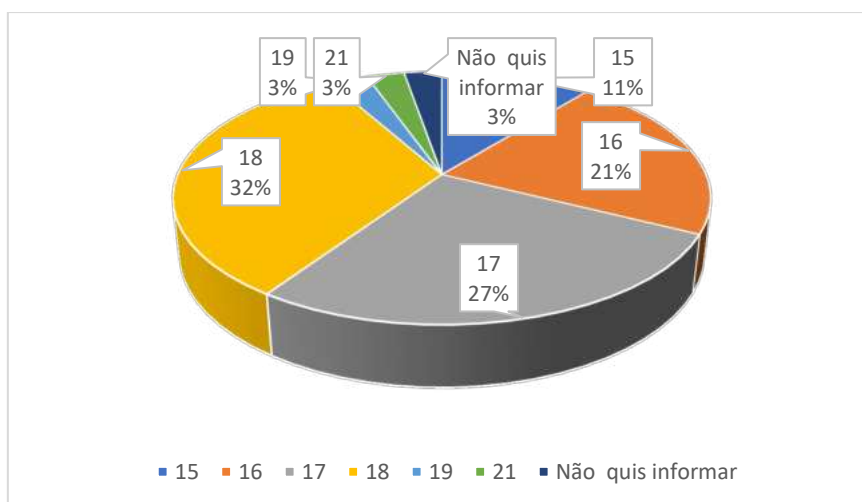
Gráfico 8 - Respondentes por gênero



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Já quanto a faixa etária, o gráfico 9 demonstra que foram consultados discentes em sua maioria entre 15 e 18 anos, sendo a última a maior faixa entre os consultados. Esse intervalo constituiu 91% de todas consultas e abrange grande parte da adolescência desses indivíduos, desde sua entrada e saída do ensino médio. É preciso salientar que os cursos de ensino médio integrado da instituição consultada possuem cursos de até quatro anos de extensão.

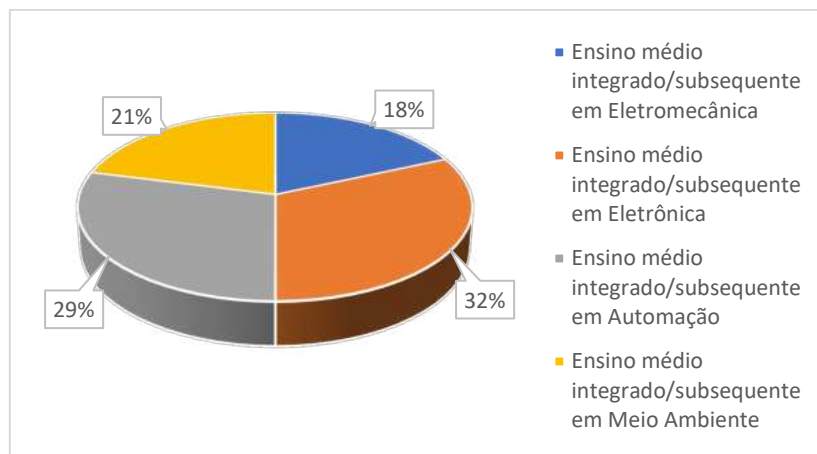
Gráfico 9 - Respondentes por faixa etária



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Continuando a identificar o grupo respondente, quanto ao curso, foi possível atingir todos os cursos da instituição em funcionamento no momento de realização da pesquisa, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

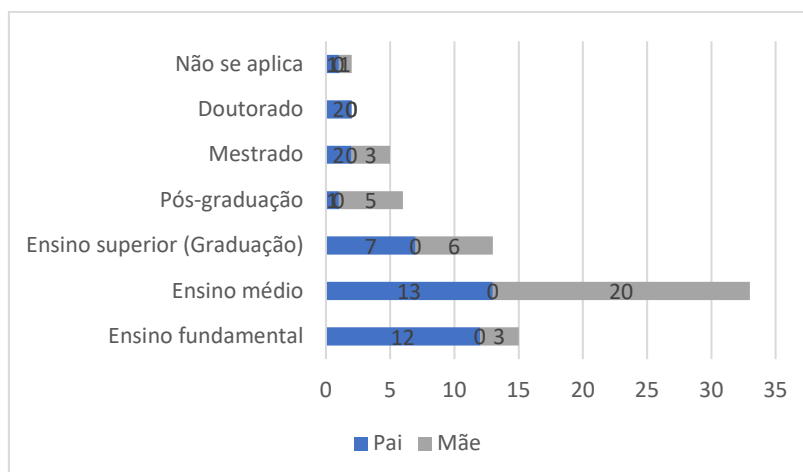
Gráfico 10 - Respondentes por curso



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Quanto aos responsáveis, os estudantes foram perguntados quanto às respectivas escolaridades. Onde verificou-se forte presença do ensino fundamental e médio como maior quantitativo entre a formação dos respectivos responsáveis. O que por si só, justifica o comprometimento de se trabalhar fortemente com as temáticas culturais junto à educação básica, que pode permanecer como maior escolaridade de muitos indivíduos, dado as grandes desigualdades sociais e de acesso e permanência no ensino superior. O nível de instrução familiar sempre foi caro à abordagem de Bourdieu, e embora a amostra apresente um pequeno número de responsáveis com formação acima da graduação, esse fator pode ter relação direta com a vivência da cultura local através do patrimônio cultural material e imaterial, implicando valorização e reconhecimento dos espaços públicos e bens culturais no entendimento de suas atribuições sociais, e merece uma revisão posterior que se aprofunde nessa interface ampliando o campo e abordagem.

Gráfico 11 - Escolaridade dos responsáveis

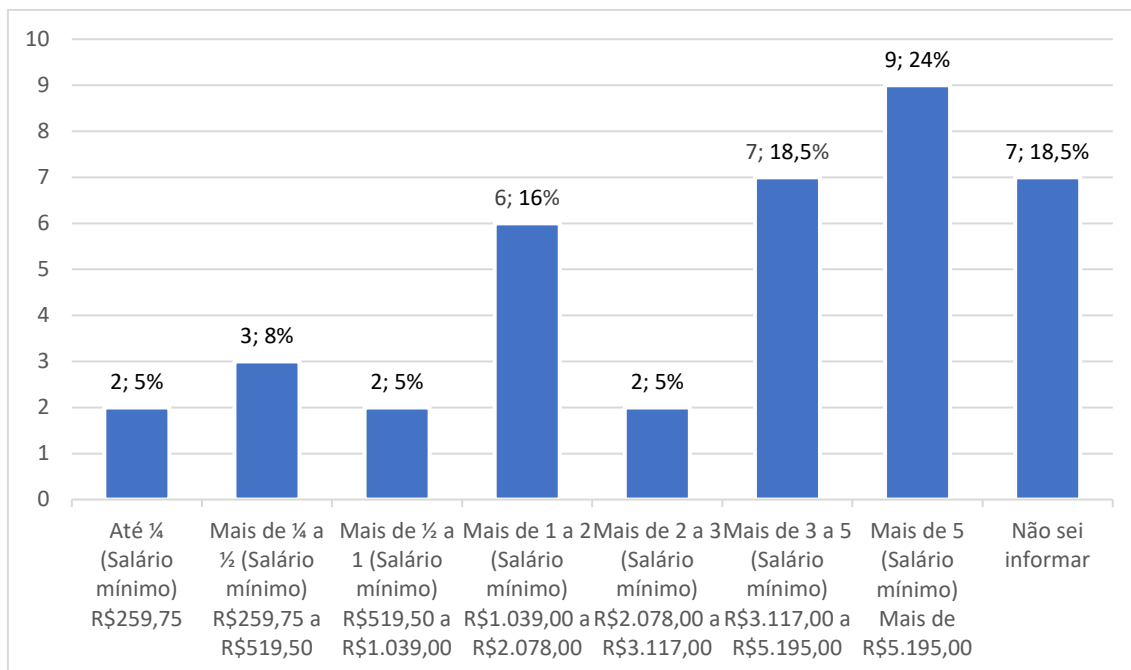


Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A faixa de renda familiar também foi objeto de questionamento junto aos respondentes, sendo possível constatar que as duas maiores faixas, entre os dados que foram informados constituíram 43% do total partindo de mais de três salários mínimos, demonstrado no gráfico abaixo. Esse resultado aponta, segundo a amostra referida, que quase a metade dos consultados tem renda a partir de R\$3.117,00, ou seja, partem da classe D, dos quais 24% partem da classe C, com recursos a partir de R\$5.195,00.¹⁴³ Isso aponta que existe um aumento progressivo da possibilidade de acesso a equipamentos de cultura para esses indivíduos, se considerarmos a variável da renda, considerando os recursos necessários de transporte, local de moradia, alimentação, entradas e outros que se apresentem.

Gráfico 12 - Faixa de renda familiar

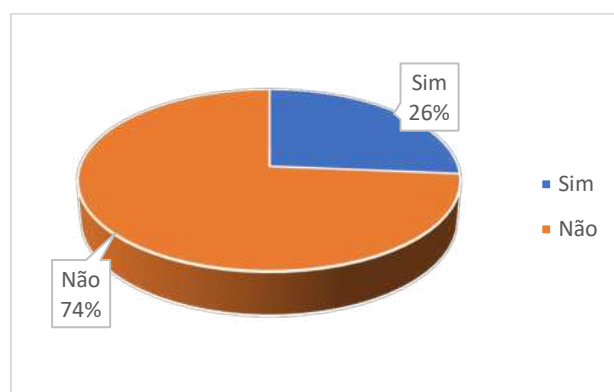
¹⁴³ Dados referentes ao ano de 2020 com salário mínimo de R\$1.045,00, e faixas salariais classificadas segundo o IBGE. Entre R\$ 2.090,01 e R\$ 4.180,00, classe D, de R\$ 4.180 até R\$ 10.450,00, classe C, de R\$ 10.450,01 a R\$ 20.900 classe B, e acima de R\$20.900, 00, classe A. Fonte: <https://economia.uol.com.br/colunas/econoweb/2020/09/25/classe-a-b-ou-c.htm>



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

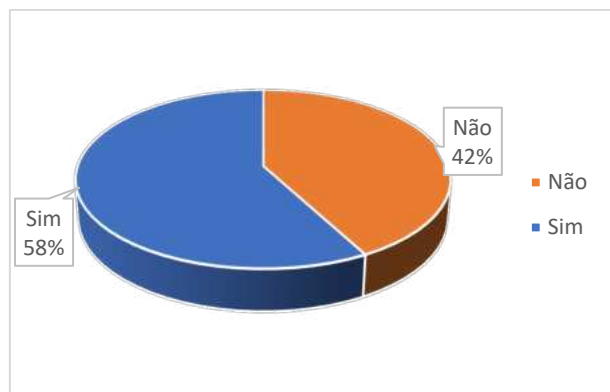
Quando perguntados sobre seus nascimentos e de seus responsáveis, foi possível verificar o grande número de migrantes, atestando as declarações sobre a cidade na prática. Dos responsáveis dos respondentes mais de 74% (gráfico 13) não nasceram em Macaé, entretanto, é interessante constatar que a situação se inverte quando aplicamos o mesmo questionamento aos discentes, onde 58% (gráfico 14) já são nascidos na cidade, trazendo um quadro interessante quando pensamos a questão da regionalidade.

Gráfico 13 - Nascimento dos responsáveis discentes



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

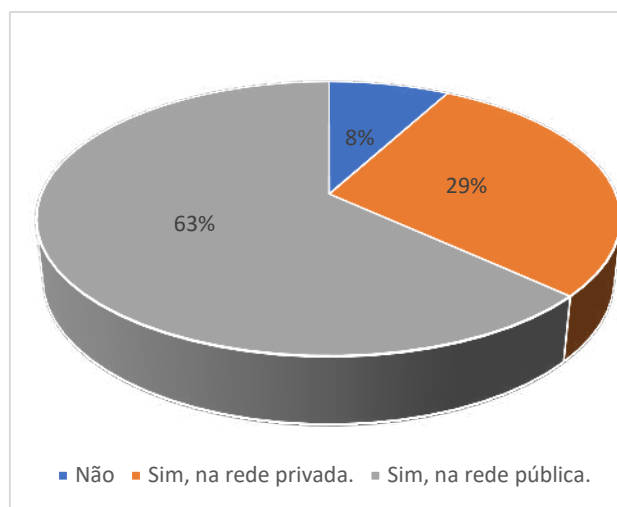
Gráfico 14 - Nascimento dos discentes



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Finalizando a série de questionamentos que visam caracterizar os respondentes e seu meio familiar e acadêmico, o questionamento se voltou para a formação básica do aluno antes de ingressar no ensino médio. Dos consultados, 63% dos discentes (gráfico 15) se formaram no ensino fundamental através do ensino público.

Gráfico 15 - Onde cursou o ensino fundamental

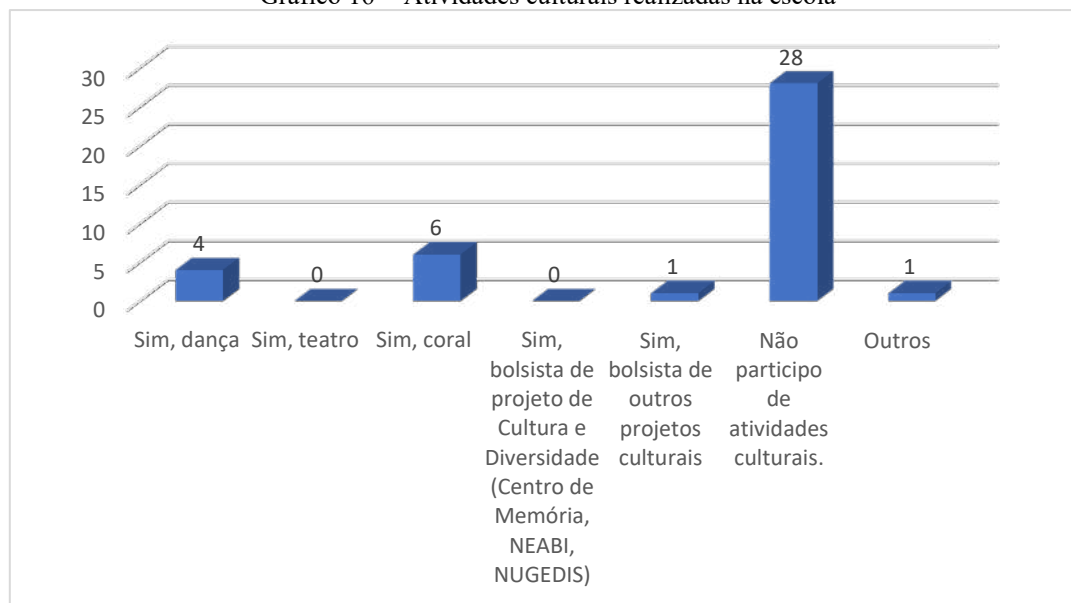


Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Já quanto as atividades culturais, foi possível levantar informações relativas ao uso do tempo dentro e fora da instituição escolar. Para o primeiro ficou evidente a pouca participação em atividades culturais dentro da escola, onde 75% dos consultados (gráfico 16) afirmaram não participar de nenhuma atividade cultural proposta pela instituição. No caso do segundo, assistir a filmes, seguido de leitura, ouvir música, praticar música aparecem entre as quatro atividades culturais mais realizadas. A frequência a

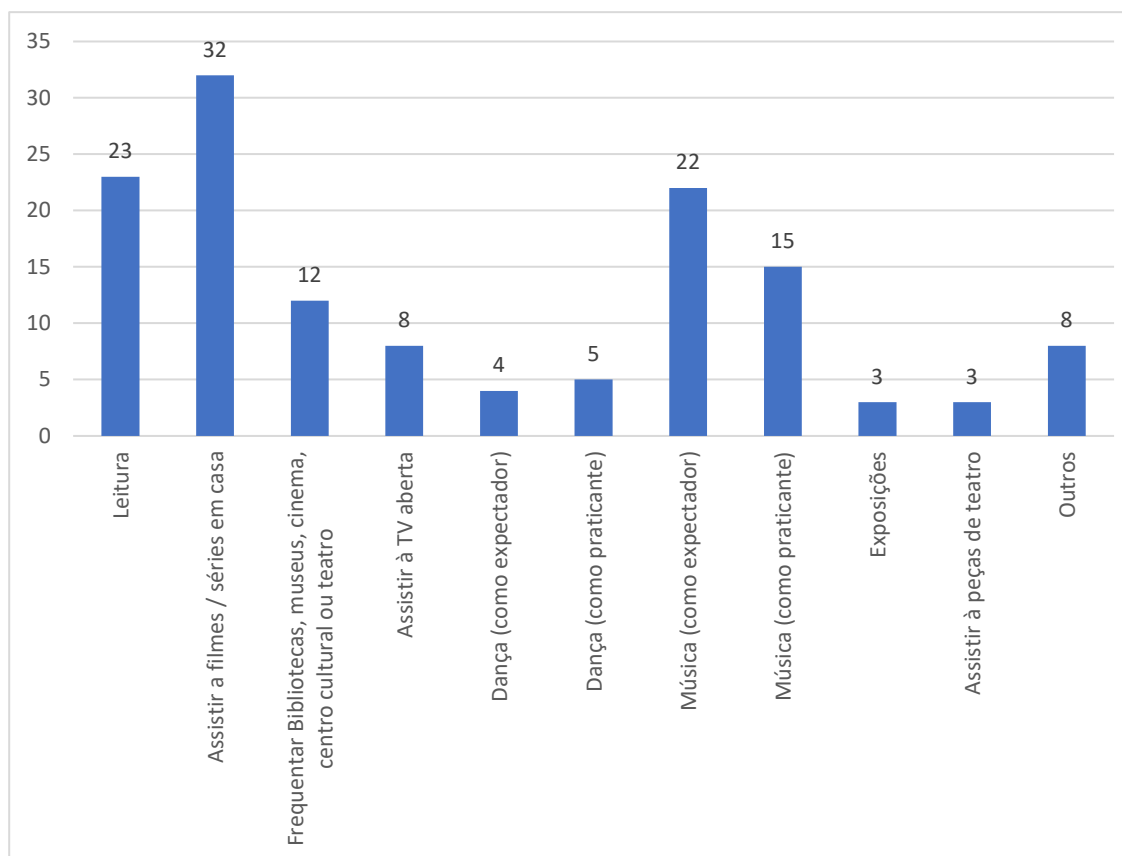
equipamentos culturais como cinemas, bibliotecas, museu, teatro e centros culturais apareceu em 31% entre as respostas (gráfico 17).

Gráfico 16 - Atividades culturais realizadas na escola



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Gráfico 17 - Atividades culturais realizadas no tempo livre



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

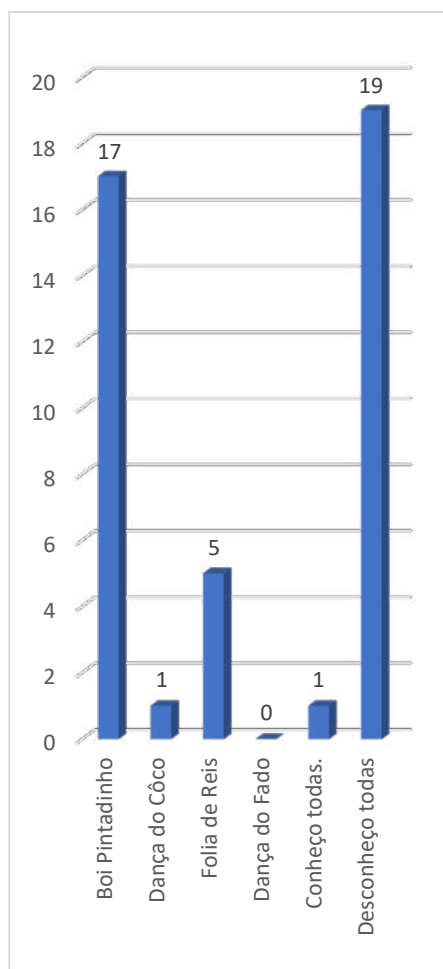
Voltando a atenção as manifestações culturais mais tradicionais da cidade, citadas em diversos manuais e mesmo em legislações municipais confirma-se o esgarçamento progressivo (observada a pesquisa realizada em 2006 pelo Programa Macaé Cidadão¹⁴⁴) dessas manifestações culturais junto aos jovens. Entre os consultados 50% afirmaram não conhecer nenhuma das manifestações culturais citadas, e 44% afirmaram conhecer o Boi Pintadinho, conforme gráfico 18. Esse dado toma corpo e relevância ainda maior se considerarmos que 58% dos respondentes nasceram na cidade e 63% estudaram em escola pública.

Como se sabe, é competência originária do Estado e de seus equipamentos de cultura, sobretudo das municipalidades, a promoção da proteção do patrimônio histórico-cultural local, e a pesquisa apresentada demonstra que ainda temos um longo caminho para atingir esse objetivo. A abordagem dessa temática junto aos jovens é fundamental pois é reveladora de que as legislações aqui abordadas não subsidiaram uma agenda de mudança relevante que se verificasse na mudança de visão dos alunos consultados em relação ao patrimônio cultural da cidade, maiormente o imaterial. Anote-se que foi incluído um campo livre para que os respondentes indicassem outras manifestações que não estivessem listadas o que não ocorreu em nenhuma das respostas.

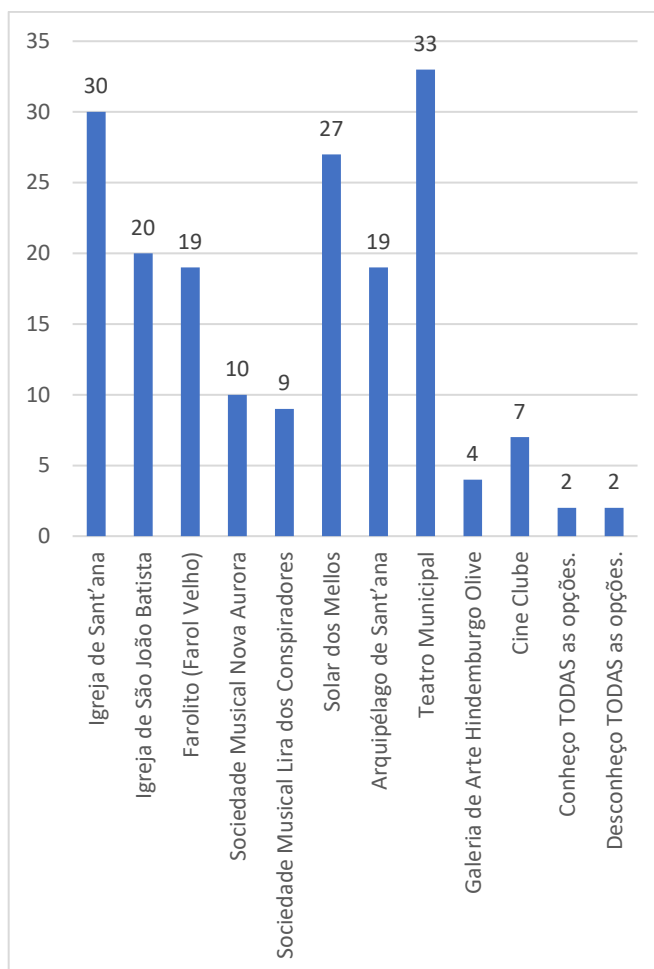
Gráfico 18 - Conhecimento de manifestações culturais de Macaé

Gráfico 19 - Conhecimento do patrimônio cultural edificado de Macaé

¹⁴⁴ Na pesquisa realizada entre 2006 e 2007, onde 196152 pessoas foram consultadas, 45% delas afirmaram não conhecer nenhuma manifestação cultural macaense, entre as citadas somente 39% conheciam o Boi Pintadinho.



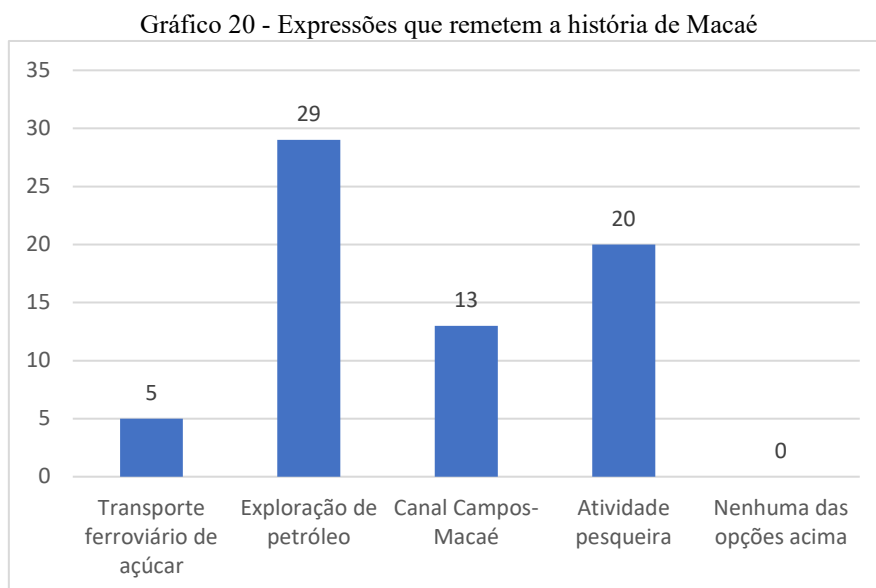
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Já no gráfico 19, acima, quanto ao patrimônio edificado a situação é um pouco diferente, pois temos a maioria dos bens culturais da cidade reconhecidos, com acima dos 50% de respondentes apontando seis das dez possibilidades de escolha.

Quando perguntados sobre a história do município, sob quais expressões são mais marcantes em sua memória, os discentes chamaram a atenção para o traço mais recorrente em todas as narrativas contemporâneas que tratam da cidade, a exploração petrolífera, com 76%, seguida da atividade pesqueira que ainda resiste na cidade como atividade econômica. Esse resultado remete à representação que esses jovens fazem da cidade baseada na história recente, constituindo mais um traço de que o patrimônio cultural apresenta um grande campo de trabalho.



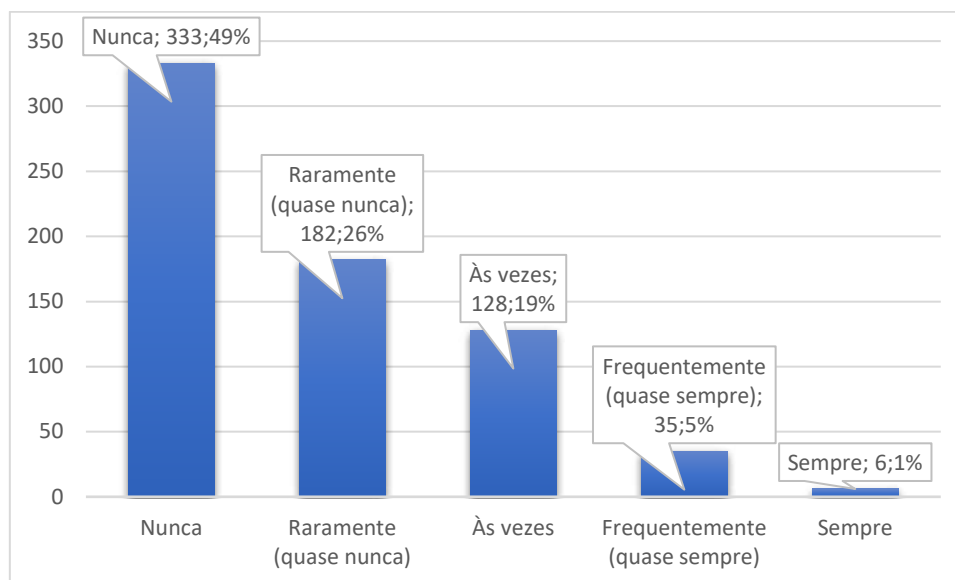
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Passando à série de perguntas que se utilizaram da escala de Likert, realizamos de início, uma leitura introdutória, no intuito de apreender como os jovens consultados, da instituição de ensino supracitada, se aproximam da cultura local sob diversas vertentes, é necessário reafirmar que tais questionamentos dialogam com o “envolvimento subjetivo e estrutural” partindo de ideias supostamente antagônicas, mas conforme o referencial teórico adotado, complementares. A ideia é buscar nos retornos, marcadores gerais que demonstrem como os indivíduos se relacionam com a cultura local, sobretudo através dos equipamentos culturais. Para isso a frequência teve centralidade enquanto forma de realizar essa leitura de contato com a cultura local através de vários canais, quais sejam a escola, família, instituições, desdobrados nas práticas culturais, na representação da estrutura oferecida pela cidade e do ensino.

A partir do proposto, se levarmos em conta todas as dezoito questões aplicadas e suas escalas, a saber, nunca (nem por uma vez), raramente (de tempos em tempos), às vezes (algumas vezes), frequentemente (muitas vezes) e sempre (todas as vezes possíveis), é possível realizar algumas colocações. De acordo com os resultados gerais, desconsiderando as localidades, foram consolidados 49%, ou seja por 333 vezes, foi marcada a opção nunca, seguida por 26%, 182 vezes, pelo raramente, considerando grande margem de intervalo de regularidade. Somente considerando essas duas variáveis temos 75% das declarações, que coadunam fortemente com as inferências extraídas das

entrevistas juntos aos gestores e docentes, no que concorre ao patrimônio cultural local, de excepcionalidade de tratamento da temática nas atividades desenvolvidas em sala ou na gestão de equipamentos.

Gráfico 21 - Levantamento geral das escalas somadas todas respostas

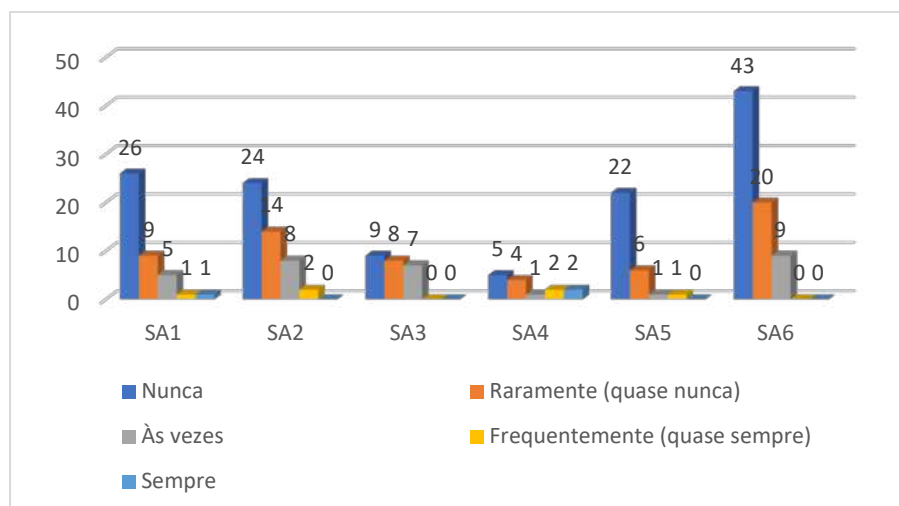


Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Ainda levando em conta as respostas de forma global, mas já considerando as localidades de residência é possível demonstrar os resultados de outra forma. Observada a desigualdade apontada no gráfico sete entre o número de respondentes por respectiva localidade de residência, mesmo assim é possível observar no setor administrativo 4 um número maior de respostas “frequentemente” e “sempre”, que comparado ao setor com maior número de respondentes, o setor administrativo 6 não possui nenhuma declaração para ambas as escalas, para o conjunto de questões que envolvem o contato com a cultura local a partir de livros, filmes, exposições, patrimônio cultural material e imaterial.

Gráfico 22 - Sobre o contato com a cultura local

(práticas culturais que envolvem o patrimônio cultural fora de equipamentos de cultura)



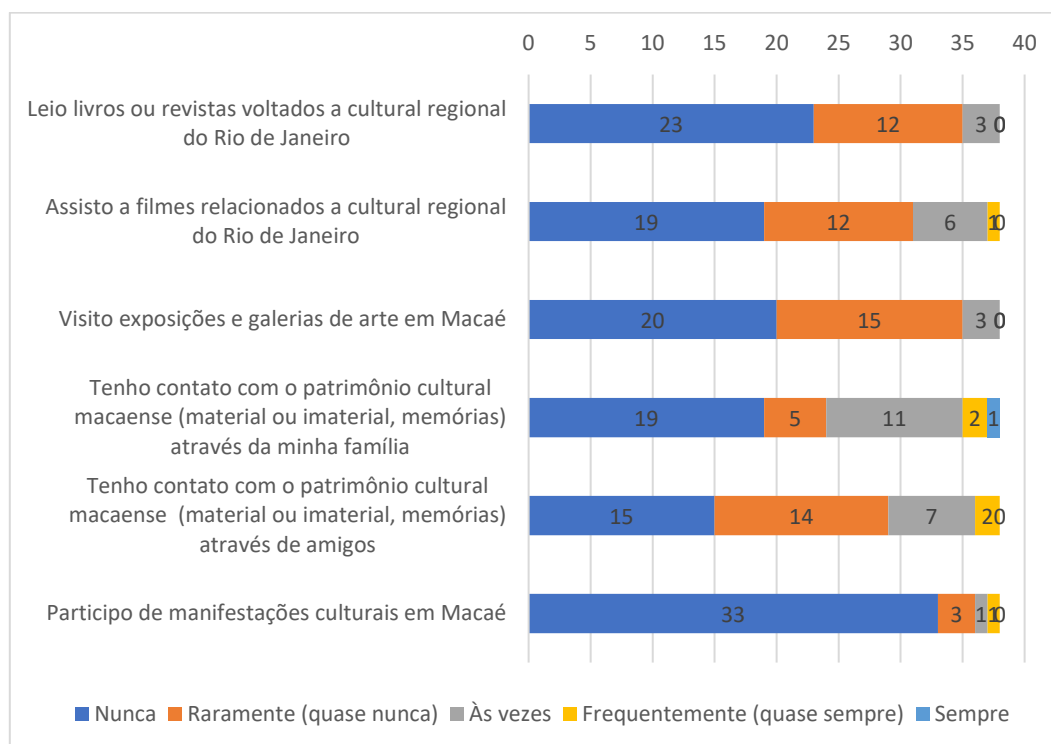
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

As declarações que compuseram as escalas apresentadas no gráfico 22 tinham como objetivo apontar, através da frequência das práticas dos indivíduos, a fruição do patrimônio cultural local expresso através da produção cultural em manifestações, livros, películas ou exposições, considerando a família e até mesmo amigos como elementos que possibilitam ou facilitam esse processo de apropriação cultural.

Se apreendermos a noção de *habitus* proposta por Bourdieu, “como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação” (BOURDIEU, 2004, p. 26), temos nos “esquemas adquiridos” a “coação das condições e dos condicionamentos sociais”, dos quais a fruição do patrimônio cultural local faz parte. Nesse intervalo, caro ao presente trabalho – que não se propõe aprofundar na complexa discussão sobre o conceito de *habitus*, mas de utilizá-lo como bússola no entendimento da realidade, no cruzamento da estrutura com a subjetividade – que é possível declarar, através da pesquisa realizada, no que tange aos jovens consultados, ainda que em sua maioria já naturais da cidade, que entre os elementos que compõe esses condicionamentos, onde temos a cultura local como um desses estratos, considerando os elementos aqui apresentados como norteadores do patrimônio cultural municipal, sob a perspectiva apresentada nos estudos que tratam da cidade, tem-se nenhuma ou escassa representatividade destes entre as práticas culturais que envolvem o cotidiano, o que tem relação direta na representação da identidade, territorialidade e pertencimento macaense.

Outro exemplo pode ser considerado para reforçar essa linha, e se dá através das atividades culturais realizadas no tempo livre, descritas no gráfico 17, em que apresentam-se com maior frequência assistir a filmes seguida da leitura, cruzando-se com o levantamento presente no gráfico 23, é possível afirmar que a maioria dos consultados, apesar de demonstrar frequência nessas atividades, elas não têm qualquer relação com o âmbito local ou regional.

Gráfico 23 - Sobre seu contato com a cultura local (por questão)



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Seguindo, temos representados os resultados através das questões realizadas, independentemente do setor administrativo de residência. De todas as declarações a que mais chama a atenção é o entendimento dos respondentes de que não participam de manifestações culturais da cidade, entre as manifestações citadas. Para essa pergunta foi oferecida a possibilidade de que o respondente indicasse outras manifestações culturais que não estivessem expressas no questionário, o que não ocorreu, sendo mencionado somente um projeto nesse campo¹⁴⁵. Isso indica que, o que se considera patrimônio

¹⁴⁵ Referente a um projeto de cultura particular.

cultural imaterial da cidade não integra, segundo os respondentes, seu cotidiano cultural, na municipalidade, corroborando os resultados apresentados no gráfico 18, onde somente o boi pintadinho, uma tradicional manifestação relacionada ao carnaval da cidade celebrada em vários bairros, e também presente em outras cidades brasileiras, aparece com destaque na pesquisa.

Já quanto aos equipamentos, já amplamente abordados no capítulo três, é necessário marcar o percurso realizado, que parte da distribuição regional, com ênfase nas possibilidades de que tais equipamentos sejam ferramentas de abordagem do patrimônio e da memória do território, de forma que esses traços da cultural local sejam objeto de atenção na formação do capital cultural da população, especialmente dos jovens. Esse trabalho, que deve ser estimulado através das políticas culturais apresentadas, tendo como essenciais representantes os equipamentos da cidade, são consideradas no presente trabalho, uma das condições necessárias para que se efetive, concretamente, uma agenda que valorize a territorialidade e a diversidade local. Dessa forma, percebemos que se fez necessário, primeiro, refletir sobre o acesso, seguido do trabalho nessa vertente cultural, e da consulta aos jovens, para se vislumbrar possibilidades de reconfiguração do espaço social, do campo cultural, destinado a essas atividades, dando alcance à oportunidade de produzir e fruir, recorrendo além das ruas, igualmente a essas ferramentas enquanto instâncias mediadoras, de socialização e “produtoras de valores culturais e referências identitárias” (SELTON, 2002, p. 60), consideradas nesse processo dinâmico, em conjunto com a família e a escola, principais expoentes nesse processo. Experimentando assim, o espaço entre as inúmeras camadas que constituem nossa culturalidade, nossas práticas culturais, nossa experiência biográfica, formadoras de nossas identidades sociais.

Quanto à frequência nos equipamentos culturais da cidade chama muito a atenção, em todos os setores analisados a ocorrência do “nunca” de forma muito expressiva (gráfico 24), e seguindo um padrão próximo ao verificado no gráfico 22, o setor 4, apresenta maior quantidade de indivíduos que ao menos visitaram esses espaços por uma vez. No geral o frequentemente e o sempre não aparecem com resultado positivo frente às outras escalas. Isso demonstra que é fundamental dar ênfase ao acesso, antes de tencionar o papel dessas instituições enquanto promotoras da sociabilidade e da diversidade através da territorialidade e patrimônio, refletindo um conceito moderno e antropológico de cultura.

Esses equipamentos são diversos, e independentemente da tipologia apresentada, apresentam diferentes possibilidades de práticas culturais, ficando, à primeira vista, museus, arquivos e bibliotecas como naturalmente encarregados na preservação de parte do patrimônio cultural, o que não significa que os equipamentos restantes não disponham de um grande campo de trabalho em outras vertentes como a dança, a interpretação, a música, a cinematografia e a arte, de modo geral, que dialoguem com as vertentes locais, contribuindo, além disso, para a permanente discussão sobre os elementos simbólicos e os contornos semânticos que definem essa territorialidade que representa uma multiplicidade dinâmica de culturas. A importância dessas instituições, também reside no fato de que devem promover e difundir nossa riqueza cultural em toda sua diversidade, viabilizando a reapropriação simbólica, e em algumas ocasiões até mesmo econômica e funcional (ABREU, CHAGAS, 2009, p. 67). Esse quadro geral, que aponta para a política cultural, para os condicionamentos sociais, é igualmente intrínseco ao indivíduo, engendrando sua subjetividade materializada na sua sociabilidade, e o campo de luta por representatividade sobre a possibilidade de significar, posto que

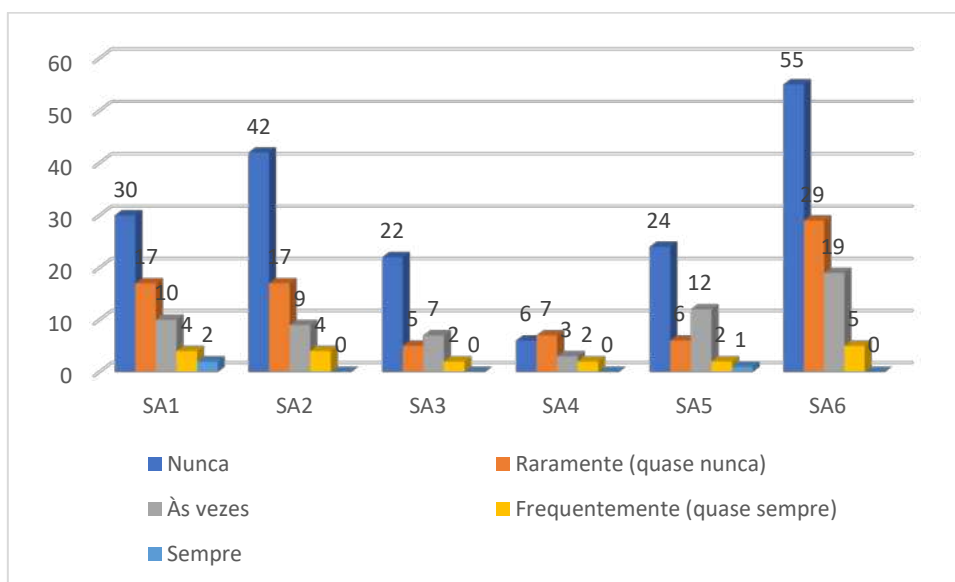
Todas essas ações encontram-se fundamentadas em critérios não apenas técnicos, mas também políticos, visto que a "representatividade" dos bens, em termos da diversidade social e cultural do país, é essencial para que a função de patrimônio realize-se, no sentido de que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório. Porém, não basta uma revisão dos critérios adotados pelas instituições que têm o dever de fazer com que a lei seja aplicada, tendo em vista a dinâmica dos valores atribuídos. É necessária, além disso, uma mudança de procedimentos, com o propósito de abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural. (ABREU, CHAGAS, 2009, p. 67).

Evidencia-se a necessidade de participação da comunidade na construção e apropriação do patrimônio cultural material e imaterial, tendo o Estado como fomentador através dos equipamentos de cultura, ferramentas importantes para atingir esses objetivos, usualmente dispostos nas letras das leis, indo ao encontro da ideia de que a preservação do patrimônio cultural é uma "prática social" (ARANTES, 1989, p. 12-16 *apud* ABREU, CHAGAS, 2009, p. 69), fundamentada no reconhecimento do direito cultural dos diferentes grupos que formam a sociedade, garantido na carta magna e conquistado nas

últimas décadas, refutando a ideia de patrimônio histórico e artístico representante de grupos hegemônicos de origem européia e colonizadora.

Sendo assim, o que se pensa como preservação do patrimônio cultural tangível “busca e assenta sua justificativa não na materialidade dos objetos, e sim nos saberes, nas técnicas, nos valores, nas funções e nos significados que representam e ocupam na vida social” (CHAGAS, 2009, p. 98), não se trata da edificação, do objeto, ou do equipamento, em si, mas do significado que ele carrega para aquele grupo social, nas estruturas semânticas que ele se insere.

Gráfico 24 - Sobre o acesso e frequência em equipamentos de cultura da cidade

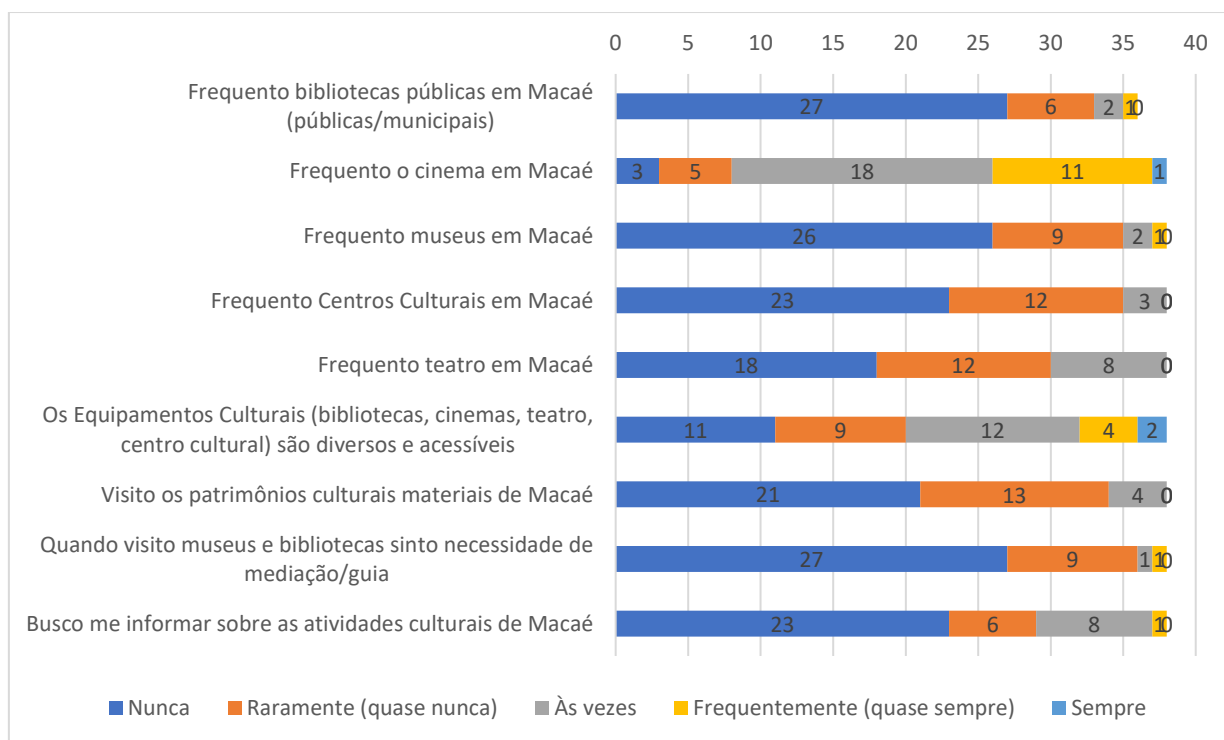


Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Sobre o acesso aos equipamentos culturais da cidade, no gráfico 25, também salta aos olhos o número de respondentes que nunca acessaram uma biblioteca, um museu, ou um centro cultural, um patrimônio cultural ou um teatro, somente o cinema sai na frente quanto a frequência, salientando que a cidade conta somente com salas de cinema dentro de um shopping com películas voltadas somente ao circuito comercial, como já dito anteriormente. Dos consultados 52% consideraram que os equipamentos culturais da cidade “nunca” ou “raramente” são diversos e acessíveis. Para os que buscam informações sobre as atividades culturais do município, foi disponibilizada a possibilidade de responder como realizam esse levantamento através de questão aberta,

dos quais 89% dos que buscam informações responderam ser através da internet ou amigos, marcando a necessidade de os equipamentos culturais operarem fortemente com essas ferramentas digitais.

Gráfico 25 - Sobre o acesso a frequência em equipamentos de cultura da cidade



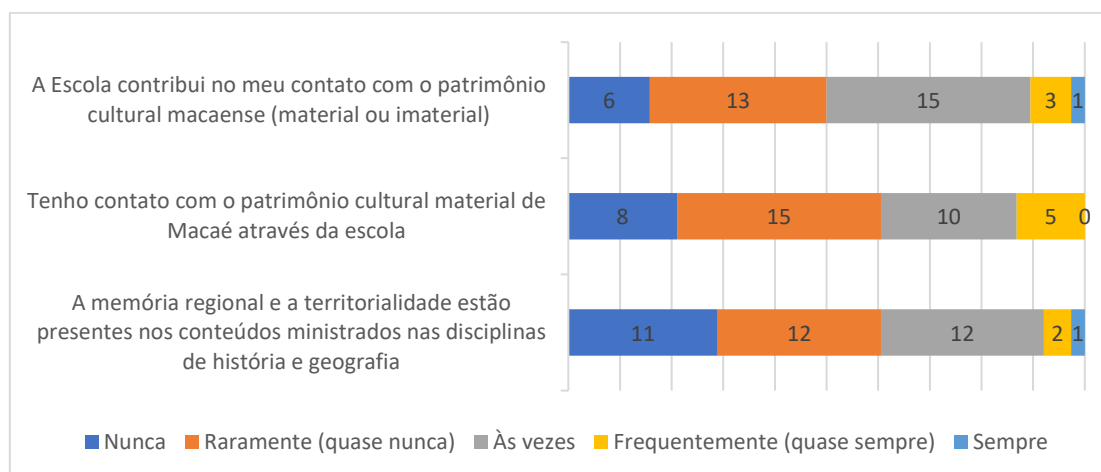
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A experiência de acessar esses espaços com a possibilidade de mediação também é um expressivo marcador de que os equipamentos de cultura também são lugares diferenciados para a aprendizagem. Também é interessante reforçar que apesar dos jovens consultados apresentarem baixa iniciativa de buscar informações de atividades culturais, quando se utilizam dessa iniciativa utilizam mormente a *web*, redes sociais e amigos, mostrando a grande necessidade de se fazer presente nas mídias on-line para os equipamentos de cultura da cidade, mantendo programação atualizada, ao contrário do que foi possível constatar nas entrevistas com gestores.

Por fim, buscando alcançar a cultura local no âmbito escolar é possível constatar que o patrimônio cultural local apresenta alguma abordagem em sala de aula, mas aparentemente ainda incipiente, dado que 50%, 60% e 60% declararam como “nunca” ou “raramente” a atenção com a cultura local na entidade analisada, conforme demonstra o

gráfico 26. Tal posição coaduna com as inferências realizadas juntos aos docentes consultados anteriormente.

Gráfico 26 - Sobre a conexão da escola com a cultura local



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Embora poucas ações tenham ocorrido nesse sentido, no âmbito do patrimônio imaterial na escola, a UNESCO em 1989 recomendava a preservação dessa forma de cultura através da Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, documento aprovado pela Conferência Geral da Unesco, que recomendava

[...] aos países membros a identificação, a salvaguarda, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional e popular, por meio de registros, inventários, suporte econômico, **introdução de seu conhecimento no sistema educativo**, documentação e proteção à propriedade intelectual dos grupos detentores de conhecimentos tradicionais. (SANT'ANA, 2009, p. 53, *grifo nosso*).

Ainda nesse contexto, abordando os jovens, Regina Abreu (2009, p. 84) ainda acrescenta, relevantemente, que “a Unesco vem incitando os Estados-membros a salvaguardar, revitalizar e difundir o patrimônio imaterial, sensibilizando os jovens sobre seu valor e despertando a opinião pública”. Já quanto ao material Mario Chagas (2009, p. 109) complementa indicando que o bem cultural “pode ser usado como referência à memória, ou como recurso de educação, de conhecimento, de transformação, de sobrevivência e de lazer” em todos os casos sua função social é fundamental para a constituição das estruturas sociais, reinterpretando constantemente suas referências, fazendo novas leituras, com base na demanda da sociedade, sem esquecer que “onde há

poder, há resistência, há memória e há esquecimento” (2009, p. 136), e para além do papel educativo muitas vezes intrínseco a sua atividade, devemos inserir seu papel mobilizador, capaz de revigorar a noção de identidade. Patrimônio e memória são campos de disputa e tensões sociais por excelência, que se modificam ao longo do tempo.

É importante salientar o importante trabalho educativo dos equipamentos culturais, que pode ser potencializado por um programa de interação com as instituições escolares da cidade, aproximando, discutindo e até mobilizando os jovens em torno da cultura local, familiarizando-os com esses espaços e promovendo a cidadania através da diversidade, alteridade e do respeito às etnias, sexualidades, religiões, etc. enquanto mote dos condicionamentos sociais que se fazem presentes através das disposições dos indivíduos, conforme Bourdieu chama a atenção.

É possível indicar que a escola, como o autor também salienta em diversas de suas obras, é partícipe da construção das disposições que se articulam no *habitus*, e tem papel preponderante na articulação com a culturalidade. Como foi possível extrair da legislação municipal e do estímulo de algumas iniciativas do governo local nesse sentido, esse movimento é fundamental para que se alcance a elevação da “autoestima da população através do uso e produção de cultura” (MACAÉ, 2004a), criando “mecanismos necessários para uma nova abordagem da sociedade macaense, de forma a resgatar e valorizar sua identidade”, conduzidas por políticas públicas que “valorizem as raízes históricas e culturais”. São diversas as passagens das legislações que dialogam com esse propósito do que podemos chamar de agenda positiva voltada à autoestima local, representatividade e identidade, escapando ao enfoque etnocêntrico que persevera vigorosamente nas “estruturas estruturadas e estruturantes” como em grande parte das escolas e equipamentos, somente assim seria possível cumprir efetivamente suas funções sociais.

Em tempo, é fundamental destacar, conforme indicado na seção anterior, o Plano de Cultura Do IFFluminense, que fundamentado nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), reforça igualmente o compromisso com o patrimônio cultural através da educação em várias de suas passagens, assim como o segundo, que traz entre suas metas de universalização do ensino as estratégias para os jovens da educação básica:

2.7) disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário

escolar de acordo com a **realidade local, a identidade cultural** e as condições climáticas da região; 2.8) promover a **relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;**[...] 3.4) **garantir a fruição de bens e espaços culturais**, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, **integrada ao currículo escolar;** [...] 6.4) **fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.** (BRASIL, 2014)

Resta evidenciada também na legislação, a necessidade da atuação escolar dentro e fora da sala de aula, integrada e articulada com a cultura local através dos equipamentos, justificando, assim, as perguntas realizadas nesse sentido à jovens e educadores. Embora no caminho da interdisciplinaridade se proporcione a apropriação desse tipo de conteúdo por quaisquer áreas, para efeitos do trabalho aqui realizado, foram consideradas as disciplinas de história e geografia pela familiaridade com a temática apresentada nos currículos, contudo, 60% dos consultados afirmaram que nunca ou raramente esse tipo de abordagem é realizada por ambas disciplinas, que detém um terreno fértil para discussão da complexidade inerente a palavras como “local” ou “território”, questionando as estruturas simbólicas, conforme reconhecido pelos docentes consultados. De parte a parte – docentes e gestores de equipamentos – é possível identificar pouca ou nenhuma integração, o que dificulta a realização dos objetivos previstos nas políticas educacionais e culturais, de modo geral, com ênfase na temática do patrimônio.

Os cruzamentos que podem ser realizados pelos dados levantados são múltiplos, mas no corrente trabalho demos ênfase aos aspectos gerais relacionados à apropriação do patrimônio local e às disposições expressas, ficando a pesquisa disponibilizada para outras leituras.

Realizada a leitura segmentada das informações levantadas, concluímos, através da escala de Likert, como foi aferida a integração e interação com a cultura local tomando como base a frequência das práticas culturais, ou poderíamos dizer, as camadas que formam a identificação com o território através do patrimônio cultural, ressaltando, mais uma vez, como disse Sonia Vieira (2009, p. 100), que quando se utiliza uma escala “não existem respostas que possam ser consideradas ‘certas’ ou ‘erradas’”, assim como se reconhece nas ciências humanas, o que está proposto é o empenho em se aproximar das

problemáticas objetivamente e cientificamente, trazendo elementos para a reflexão sobre as práticas culturais relacionadas à memória e ao patrimônio cultural da cidade em um cenário de grande transformação do território nas últimas décadas em razão da instalação da indústria petrolífera.

Todas as dezoito questões¹⁴⁶ ou declarações foram formadas por cinco escalas a saber, como dito anteriormente: nunca (nem por uma vez), raramente (de tempos em tempos), às vezes (algumas vezes), frequentemente (muitas vezes) e sempre (todas os momentos possíveis).

A utilização das escalas aumenta a flexibilidade dos questionários e torna seu preenchimento mais agradável aos participantes ante os números de medida. E apesar de muitos estudiosos apontarem a necessidade de se considerar a utilização de quatro opções ao invés de cinco, para evitar que os respondentes “não tomem partido” e tomem uma posição, foi possível verificar que tal ocorrência não se consolidou na pesquisa realizada (VIEIRA, p. 42).

Foram três conjuntos de questões afirmativas que consideraram a frequência – Apêndice C –, que visaram atingir três dimensões: a) a cultura local a partir da experiência cotidiana envolvendo as práticas culturais, b) a prática cultural através dos equipamentos culturais e por último c) os engajamentos entre a territorialidade e a escola. Essas dimensões têm em vista abranger o envolvimento subjetivo e estrutural do indivíduo na realidade social com vistas às interfaces com a territorialidade.

Todo o processamento dos dados levantados na pesquisa foi realizado através da utilização do *software Microsoft Office Excel*, depois de extraída a planilha consolidada da pesquisa do *Googleforms*. Foram inseridos todos os resultados manualmente para cada respondente, com as correspondentes dezoito declarações e suas respectivas escalas que tem a seguinte variação numérica: 1 a 5, sendo 1 nunca, 2 raramente, 3 às vezes, 4 frequentemente e 5 sempre.

É pertinente sublinhar que o mais significativo – independentemente do método empregado –, desse tipo de pesquisa de campo é a possibilidade de dar voz aos jovens, e perceber em que medida estão se dando suas interações com a realidade.

¹⁴⁶ Considerando a impossibilidade de aplicação da pesquisa presencialmente optou-se por diminuir a quantidade de questões/ declarações para avaliação dos respondentes. Dessa forma, tornando o instrumento mais enxuto e aumentando a possibilidade de participação do alunado.

Utilizando a aplicação da escala de Likert ,seguindo os passos indicados por Sonia Vieira (2009, p. 75), onde propõe a medida de conceitos, construímos declarações que pretendiam avaliar múltiplas formas de contato com a cultura local, dessa forma, cada declaração pôde variar de 1 a 5 entre sua escala ou escore, e considerando as dimensões analisadas, temos para a primeira seis perguntas ou declarações, para a segunda nove, e para a terceira três.

Com isso, tivemos a possibilidade de leitura das repostas, tendo como base as variações dos resumos por série de perguntas abaixo, realizados respectivamente para cada respondente:

Quadro 20 – Utilização da escala Likert (individual)

Dimensão 1 (6 perguntas)		Dimensão 2 (9 perguntas)		Dimensão 3 (3 perguntas)	
Resumo individual		Resumo individual		Resumo individual	
MIN	6	MIN	9	MIN	3
MAX	30	MAX	45	MAX	15
PT*	Soma das escalas de todas as declarações	PT	Soma das escalas de todas as declarações	PT	Soma das escalas de todas as declarações
%**	Soma das escalas de todas as declarações (das 6 perguntas) / MAX (30)	%	Soma das escalas de todas as declarações (das 9 perguntas) / MAX (45)	%	Soma das escalas de todas as declarações (das 3 perguntas) / MAX (15)
QL***	Q1:10,8; Q2:15,6; Q3:20,4; Q4:25,2; Q5:30	QL	Q1:16,2; Q2:23,4; Q3:30,6; Q4:37,8; Q5:45	QL	Q1:5,4; Q2:7,8; Q3:10,2; Q4:12,6; Q5:15

*Pontuação total.

**Posição na escala.

***Quartil: Corresponde a 1/5 (quinta parte). Nessa aplicação se fracionará as escalas de 6 a 30, 9 a 45 e 3 a 15 em cinco partes iguais. Então, de acordo com o PT (resultado final por respondente), o respondente será enquadrado em um determinado quartil de frequência.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Após o processamento individual das repostas, foi necessário condensar os resultados, chegando a um levantamento geral por dimensão, dessa forma, foram utilizados os seguintes correspondentes:

Quadro 21 – Utilização da escala Likert (resultado geral)

Dimensão 1 (6 perguntas)	Dimensão 2 (9 perguntas)	Dimensão 3 (3 perguntas)
Resultado geral	Resultado geral	Resultado geral

PT*	Média aritmética do PT de todos os respondentes	PT	Média aritmética do PT de todos os respondentes	PT	Média aritmética do PT de todos os respondentes
%**	Média aritmética do percentual de todos os respondentes	%	Média aritmética do percentual de todos os respondentes	%	Média aritmética do percentual de todos os respondentes
QL***	Q1:10,8; Q2:15,6; Q3:20,4; Q4:25,2; Q5:30	QL	Q1:16,2; Q2:23,4; Q3:30,6; Q4:37,8; Q5:45	QL	Q1:5,4; Q2:7,8; Q3:10,2; Q4:12,6; Q5:15

*Pontuação total.

**Posição na escala.

**Quartil: Corresponde a 1/5 (quinta parte).

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Realizadas essas etapas, foi possível extrair uma disposição geral em relação as dimensões indicadas, conforme resultados tabulados que seguem abaixo:

Quadro 22 – Resultados gerais

Dimensão 1 (6 perguntas)		Dimensão 2 (9 perguntas)		Dimensão 3 (3 perguntas)	
Resultado geral		Resultado geral		Resultado geral	
PTM*	9,76	PTM	16,05	PTM	6,82
%**	32,54%	%	35,67%	%	46,67%
QL***	Q1	QL	Q1	QL	Q2

*Média da pontuação total.

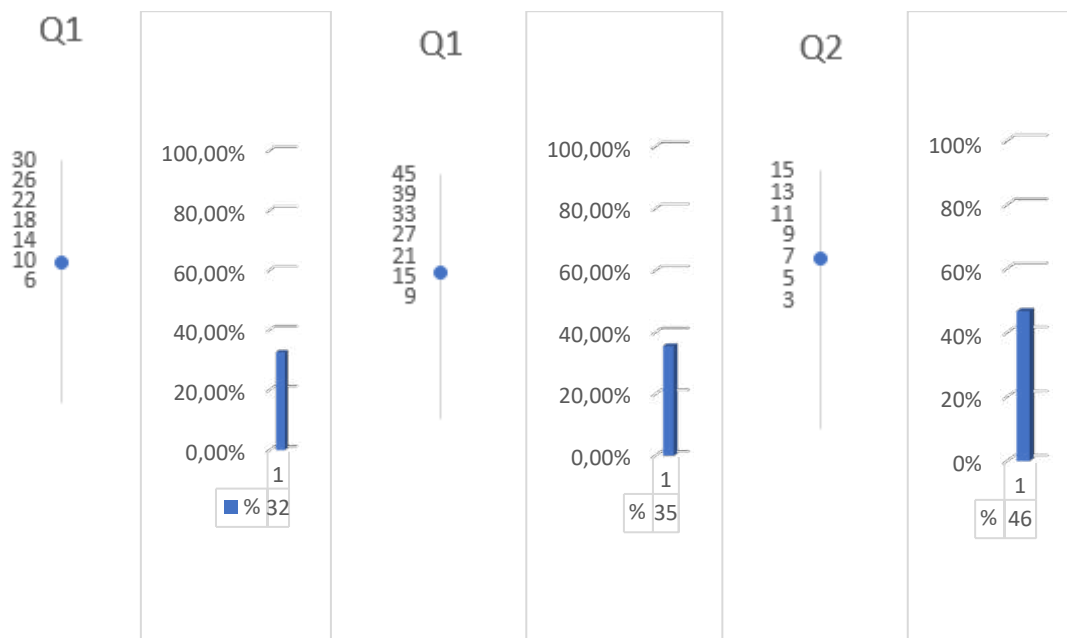
**Posição na escala.

**Quartil: Corresponde a 1/5 (quinta parte).

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Foi possível verificar, que entre os discentes consultados, de modo geral, a avaliação para a primeira dimensão, que contempla o contato com a cultura local através de formas variadas, é representativa de um escore total que é baixo, para o segundo conjunto de perguntas que enfocam no acesso aos equipamentos de cultura da cidade, a avaliação é tem resultado muito próximo, só há uma pequena alteração positiva quando se acessa a última dimensão, que contempla a conexão entre a escola e a cultural local, onde o escore total indica o Q2.

Gráfico 27 – Pontuação total média para os três conjuntos de questionamentos



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

É importante reafirmar que a amostra probabilística utilizada para atingir tais resultados foi constituída através amostragem aleatória simples (BARBETTA, 2002), onde a população finita total (alunos do ensino médio integrado do IFFluminense *campus* Macaé), constituída pelos subgrupos (cursos de eletrônica, eletromecânica, automação e meio ambiente), teve igual oportunidade de participação, considerados os meios citados anteriormente, dessa forma, foram obtidas amostras dentro da população geral sem interferência do pesquisador. Os cálculos utilizados para composição da amostra tiveram como referencial as equações:

$$n_0 = \frac{1}{\varepsilon_0^2} \quad (1)$$

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0} \quad (2)$$

$$\varepsilon_0 = \sqrt{\frac{N-n}{N \cdot n}} \quad (3)$$

N = Tamanho da população

E_0^2 = erro amostral tolerável

n_0 = primeira aproximação do tamanho da amostra

n = tamanho da amostra

Considerando os valores reais para um erro amostral tolerável de 15,45% e o tamanho total da população de 413 indivíduos, aplicando-se a fórmula (1), o n_0

correspondeu ao máximo de 41,85 indivíduos, sendo esta a amostra máxima para o erro amostral de 15,45%. Dessa forma, aplicando a fórmula 2 chegamos ao tamanho da amostra levantada junto ao universo de 413, os quais foram 38 indivíduos, considerando o percentual de erro amostral de 15,45%¹⁴⁷. A fórmula 3 foi utilizada para revisão e referência da porcentagem de erro encontrada.

$$n_0 = \frac{1}{0,1545784^2} = 41,850667 \quad n = \frac{413 \cdot 41,850667}{413 + 41,850667} = 38 \quad \varepsilon_0 = \sqrt{\frac{413 - 38}{413 \cdot 38}} = 0,1545784$$

A partir dos cálculos apresentados podemos inferir uma variação de 15,45% para os resultados de 32%, 35% e 46% levantados juntos aos conjuntos de perguntas apresentados. Essa variação para menos manteria o Q1 e para mais alcançaria o Q2 (47,45% ou 14,47 de média da pontuação total) para a primeira série de perguntas. Para a segunda a variação para menos manteria a mesma situação em Q1 e para mais também chegaria a Q2 (51,12% ou 23,00 média da pontuação total), já para a última série de perguntas a variação para mais manteria a média de resultados em Q2 (61,45% ou 9,21 de média da pontuação total), e para menos (31,22% ou 4,68 de média da pontuação total) levaria o resultado para Q1.

Considerando todos os resultados apresentados para esse segmento do estudo utilizando-se a escala Likert, é possível constatar que as políticas públicas que abrangem esse mote não refletiram no campo a efetividade proposta até o momento, ficando evidente a falta de integração entre os atores envolvidos no processo.

A leitura da posição dos alunos indica um claro distanciamento tanto das políticas quanto das práticas que envolvem o patrimônio cultural dado como representativo da cidade. O patrimônio imaterial traduzido nas manifestações culturais, em sua maioria, resta desconhecido e sem fomento estruturado através da escola ou das instituições culturais, o material, com índices mais positivos, ainda que concentrados, têm maior visibilidade. A forte presença do “nunca” seguido do “raramente” para os resultados gerais finais é ratificador de que o patrimônio cultural da cidade de Macaé, de modo geral, tem pouca representatividade entre os estudantes consultados, trazendo questionamentos sobre a gestão pública da temática e as práticas consolidadas.

¹⁴⁷ Utilizando a tabela presente em “<https://pt.surveymonkey.com/mp/margin-of-error-calculator/>” é possível cruzar a margem de erro calculada de 15% (aproximado) com um grau de confiança de 95% (escore z 1,96).

Entre os fatores estruturais que se identificam como possibilidades de explicação para esse cenário, estão a forte presença de migrantes de outras cidades que carregam outras configurações simbólicas na constituição familiar, a escassa pauta da entre as abordagens em sala de aula, equipamentos sem compromisso definido com a temática, a inexistente ou carente integração entre escola e essas instituições culturais, inefetividade das políticas públicas municipais, distribuição desigual de equipamentos de cultura pela cidade, desestímulo do poder executivo à consolidação de uma agenda que valorize a territorialidade local restando ações isoladas e intervaladas que restringem avanços.

Nesse contexto de socialização, a construção da identidade e da subjetividade dos indivíduos são invariavelmente afetados, assim como as práticas culturais restritas e essa vertente. Se entre a família, a escola e ainda os equipamentos de cultura, temos os principais agenciadores dessa socialização “cultural”, tendo em conta especialmente as atribuições da educação básica na formação da cidadania, é de estimar a dificuldade de que os valores culturais expostos se apresentem como marcas representativas na trajetória dos indivíduos em coerência com suas práticas culturais, ou seja, na sua experiência.

A ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos - as trocas matrimoniais, por exemplo, ou as práticas rituais -, eles investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador: esse sistema de disposições pode ser pensado por analogia com a gramática gerativa de Chomsky com a diferença de que se trata de disposições adquiridas pela experiência, logo, variáveis segundo o lugar e o momento. Esse "sentido do jogo", como dizemos em francês, é o que permite gerar uma infinidade de "lances" adaptados à infinidade de situações possíveis, que nenhuma regra, por mais complexa que seja, pode prever. (BOURDIEU, 2004, p. 21).

Entre essas disposições adquiridas pela experiência que buscamos a fruição no contato com o patrimônio cultural local como um dos elementos que constituem a identidade do território e sua capilaridade na relação entre o indivíduo e o mundo.

[...] está na própria origem de minha representação da ação – o ajustamento das disposições à posição, das esperanças às chances [...] sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tomada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados

a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. A ação comandada pelo "sentido do jogo" tem toda a aparência da ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Através do exposto podemos extrair que, no que o autor chama de ajustamento das disposições à posição – considerando o espaço social, o campo educacional e cultural, geografia, condições econômicas, a família, o acesso a cultura etc. – enquanto incorporação da necessidade objetiva, temos que o campo patrimonial pertinente a cultura local na relação dialética com o indivíduo, no caso estudado, tem pouca representação junto aos jovens consultados, em uma configuração cultural em que instâncias socializadoras como a família e a escola, e incluímos aqui os equipamentos de cultura nesse processo, apresentam pouco trânsito, de forma geral, pertinente a temática.

Se o autor defende que existe um ajustamento de disposições, das esperanças às chances, quando tratamos dessa relação indivíduo e cultura – sem desconsiderar toda a dificuldade de conceituação do segundo – é fundamental refletir continuamente sobre os traços dessa disposição cultivada, e o que se pretendeu foi justamente alcançar o papel da cultura local nesses esquemas interiorizados. Trata-se do uso de conceitos trabalhados por toda a vida de Bourdieu para se aproximar de uma forma de entendimento da realidade social, partindo do pressuposto de que tal realidade não é dada e sim construída, e dessa forma, acompanhando o autor, “insistir nas capacidades geradoras das disposições, ficando claro que se trata de disposições adquiridas, socialmente constituídas” (BOURDIEU, 2004, p. 25). E que assim, entre tais disposições, o emprego de se lançar o expediente da cultura local, e sua estreita relação com a disponibilidade de acesso à equipamentos culturais. Esse é o fio condutor de todo o trabalho, que tem seu desfecho na relação do aluno com a temática na construção de seu capital cultural.

Como afirmou Meynardo Rocha de Carvalho, em estudo apresentado recentemente sobre a memória da cidade, em que chama a atenção para o “apagamento da memória social e a falta de preservação cultural correspondente”,

A se conjugar os movimentos convergentes que sobrepueram-se a Macaé, seja na dimensão ditatorial, seja na perspectiva da corrida petrolífera, percebe-se um esgarçamento nas relações entre a cidade e

as próprias memórias que a compuseram. De modo que, refletindo as disputas de poder implicadas entre sindicalistas e os governos militares, ou, ainda, a instalação da Petrobras e toda a cadeia do petróleo no seu entorno, há uma redundância entre as desconexões provocadas pelo capitalismo mundial, a história e as memórias locais. Estabelecendo na prática cotidiana a existência de duas cidades. A primeira, alicerce para a segunda, suplantada, ferroviária, esquecida. Desconhecida! A segunda, petrolífera, expoente, diversificada. Expressão mais impactante da atividade de garimpo, argamassada por muitos sonhos e por inúmeras desilusões (2020, p. 311-312).

Esse contexto afina as percepções sobre a realidade da cidade e suas contradições, trazendo à tona a “necessidade de ações de reconhecimento de valor social e histórico”, enquanto possibilitadores da “fruição social enquanto processo pedagógico favorável à autorreflexão e ao aprendizado” (CARVALHO, p. 313). Esse caminho, coaduna com o papel educativo abordado aqui pela escola e instituições culturais, enquanto fomentadores de ressemantização das relações no tempo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as confluências e contradições demonstradas até aqui buscaram problematizar vertentes ligadas à fruição da cultura local primeiramente através das estruturas abordando as políticas culturais do nacional ao municipal assim como os equipamentos de cultura da cidade, entendidos como mediadores e possibilitadores vitais de fruição, em segundo a subjetividade entre os principais atores do processo de apropriação, educadores, gestores e alunos, visando compreender as práticas que compõe a estrutura social, orientadas para a fruição da cultura local.

Deslocamento semelhante também teve abordagem realizada por Bourdieu, quando referindo-se ao campo intelectual francês e seus rótulos através da construção de um “estruturalismo genético”, procurando dar conta da análise das estruturas objetivas enquanto estruturas dos diferentes campos, e inseparáveis da análise do engendramento nos corpos; das estruturas mentais, que são uma parcela do produto da apreensão das estruturas sociais e por fim das estruturas sociais, que se constituem no espaço social, assim como como os grupos que formam esse espaço, “produtos de lutas históricas (nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço)”. (BOURDIEU, 2004, p. 26).

De outra maneira, pode-se dizer que a pesquisa se atentou às estruturas objetivas que permeiam o trabalho com a cultura local a partir das possibilidades de acesso aos diferentes equipamentos culturais, assim como as suas ações nesse viés. Passando pela abordagem realizada pela escola através de disciplinas com abordagem cultural orgânica, chegando à socialização apreendida através da consulta aos alunos com ênfase nas confluências simbólicas, distinções e deslocamentos com o que se entende ou está representado como o patrimônio cultural macaense. Esse estudo de pequeno vulto se fez determinante para a compreensão da realidade social na qual a cultura e o patrimônio local se encontram. Evidentemente esse é apenas um dos inúmeros caminhos que podem ser adotados para abordar a sociedade, no entanto, na nossa compreensão, a utilização dos conceitos propostos por Bourdieu apontaram um caminho de extrema relevância ao combinar a estrutura à subjetividade, oportunizando a mudança a partir da luta através do entendimento da coação social, do arbitrário onde os dominantes (ou distintos) fazem crer o trabalho da natureza, do dom, cristalizado na doxa, descobrindo assim “a coação das condições e dos condicionamentos sociais, até no íntimo do "sujeito", sob a forma do

que chamo[u] de *habitus*” (BOURDIEU, 2004, p. 27), retirando do conceito o sinônimo de destino. Trata-se, como permeou todo o trabalho, de entender esse conceito como um conjunto de esquemas interiorizados, um espaço intermediário, que permite passar, nos dois sentidos, das estruturas determinadas ao longo da constituição de um *corpus*, – através da política, sociedade e instituições –, às ações dos indivíduos e suas experiências adquiridas – reconhecendo as percepções e práticas – inscritos nos corpos (BOLTANSKI, 2005), que guardam especial relação com a família e a educação, dito isso, e em vista disso, adotou-se a abordagem que dialoga com a escola e as instituições culturais, vistas aqui como principais instâncias mediadoras desse processo de acumulação.

Enfatizando os principais personagens desse processo, que cederam seu tempo a nossa pesquisa, chama a atenção o fato de que a grande maioria entre os grupos de entrevistados são migrantes, como chamamos a atenção em todo o texto, quadro que progressivamente tende a se alterar quando nos voltamos para os jovens, dos quais são os pais que migraram para a cidade, sendo essa geração natural de Macaé, o que reforça sobremaneira a discussão e aproximação do patrimônio cultural e a possibilidade de acesso, assim como verdadeira apropriação dos espaços e expressões culturais.

É apropriado esclarecer, que não se almejou, contudo, preconizar previsibilidades ou determinações, mas sim demonstrar o contexto de apropriação do que se entende ou representa como patrimônio cultural local seus atravessamentos e interfaces com a educação e o próprio campo cultural representado pelos equipamentos, e as leituras desse contexto corporificadas nos jovens. Circunscrevendo-se, dessa forma, uma contradição que se apresenta no principal conceito trabalhado pelo autor, que incorreria na possibilidade de eliminação da incerteza na ação em razão da conjuntura que ditaria e justificaria todas as escolhas sem dar o espaço para o imprevisível e a mudança, o que não se realizada objetivamente.

A constituição do capital cultural iniciado no seio familiar e continuado pela escola e reforçado através de instituições culturais, em suas correlações e interfaces com as representações construídas circunscritamente ao patrimônio cultural de Macaé, foi objeto de interpelação sob várias modulações, e o que se encontrou foi o reflexo das tristes tradições das políticas culturais nacionais indicadas por Rubim (2007), na trajetória e experiências individuais, fazendo crer, que de modo geral, pouco avanço nesse campo particular da cultura foi conquistado nacionalmente e na municipalidade, apesar da

constituição de legislações, planos e sistemas ainda não é possível afirmar a cultura como agenda.

Como ponto fora da curva, a criação de uma Secretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico (Lei N.º 2.586/2005), criada pouco depois do museu da cidade, localizado no Solar dos Mellos (Lei N.º 2.463/2004), demonstrou a necessidade de preservação de patrimônio cultural da cidade, até então sem qualquer instituição que tivesse maior centralidade nessa função, o que se perpetuou durante aproximadamente dez anos, com várias alterações administrativas no caminho. As várias ações empenhadas pela secretaria auxiliaram na retirada de temática do aparente obscurantismo que se reverberava nesse campo a muitos anos, e demonstrou avanços, entretanto, atualmente tal progresso não é notado para fora da instituição, dado sua desconstrução amplificada pelo agravamento da situação financeira do município nos últimos anos, que vem servindo de escudo político para o desinvestimento na área.

É admissível afirmar que a inacessibilidade afasta não só dos equipamentos, do campo cultural, mas também do próprio patrimônio, da identificação com a identidade regional, tendendo a dissociar esses elementos da própria formação da cidadania e dos valores intrínsecos como a diversidade e alteridade. Tal tessitura é percebida na fala da maioria dos consultados, envolvendo toda a cadeia que é responsável pela incorporação dessas disposições, a família, a escola e as instituições culturais regionais, uma vez que nos aproximamos dos condicionamentos sociais, a perspectiva de fruição da cultura viabilizada e oportunizada através desses protagonistas do campo tem sua potência estreitada em razão das condições sociais de experiência desses próprios protagonistas. O efeito mais objetivo é a reprodução das desigualdades a partir do campo que mais deveria contribuir para a emancipação do indivíduo e do reconhecimento crítico da realidade, enquanto instrumento de mudança, cristalizados no progressivo apagamento intrínseco à territorialidade.

Revelando um “sistema de condições sociais que tornou possível uma determinada maneira de ser ou de fazer, assim necessitada mas nem por isso necessária” (BOURDIEU, 2004, p. 28), dessa forma contingenciando a liberdade ilusória que se faz crer, descortinando as determinações sociais das práticas, possibilitando “um trabalho de reapropriação”, que venha a modificar as “categorias de percepção”, o que no campo cultural possui uma potência fundamental para a modificação social.

Nesse esteio a visitação, a utilização, e a dinamização dos diversos acervos formadores do patrimônio cultural não devem se estabelecer em um modelo petrificado e enaltecido de uma vertente hegemônica, ou contrário, devem ser ferramentas de revisão constante, comprometidos com uma prática reflexiva e crítica, que venha a possibilitar novas categorias de percepção, “implicando os indivíduos na coisa visitada consultada, de modo a permitir a emergência da verdadeira vida: a que brota pela ação da força subjetiva, íntima, sobre o imenso solo das criações passadas” (DUARTE, 2009, p. 315), se distanciando da “visita ao zoológico” caracterizada por um dos professor consultado.

O acionamento do patrimônio no cotidiano, especialmente nos jovens em formação, enquanto estratégia para promoção da cultura geral e local urge como caminho para beneficiar o histórico social composto até aqui. As dificuldades apresentadas também constituem o itinerário da mudança na relação dialógica entre o indivíduo e a sociedade, como destacou Setton (2002 *apud* Bourdieu, 1992, p. 108), “o *habitus* não é destino, como se vê às vezes. Sendo produto da história, é um sistema de disposição aberto, que é incessantemente confrontado por experiências novas e, assim, incessantemente afetado por elas.” Por fim, acredita-se que a teoria sociológica de Bourdieu possibilitou a análise das narrativas e dos dados levantados tanto através das entrevistas quanto da aplicação dos questionários alcançando aspectos referentes à sua trajetória, permitindo uma maneira de acessar e compreender a formação, a prática, e representações “como construções e expressões do *habitus* incorporadas ao longo da trajetória pessoal e profissional nos vários campos em que esteve inserido (FONTOURA, 2015, p. 21409)”. Nesse sentido novas experiências no campo do patrimônio mediadas pelos profissionais da educação e da cultura através da aplicação de uma política integrada das duas áreas, seriam motores para novas “afetações” na formação do capital cultural dos jovens.

Concordando com Setton (2002, p. 64) que sublinha, na teoria praxiológica, o distanciamento dos determinismos das práticas e a aproximação da relação dialética entre o indivíduo e a sociedade, reforçando as trocas entre o *habitus* individual e a estrutura socialmente definida de um determinado campo. Essa orientação auxilia no entendimento das práticas, pretensões e interesses enquanto produtos de uma relação esse *habitus* e as coações e fomentos de um contexto histórico e social.

Rompe-se com os determinismos, recuperando a noção dos indivíduos como “produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual”, configurando ajustamentos às condições sociais específicas, essas devem ser o principal objeto de discussão, crítica e revisão constante, sob pena da continuidade do desligamento entre a representação da identidade local e o indivíduo.

Nessa direção projetos de extensão desenvolvidos no âmbito da instituição escolar utilizada como campo são uma iniciativa empreendedora, entre eles principalmente os Centros de memória, os NEABI (Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) e os NUGEDIS (Núcleos de Gênero, Diversidade e Sexualidade), mas que necessitam de maior apoio institucional e integração com equipamentos de cultura, como ficou evidenciado nas entrevistas realizadas. Esses e outros projetos de extensão representam uma forte frente integradora entre “o ensino, a pesquisa e a comunidade com grande ampliação de horizontes tanto para as universidades (incluo os institutos federais) quanto para a sociedade”. (ABREU; CHAGAS; SANTOS, 2007).

Tanto as instituições de ensino como de cultura devem ser instrumentos políticos de luta a favor da diversidade cultural, e não meros reprodutores das estruturas ou “fontes de autenticidade cultural”, verdadeiros espaços promotores de reflexão crítica e mudança do campo social, dispositivos formadores de opinião e identidade. Esse viés, também deve considerar entre suas premissas a polifonia cultural, em especial para as instituições de cultura, onde a chancela do Estado confere aos processos de patrimonialização, que necessariamente, implicam uma marca de distinção entre elementos culturais, que não devem servir como justificativa para a alienação, a distinção social através do consumo, a exacerbação de diferenças ou rivalidades entre grupos sociais (ABREU, 2007, p. 122), como podemos assistir atualmente. Assim, não deve-se correr o risco de transformar os bens culturais em objetos de consumo, ou o imaterial em manifestações culturais fetichizadas, enfim tornando as oportunidades de fruição cultural em meros produtos, mercadorias. Dessa forma, “a produção, a valorização e a apropriação de tais bens se remetem sempre ao campo das lutas simbólicas que ocorrem no interior de toda sociedade ou mesmo de um grupo social.” (VELOSO, 2007, p. 231).

Esse viés é sancionado pela ótica da realidade composta por Bourdieu, onde o campo “seria um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais, espaço de disputa e jogo de poder. Segundo ele, a sociedade é composta por vários

campos, vários espaços dotados de relativa autonomia, mas regidos por regras próprias” (SETTON, 2002, p. 65). Temos uma relação de apropriação para formação de disposições, realizada através dos atravessamentos do contexto histórico, aqui largamente situado, trazendo a necessária complexidade à essa sociedade que não constitui um todo orgânico, e também ao patrimônio cultural “precisamente porque ele é fruto de relações sociais definidas, historicamente situadas, e ao mesmo tempo é corporificado em alguma manifestação concreta, seja conceitualmente definida como material ou imaterial”. (VELOSO, 2007, p. 230).

Dito isso, os entrevistados, enquanto intérpretes do seu próprio patrimônio, demonstraram pouca ou nenhuma apropriação do que se entende pelo patrimônio cultural macaense, observado precipuamente o imaterial para os jovens, enquanto reflexo do escasso trabalho desenvolvido pela escola e equipamentos no esteio da educação patrimonial e ações que dialoguem com essa arena. Como chama a atenção Mariza Veloso, (2007, p. 232) “é fundamental que se vincule – sempre – a pulsação do patrimônio cultural à dinâmica da experiência coletiva” enquanto corporificação do sentimento de pertencimento, visto que o patrimônio só adquire real valor e sentido quando inseridos nessa dinâmica, e em função de critérios e interesses historicamente condicionados.

A importância do espaço público e seu revigoramento implica diretamente na identificação, reconhecimento e valorização do patrimônio cultural pela sociedade através da educação em diversas vias. Pois é nesse espaço apropriado “onde múltiplos grupos sociais e suas manifestações culturais e identitárias podem ser reconhecidos como representações legítimas da cultura”. (VELOSO, 2007, p. 232).

A própria ressemantização do patrimônio identificado como representativo da cidade passa pela apropriação desse espaço de produção e fruição cultural, entre eles os equipamentos, que como observado tem distribuição desigual pelo território, constituindo um obstáculo a ser ultrapassado no cenário urbano, principalmente na periferia, e uma demanda social no sentido da garantia do direito a cultura para todos também pelo acesso e representatividade na produção, respeito e diálogo de seu próprio discurso. O descompasso nessa distribuição de equipamentos de cultura pela cidade, não deve ser naturalizado considerando-se apenas o crescimento a partir do centro, mas sim o reflexo das relações de poder que invisibilizam ou visam escamotear o paradoxo do patrimônio e as relações de poder, uma relação de dominação, uma violência simbólica. Toda essa

complexa tessitura é permeada nas relações sociais que dão sentido simbólico e profundidade às práticas culturais, assim como ao senso de identidade, variantes em transformação constante e que obrigam o observador a realizar constantemente novas leituras da dinâmica cultural dessa realidade.

O que se procurou enfatizar e demonstrar são as contradições entre as letras das leis e as políticas culturais – a despeito de alguns avanços – e a realidade da estrutura à disposição e a articulação com as ações, assim como problematizar a relação entre indivíduo e patrimônio local numa cidade marcada pela migração em busca de realização econômica, sob a perspectiva dos equipamentos, da escola e dos jovens, através das práticas relacionadas a essa interface. Apesar de ser possível considerar que a apreensão dos aspectos culturais é por si só heterogênea, as indicações negativas encontradas entre os profissionais no âmbito do trato do patrimônio acionado pelas políticas culturais expõe a necessidade de composição de um programa educativo para toda a população, novamente, especialmente junto aos jovens, como requisito necessário para alteração do desconhecimento do patrimônio local apresentado largamente pelos consultados, auxiliando a produção e fruição cultural e do reconhecimento das diversas matizes que formam esse território. Somente assim esse patrimônio local se cristalizaria, investidos de significados pelos seus partícipes, fazendo sentido e parte do tecido social das experiências, indo além do formal, com a valorização a partir dos significados, compondo e atualizando o capital cultural dos indivíduos.

Esse movimento está no avesso do “processo de fragmentação dos espaços, das formas de convivências sociais no que se refere à metrópole moderna, consequências da modernidade, que encolheu o mundo” (LIMA FILHO, 2007, p. 334), reforçando percepções como pertencimento e identidade tendo como referência a territorialidade, memória, ritos, tradição, diversidade e patrimônio cultural, enquanto composição da socialização em constante ressemantização e ressignificação do material e imaterial, do passado a partir do presente, abarcando o estranhamento, “nesse cenário bourdieuniano de estruturas comportamentais enfeixadas por estruturantes culturais, [em que] as cidades tornam-se palcos de convergências e divergências, duração e dialética, passado e presente, Estado e cidadãos. (LIMA FILHO, 2007, p. 336)”.

Para concluir, respondendo a problemática da qual o texto se debruçou, restou demonstrado que as possibilidades de ação das instituições culturais locais pesquisadas,

no que concerne ao trabalho com a valorização do patrimônio cultural local, não possuem atividades organizadas, tão pouco integradas em si ou com instituições escolares, não constituindo uma pauta de atuação apesar da existência de políticas que indicam esse sentido, mas que também se apresentam sem o devido apoio das gestões municipais, dificultando o estabelecimento de instrumentos de fomento nesse mesmo sentido. Traços que parecem realçados em uma sociedade formada por indivíduos que trouxeram em sua subjetividade laços com outros territórios. Uma das dificuldades que estreita qualquer ação, já de início, é a desigual distribuição dos equipamentos de cultura pela cidade, sem qualquer política de referência no sentido de dirimir a questão do acesso para a sociedade em toda sua amplitude, ou possibilitar formas de extensão das instituições existentes em áreas periféricas. No espaço escolar consultado, também foi possível verificar que as dificuldades no tratamento da temática se repetem, sem a existência de uma pedagogia concreta que estabeleça um diálogo entre os conteúdos e a territorialidade, atravessada pela identidade, como apoio ao ensino das disciplinas consultadas. Essas variantes culminam com a contribuição progressiva da clivagem dessas interfaces da vida cotidiana da juventude, incorporando esquecimentos na socialização, que tem o efeito não somente de transformação das identidades locais, mas de aumentam a dificuldade de operar na formação da cidadania integral.

Não devemos ocultar o dinamismo de toda essa sociabilidade, enquanto um complexo embricamento que envolve a negociação constante com a realidade social, dotando os indivíduos de um papel ativo, que os retira da condição de mero reprodutor social das coerções ideológicas e culturais das estruturas binaristas postas que tendem a legitimação de uma verdade, incapazes de reconhecer e expressar toda a riqueza cultural de um povo, pois esse é o campo de luta do qual não se deve abrir mão, e constitui um caminho para necessária mudança e garantia dos direitos culturais para a totalidade da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Museus, patrimônios e diferenças culturais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond: MinC/IPHAN/DEMU, 2007.
- ABREU, Regina. Tesouros humanos vivos ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond: MinC/IPHAN/DEMU, 2007.
- ABRIL: Mês ferroviário em Macaé. **Macaé News**, Macaé, 8 abr. 2015. Disponível em: <http://www.macaenews.com.br/artigo/566-abril-mes-ferroviario-em-macae-queremos>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- ACHUGAR, Hugo. **A política cultural no acordo Mercosul**. Estudos avançados, v. 8, n. 20, p. 215-229, 1994.
- ACOSTA, Lourdes. Fórum de Cultura dá nova redação à lei de criação do Conselho. [Notícias da] Prefeitura de Macaé, 16 dez. 2015. Disponível em: <http://www.macaerj.gov.br/fmc/leitura/noticia/forum-de-cultura-da-nova-redacao-a-lei-de-criacao-do-conselho>. Acesso em: 25 maio 2020.
- ALVES, ANA RODRIGUES CAVALCANTI Dos *habitus* de classe aos patrimônios individuais de disposições: reflexões sobre a prática em Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 42, mayo/ago, 2016.
- ALVES, Emiliano Rivello. Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 179-184. jan./abr. 2008.
- ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. [Trabalho relativo à história do IPHAN]. São Paulo, SP: IPHAN, 1997.
- ANUÁRIO de Macaé 2012. Macaé: Coordenadoria Geral do Programa Macaé Cidadão, 2012.
- ARTE no Museu Solar dos Mellos em Macaé acontece no próximo dia 10. **Economia e negócios, Macaé**, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://economianegocios.com.br/news/arte-no-museu-solar-dos-mellos-em-macae/>. Acesso em: 25 maio 2020.
- AUDIÊNCIA [da] Comissão de Educação. Macaé: Câmara Municipal de Macaé, 2020. 1 vídeo (2h 22min). Publicado pelo canal Câmara de Macaé. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p-sRBGQjq6M&t=32s>. Acesso em: 29 maio 2020.

BACELLAR, Adriana. Cultura divulga programação de outubro do Teatro Municipal. [Notícias da] Prefeitura de Macaé, 26 set. 2017. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/cultura-divulga-programacao-de-outubro-do-teatro-municipal> Acesso em: 25 maio 2020.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural em tempo de crise: o Ministério da Cultura no Governo Temer. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, n. 1, p. 239-260, 2018.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: Rubim, Antônio Albino Canelas (Org.) **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: primórdios (1500-1930). In: ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 5., 2009, Salvador. **Anais [...]**. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador: UFBA, 2009.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 5. ed. São Paulo: Florianópolis: Ed. UFSC, 2002. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~freitas.filho/cursos/Metodos/2005-2/Aulas/A11-12/6%20-%20Amostragem%20pf.pdf> e <http://www.inf.ufsc.br/~pedro.barbetta/livro1.htm> Acesso em: 22 jan. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BOLTANSKI, Luc. Usos fracos e intensos do *habitus*. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BORDALO, Alexandre. Acervo bibliográfico da Semaph está disponível a pesquisadores. [Notícias da] Prefeitura de Macaé, 20 out. 2010a. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/acervo-bibliografico-da-semaph-esta-disponivel-a-pesquisadores> Acesso em: 25 maio 2020.

BORDALO, Alexandre. Macaé do futuro é analisada em Encontro de funcionários do Programa Macaé Cidadão. [Notícias da] Prefeitura de Macaé, 29 maio 2009. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/macaee-do-futuro-e-analisada-em-encontro-de-funcionarios-do-programa-macaee-cidadao> Acesso em: 25 maio 2020.

BORDALO, Alexandre. Solar dos Mellos: Macaé sob todos os ângulos. [Notícias da] Prefeitura de Macaé, 22 nov. 2010b. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/cultura/leitura/noticia/solar-dos-mellos-macaee-sob-todos-os-angulos> Acesso em: 25 maio 2020.

BOTELHO, Isaura. A política cultural & o plano das ideias. In: Rubim, Antônio Albino Canelas (Org.) **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Senso pratico**. São Paulo: Vozes, 2009

BOURDIEU, Pierre. **The logic of practice**. Cambridge: Polity Press, 1990 [1980].

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. LEI Nº 13.005 DE 25 DE JUNHO DE 2014 de 2014. APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. D.O.U. DE 26/06/2014, P. 1 EDIÇÃO EXTRA

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial da Cultura. **Discurso de posse de Juca Ferreira**. Brasília, 12.01.2015. Disponível em: <http://cultura.gov.br/293144-revision-v1/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 526, de 1º de julho de 1938. Institui o Conselho Nacional de Cultura**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/7/1938, Página 13385

BRASIL. Presidência da República. **Lei 7.505 1986, dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/7/1986, Página 9763

BRESCIANI, Eduardo. Mais de 20% dos municípios não tinham bibliotecas públicas em 2009: censo sobre as bibliotecas públicas municipais foi feito pela FGV. **G1**, Brasília, DF, 30 abr. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/04/mais-de-20-dos-municipios-nao-tem-bibliotecas-publicas-diz-censo.html>

CALABRE, L. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. **Revista Escritos**, Rio de Janeiro, Ano 7, n. 7, p. 323-345, 2013.

CALABRE, Lia. **Escritos sobre políticas culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

CALABRE, Lia. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. **Escritos**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 7 p. 323-345, 2013.

CALABRE, Lia. Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011 - 2014. *In:* RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. (Orgs.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. *In:* Rubim, Antônio Albino Canelas (Org.) **Políticas culturais no Brasil**. Salvador : EDUFBA, 2007.

CALIL, Carlos Augusto. A mazela espiritual ou a cultura do cidadão. *In:* CARNEIRO, Juliana; BARON, Lia. **Gestão cultural**. (Orgs.). Niterói: Niterói Livros, 2018.

CAMAZ, Fernando Ribeiro. Duque de Caxias-Rio de Janeiro: contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento social. **Revista brasileira de geografia econômica**, São Gonçalo, RJ, ano 4, n. 7, 2015.

CANAL, Nathalia Urbano. **Experiência significativa**: a transformação de si mesmo e sua incidência na ação. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CANCLINI, Néstor Garcia (Org.). **Políticas Culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

CARDOZO, José Carlos da Silva. Encontros e desencontros entre Bourdieu e o marxismo = Meetings and disagreements between Bourdieu and marxism. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 200-206, jan./jun. 2012

CARVALHO, Augusto de. **Apontamentos para a Historia da Capitania de S.Thomé**. Campos: Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888.

CARVALHO, Meynardo Rocha de. Memórias ferroviárias e ditadura civil-militar: identidade de classe, poder e esquecimento em Macaé. 2020. Tese (Doutorado em memória social) – Universidade Federal Do Estado Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Fabio Fonseca de; RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes; ROCHA, Renata. Entrelaces entre lugar e cultura: pensando políticas culturais para as cidades. *In:* CASTRO, Fabio Fonseca de; RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes; ROCHA, Renata (Orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: EDUFBAS, 2018

CASTRO, Fabio Fonseca de; RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes; ROCHA, Renata (Orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: EDUFBAS, 2018.

CEEP. **Mapa do Estado do Rio de Janeiro** - Brasil - Regiões de Governo e Municípios – 2018. Disponível em:
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maparj2018-Mapa_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro_-_Brasil_-_Regi%C3%B5es_de_Governo_e_Munic%C3%ADpios_-_2018.png. Acesso: 12 jun. 2020.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo UNESP, 2001.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COMERCIANTES e empresários participam de palestra sobre vendas no Teatro Municipal de Macaé. **Clique Diário**, Macaé, 06 jun. 2019. Disponível em:
<https://cliquediario.com.br/cidades/comerciantes-e-empresarios-participam-de-palestra-sobre-vendas-no-teatro-municipal-de-macaee>. Acesso em: 25 maio 2020.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MACAÉ. **Ata da Reunião nº 09/2019**. Macaé, 9 jul. 2019. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/14revGOe7cG8Lesynk76I1mghP87eEnlm>
 Acesso: 12 jun. 2020.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MACAÉ. **Ata da Reunião nº 02/2020**. Macaé, 10 mar. 2020. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/14revGOe7cG8Lesynk76I1mghP87eEnlm>
 Acesso: 12 jun. 2020.

COSTA, R. C. R. **Exclusão Social e desenvolvimento humano: um mapeamento das desigualdades e do desenvolvimento sócio-econômico do município de Macaé: Análise Sociológica da Pesquisa Domiciliar do Programa Macaé Cidadão**. Macaé/RJ: Prefeitura Municipal de Macaé. Programa Macaé Cidadão, 2007.

DIAGNÓSTICO Geral do Município de Macaé: Revisão do Plano Diretor. Janeiro de 2014. Disponível em:
<http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1429918917.pdf>

DUARTE, Aimée Schneider. As faces da cultura no âmbito da Constituição Federal de 1988. *In*: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, José Roberto (Orgs.). **Direitos culturais**. Salvador : EDUFBA, 2018.

ENNE, Érika. Único prédio tombado de Macaé está em ruínas. **Jornal o Debate**, Macaé, 10 abr. 2009. Disponível em:
<https://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/8351/unico-predio-tombado-de-macaee-esta-em-ruinas> Acesso em: 25 maio 2020.

FGV. CPDOC. Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945): Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: FGV, [201-?]. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/SPHAN>. Acesso em: 05 jan. 2021.

FIGUEIREDO, Pedro; RIANELLI, Erick. 'Trilha do Voto': 'Capital do Petróleo', Macaé sente a crise e tem até 'Praça dos Desempregados'. **G1**, Rio de Janeiro, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/08/14/trilha-do-voto-capital-do-petroleo-macaee-sente-a-crise-e-tem-ate-praca-dos-desempregados.ghtml> Acesso em: 25 maio 2020.

FONTOURA, Mariana Purcote. Pierre Bourdieu: possibilidades de análise com narrativas de história de vida. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015. p. 21409-21424.

FORJAZ, Maria Cecilia Spina. Industrialização, Estado e sociedade no Brasil (1930-1945). **Rev. Adm. Empr.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 35-46, jul./set. 1984.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Editora, 2005

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 9 ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981.

GAMA, Tatiana. Comemorações dos 200 anos de Macaé começam sábado. **[Notícias da] Prefeitura de Macaé**, 18 jun. 2013. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/esane/leitura/noticia/comemoracoes-dos-200-anos-de-macaee-comecam-sabado> Acesso em: 25 maio 2020.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. In: E. F. Macaé a Campos (1873-c.1890). **Estações ferroviárias do Brasil**. [S. l.], 1 fev. 2018. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_litoral/macaee.htm. Acesso em: 29 jul. 2019.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília : MinC, 2003

GRIMSON, Alejandro. **Los límites de la cultura: crítica de las teorías de la identidad**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

GUEDES, Angela Cardoso. Pierre Bourdieu e os públicos de museus. In: **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação / organização Regina Maria Marteleto e Ricardo Medeiros Pimenta**. - 01. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2017.

HÁBITOS Culturais dos Cariocas – População residente na cidade do Rio de Janeiro com 12 anos ou mais. Relatório de Pesquisa. **Datafolha**, Rio de Janeiro, out. 2013.

HAUSSEN, Dóris Fagundes Rádio, populismo e cultura: Brasil e Argentina (1930-1955). **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 5, nov. 1996.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

IBGE. **Perfil dos estados e municípios brasileiros: cultura**, 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: cultura**, 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE: diferença de acesso à cultura está relacionada à cor e região: Norte e Nordeste, regiões onde a população é em sua maioria preta e parda, têm a menor oferta de equipamentos culturais. **Correio Braziliense**, 05 dez. 2019. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/12/05/interna-brasil,811835/ibge-diferenca-de-acesso-a-cultura-esta-relacionada-a-cor-e-regiao.shtml>. Acesso em: 25 maio 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Patrimônio cultural: educação para o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: INEPAC, 2014

JULIO, Elaine; SANTOS; Kelly, MORAES; FARIA NETO, Antonio. Estruturação de aplicação da análise de conteúdo. **Revista Ciências Exatas**, v. 23, n. 2, p. 19-29, 2017.

KUPIEC, Anne; NEITZEL, Adair de Aguiar; CARVALHO, Carla. A mediação cultural e o processo de humanização do homem. **Antares: Letras e Humanidades**, [s. l.], v. 6, n. 11, jan-jun 2014.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994. v. 2.

LIMA, Deborah Rebello; COSTA, Lilian, Araripe Lustosa da. Tecendo aproximações entre políticas culturais e territórios urbanos. In: CASTRO, Fabio Fonseca de; RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes; ROCHA, Renata (Orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: EDUFBAS, 2018

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. A cidade como objeto: ressonâncias patrimoniais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond: MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

LISBÔA, Andréa. Criação do Conselho e do Fundo Municipal de Cultura é prevista para esse ano. **[Notícias da] Prefeitura de Macaé**, 21 out. 2008. Disponível em: <http://www.macaerj.gov.br/noticias/leitura/noticia/criacao-do-conselho-e-do-fundo-municipal-de-cultura-e-prevista-para-esse-ano> Acesso em: 25 maio 2020.

LONDRES, Cecília. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena Maria Bousquet (Org.) **Constelação Capanema: intelectuais políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MACAÉ. Câmara. **Câmara aprova o fim da Fundação Macaé de Cultura**. Disponível em: www.cmmacaerj.gov.br/camara-aprova-o-fim-da-fundacao-macaer-de-cultura/ 2018a

MACAÉ. Câmara. Indicação 197 de 20 de março de 2015. **Solicita que seja criado projeto com o objetivo de regulamentar e promover de forma ampla a proteção do patrimônio cultural do Município de Macaé. 2015.** Disponível em: <http://www.cmmacaerj.gov.br/proposicao/solicita-que-seja-criado-projeto-com-o-objetivo-de-regulamentar-e-promover-de-forma-ampla-a-protecao-do-patrimonio-cultural-do-municipio-de-macaer/>

MACAÉ. GEOMACAÉ. **Distritos.** Macaé: PMM, [2018?].

MACAÉ. GEOMACAÉ. **Setores administrativos.** Macaé: PMM, [2012?].

MACAÉ. Prefeitura. **Lei 2.445 de 18 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre o Patrimônio Cultural do Município de Macaé. Macaé: PMM, 2003.

MACAÉ. Prefeitura. **Lei 3.020 de 26 de dezembro de 2007.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no âmbito do Município de Macaé e dá outras providências. Macaé: PMM, 2007.

MACAÉ. Prefeitura. **Lei 3.817 de 31 de maio de 2012.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Cultura. Macaé: PMM, 2012a.

MACAÉ. Prefeitura. **Lei 3.818 de 31 de maio de 2012.** Institui o Fundo Municipal de Cultura, FMC. Macaé: PMM, 2012b.

MACAÉ. Prefeitura. **Lei 4.446 de março de 2018.** Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé, e dá outras providências. Macaé: PMM, 2018b.

MACAÉ. Prefeitura. **Lei 4.447 de março de 2018.** Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Macaé, e dá outras providências. Macaé: PMM, 2018c.

MACAÉ. Prefeitura. **Lei 4.448 de março de 2018.** Dispõe sobre a instituição do Plano Municipal de Cultura e dá outras providências. Macaé: PMM, 2018d.

MACAÉ. Prefeitura. **Lei Complementar 214/2012.** Macaé: PMM, 2012.

MACAÉ. Prefeitura. **Lei complementar 256 de 29 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a reestruturação na Administração Pública Municipal e dá outras providências. Macaé: PMM, 2016.

MACAÉ. Prefeitura. **Lei Complementar 279/2018.** Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor do Município de Macaé. Macaé: PMM, 2018.

MACAÉ. Prefeitura. **Lei Complementar Municipal nº. 248/2015.** Macaé: PMM, 2015.

MACAÉ. Prefeitura. **Lei Complementar N.º 141 de 3 de março de 2010. de dezembro de 2004.** Dispõe Sobre O Código De Urbanismo Do Município De Macaé E Dá Outras Providências. Diário Oficial, Macaé, 2010. Disponível em:

<http://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1471911913.pdf> Acesso em: 25 maio 2020.

MACAÉ. Prefeitura. **Lei Complementar N.º 46 de 16 de dezembro de 2004**. Modifica a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Macaé [...]. Diário Oficial, Macaé, 2004a. Disponível em:

[http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/sim/midia/anexolegislaao/\(LC-046-2004\)_LC%20046-2004.pdf](http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/sim/midia/anexolegislaao/(LC-046-2004)_LC%20046-2004.pdf) Acesso em: 25 maio 2020.

MACAÉ. Prefeitura. **Lei Complementar n.º. 045/2004**. Macaé: PMM, 2004b.

MACAÉ. Prefeitura. **LITERATURA**. Macaé, [entre 2005 e 2015]. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/literatura> Acesso em: 25 maio 2020.

MACAÉ. Prefeitura. **Macaé é destaque no IDEB estadual**. 4 set. 2018. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/macaee-destaque-no-ideb-estadual> Acesso em: 25 maio 2020.

MACAÉ. Prefeitura. **O Município em Dados**. Disponível em: <http://macaee.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/o-municipio-em-dados> Acesso em: 25 maio 2020.

MARÇAL, Maria Christianni Coutinho; MELLO, Sérgio C. Benício de; CORRÊA, Maria Iraê de Souza; SOUZA, Angela Cristina Rocha de. A experiência do primeiro ano de institucionalização da política pública “economia criativa” em Pernambuco. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 2, n. 7, p. 228-248, 2014.

MARCELLO, Maria Carolina. Em discurso para prefeitos, Bolsonaro defende Estado mínimo e redução de impostos. **Reuters**, 23 maio 2018. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKCN11O302-OBRDN> Acesso em: 10 dez. 2019.

MARTINS, Thiago Lucas R. A frequência aos museus: uma análise à luz dos estudos de Pierre Bourdieu. **Revista MovimentoAção**, [s. l.], v. 03, n. 04, p. 107-118, 2016.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria (Coord.). **Equipamentos Culturais na América do Sul: desigualdades = Equipamientos culturales en América del sur: desigualdades**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 127-151, set./dez. 2005.

MENEZES, Vinícios Souza de; GÓMEZ, Maria Nélide González de. Anotações sobre linguagem, informação e cultura na praxiologia de Pierre Bourdieu *In: Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação* / organização Regina Maria Marteleto e Ricardo Medeiros Pimenta. - 01. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2017.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Pierre Bourdieu e Darcy Ribeiro: contrapontos sobre os sentidos do intelectual, da educação e da escola. *In: Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação* / organização Regina Maria Marteleto e Ricardo Medeiros Pimenta. - 01. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. São Paulo, Vozes, 2009.

MIRANDA, Danilo. Entrevista com Danilo Miranda. **Revista do Observatório Itaú Cultural / OIC** - n. 6, (jul./set. 008). – São Paulo, SP : Itaú Cultural, 008.

MOTA, CARLOS GUILHERME. Cultura brasileira ou cultura republicana? **Estudos Avançados USP**, São Paulo, V. 4, N. 8, 1990.

MOYSÉS, Yana dos Santos. O COMPERJ: modelo de desenvolvimento hegemônico e contradições no espaço local (Itaboraí, Rio de Janeiro). **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 01-24, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/17779/11605>, Acesso em? 29 jul. 2019.

MUSEU tem programação para toda a família até sexta. **Jornal o Debate**, Macaé, 24 out. 2019. Disponível em: <https://www.odebateon.com.br/museu-tem-programacao-para-toda-a-familia-ate-sexta/> Acesso em: 25 maio 2020.

OFFICINA DE ESTUDOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Políticas Públicas de Memória em Campos dos Goyacazes**. Palestrantes Aline Portilho, Eugênio soares, mediados por Fabiana Barreto. Campos dos Goyacazes, 22 maio 2020. Facebook: Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural. Disponível em: <https://www.facebook.com/1501499830148299/videos/557780254923789/>. Acesso em: 23 maio 2020.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. *Cadernos CEOM “Bens Culturais e Ambientais”*, ano 21, n. 29, p. 19-38, 2008.

OLIVEIRA, Ariane Alfonso Azambuja de. **Museus de arte e seu caráter de espaço educativo**. SIAM. [S. l.: s. n.], 2012. Series Iberoamericanas de Museología. Vol. 2.

PATRIMÔNIO tombado é tratado como depósito de esgoto em Campos: situação do Canal Campos-Macaé tornou-se alvo de denúncias. **Notícias, o Jornal do Norte Fluminense**, Campos dos Goytacazes, 25 jul. 2018. Disponível em: www.nfnoticias.com.br/noticia-11798/patrimonio-tombado-e-tratado-como-deposito-de-esgoto-em-campos Acesso em: 25 maio 2020.

PEREIRA, Alda et al. **Análise de Conteúdo de uma Entrevista Semi-Estruturada**. [S.l.: s.n.]: 2011. Disponível em: <http://mpelearning.pbworks.com/f/MICO.pdf> Acesso: 12 jun. 2020.

PORTO, Marta. Cultura para a política cultural. *In: Rubim, Antônio Albino Canelas (Org.) Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

PRADO, MARLA MICHELLE NASCIMENTO PORTELA DO. O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO CAMPO DE DISPUTA. 69 p. 2010. Monografia (Graduação em Museologia) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, Cachoeira, BA, 2010.

PRIMEIRO Fórum do Conselho Municipal de Cultura acontece na Rinha das Artes. [Notícias da] Prefeitura de Macaé, 14 dez. 2015. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/primeiro-forum-do-conselho-municipal-de-cultura-acontece-na-rinha-das-artes> Acesso em: 25 maio 2020.

QUADROS, Raquel dos Santos; MACHADO, Maria Cristina Gomes. O ministro Gustavo Capanema e a ação cultural do ministério da educação e saúde na era Vargas. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, jul - dez, 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: UNICAMP, 2008.

ROCHA, Renata. Políticas culturais na América Latina uma abordagem teórico-conceitual. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 674-703, jun./dez. 2016

ROQUE, Laiara de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ROSTOW, W. W. Chapter 2, "The Five Stages of Growth-A Summary. *In: The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960. Disponível em: <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/ipe/rostow.htm>. Acesso em: 25 jul. 2019.

RUBIM, Albino. Panorama das políticas culturais no mundo. *In: RUBIM, Albino; ROCHA, Renata (Org.). Políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 13-27.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In: Rubim, Antônio Albino Canelas (Org.). Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. *In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. (Orgs.). Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: EDUFBA, 2015.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural. *In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTOS, Milton. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia** – Ano. 1 – No 1 – 1999

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *In*: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios** – ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13- 21

SARNEY, José. Incentivo à cultura e sociedade industrial. *In*: JELÍN, Elizabeth et al. **Cultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000. p. 27–44.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador d. Pedro II**, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação* Maio/Jun/Jul/Ago 2002 Nº 20

SHEILA da Costa será a Secretária de Cultura. **Jornal o Debate**, Macaé, 21 maio 2009. Disponível: https://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/8861/sheila-da-costa-sera-a-secretaria-de-cultura?no_redirect=true. Acesso em: 25 maio 2020.

SILVA, Andresa Lourenço da. Breve discussão sobre o conceito de cidade média. **Geingá**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 5, n. 1 , p. 58-76, 2013.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s** Revista Eletrônica, [S.l.], v. 17, n. 1, 2015.

SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). **Institutos Federais**: Lei 11.892, de 29/12/2008: Comentários e Reflexões. Natal, RN: IFRN-Editora, 2009. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&category_slug=marco-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SILVA, Gabriela Toledo. **A Unesco e a trajetória da política cultural**: momentos e movimentos de uma linguagem de ação pública (1966-1982). 2016. Tese (Doutorado em Administração pública e governo) – Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2016.

SILVA, Márcia . As desigualdades sócioterritoriais no município de Macaé, capital do ouro negro, e seus impactos sobre o desenvolvimento local. *In*: CONGRESSO URUGUAYO DE SOCIOLOGÍA, 2., 2013, Montevideo. **Anais** Desigualdades sociales y políticas públicas en el uruguay de hoy. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2013.

SILVA, Márcia da Conceição. Os novos moradores de Macaé: o processo de migração em busca de emprego formal e o crescimento desordenado da cidade. **Revista Águila**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 72-83, jan./jun. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/291350616_Os_novos_moradores_de_Maca_e_o_processo_de_migracao_em_busca_de_emprego_formal_e_o_crescimento_desordenado_da_cidade. Acesso em: 15 jun. 2020.

SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu e ; FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Migração em Macaé: Impactos da Industrialização no Processo de Urbanização. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes, v. 14, n. especial 2, p. 111-132, 2012.

SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu e. **O desafio da qualidade da educação na perspectiva de dois olhares: território e gestão escolar**. O que dizem duas escolas da rede municipal de ensino do município de Macaé/RJ. Dissertação (Mestrado em políticas sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes – RJ, 2013.

SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu e; CARVALHO, Meynardo Rocha de (orgs.). **Macaé, do caos ao conhecimento**: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2019.

SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu e; CARVALHO, Meynardo Rocha de (orgs.). **Macaé, do caos ao conhecimento**: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2019.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. *In*: Rubim, Antônio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SORANO, Vitor. Bolsonaro transfere Secretaria de Cultura para Ministério do Turismo. **G1**, 07 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/07/bolsonaro-transfere-secretaria-de-cultura-para-ministerio-do-turismo.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SOUZA, Francisco Ricardo Calixto de; PINTO, Francisco Roberto. A economia criativa como política pública de desenvolvimento econômico: o caso do estado do Ceará. *In*: Seminário Internacional Políticas culturais, 7., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 802-815.

SOUZA, Márcio. **Fascínio e repulsa**: estado, cultura e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000.

TAVARES, Alice; RESCH, Sibelly. **Políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no município de Macaé**. [São Paulo]: Universidade Metodista de São Paulo, [2015?].

TRABALHAR com Bourdieu. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

UNESCO. **Cultural policy**: a preliminary study. Paris: UNESCO, 1969.

UNESCO. Declaración de México sobre las Políticas Culturales. *In*: **CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS**. Mondiacult. Cidade do México: UNESCO, 1982.

VALLERIUS, Denise Mallmann. Regionalismo e crítica: uma relação conturbada=Regionalism and criticism: a troubled relationship. **ANTARES**, [s. l.], n. 3, jan./jun., 2010.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus, coleções e patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond: MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

VIEIRA, Silviane de Souza. O tombamento como prática social: a atuação do IPHAN em Campos dos Goytacazes. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2003.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o *Habitus*. **Educação & linguagem**, [s. l.], ano 10, n. 16, p. 63-71, jul.-dez. 2007. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ms/index.php/el/article/view/126/136>. Acesso em: 28 maio 2020.

APÊNDICE A – CRONOLOGIA DAS PRINCIPAIS INICIATIVAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Presidente	Ano	Política Cultural do governo(principais iniciativas)
Getúlio Vargas (Gestão Gustavo Capanema 1934-1945 no Ministério da Educação e Saúde Pública, posteriormente Ministério da Educação e Saúde)	1930	a) Criação do Ministério da Educação e Saúde
	1936	a) Criação do Superintendência de Educação Musical e Artística; b) Criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE); c) Criação do Serviço de Radiodifusão Educativa.
	1937	a) Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) sob os auspícios de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco; b) Criação do Instituto Nacional do Livro (INL); c) Criação do Serviço Nacional de Teatro (SNT).
	1938	a) Criação do Conselho Nacional de Cultura
	1939	b) Criação do Departamento de Imprensa e Propaganda
Getúlio Vargas	1953	a) Instalação do Ministério da Educação e Cultura pela divisão do Ministério da Educação e Saúde nos Ministérios da Saúde e da Educação e Cultura (MEC);
Café Filho	1955	a) Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB);
Juscelino Kubitschek	1958	a) Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro
Jânio Quadros	1961	b) Reativação do Conselho Nacional de Cultura;
Humberto Castelo Branco	1966	a) O Conselho Nacional de Cultura se transforma em Conselho Federal de Cultura; b) Criação do Instituto Nacional de Cinema (INC).
Artur da Costa e Silva	1968	a) Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Junta Governativa Provisória	1969	a) Criação da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME).
Emílio Garrastazu Médici (Gestão Jarbas Passarinho 1969-1973 no MEC)	1970	a) Transformação do SPHAN em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); b) Criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), subordinado ao MEC
	1973	a) Lançamento do Programa de Cidades Históricas (PCH) e do Plano de Ação Cultural (PAC); b) Criação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA).
Ernesto Geisel (Gestão Ney Braga 1974-1978 e Euro Brandão 1978-1979 no MEC)	1975	a) Instituição do primeiro Plano Nacional da Cultural (PNC), e da Campanha Nacional do Folclore. b) Criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC); c) Criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE)
	1976	a) Criação do Conselho Nacional de Cinema (1976), b) Radiobrás (1976) c) Primeiro encontro de Secretários Estaduais de Cultura
	1979	a) Criação da Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória) por Aloísio Magalhães; b) Criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, fusão entre o IPHAN, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e o Programa Cidades Históricas (PCH);
João Figueiredo (Gestão Rubem Ludwig 1980-1982 no MEC com Aloísio Magalhães na Secretaria da Cultura entre 1981-1982)	1981	a) Criação da Secretaria de Cultura do MEC assumida por Aloísio Magalhães formada por duas subsecretarias: a de Assuntos Culturais, ligada a FUNARTE e a de Patrimônio ligada ao IPHAN e a Fundação Pró-Memória;

José Sarney (Gestão José Aparecido de Oliveira 1985; Aluísio Pimenta 1985-1986; Celso Furtado 1986-1988; Hugo Napoleão do Rego Neto 1988; José Aparecido de Oliveira 1988-1990 no Ministério da Cultura)	1985	a) Criação do Ministério da Cultura, antes sob a autoridade do Ministério da Educação e Cultura.
	1986	a) Promulgação da Lei 7.505 de 2 de julho de 1986 (Lei de incentivo fiscal, conhecida como lei Sarney); b) Secretarias de Apoio à Produção Cultural
	1987	a) Criação da Fundação Nacional Pró-Leitura (reunindo a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro); b) Criação da Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN). c) Fundação do Cinema Brasileiro
	1988	a) Instituto Palmares
Fernando Collor de Mello (Gestão Paulo Rouanet 1991-1992 na Secretaria de Cultura)	1990	a) Extinção da FUNARTE, do Pró-Memória, da Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN), Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), Fundação Nacional Pró-Leitura (Pró-Leitura), EMBRAFILME e reformulação do SPHAN, com nova aglutinação entre duas novas instituições, o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC) e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC); b) Transformação do Ministério da Cultura em Secretaria da Cultura, vinculada à Presidência da República.
	1991	a) Promulgação da Lei 8.313 que criou o Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC) Lei Rouanet e o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (FICART)
Itamar Franco	1992	a) Reestabelecimento do Ministério da Cultura; b) Promulgação da lei 8.685, de 20 de julho de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.
Fernando Henrique Cardoso (Gestão Francisco Weffort 1995-2002 no Ministério da Cultura)	1994	a) O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) volta a se chamar IPHAN.
	1995-2003	a) Modificações na Lei Rouanet com aumento da participação da iniciativa privada; b) Promulgação do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).
Luiz Inácio Lula da Silva (Gilberto Gil 2003-2008; Juca Ferreira 2008-2010 no Ministério da Cultura)	2003-2011	a) Reestruturação do Ministério da Cultura, com a instituição de seis secretarias: Fomento e Incentivo à Cultura, Políticas Culturais, Cidadania Cultural, Audiovisual, Identidade e Diversidade Cultural e Articulação Institucional b) Ratificação do texto oficial da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, por meio do Decreto Legislativo 485/2006; c) Divulgação dos primeiros dados culturais pelo IBGE d) Criação do Plano Nacional de Cultura - PNC, e do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e) Criação de Câmaras Setoriais; f) Reativação do Conselho Nacional de Política Cultural g) Programa "Pontos de Cultura", no âmbito do Cultura Viva; h) Realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura i) I e II Conferência Nacional de Cultura (2005 e 2010) j) Envio ao legislativo do Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura (Projeto de Lei nº 6722/2010) para Reformulação da Lei Rouanet
Dilma Rousseff	2012	a) Criação da Secretaria de Economia Criativa (SEC)

(Gestão Ana de Hollanda 2011-2012; Marta Suplicy 2012-2014; Juca Ferreira 2015-2016; no Ministério da Cultura)		b) Aprovação do Sistema Nacional de Cultura com a emenda constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012; c) Criação do Vale-Cultura;
	2013	a) Aprovação da emenda constitucional nº 75, de 15 de outubro de 2013 que instituiu imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais b) III Conferencia Nacional de Cultura c) Lançamento do Mais Cultura nas Escolas
	2014	a) Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências; b) Instituição do Marco Civil da Internet; c) Lançamento do Mais Cultura nas Universidades
	2015	a) Extinção da Secretaria de Economia Criativa
Michel Temer (Gestão Marcelo Calero 2016; Roberto Freire 2016-2017; João Batista de Andrade, 2017 e Sérgio Sá Leitão 2017-2018 ; no Ministério da Cultura)	2016	a) Extinção do Ministério da Cultura em 12 de maio de 2016, sendo reestabelecido em 23 de maio de 2016.
Jair Bolsonaro	2019-2020	a) Extinção do Ministério da Cidadania, com sua transformação em Secretaria de Cultura, subordinada ao Ministério da Cidadania e posteriormente ao Ministério do Turismo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

APÊNDICE B – EQUIPAMENTOS CULTURAIS EM MACAÉ

Centro Cultural

Centro Cultural Rinha das Artes

O Centro Cultural Rinha das Artes possui uma área de 600 m² com espaços multimídia e para apresentações de artes cênicas, biblioteca e cantina. O Centro Cultural é administrado pelo grupo teatral ACTO, o mais antigo em atividade na cidade. Em 2010, o grupo tornou-se Ponto de Cultura através do projeto Acto Comunidade, que busca novos talentos e agentes culturais em bairros periféricos e oferece a eles oficinas de interpretação teatral, cenografia e iluminação.

Fonte: <https://rinhadasartes.wixsite.com/rinhadasartes>

Centro Macaé de Cultura

Abriga a Galeria de Arte Hindemburgo Olive (GaHO) que recebe mostras de artistas locais o ano todo, o teatro municipal e a Escola Municipal de Artes Maria José Guedes (EMART), é a primeira escola de artes do município e foi iniciada com o Curso de Especialização em Montagem de Espetáculos. Cadastrada no Ministério da Educação, oferece cursos livres e técnicos nas áreas de teatro, música e artes plásticas.

Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/cultura>

Centro Cultural do Legislativo

O prédio foi construído na primeira metade do século XIX, em estilo neoclássico, para servir de residência. Já abrigou a Prefeitura e atualmente é ocupado pela Câmara Municipal. Destaque para o mobiliário de madeira entalhada em seu interior. Desde agosto de 2019, o Museu passou a fazer parte do Centro Cultural do Legislativo, juntamente com a Biblioteca e a Escola do Legislativo.

Fonte: <http://www.cmmacaee.rj.gov.br/centro-cultural-do-legislativo/>

Casa de Cultura

Centro Integrado de Estudos do Movimento Hip Hop (CIEMH2)

CIEMH2 Núcleo Cultural oferece oficinas culturais em sua sede, num sobrado situado no bairro Sol y Mar, atendendo crianças, jovens e adultos do município de Macaé e cidades vizinhas. Realizando também eventos internos e externos abrangendo diversas vertentes, como: Circulação de espetáculos de Dança, Música e Teatro, Mostra de Cinema, Workshops, Intervenções, Performances, Exposições, entre outros. Todas as atividades são abertas ao público em geral, que busca na associação o lazer ou a profissionalização. A partir das oficinas oferecidas, se constituíram grupos profissionais na área de Dança, Música e Teatro, com os quais são realizados trabalhos em festivais, mostras, teatros e eventos nacionais e internacionais. Grupos que levaram e levam o CIEMH2 a ser contemplado em inúmeros editais públicos de criação e circulação de espetáculos, gerando assim, renda para os profissionais envolvidos, valorizando a cultura local e divulgando a Arte do município de Macaé pelo mundo.

Fonte: <https://www.ciemh2.com/atividades>

Polo de Cultura da Fronteira (Desativado)

Criado em 1998 pela prefeitura da Macaé, o Polo de Cultura da Fronteira começou como um grupo de dança moderna. Hoje ele promove diversas atividades envolvendo música, teatro, capoeira, artesanato e ginástica artística para crianças e adolescentes.

Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/cultura/conteudo/titulo/polo-de-cultura-da-fronteira>

CriaSana

Polo Cultural do Sana, em frente à praça principal do arraial do Sana, oferece quatro cursos a aproximadamente 50 alunos, além de atrações culturais aos fins de semana. São dois mil metros quadrados, com 17 boxes para servirem de ponto comercial a artesãos e agricultores familiares, palco para apresentações de bandas e eventos teatrais, salas de administração, além de um anfiteatro e banheiros. E outras lojas de artesanato regional como: móveis, utensílios, roupas, colares e adereços.

Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/cultura/conteudo/titulo/criasana>

Polo Cultural da Serra (Glicério)

Inaugurado em abril de 2018 após período de reforma completa, O Polo de Cultura da Serra, que atende a crianças e adultos de Glicério e de distritos serranos circunvizinhos, conta com 13 modalidades de curso e cerca de 300 alunos. O local se tornou um centro de integração comunitária e ações culturais.

Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/cultura/conteudo/titulo/polo-de-cultura-da-serra>

Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) Malvinas

A ativação do Centro foi autorizada pelo Ministério da Cultura e passou a oferecer atividades como aulas de judô, balé, futsal, dança de rua, exibição de curtas, ginástica, entre outros, para crianças, jovens, adultos e idosos, moradores do bairro e adjacências. Atualmente são 222 inscritos nas aulas que acontecem de segunda a sexta-feira, nos períodos da manhã e da tarde. Outra oportunidade que o CEU Malvinas oferece é a biblioteca com cerca de dois mil títulos catalogados. Todo o acervo da biblioteca foi doado pela Secretaria de Cultura e Sistema Estadual de Bibliotecas. A estrutura visa, ainda, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sociais, políticas de prevenção à violência, inclusão digital e promoção à cidadania.

Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/centro-de-artes-malvinas-integra-atividades-culturais-e-esportivas>

Bibliotecas

Biblioteca Télió Barreto

Originou-se da Biblioteca Popular de Macaé, criada em 1876. Em 19 de abril de 1941, foi transformada na Biblioteca Télió Barreto, contando na época com 1500 títulos. Hoje, possui cerca de 35 mil livros. Desde agosto de 2012, a biblioteca foi transferida da Fundação Macaé de Cultura para um novo local, mais amplo e confortável, onde também foi instalado um memorial com objetos pessoais do ex-prefeito Télió Barreto. A biblioteca oferece também computadores com livre acesso à internet, acervo de livros em braile e audiooboks para pessoas com deficiência visual, além de um espaço colorido e lúdico, para despertar o interesse pela leitura nas crianças.

Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/biblioteca>

Biblioteca Henriqueta da Costa Marotti

Possui um acervo diversificado destinado ao público, com mais de 2 mil livros, além de DVDs e brinquedos. A biblioteca, vinculada à Fundação Macaé de Cultura, desenvolve projetos de incentivo à cultura. Entre eles, a Jornada Cultural que acontece anualmente e oferece palestras e debates durante 10 dias; e a Bolsa Mágica, que envolve a família toda através do empréstimo de livros em uma grande bolsa de material reciclado.

Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/cultura/conteudo/titulo/bibliotecas-publicas-municipais>

Biblioteca Córrego Do Ouro

Inaugurada em 2011, a biblioteca conta com acervo de mais de mil livros literários, disponibilizados para consulta e empréstimo. Há um catálogo de DVDs, brinquedos e acesso a computadores e internet.

Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/cultura/conteudo/titulo/bibliotecas-publicas-municipais>

Biblioteca Tarsila Piores

A biblioteca tem acervo de aproximadamente cinco mil livros, entre literatura, dicionários, enciclopédias, além de uma grande variedade de revistas, CDs e jogos didáticos. O espaço conta ainda com equipamentos multimídia. Oferece consulta, empréstimo de livros e telecentro (acesso a computadores e internet).

Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/cultura/conteudo/titulo/bibliotecas-publicas-municipais>

Biblioteca Osmar Sardenberg (Desativada)

Importante núcleo instalado no Macaé Facilita do Sana, aberto ao público para visitação e utilização do espaço na dinâmica da comunidade e consulta de livros e conteúdos históricos do 6  Distrito de Macaé, consequentemente da história macaense.

Fonte: <http://www.macaee.rj.gov.br/cultura/conteudo/titulo/bibliotecas-publicas-municipais>

Cinema

Cinemagic Shopping Plaza Macaé

Possui cinco salas, todas com capacidade para 187, 192, 215, 192 e 197 lugares, sendo uma com tecnologia e projeção 3 D. Foi inaugurado em janeiro de 2009.

Fonte: <https://www.shoppingplazamacae.com.br/cinema/>

Teatro

Teatro Sesi Macaé

O Teatro Sesi Macaé foi fundado em maio de 1995 e logo se estabeleceu como um importante centro de promoção de cultura na região. Tem 187 lugares e camarins, sendo bem equipado para apresentações teatrais e para o trânsito de pessoas.

Fonte: <https://www.firjan.com.br/pagina-inicial-1.htm>

Museu

Museu da Cidade de Macaé - Solar dos Mellos

Situado no espaço conhecido por Solar dos Mellos, construído em 1891, o Museu promove sessões de cinema gratuitas, palestras, exposições e o evento Café Literário. Espaço Físico possui: biblioteca, sala para exibição de filmes e museu. Chalé de fundo romântico, construído em 1891. Elevado sobre porão alto apresenta dois corpos de volumetria diferentes. A área social, à frente, maior; a de serviço, atrás, estreita e baixa. Obra do mestre português Manuel Ribeiro Capellão, do carpinteiro Affonso de Souza e do pintor Alfredo de Almeida. Construído a mando do coronel Bento de Araújo Pinheiro, foi, mais tarde, residência da família Mello e pólo cultural.

Fonte: <http://www.macaec.rj.gov.br/cultura/conteudo/titulo/solar-dos-mellos>

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO ALUNOS DO E.M.I.

29/08/2020

Pesquisa Diálogos com a cultura e com o território de Macaé

Pesquisa Diálogos com a cultura e com o território de Macaé

Como nos relacionamos com a cultura? Como nos relacionamos com o território? Este questionário pretende trazer entendimento a essas perguntas e aos vários assuntos que se relacionam com essa temática, abordando o relacionamento com e no território na construção da memória e da identidade, verificando como a instituição estimula a produção cultural e consolida e fortalece arranjos culturais locais.

QUESTIONÁRIO APLICADO PARA ALUNOS DO E.M.I. RESIDENTES EM MACAÉ

Este questionário é anônimo e confidencial e as respostas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa. Os respondentes não serão identificados.

***Obrigatório**

1. Gênero *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

Outro: _____

2. Idade *

3. Nasceu em Macaé? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

4. Bairro onde reside em Macaé? *

29/08/2020

Pesquisa Diálogos com a cultura e com o território de Macaé

5. Pai ou Mãe ou Responsável legal nasceram em Macaé? *

Marcar apenas uma oval. Sim Não

6. Sobre a escolaridade dos pais, mães ou responsável legal *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior (Graduação)	Pós-graduação	Mestrado	Doutorado	Não se aplica
Pai	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mãe	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro (a) responsável legal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. Cursou o Ensino Fundamental em Macaé? *

Marcar apenas uma oval. Sim, na rede privada. Sim, na rede pública. Não.

29/08/2020

Pesquisa Diálogos com a cultura e com o território de Macaé

8. Faixa de renda familiar *

Marcar apenas uma oval.

- Até ¼ (Salário mínimo) R\$259,75
- Mais de ¼ a ½ (Salário mínimo) R\$259,75 a R\$519,50
- Mais de ½ a 1 (Salário mínimo) R\$519,50 a R\$1.039,00
- Mais de 1 a 2 (Salário mínimo) R\$1.039,00 a R\$2.078,00
- Mais de 2 a 3 (Salário mínimo) R\$2.078,00 a R\$3.117,00
- Mais de 3 a 5 (Salário mínimo) R\$3.117,00 a R\$5.195,00
- Mais de 5 (Salário mínimo) Mais de R\$5.195,00
- Sem rendimento
- Não sei informar

9. No tempo livre (FORA DA ESCOLA), qual a sua atividade cultural preferida? (Pode marcar mais de uma opção) *

Marque todas que se aplicam.

- Leitura
- Assistir a filmes / séries em casa
- Frequentar Bibliotecas, museus, cinema, centro cultural ou teatro
- Assistir à TV aberta
- Dança (como expectador)
- Dança (como praticante)
- Música (como expectador)
- Música (como praticante)
- Exposições
- Assistir à peças de teatro

Outro: _____

10. Se quiser, comente também que tipo de livro, filme/ série mais gosta, ou sobre as últimas exposições ou peças de teatro aos quais assistiu:

29/08/2020

Pesquisa Diálogos com a cultura e com o território de Macaé

11. Participa(ou) de atividades culturais durante o Ensino Médio no IFF? (DENTRO DA ESCOLA) *

Marque todas que se aplicam.

- Sim, dança
 Sim, teatro
 Sim, coral
 Sim, bolsista de projeto de Cultura e Diversidade (Centro de Memória, NEABI, NUGEDIS)
 Sim, bolsista de outros projetos culturais
 Não participo de atividades culturais.

Outro: _____

12. Conhece alguma das manifestações culturais macaenses listadas abaixo? (Pode marcar mais de uma opção) *

Marque todas que se aplicam.

- Boi Pintadinho
 Dança do Côco
 Folia de Reis
 Dança do Fado
 Conheço todas.
 Desconheço todas.

Outro: _____

29/08/2020

Pesquisa Diálogos com a cultura e com o território de Macaé

13. Conhece algum dos patrimônios culturais listados abaixo? (Pode marcar mais de uma opção) *

Marque todas que se aplicam.

- Igreja de Sant'ana
- Igreja de São João Batista
- Farolito (Farol Velho)
- Sociedade Musical Nova Aurora
- Sociedade Musical Lira dos Conspiradores
- Solar dos Mellos
- Arquipélago de Sant'ana
- Teatro Municipal
- Galeria de Arte Hindemburgo Olive
- Cine Clube
- Conheço TODAS as opções.
- Desconheço TODAS as opções.

Outro: _____

29/08/2020

Pesquisa Diálogos com a cultura e com o território de Macaé

14. Sobre seu contato com a cultura local *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca	Raramente (quase nunca)	Às vezes	Frequentemente (quase sempre)	Sempre
Leio livros ou revistas voltados a cultura regional do Rio de Janeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Assisto a filmes relacionados a cultura regional do Rio de Janeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Visito exposições e galerias de arte em Macaé	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenho contato com o patrimônio cultural macaense (material ou imaterial, memórias) através da minha família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenho contato com o patrimônio cultural macaense (material ou imaterial, memórias) através de amigos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Participo de manifestações culturais em Macaé	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

29/08/2020

Pesquisa Diálogos com a cultura e com o território de Macaé

15. Se positivo (participa às vezes, quase sempre ou sempre), de quais manifestações culturais você participa?

29/08/2020

Pesquisa Diálogos com a cultura e com o território de Macaé

16. Sobre o acesso e sua frequência em equipamentos de cultura da cidade assinale *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca	Raramente (quase nunca)	Às vezes	Frequentemente (quase sempre)	Sempre
Frequento bibliotecas públicas em Macaé (públicas/municipais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Frequento o cinema em Macaé	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Frequento museus em Macaé	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Frequento Centros Culturais em Macaé	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Frequento teatro em Macaé	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os Equipamentos Culturais (bibliotecas, cinemas, teatro, centro cultural) são diversos e acessíveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Visito os patrimônios culturais materiais de Macaé	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quando visito museus e bibliotecas sinto necessidade de mediação/guia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Busco me informar sobre as atividades culturais de Macaé	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

29/08/2020

Pesquisa Diálogos com a cultura e com o território de Macaé

17. Em caso afirmativo, como busca por tais informações?

18. Sobre a conexão da escola com a cultura local *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nunca	Raramente (quase nunca)	Às vezes	Frequentemente (quase sempre)	Sempre
A Escola contribui no meu contato com o patrimônio cultural macaense (material ou imaterial)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenho contato com o patrimônio cultural material de Macaé através da escola.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A memória regional e a territorialidade estão presentes nos conteúdos ministrados em várias disciplinas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTORES DE E. C.

Trajatória pessoal

- a) Nome do responsável:
- b) Qual foi sua trajetória profissional?
- c) Local de nascimento:
- d) Desde quando mora em Macaé?
- e) Frequentava E. C. antes de trabalhar no atual E. C.?
- f) Quais?
- g) Estudou em escola pública ou privada no ciclo básico?
- h) Sua família ou escola básica fomentou sua frequência em E. C. ou em manifestações culturais?
- i) Residia em Macaé? Em que bairro?
- j) Participa de manifestações culturais?
- k) Quais patrimônios culturais da cidade já visitou?
- l) O que entende por patrimônio cultural, memória e territorialidade?

Atuação do E.C.

- a) Mantenedor/Dependência administrativa:
- b) Tipologia do E. C.: () Cinema () Teatro () Centro Cultural () Biblioteca
- c) Quais ações culturais do E. C. voltadas a memória e do patrimônio cultural material e imaterial da cidade? Com agenda fixa?
- d) Como entende que o E. C. influencia o sentimento de territorialidade/pertencimento na população residente?
- e) Há contato, projeto ou incentivo com as escolas do município para ações voltadas a memória e patrimônio cultural material e/ou imaterial? Quantas? Ensino fundamental e médio?
- f) Como se dão as manifestações da cultura local no E. C.?
- g) Alguma das manifestações culturais já foram objeto de trabalho no E.C. (exposições, apresentações, literária, etc.) () Boi Pintadinho () Dança do coco () Folia de Reis () Dança do Fado () Jongo () Outra: _____
- h) Quais são os reflexos percebidos do Plano Municipal de Cultura no funcionamento do E. C.?
- i) No âmbito do patrimônio e memória podem ser destacadas políticas orientadoras que chegaram a constituir ações?
- j) Propositivas de projetos nos últimos 24 meses a partir das políticas culturais do município voltados a memória e patrimônio cultural no município fundamentos na multiplicidade de expressões /diversidade? Se positivo tem uma faixa etária de público específica?
- k) Participou da constituição da política municipal para o setor do E. C. (Bibliotecas, museus etc.)?
- l) Como é a frequência? É satisfatória? Responde as expectativas? Pode ser ampliada?
- m) Existem ações de comunicação pensando memória e patrimônio cultural macaense, na perspectiva de atuação do E. C., sobretudo entre as entidades de educação presentes no município?
- n) Articulação entre os E.C. para desenvolver atividades voltadas para a formação e profissionalização nas diversas áreas da cultura?
- o) Os E. C. (do seu tipo) estão distribuídos de forma equitativa no território?
- p) Estratégias de facilitação de acesso do E.C.?
- q) O E. C. possui mídias digitais alimentadas frequentemente e/ou serviços de atendimento on-line?
- r) Trabalha com outros órgãos ou entidades? (Cooperações, convênios, etc.)?
- s) Disponibiliza acesso à internet no local?
- t) A estrutura técnica disponível para o E.C. é adequada?
- u) Qual o maior desafio para o E. C. que gerencia atualmente?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA – DOCENTES DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Trajetória pessoal

- a) Local de residência
- b) Se em Macaé, quanto tempo de residência
- c) Local de nascimento
- d) Quanto chega em Macaé
- e) Durante sua infância/adolescência existiam E. C. disponíveis ou com fácil acesso
- f) Estudou em escola pública ou particular
- g) Quantos livros lidos por ano
- h) Filmes por ano
- i) Exposições por ano (museus, centro cultural ou outro) onde? Espaços de Macaé
- j) Maior titulação acadêmica
- k) Em seu tempo livre qual a atividade cultural preferida
- l) Quem influenciou de alguma maneira o gosto por atividades culturais
- m) Sente necessidade de mediação em E. C. como museus ou bibliotecas
- n) Como define os E. C sobretudo no auxílio educacional (bibliotecas, museus, centros culturais, cinemas)
- o) O acesso a cursos de qualificação como mestrado e/ou doutorado alteraram a disposição em acessar os E. C.

Dimensão Territorialidade

- a) Quais dos E. C. já visitou na cidade de Macaé
- b) Considera a oferta de E. C. da cidade adequada a população
- c) Quantos livros já leu sobre a cidade ou a região Norte Fluminense Poderia citar o último? Algum outro suporte?
- d) Quais os patrimônios culturais materiais da cidade já visitou

Dimensão Ensino e Cultura

- a) Disciplina
- b) Trabalha a territorialidade (patrimônio e cultura local) nos conteúdos ministrados em sala
- c) Incentiva o uso de E. C., quais
- d) Auxilia os alunos a se apropriarem dos bens simbólicos / capital cultural da sua região, como
- e) Visitou E. C. da cidade com alunos, quais
- f) Visitou Patrimônio cultural da cidade com alunos, quais
- g) Executou atividades em espaços não-formais para que os alunos se apropriem dos E. C. e patrimônios culturais da cidade
- h) Existe abordagem através da educação patrimonial utilizando espaços não-formais
- i) O curso integrado, no formato estabelecido atualmente, propicia que a territorialidade e o patrimônio cultural sejam temas transversais observando também a pluralidade cultural e o ser humano como agente social e produtor de cultura
- j) Considera que os E. C. do município buscam estabelecer elos com os estudantes através de suas ações
- k) Considera que seus recursos disponibilizados nos E.C. são acessíveis, com linguagem compreensível
- l) Já interagiu com os E.C. da cidade através de canais de comunicação (Facebook, Instagram, outros)
- m) Considera que a utilização dos E. C. contribui na socialização dos indivíduos
- n) Acredita que a origem social e econômica dos alunos pode ser determinante para seu sucesso escolar (ou influi no seu desempenho em sala de aula)?
- o) Acredita que a atmosfera intelectual do meio familiar implica no processo educacional do aluno?
- p) Acredita que o aluno apresenta habilidades/dons através do seu desempenho escolar?

APÊNDICE F - RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS – ALUNOS

10/21/2020 11:53:25	Carimbo de data/hora
Masculino	Gênero
17	Idade
Ensino médio integrado/subsequente em Eletromecânica	Qual seu curso?
Sim	Nasceu em Macaé?
Sol e Mar	Bairro onde reside em Macaé?
Não	Pai ou Mãe ou Responsável legal nasceram em Macaé?
Doutorado	Sobre a escolaridade dos pais, mães ou responsável legal [Pai]
Ensino médio	Sobre a escolaridade dos pais, mães ou responsável legal [Mãe]
Ensino superior (Graduação)	Sobre a escolaridade dos pais, mães ou responsável legal [Outro (a) responsável legal]
Sim, na rede pública.	Cursou o Ensino Fundamental em Macaé?
Não sei informar	Faixa de renda familiar
Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Assistir à peças de teatro	No tempo livre (FORA DA ESCOLA), qual a sua atividade cultural preferida? (Pode marcar mais de uma opção)
A convenção das Aves (Ramson Riggs) ; Estou Pensando em acabar com tudo e Heathers (Musical)	Se quiser, comente também que tipo de livro, filme/ série mais gosta, ou sobre as últimas exposições ou peças de teatro aos quais assistiu:
Não participo de atividades culturais., Não, mas gostaria de participar com algo envolvendo poesia ou teatro.	Participa(ou) de atividades culturais durante o Ensino Médio no IFF? DENTRO DA ESCOLA
Desconheço todas.	Conhece alguma das manifestações culturais macaenses listadas abaixo? (Pode marcar mais de uma opção)
Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Farolito (Farol Velho), Sociedade Musical Nova Aurora, Sociedade Musical Lira dos Conspiradores, Solar dos Mellos, Teatro Municipal	Conhece algum dos patrimônios culturais listados abaixo? (Pode marcar mais de uma opção)
Transporte ferroviário de açúcar, Canal Campos-Macaé	Qual/quais dessas expressões remete a história de Macaé?
Nunca	Sobre seu contato com a cultura local [Leio livros ou revistas voltados a cultural regional do Rio de Janeiro]

10/21/2020 12:06:24	10/21/2020 12:03:49	10/21/2020 12:01:21
Masculino	Masculino	Feminino
15	17	18
Ensino médio integrado/subsequente em Automação	Ensino médio integrado/subsequente em Eletrônica	Ensino médio integrado/subsequente em Eletrônica
Não	Sim	Sim
Ajuda	Parque aeroporto	Aeroporto
Não	Não	Não
Ensino superior Graduação	Ensino médio	Ensino fundamental
Ensino médio	Ensino médio	Ensino médio
Não se aplica	Ensino fundamental	Ensino médio
Sim, na rede pública.	Sim, na rede pública.	Sim, na rede pública.
Mais de ¼ a ½ (Salário mínimo) R\$259,75 a R\$519,50	Mais de 3 a 5 (Salário mínimo) R\$3.117,00 a R\$5.195,00	Mais de 1 a 2 (Salário mínimo) R\$1.039,00 a R\$2.078,00
Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Música (como expectador), Música como praticante	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Frequentar Bibliotecas, museus, cinema, centro cultural ou teatro, Práticas esportivas	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Dança (como praticante), Música como praticante
Sim, coral	Sim, coral	Sim, dança, Sim, coral
Desconheço todas.	Boi Pintadinho	Boi Pintadinho
	Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Farolito (Farol Velho), Sociedade Musical Nova Aurora, Sociedade Musical Lira dos Conspiradores, Solar dos Mellos, Teatro Municipal, Galeria de Arte Hindemburgo Olive	Igreja de Sant'ana, Farolito (Farol Velho), Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal
Exploração de petróleo	Exploração de petróleo	Transporte ferroviário de açúcar, Canal Campos-Macaé
Nunca	Raramente (quase nunca)	Às vezes

10/21/2020 12:14:09	10/21/2020 12:13:07	10/21/2020 12:06:56
Masculino	Feminino	Feminino
18	16	15
Ensino médio integrado/subsequente em Eletrônica	Ensino médio integrado/subsequente em Eletrônica	Ensino médio integrado/subsequente em Meio Ambiente
Sim	Sim	Sim
Aroeira	São Marcos	Piracema
Não	Sim	Sim
Ensino fundamental	Ensino superior Graduação	Ensino médio
Ensino médio	Ensino médio	Ensino superior (Graduação)
Não se aplica	Ensino médio	Ensino superior (Graduação)
Sim, na rede privada.	Sim, na rede privada.	Sim, na rede pública.
Mais de 3 a 5 (Salário mínimo) R\$3.117,00 a R\$5.195,00	Mais de 3 a 5 (Salário mínimo) R\$3.117,00 a R\$5.195,00	Mais de 2 a 3 (Salário mínimo) R\$2.078,00 a R\$3.117,00
Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Freqüentar Bibliotecas, museus, cinema, Música (como expectador)	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Freqüentar Bibliotecas, museus, cinema, centro cultural ou teatro, Música (como expectador), Música (como praticante)	Assistir a filmes / séries em casa, Freqüentar Bibliotecas, museus, cinema, centro cultural ou teatro, Dança (como praticante), Exposições
Não participo de atividades culturais.	Não participo de atividades culturais.	esporte conta como algo cultural? se sim, faço parte. mas também faço parte do grêmio estudantil.
Desconheço todas.	Boi Pintadinho	Desconheço todas.
Igreja de Sant'ana, Farolito (Farol Velho), Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal	Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Farolito (Farol Velho), Sociedade Musical Nova Aurora, Sociedade Musical Lira dos Conspiradores, Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal, Cine Clube	Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Farolito (Farol Velho), Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal, Galeria de Arte Hindemburgo Olive, Cine Clube
Exploração de petróleo	Exploração de petróleo, Canal Campos-Macaé, Atividade pesqueira	Exploração de petróleo
Nunca	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)

10/21/2020 12:21:13	10/21/2020 12:19:31
Masculino	Masculino
17	17
Ensino médio integrado/subsequente em Automação	Ensino médio integrado/subsequente em Eletromecânica
Não	Sim
Miramar	Barramares
Não	Sim
Ensino fundamental	Ensino fundamental
Ensino médio	Ensino médio
Ensino médio	Não se aplica
Sim, na rede pública.	Sim, na rede pública.
Não sei informar	Mais de 1 a 2 (Salário mínimo) R\$1.039,00 a R\$2.078,00
Assistir a filmes / séries em casa, Assitir anime	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Assistir à TV aberta
Não participo de atividades culturais.	Não participo de atividades culturais.
Desconheço todas.	Boi Pintadinho
Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Farolito Velho), Solar dos Mellos, Farol Velho), Solar dos Mellos, Teatro Municipal	Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Farolito (Farol Velho), Sociedade Musical Nova Aurora, Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal
Exploração de petróleo	Exploração de petróleo, Canal Campos-Macaé, Atividade pesqueira
Nunca	Nunca

10/21/2020 12:27:12	
Feminino	
19	
	Ensino médio integrado/subsequente em Meio Ambiente
Sim	
Aroeira	
Sim	
Ensino médio	
Ensino médio	
Ensino superior (Graduação)	
Sim, na rede pública.	
	Mais de 1/2 a 1 (Salário mínimo) R\$519,50 a R\$1.039,00
	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Frequentar Bibliotecas, museus, cinema, centro cultural ou teatro, Assistir à TV aberta, Dança (como expectador), Música (como expectador), Música (como praticante), Assistir a peças de teatro
	Última peça que assisti no teatro municipal foi sobre o Mandela e foi incrível, assisti também em frente ao teatro uma exposição dos alunos de instrumentos e a sensação de música ao vivo é sempre boa, foi ótimo
Sim, coral	
Desconheço todas.	
	Igreja de Sant'ana, Sociedade Musical Lira dos Conspiradores, Solar dos Mellos, Teatro Municipal
	Transporte ferroviário de açúcar, Exploração de petróleo, Atividade pesqueira
	Raramente (quase nunca)

10/21/2020 12:50:49	10/21/2020 12:47:28	10/21/2020 12:30:04	10/21/2020 12:28:04
Feminino	Feminino	Feminino	Masculino
18	18	16	16
Ensino médio integrado/subsequente em Automação	Ensino médio integrado/subsequente em Eletrônica	Ensino médio integrado/subsequente em Eletrônica	Ensino médio integrado/subsequente em Eletrônica
Não	Não	Sim	Não
Ajuda de baixo	Bosque Azul	mirante da lagoa	Vale das Palmeiras
Não	Não	Não	Não
Ensino superior Graduação	Ensino fundamental	Ensino superior Graduação	Mestrado
Ensino superior Graduação	Ensino médio	Mestrado	Mestrado
Ensino médio	Ensino médio	Não se aplica	Não se aplica
Sim, na rede pública.	Sim, na rede pública.	Sim, na rede pública.	Sim, na rede privada.
Mais de ¼ a ½ (Salário mínimo) R\$259,75 a R\$519,50	Mais de ¼ a ½ (Salário mínimo) R\$259,75 a R\$519,50	Não sei informar	Mais de 5 (Salário mínimo) Mais de R\$5.195,00
Assistir a filmes / séries em casa, Frequentar Bibliotecas, museus, cinema, centro cultural ou teatro, Música (como expectador), Música como praticante	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Frequentar Bibliotecas, museus, cinema, centro cultural ou teatro, Música (como expectador), Música como praticante	Assistir a filmes / séries em casa, Frequentar Bibliotecas, museus, cinema, centro cultural ou teatro, Dança (como expectador), Dança (como praticante), Música (como expectador), Música como praticante	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Frequentar Bibliotecas, museus, cinema, centro cultural ou teatro
Ficção não fantasia			
Não participo de atividades culturais	Não participo de atividades culturais	Sim, dança	Não participo de atividades culturais
Boi Pintadinho	Desconheço todas.	Desconheço todas.	Boi Pintadinho
Desconheço TODAS as opções.	Igreja de São João Batista, Teatro Municipal	Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal	Igreja de Sant'ana, Farolito (Farol Velho), Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Cine Clube
Exploração de petróleo, Atividade pesqueira	Atividade pesqueira	Exploração de petróleo	Exploração de petróleo
Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca	Nunca

10/21/2020 13:24:53	10/21/2020 13:19:35	10/21/2020 13:10:57	10/21/2020 12:59:38
Feminino	Feminino	Feminino	Masculino
18	18	18	17
Ensino médio integrado/subsequente em Eletromecânica	Ensino médio integrado/subsequente em Meio Ambiente	Ensino médio integrado/subsequente em Eletrônica	Ensino médio integrado/subsequente em Eletromecânica
Sim	Não	Não	Não
Aeroporto	Iagomar	Parque Aeroporto	Bairro da Glória
Sim	Não	Não	Não
Ensino médio	Ensino médio	Ensino fundamental	Ensino superior Graduação
Pós-graduação	Ensino médio	Ensino médio	Ensino médio
Não se aplica	Ensino médio	Não se aplica	Não se aplica
Sim, na rede pública.	Sim, na rede pública.	Não.	Não.
Mais de 1 a 2 (Salário mínimo) R\$1.039,00 a R\$2.078,00	Não sei informar	Mais de 3 a 5 (Salário mínimo) R\$3.117,00 a R\$5.195,00	Mais de 5 (Salário mínimo) Mais de R\$5.195,00
Assistir a filmes / séries em casa, Frequentar Bibliotecas, museus, cinema, centro cultural ou teatro	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Frequentar Bibliotecas, museus, cinema, centro cultural ou teatro, Dança como expectador), Dança como praticante), Música (como expectador), Música (como praticante), Assistir à peças de teatro	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Assistir à TV aberta, Música (como expectador)	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa
	gosto de literalmente todos os gêneros de livro/filme/série. mas acho que meu favorito é ficção científica	Livros de Ficção ou biografias	
Não participo de atividades culturais.	Sim, dança, Sim, coral	Sim, coral	Não participo de atividades culturais.
Boi Pintadinho	Folia de Reis	Desconheço todas.	Boi Pintadinho, Folia de Reis
Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Farolito (Farol Velho), Sociedade Musical Nova Aurora, Sociedade Musical Lira dos Conspiradores, Solar dos Mellos, Teatro Municipal, Cine Clube	Igreja de Sant'ana, Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal, Galeria de Arte Hindemburgo Olive	Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal	Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Solar dos Mellos, Teatro Municipal
Canal Campos-Macaé, Atividade pesqueira	Atividade pesqueira	Exploração de petróleo	Exploração de petróleo
Raramente (quase nunca)	Às vezes	Nunca	Nunca

10/21/2020 14:36:03	10/21/2020 14:19:14	10/21/2020 13:33:59	10/21/2020 13:31:56
Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
15	16	18	17
Ensino médio integrado/subsequente em Automação	Ensino médio integrado/subsequente em Automação	Ensino médio integrado/subsequente em Meio Ambiente	Ensino médio integrado/subsequente em Automação
Sim	Sim	Não	Sim
Parque Aeroporto	Parque aeroporto	Miramar	Jardim Vitória
Não	Sim	Não	Não
Ensino médio	Ensino fundamental	Ensino médio	Doutorado
Ensino médio	Ensino médio	Ensino médio	Mestrado
Não se aplica	Ensino fundamental	Não se aplica	Não se aplica
Sim, na rede pública.	Sim, na rede pública.	Sim, na rede pública.	Sim, na rede privada.
Não sei informar	Até ¼ (Salário mínimo) R\$259,75	Mais de 1 a 2 (Salário mínimo) R\$1.039,00 a R\$2.078,00	Mais de 5 (Salário mínimo) Mais de R\$5.195,00
Leitura, Assistir a filmes / séries em casa	Música (como expectador)	Leitura, Frequentar Bibliotecas, museus, cinema, teatro cultural ou teatro, Música (como expectador), Música como praticante	Assistir a filmes / séries em casa, Música (como expectador)
			Livros e filmes sobre fantasias
Não participo de atividades culturais.	Não participo de atividades culturais.	Não participo de atividades culturais.	Não participo de atividades culturais.
Desconheço todas.	Desconheço todas.	Desconheço todas.	Desconheço todas.
Igreja de Sant'ana, Sociedade Musical Nova Aurora, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal	Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal, Cine Clube	Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Farolito (Farol Velho), Teatro Municipal	Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Farolito Farol Velho), Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal
Exploração de petróleo	Exploração de petróleo, Canal Campos-Macaé, Atividade pesqueira	Exploração de petróleo, Canal Campos-Macaé, Atividade pesqueira	Exploração de petróleo, Atividade pesqueira
Nunca	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)

10/21/2020 16:17:55	10/21/2020 16:10:32	10/21/2020 15:51:30
Feminino	Masculino	Masculino
16	19	16
Ensino médio integrado/subsequente em Automação	Ensino médio integrado/subsequente em Eletromecânica	Ensino médio integrado/subsequente em Eletrônica
Sim	Sim	Não
Aroeira	Miramar	Parque Aeroporto
Sim	Não	Não
Ensino médio)	Ensino superior Graduação)	Ensino médio
Ensino superior Graduação	Ensino superior Graduação)	Pós-graduação
Ensino médio	Ensino superior Graduação	Não se aplica
Sim, na rede pública.	Sim, na rede privada.	Sim, na rede privada.
Mais de 3 a 5 (Salário mínimo) R\$3.117,00 a R\$5.195,00	Mais de 5 (Salário mínimo) Mais de R\$5.195,00	Mais de 5 (Salário mínimo) Mais de R\$5.195,00
Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Assistir à TV aberta, Música (como expectador)	Assistir a filmes / séries em casa, Praia, shopping, sair com amigos, entre outros...	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Música (como expectador), Jogar
Não participo de atividades culturais.	Não participo de atividades culturais.	Não participo de atividades culturais.
Boi Pintadinho	Desconheço todas.	Boi Pintadinho
Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal	Conheço TODAS as opções.	Igreja de Sant'ana, Farolito (Farol Velho), Sociedade Musical Nova Aurora, Sociedade Musical Lira dos Conspiradores, Solar dos Mellos, Teatro Municipal
Exploração de petróleo, Canal Campos-Macaé, Atividade pesqueira	Canal Campos-Macaé, Atividade pesqueira	Exploração de petróleo, Canal Campos-Macaé
Nunca	Nunca	Nunca

10/21/2020 17:56:23	10/21/2020 16:48:59
Masculino	Masculino
18	18
Ensino médio integrado/subsequente em Eletrônica	Ensino médio integrado/subsequente em Automação
Sim	Não
Novo cavaleiros	Riviera Fluminense
Não	Não
Ensino fundamental	Ensino superior (Graduação)
Ensino superior (Graduação)	Ensino superior (Graduação)
Ensino fundamental	Não se aplica
Sim, na rede pública.	Sim, na rede privada.
Não sei informar	Mais de 5 (Salário mínimo) Mais de R\$5.195,00
Música (como expectador), Música (como praticante), Praia, pedalada e prática de outros esportes	Assistir a filmes / séries em casa, Frequentar Bibliotecas, museus, cinema, centro cultural ou teatro, Assistir à TV aberta, Exposições
	Séries de comédia
Não participo de atividades culturais.	Não participo de atividades culturais.
Boi Pintadinho, Dança do Côco, Folia de Reis	Conheço todas.
Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Farolito (Farol Velho), Sociedade Musical Nova Aurora, Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal, Galeria de Arte Hindemburgo Olive, Cine Clube	Conheço TODAS as opções.
Exploração de petróleo, Canal Campos-Macaé, Atividade pesqueira	Atividade pesqueira
Às vezes	Raramente (quase nunca)

10/27/2020 11:00:41	10/27/2020 9:24:02	10/27/2020 8:16:36
Masculino	Masculino	Masculino
16	21	17
Ensino médio integrado/subsequente em Meio Ambiente	Ensino médio integrado/subsequente em Automação	Ensino médio integrado/subsequente em Meio Ambiente
Não	Não	Sim
Riviera Fluminense	Glória	Nova Esperança
Não	Não	Não
Mestrado	Ensino médio	Ensino fundamental
Pós-graduação	Pós-graduação	Ensino médio
Ensino superior Graduação	Não se aplica	Não se aplica
Sim, na rede privada.	Não.	Sim, na rede pública.
Mais de 5 (Salário mínimo) Mais de R\$5.195,00	Mais de 2 a 3 (Salário mínimo) R\$2.078,00 a R\$3.117,00	Mais de 1 a 2 (Salário mínimo) R\$1.039,00 a R\$2.078,00
Assistir a filmes / séries em casa, Assistir à TV aberta, Música (como expectador), Música como praticante), Praticar esportes	Assistir a filmes / séries em casa, Música (como praticante)	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Assistir à TV aberta, Música (como expectador), Música como praticante), Exposições
Mitologia Grega e Ficção Científica	Medieval	
Sim, bolsista de outros projetos culturais	Não participo de atividades culturais.	Não participo de atividades culturais.
Desconheço todas.	Desconheço todas.	Desconheço todas.
Solar dos Mellos, Teatro Municipal	Igreja de Sant'ana, Solar dos Mellos, Teatro Municipal	Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal
Exploração de petróleo	Transporte ferroviário de açúcar, Exploração de petróleo	Exploração de petróleo, Atividade pesqueira
Nunca	Nunca	Nunca

10/27/2020 3:26:52
Masculino
16
Ensino médio integrado/subsequente em Automação
Sim
Parque aeroporto
Sim
Ensino fundamental
Ensino fundamental
Ensino fundamental
Sim, na rede pública.
Até ¼ (Salário mínimo) R\$259,75
Assistir a filmes / séries em casa, Assistir à TV aberta, Música (como expectador)
Não participo de atividades culturais.
Boi Pintadinho
Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal
Exploração de petróleo, Canal Campos-Macaé, Atividade pesqueira
Nunca

10/29/2020 22:58:21	10/27/2020 15:37:23	10/27/2020 11:03:18
Feminino	Não identificado	Feminino
17	Não identificado	17
Ensino médio integrado/subsequente em Meio Ambiente	Ensino médio integrado/subsequente em Eletromecânica	Ensino médio integrado/subsequente em Meio Ambiente
Sim	Não	Não
Miramar	Lagomar	lagomar
Não	Não	Não
Não se aplica	Ensino médio	Ensino fundamental
Não se aplica	Ensino fundamental	Ensino fundamental
Doutorado	Não se aplica	Não se aplica
Sim, na rede pública.	Sim, na rede pública.	Sim, na rede pública.
Mais de 3 a 5 (Salário mínimo) R\$3.117,00 a R\$5.195,00	Não sei informar	Mais de 1 a 2 (Salário mínimo) R\$1.039,00 a R\$2.078,00
Assistir a filmes / séries em casa, Dança como expectador), Dança (como praticante), Música como expectador), Música (como praticante)	Assistir a filmes / séries em casa, Música (como expectador), Música como praticante), Ver vídeos no YouTube	Leitura
Documentários, filmes e séries de suspense e terror	Séries de ficção fantástica/científica, filmes baseados em fatos reais ou documentário	
Sim, dança	Não participo de atividades culturais.	Não participo de atividades culturais.
Boi Pintadinho	Boi Pintadinho	Desconheço todas.
Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Farolito (Farol Velho), Sociedade Musical Nova Aurora, Sociedade Musical Lira dos Conspiradores, Solar dos Mellos, Teatro Municipal	Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal	Igreja de Sant'ana, Teatro Municipal
Exploração de petróleo	Transporte ferroviário de açúcar, Exploração de petróleo, Canal Campos-Macaé, Atividade pesqueira	Exploração de petróleo
Nunca	Nunca	Nunca

11/14/2020 23:04:49	11/11/2020 14:38:05	11/6/2020 11:21:01	11/5/2020 16:16:04
Masculino	Feminino	Masculino	Masculino
18	18	15	16
Ensino médio integrado/subsequente em Eletrônica	Ensino médio integrado/subsequente em Eletromecânica	Ensino médio integrado/subsequente em Automação	Ensino médio integrado/subsequente em Eletrônica
Sim	Não	Sim	Sim
Aroeira	Centro	Cajueiros	Miramar
Não	Não	Sim	Sim
Ensino fundamental	Ensino médio	Pós-graduação	Ensino médio
Ensino médio	Ensino médio	Pós-graduação	Ensino médio
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Sim, na rede privada.	Sim, na rede pública.	Sim, na rede privada.	Sim, na rede privada.
Mais de 3 a 5 (Salário mínimo) R\$3.117,00 a R\$5.195,00	Mais de ½ a 1 (Salário mínimo) R\$519,50 a R\$1.039,00	Mais de 5 (Salário mínimo) Mais de R\$5.195,00	Mais de 5 (Salário mínimo) Mais de R\$5.195,00
Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Música (como expectador)	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Frequentar Bibliotecas, museus, cinema, centro cultural ou teatro, Música como expectador	Música (como praticante)	Leitura, Assistir a filmes / séries em casa, Computação
		A última peça que eu assisti foi o fantasma da ópera no teatro de São Paulo	
Não participo de atividades culturais.	Não participo de atividades culturais.	Não participo de atividades culturais.	Não participo de atividades culturais.
Desconheço todas.	Boi Pintadinho, Folia de Reis	Boi Pintadinho	Boi Pintadinho, Folia de Reis
Igreja de Sant'ana, Farolito (Farol Velho), Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal	Igreja de Sant'ana, Farolito (Farol Velho), Sociedade Musical Lira dos Conspiradores, Solar dos Mellos, Teatro Municipal	Desconheço TODAS as opções., Mas meu pai conhece todas	Igreja de Sant'ana, Igreja de São João Batista, Farolito (Farol Velho), Sociedade Musical Nova Aurora, Sociedade Musical Lira dos Conspiradores, Solar dos Mellos, Arquipélago de Sant'ana, Teatro Municipal, Cine Clube
Exploração de petróleo	Canal Campos-Macaé	Exploração de petróleo	Atividade pesqueira
Nunca	Raramente (quase nunca)	Nunca	Raramente (quase nunca)

Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Sobre seu contato com a cultura local [Assisto a filmes relacionados a cultural regional do Rio de Janeiro]
Nunca	Nunca	Sobre seu contato com a cultura local [Visito exposições e galerias de arte em Macaé]
Nunca	Raramente (quase nunca)	Sobre seu contato com a cultura local [Tenho contato com o patrimônio cultural macaense material ou imaterial, memórias) através da minha família]
Nunca	Raramente (quase nunca)	Sobre seu contato com a cultura local [Tenho contato com o patrimônio cultural macaense material ou imaterial, memórias) através de amigos]
Nunca	Nunca	Sobre seu contato com a cultura local [Participo de manifestações culturais em Macaé]
		Se positivo (raramente, participa às vezes, quase sempre ou sempre), de quais manifestações culturais você participa?
Nunca	Raramente (quase nunca)	Sobre o acesso e sua frequência em equipamentos de cultura da cidade assinale [Frequente bibliotecas públicas em Macaé
Às vezes	Às vezes	Sobre o acesso e sua frequência em equipamentos de cultura da cidade assinale [Frequente o cinema em Macaé]
Nunca	Nunca	Sobre o acesso e sua frequência em equipamentos de cultura da cidade assinale [Frequente museus em Macaé]
Nunca	Nunca	Sobre o acesso e sua frequência em equipamentos de cultura da cidade assinale [Frequente Centros Culturais em Macaé]
Nunca	Às vezes	Sobre o acesso e sua frequência em equipamentos de cultura da cidade assinale [Frequente teatro em Macaé]
Nunca	Raramente (quase nunca)	Sobre o acesso e sua frequência em equipamentos de cultura da cidade assinale [Os Equipamentos Culturais bibliotecas, cinemas, teatro, centro cultural) são diversos e acessíveis]
Nunca	Nunca	Sobre o acesso e sua frequência em equipamentos de cultura da cidade assinale [Visito os patrimônios culturais materiais de Macaé]
Nunca	Nunca	Sobre o acesso e sua frequência em equipamentos de cultura da cidade assinale [Quando visito museus e bibliotecas sinto necessidade de mediação/guia]

Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca
Nunca	Às vezes	Às vezes	Às vezes	Às vezes
Nunca	Às vezes	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca
	Boi pintadinho			
Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca
Às vezes	Frequentemente (quase sempre)	Nunca	Nunca	Frequentemente (quase sempre)
Nunca	Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca	Raramente (quase nunca)
Nunca	Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca	Raramente (quase nunca)
Nunca	Às vezes	Nunca	Nunca	Sempre
Nunca	Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca	Nunca
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca	Nunca

Raramente (quase nunca)
Às vezes
Às vezes
Às vezes
Nunca
Às vezes
Às vezes
Raramente (quase nunca)
Raramente (quase nunca)
Às vezes
Às vezes
Raramente (quase nunca)
Às vezes

Nunca	Nunca
Nunca	Raramente (quase nunca)
Nunca	Nunca
Nunca	Raramente (quase nunca)
Nunca	Nunca
Nunca	Nunca
Raramente (quase nunca)	Nunca
) Frequentemente quase sempre	Às vezes
Nunca	Nunca
Nunca	Nunca
Nunca	Raramente (quase nunca)
Às vezes	Às vezes
Nunca	Nunca
Nunca	Nunca

Raramente (quase nunca)	Nunca
Nunca	Raramente (quase nunca)
Nunca	Nunca
Nunca	Raramente (quase nunca)
Raramente (quase nunca)	Nunca
Nunca) Frequentemente quase sempre
Às vezes) Frequentemente quase sempre
Nunca	Às vezes
Raramente (quase nunca)	Nunca
Raramente (quase nunca)	Nunca
Frequentemente (quase sempre)	Sempre
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)
Nunca	Raramente (quase nunca)

Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca
Raramente (quase nunca)	Às vezes	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)
Às vezes	Nunca	Nunca	Nunca
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Às vezes	Nunca
Nunca	Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca
Nunca	Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca
Frequentemente (quase sempre)	Frequentemente (quase sempre)	Às vezes	Às vezes
Raramente (quase nunca)	Frequentemente (quase sempre)	Raramente (quase nunca)	Nunca
Raramente (quase nunca)	Às vezes	Nunca	Raramente (quase nunca)
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca
Às vezes	Às vezes	Nunca	Nunca
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)
Nunca	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)

Nunca	Às vezes	Às vezes	Às vezes	Às vezes
Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca
Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca	Nunca	Raramente (quase nunca)
Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca
Raramente (quase nunca)	Frequentemente (quase sempre)	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Às vezes
Nunca	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Nunca
Raramente (quase nunca)	Às vezes	Nunca	Nunca	Raramente (quase nunca)
Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca
Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca

Às vezes	Às vezes	Às vezes
Raramente (quase nunca)	Nunca	Raramente (quase nunca)
Às vezes	Às vezes	Nunca
Raramente (quase nunca)	Às vezes	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Às vezes
Frequentemente (quase sempre)	Frequentemente quase sempre)	Às vezes
Nunca	Nunca	Raramente (quase nunca)
Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca
Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca
Às vezes	Nunca	Às vezes
Nunca	Às vezes	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca

Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)
Às vezes	Raramente (quase nunca)
Sempre	Às vezes
Frequentemente (quase sempre)	Às vezes
Às vezes	Frequentemente (quase sempre)
	Existe um projeto em Macaé chamado "Espaço de Cultura" o qual já fiz parte. Ele é coordenado pelo professor José Henrique
Raramente (quase nunca)	Às vezes
Às vezes	Frequentemente (quase sempre)
Às vezes	Raramente (quase nunca)
Às vezes	Raramente (quase nunca)
Às vezes	Raramente (quase nunca)
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)

Às vezes	
Raramente (quase nunca)	
Nunca	
Nunca	
Nunca	
Nunca	
Às vezes	
Nunca	
Nunca	
Às vezes	
Às vezes	
Nunca	
Nunca	

) Frequentemente quase sempre	Nunca	Nunca
Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca
Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca
Às vezes	Nunca	Às vezes
Nunca	Nunca	Nunca
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Nunca
Raramente (quase nunca)	Às vezes	Nunca
) Frequentemente quase sempre	Nunca	Nunca
Nunca	Raramente (quase nunca)	Às vezes
Nunca	Nunca	Nunca

Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca
Às vezes	Nunca	Nunca
Às vezes	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca
Frequentemente quase sempre	Raramente (quase nunca)	Às vezes
Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Às vezes
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Às vezes
Raramente (quase nunca)	Nunca	Nunca
Nunca	Nunca	Nunca

Nunca	Raramente (quase nunca)	Nunca	Raramente (quase nunca)
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Nunca	Raramente (quase nunca)
Às vezes	Às vezes) Frequentemente quase sempre	Raramente (quase nunca)
Raramente (quase nunca)) Frequentemente quase sempre	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)
Nunca	Nunca	Nunca	Nunca
		Não participo	
Nunca	Às vezes	Nunca	Nunca
Nunca	Raramente (quase nunca)	Às vezes	Às vezes
Nunca	Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Nunca
Nunca	Raramente (quase nunca)	Nunca	Às vezes
Nunca	Raramente (quase nunca)) Frequentemente quase sempre	Nunca
Nunca	Às vezes	Raramente (quase nunca)	Nunca
Nunca) Frequentemente quase sempre	Nunca	Nunca

Nunca	Nunca	Sobre o acesso e sua frequência em equipamentos de cultura da cidade assinala [Busco me informar sobre as atividades culturais de Macaé]
		Em caso afirmativo, como busca por tais informações?
Às vezes	Raramente (quase nunca)	Sobre a conexão da escola com a cultura local [A Escola contribui no meu contato com o patrimônio cultural macaense (material ou imaterial)]
Às vezes	Nunca	Sobre a conexão da escola com a cultura local [Tenho contato com o patrimônio cultural material de Macaé através da escola.]
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Sobre a conexão da escola com a cultura local [A memória regional e a territorialidade estão presentes nos conteúdos ministrados nas disciplinas de história e geografia]
	Esquecida	Quando penso em cultura e Macaé, penso em: (palavra ou expressão)

Às vezes	
através da internet	
Sempre	
Frequentemente (quase sempre)	
Frequentemente (quase sempre)	
presente! a cultura para mim se encontra presente.	

Nunca	Nunca
	Internet
Às vezes	Raramente (quase nunca)
Às vezes	Raramente (quase nunca)
Às vezes	Nunca
petróleo	

Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca
Nunca	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Às vezes
Nunca	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)
Nunca	Frequentemente (quase sempre)	Às vezes	Nunca	
Nada	Boi pintadinho			

Frequentemente (quase sempre)	
Redes sociais e amigos	
Às vezes	
Raramente (quase nunca)	
Raramente (quase nunca)	
Falta de música ao vivo e de projetos que envolvam as várias vertentes da arte ao cotidiano de crianças menos favorecidas. Macaé tem muitos talentos desperdiçados por não terem onde se expressar.	

Raramente (quase nunca)	Nunca	Raramente (quase nunca)	Nunca
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Às vezes
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)) Frequentemente quase sempre
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Sempre
Petróleo			memórias

Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Nunca
Internet	Online ou com amigos/conhecidos	
Às vezes) Frequentemente quase sempre	Nunca
Às vezes) Frequentemente quase sempre	Nunca
Raramente (quase nunca)	Às vezes	Nunca
	Solar dos melos	

Nunca	Nunca
Nunca	Às vezes
Nunca	Às vezes
Nunca	Às vezes
	trabalho

Nunca	
Às vezes	
Raramente (quase nunca)	
Às vezes	
História	

Nunca	Nunca	Nunca	Às vezes
			Busca me informar sobre as atividades culturais pela internet.
) Frequentemente quase sempre	Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Às vezes
Às vezes	Nunca	Raramente (quase nunca)	Frequentemente (quase sempre)
Nunca	Nunca	Raramente (quase nunca)	Às vezes
	Mar.		Arte.

Às vezes	Às vezes
Redes sociais	
Frequentemente (quase sempre)	Às vezes
Frequentemente (quase sempre)	Às vezes
Raramente (quase nunca)	Às vezes
Esquecida	boi pintadinho

Às vezes	Às vezes
Busco informações pela internet.	Procuro entrar em contato com os idealizadores e responsáveis pelo projeto
Às vezes	Raramente (quase nunca)
Às vezes	Raramente (quase nunca)
Às vezes	Às vezes
Arte.	

Às vezes
Nunca
Nunca
Nunca

Às vezes	Raramente (quase nunca)	Nunca
Às vezes	Às vezes	Nunca
Às vezes	Às vezes	Nunca
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Nunca
teatro	Escassez	

Nunca	
Às vezes	
Raramente (quase nunca)	
Raramente (quase nunca)	
Princesinha do Atlântico	

Nunca	Nunca
Raramente (quase nunca)	Nunca
Raramente (quase nunca)	Nunca
Nunca	Nunca
praia, economia	Simplicidade

Nunca	Raramente (quase nunca)	Nunca
		-
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Às vezes
Raramente (quase nunca)	Raramente (quase nunca)	Às vezes
Às vezes	Às vezes	Às vezes
		Melhora

